

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Lisandre Medianeira de Oliveira

O PSD no Rio Grande do Sul:
o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do *Diário de Notícias*

Prof. Dr^a. Sandra Maria Lubisco Brancato
Orientadora

Porto Alegre, janeiro de 2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O PSD no Rio Grande do Sul:
o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do *Diário de Notícias*

Lisandre Medianeira de Oliveira

Tese apresentada ao Programa de Pós -
Graduação em História, como requisito
parcial e último para obtenção do grau de
Doutor em História, na área de
concentração em História das Sociedades
Brasileira e Ibero-Americanas, sob a
orientação da Professora Doutora Sandra
Maria Lubisco Brancato.

Instituição Depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, RS – Brasil
2008

Agradecimentos e dedicatória

Neste trabalho algumas pessoas desempenharam um papel central, visto que, ao prestarem apoio também se tornaram participantes, entre elas a Professora orientadora Sandra M L. Brancato. Enquanto instituição, agradeço à PUC e, sobretudo, ao CNPq pela concessão de bolsa integral a essa pesquisa.

Agradeço ainda, aos colegas de curso que na democratização do conhecimento contribuíram para o avanço desse trabalho. Uma vez ainda, agradeço às amigas do “caminho” do CIPE (Nadeje, Eunice, Elza, Nadjla, Orides, Sandra, Selma, Maria Luiza, Conceição Ruth e Alcinda) que representaram um recanto de carinho e paz nos arroubos provocados por este trabalho. Da mesma forma, sou grata aos companheiros queridos Vivian, Avelange e Susel que, sem exigir nada em troca, foram amigos verdadeiros nessa trajetória.

Este trabalho é dedicado a minha avó, Selma de Oliveira, e ao meu pai, Benjamim Oliveira, que mesmo não estando nesse plano me deixaram o gosto pela busca do conhecimento e a persistência. Ofereço ainda à minha mãe, Nely Santos, que constantemente dedicou-se aos filhos e, em especial, ao meu companheiro de vida, José Nascimento, que sempre solidário, contribuiu para a concretização desse trabalho.

Sumário

Lista de Tabelas -----	VI
Resumo -----	VIII
Introdução -----	01
1. Política e imprensa -----	04
1.1. A imprensa na história do Brasil: ferramenta do poder-----	05
1.2. Estruturação do <i>Diário de Notícias</i> no Rio Grande do Sul-----	16
1.3. Assis Chateaubriand e o <i>Diário de Notícias</i> no fim da censura à imprensa em 1945 -----	25
1.4. O <i>Diário de Notícias</i> e a organização do processo eleitoral -----	32
1.5. Fundação do PSD: continuísmo político -----	34
2. Herança do Estado Novo: organização do PSD no Rio Grande do Sul -----	40
2.1. Articulação do partido governista no âmbito municipal -----	45
2.1.1. Região das Missões (1° Zona) -----	51
2.1.2. Região do Planalto Médio (2° Zona)-----	69
2.1.3. Região do Planalto do Nordeste (3° Zona)-----	87
2.1.4. Região do Litoral (4° Zona)-----	91
2.1.5. Região da Serra do Sudeste (5° Zona) -----	97
2.1.6. Região da Campanha (6° Zona) -----	114
2.1.7. Região da Depressão Central (7° Zona) -----	124
2.1.8. Região da Encosta da Serra (8° Zona) -----	138
2.2. O PSD e <i>Diário de Notícias</i> : a campanha eleitoral em 1945-----	155

3. A desgetulização do PSD gaúcho (1945-1950) nas “páginas” do <i>Diário de Notícias</i> -----	162
3.1. O “fim” da Ala Trabalhista pessedista-----	162
3.2. Ingresso de José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha no PTB: cisão municipal-----	165
3.3. A máquina pública em ação na Campanha Walter Jobim: o <i>Diário de Notícias</i> denuncia -----	174
3.4. Eleição para prefeito em 1947 -----	180
3.5. O Acordo Interpartidário no Rio Grande do Sul -----	196
3.6. A Fórmula Jobim: um novo “Acordo Interpartidário” -----	199
3.7. O PSD Autonomista (PSDA): dissidência gaúcha-----	207
4. O PSD como dissidente no plano nacional a partir da década de 1950 -----	213
4.1. A dissidência gaúcha no Governo Vargas -----	213
4.2. Assis Chateaubriand no desgaste do governo Vargas: 1951-1954 -----	220
4.3. Fim do PSDA: rompimento de João Neves da Fontoura com Getúlio Vargas ----	225
4.4. Intervenção do PSD nacional na seção gaúcha: eleição presidencial em 1955 ----	230
4.5. Os dissidentes gaúchos durante o governo Juscelino Kubitschek -----	236
4.6. Esgotamento da dissidência pessedista (1960-1965) -----	243
Considerações finais -----	252
Fontes Consultadas -----	258
Referências Bibliográficas -----	259

Lista de Tabelas

TABELA 1: Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região das Missões (1ª Zona) -----	67
TABELA 2: Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região do Planalto Médio (2ª Zona) -----	85
TABELA 3: Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região do Planalto do Nordeste (3ª Zona)-----	91
TABELA 4: Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região Litoral (4ª Zona)-----	97
TABELA 5: Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região da Serra do Sudeste (5ª Zona) -----	113
TABELA 6: Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região da Campanha (6ª Zona) -----	123
TABELA 7: Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região da Depressão Central (7ª Zona) -----	137
TABELA 8: Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região da Encosta da Serra (8ª Zona) -----	152
TABELA 9: Candidatos a prefeito e vice-prefeito do PSD em 1947: Região das Missões (1ª Zona) -----	182
TABELA 10: Candidatos a prefeito e vice-prefeito do PSD em 1947: Região do Planalto Médio (2ª Zona) -----	184

TABELA 11: Candidatos a prefeito e vice-prefeito do PSD em 1947: Região do Planalto do Nordeste (3° Zona) -----	185
TABELA 12: Candidatos a prefeito e vice-prefeito do PSD em 1947: Região do Litoral (4° Zona) -----	186
TABELA 13: Candidatos a prefeito e vice-prefeito do PSD em 1947: Região da Serra do Sudeste (5° Zona) -----	187
TABELA 14: Candidatos a prefeito e vice-prefeito do PSD em 1947: Região da Campanha (6° Zona) -----	189
TABELA 15: Candidatos a prefeito e vice-prefeito do PSD em 1947: Região da Depressão Central (7° Zona) -----	190
TABELA 16: Candidatos a prefeito e vice-prefeito do PSD em 1947: Região da Encosta da Serra (8° Zona) -----	193

Resumo

Este trabalho apresenta a trajetória do PSD gaúcho e a sua relação com o jornal *Diário de Notícias* de 1945 a 1965. Por não seguir a orientação político-partidária, indicada pelo seu partido nos períodos eleitorais, esse diretório regional foi considerado o mais dissidente do país. Durante esse período, o partido no Rio Grande do Sul foi cindindo lentamente, sofrendo em muitos momentos, a interferência do proprietário do *Diário de Notícias*, Assis Chateaubriand.

As linhas de reflexão do jornal variaram conforme as mudanças ocorridas na conjuntura política daquele período, no entanto, encampou várias campanhas políticas com vistas a atingir seus interesses. Portanto, buscou-se compreender o papel desempenhado por esse jornal na organização e consolidação do PSD gaúcho, desde o seu início no fim do Estado Novo até a sua desagregação na década de 1960.

Palavras-chave: Partido Social Democrático, partidos políticos, Rio Grande do Sul, imprensa, Diário de Notícias.

Introdução

O Partido Social Democrático (PSD) desde seu surgimento em 1945 foi um dos partidos que mais ocupou espaços nas esferas do poder. Foi majoritário na Câmara de Deputados, elegeu dois presidentes da República (1945 e 1955), contribuiu para a eleição de Getúlio Vargas em 1950, integrou praticamente todos os ministérios do período e, tendo ainda eleito vários governadores. No Rio Grande do Sul foi o partido que mais esteve à frente do governo do estado com Walter Jobim (1947-1950), Ildo Meneghetti (1954-1958) e novamente Ildo Meneghetti (1962-1967).

Na trajetória desse partido no Rio Grande do Sul estiveram envolvidos vários agentes e elementos da sociedade. Pode-se considerar que a história de qualquer partido e, por sua vez também a do PSD, não poderá deixar de ser a história de um ou mais grupos sociais que não são isolados, pois tem amigos, afins, adversários, inimigos. Entretanto, não somente “do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que se estudar a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país”.⁴

Contudo, um partido nem sempre terá a mesma forma ou atitude dentro de um país, porque as condições locais, traçadas pela diversidade sócio-econômica, cultural e política acarretam diferenças marcantes na estrutura partidária e na ação desse partido, de estado para estado. Em vista disso, o entendimento da atuação do PSD no Rio Grande do Sul, permitirá resgatar elementos e especificidades que poderão contribuir para a construção de uma visão mais ampla deste partido no sentido de se entender melhor o campo político no estado. Pretende-se analisar a sua formação objetivamente desde 1945 quando procurou tornar-se uma força de coesão atuante, até a sua lenta desagregação na década de 1960.

Na construção da trajetória desse partido, o jornal *Diário de Notícias* será um dos principais objetos e fonte de estudo. Não se pretende construir a história desse jornal e sim sua relação com um determinado partido, não o entendendo como uma fonte objetiva de

⁴ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, política e Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 24.

verdade histórica, mas como um órgão de imprensa que tem uma subjetividade implícita, isto é, não meramente informativa, mas formativa de opinião, o que o caracteriza também como um objeto de pesquisa.

Algumas notícias na imprensa demonstram não apenas o registro do dia-a-dia e sim atitudes de determinado jornal, que organiza esses acontecimentos conforme seu próprio filtro. Entretanto, existem muitas maneiras de se estudar a história das idéias políticas e sociais através da imprensa. Alguns autores utilizam a lingüística nessa análise mas, este trabalho preocupou-se com a identificação das matrizes das idéias, procurando compreender os pressupostos dos projetos políticos veiculados nos jornais.

O método quantitativo será utilizado apenas para localizar as ausências e freqüências em relação a esse partido, ou seja, a presença ou não de determinados assuntos sobre o PSD gaúcho. Pretende-se analisar qualitativamente os editoriais, artigos de Assis Chateaubriand e as colunas políticas. Partindo-se do pressuposto que “é impossível a introdução de novos elementos em um terreno qualquer do conhecimento sem compará-lo com os já conhecidos” utilizaremos o método comparativo para considerar as variações ocorridas no período de 1945-1965 situando historicamente esses artigos.⁵

Assim sendo, a análise desse jornal exigiu um constante diálogo com várias fontes objetivando captar o movimento daquele contexto histórico, pois nas notícias impressas não estão apenas elementos subjetivos daquele que a produz mas também os interesses aos quais está vinculado e que, portanto, defende. Desse modo, a partir desses elementos de análise, procurou-se identificar o posicionamento desse jornal nos momentos fundamentais da história do PSD no Rio Grande do Sul.

Para tanto o primeiro capítulo aborda a origem do jornal em questão, buscando-se trazer toda a trajetória desde a década de 1930 com suas reações dentro das contradições do jogo político, até o início da década de 1940. No segundo capítulo, analisa-se a estratégia utilizada pelo partido governista para se estruturar no estado, durante o ano 1945. Neste momento, o *Diário de Notícias* foi visto mais como fonte do que propriamente como objeto, pois pouco “noticiou” essa organização partidária, já que Assis Chateaubriand, prestando apoio a UDN tentou demonstrar uma fragilidade no PSD desde a sua organização inicial, dando ênfase às dissidências internas nesse processo. Ainda, procura-se privilegiar a posição desse jornal na campanha eleitoral em 1945.

⁵ CARDOSO, Ciro F. S. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 412.

Procurando ressignificar a análise do *Diário de Notícias*, busca-se o confronto com outras fontes. Assim sendo, neste capítulo é apresentada, também, uma numerosa correspondência oficial do governo estadual do ano de 1945, trocada entre o interventor e os prefeitos municipais, e ainda, com os juízes eleitorais. Essa documentação foi relacionada, também, com a bibliografia encontrada desses municípios.⁶

No terceiro capítulo, evidencia-se o processo de “desgetulização” desse partido, ou seja, a saída de pessedistas gaúchos partidários de Getúlio Vargas desde a sua fundação, em 1945, até início da década de 1950. Foi um período decisivo na formação da base política do PSD gaúcho que, no entanto, tornou-se muito conflituoso devido à campanha anti-Vargas desencadeada pelos *Diários Associados*. A primeira etapa da desgetulização do PSD gaúcho se deu com a formação da Ala Trabalhista, no ano de 1945. A segunda ocorreu no ano de 1946, com a saída de duas personalidades importantes desse partido, José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha, que lideraram uma vertente formadora do PTB gaúcho, a “pragmática-getulista”. Por fim tem-se uma terceira etapa na desgetulização através da formação do PSD autonomista (PSDA) a partir de 1949.

O quarto capítulo aborda a consolidação do PSD gaúcho, em nível nacional, como uma dissidência político-partidária, por não seguir as orientações políticas do diretório nacional nos períodos eleitorais, a partir de 1950 até a década de 1960. Foi um período de grande tensão nacional, pois o partido, em determinados estados, perdeu apoio eleitoral dos seus próprios diretórios mas, ganhou apoio do senador pessedista Assis Chateaubriand.

A partir desses elementos de análise, pretende-se identificar o posicionamento do *Diário de Notícias* nesses momentos fundamentais para a atuação do PSD. O estudo do jornal e sua relação com o PSD gaúcho pode nos mostrar o *Diário de Notícias* enquanto um agente histórico, capaz de defender determinados projetos políticos e de se comprometer com as várias instâncias do poder, além de contribuir para o entendimento de parte da história do Partido Social Democrático, no Rio Grande do Sul.

⁶ Foram analisados mais de mil telegramas desses 92 municípios gaúchos.

1. Política e Imprensa

*“Jornais não são partidos políticos.
Mas como se parecem às vezes!”
Francisco Weffort*

O Partido Social Democrático (PSD) desde 1945 foi uma força majoritária na Câmara de Deputados, elegendo vários presidentes e integrando praticamente todos os ministérios até 1964. Este partido possuiu uma eficiência real, contribuindo para criar ou ainda, impedir alguns acontecimentos durante os seus 25 anos de existência. Entretanto, nos momentos fundamentais de atuação desse partido, os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, desempenharam um papel central através da formação de opiniões, defendendo determinados projetos políticos e, desse modo, interagindo com as várias instâncias do poder. No Rio Grande do Sul, antes mesmo da fundação do PSD, o jornal *Diário de Notícias* deu movimento aos governos, direcionando debates e desencadeando conflitos com vistas a atingir seus interesses como se visualizará neste capítulo.

Desde o século XVIII a imprensa passou a ser utilizada como uma ferramenta do poder pelos partidos políticos. Os primeiros partidos políticos modernos, com maior expressão, surgiram na Inglaterra em 1832, e na França em 1848. Formaram-se dentro de um estado liberal, pois o liberalismo se consolidou na Inglaterra no século XVII e, no restante da Europa no século XVIII. As teorias políticas liberais clássicas separavam o estado da sociedade civil. O estado aparecia como uma instância impessoal de dominação, como árbitro dos conflitos sociais e como mantenedor da ordem através do estabelecimento e aplicação das leis. A sociedade civil era vista como um conjunto diversificado de relações sociais entre classes e grupos separados da vida privada e da vida política, cujos interesses podiam opor-se.

Mobilizações da Burguesia e lutas populares desde o século XVIII forçaram este estado liberal a tornar-se uma democracia representativa, dando maior espaço à cidadania política. Nesse contexto os partidos políticos surgiram no intuito de disputar o poder político, sendo vistos e concebidos como um agrupamento ideológico que formava opiniões. Essas organizações representaram a expressão política de uma nova classe

emergente, a burguesia.⁷ Assim, os partidos políticos se propuseram a atuar como uma instituição, ou seja, um elo entre a relação opinião pública/governo.

A partir desse momento, os partidos políticos utilizaram a imprensa como um aparelho irradiador de sua ideologia. A imprensa, como literatura impressa, surge bem antes da organização partidária e, esteve ligada ao mesmo meio social, ou seja, a burguesia. A imprensa surge na Europa, em fins da Idade Média, em meio ao desenvolvimento do comércio interno, renascimento e expansão urbana, criação das universidades e formação de uma nova elite intelectual.⁸

Neste período, os comerciantes trocam informações relativas à circulação de mercadorias nas diversas regiões. Esta imprensa, de informação, circulou apenas entre um restrito grupo de comerciantes e empregados das chancelarias urbanas e das cortes. No século XVI a imprensa chegou à América, sendo na cidade do México, através dos espanhóis e no Brasil por meio dos portugueses, tendo sido em ambos os casos, uma iniciativa da Coroa.

1.1. A imprensa na história do Brasil: ferramenta do poder

As condições sociais e econômicas da colônia foram um grande obstáculo para o surgimento da imprensa no país. No Brasil, havia a predominância de uma população rural, escrava e em sua maioria analfabeta, pois a ocupação do território brasileiro, de natureza feitorial, levou em consideração apenas os interesses comerciais retardando ao máximo as incitativas intelectuais.⁹ Assim, a Coroa portuguesa sempre temeu que a imprensa representasse um instrumento de crítica à dominação.

Antes da chegada da família Real ao Brasil, não havia um aparelho estatal em operação, nem atividades industriais que exigissem a circulação de informação ou

⁷ Os partidos de massa surgiram em fins do século XIX como resposta ao capitalismo industrial. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974; FLEISCHER, David V. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981.

⁸ LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003; MELLO, José Marques. **História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

⁹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969; HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

expediente burocrático–mercantil (notas fiscais, formulários, etc). Portanto, o primeiro jornal no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* surgiu somente em 1808 por iniciativa oficial. Com a chegada da

Corte de D. João, Antonio de Araújo, futuro conde da Barca, na confusão da fuga, mandará colocar no porão da Medusa o material fotográfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado. Aportando ao Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa, à rua dos Bardanos.¹⁰

A *Gazeta do Rio de Janeiro* informava apenas sobre os domínios reais, ou seja, sobre os decretos e os fatos ligados a família real. O *Correio Brasiliense* foi outro jornal que circulou no Brasil ainda em 1808. Apesar de ser editado em Londres, por Hipólito da Costa, entrou clandestinamente no país com duras críticas ao governo brasileiro. O surgimento do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* veio fortalecer a tese de que o absolutismo estava em declínio, visto que, este

já precisava dos louvores, de ver proclamadas as suas virtudes, de difundir os seus benefícios, de, principalmente, combater as idéias que lhe eram contrárias. Ao mesmo passo que, com a abertura dos portos, crescia o número de impressos entrados clandestinamente, inclusive jornais, e não apenas o *Correio Brasiliense*, apareciam as folhas que tinham badejo oficial e que pretendiam neutralizar os efeitos da leitura do material contrabandeado. O absolutismo luso precisava, agora, defender-se. E realizou a sua defesa em tentativas sucessivas de periódicos, senão numerosos pelo menos variadas.¹¹

Após a Revolução do Porto, em 1820, surgiram, como uma iniciativa oficial, as oficinas impressoras na colônia. No intuito de mobilizar e unir as classes para a luta contra a dominação lusa os representantes da classe dominante colonial fizeram concessões à liberdade de imprensa, mas com restrições.

Entre a partida de D. João VI para Portugal e a dissolução de nossa primeira Assembléia Constituinte por seu filho D. Pedro I, o Brasil viveu um período de intensas e profundas transformações. Promovidas por uma elite concentrada no sudeste do país, principalmente no Rio de Janeiro, mas com força de elementos de São Paulo e de Minas, sofrendo os ecos do que acontecia em lugares distantes como Pernambuco e Bahia, dessas transformações foi motor e veículo a imprensa. Aquele curto período de nossa história, quando foram tomadas decisões cujas conseqüências se espriam por toda a nossa vida e nação independente, foi o contexto em que a política e a imprensa se confundiram de forma mais radical.¹²

¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1990. p. 19.

¹¹ Id., p. 29.

¹² LUSTOSA, op. cit., p.59.

Com a Constituição de 1824 os latifundiários escravistas conseguiram fortalecer uma monarquia centralizadora. Dessa forma, as províncias não tiveram autonomia política e nem econômica, gerando a insatisfação das oligarquias regionais. Por isso, o desenvolvimento da imprensa não se deu apenas em função das lutas políticas na Corte, mas “estendeu-se a todo país, particularmente nas províncias em que as lutas políticas alcançaram nível mais alto”.¹³ Devido às dificuldades de transporte e do serviço de Correio os jornais da Corte e das capitais de Província não se difundiram muito além do local onde eram editados, assim, a imprensa se expandiu mais eficazmente pelo interior.

Mesmo assim, o governo procurou amenizar o impacto de jornais que criticavam a sua administração, para isso financiando outros jornais. Nessa perspectiva, em 1827, surgiu *O Diário de Porto Alegre* como o primeiro jornal do Rio Grande do Sul, sob proteção de Salvador José Maciel, o presidente da Província no qual eram publicados essencialmente atos e comunicações do governo provincial. Entretanto,

não foram poucos os problemas criados para a presidência da Província por publicações feitas no jornal, especialmente com o resultado de críticas que se faziam, ali, de modo particular a atuação do marechal Brown. O jornal agravou atritos entre a administração provincial e o Exército imperial, sobretudo por dar divulgação a irregularidades cometidas pela oficialidade que servia em Porto Alegre, onde o marechal Brown, ao seu tempo, tinha seu quartel general. O comandante militar censurou este procedimento do jornal. O presidente da Província, por sua vez, dirigiu correspondência a Corte sobre o assunto, recebendo como resposta a informação que D. Pedro I recomendava a melhor harmonia com as autoridades militares.¹⁴

Esse desencontro de opiniões entre a administração provincial e a Corte refletiu as disputas entre conservadores e liberais, resultando em conflitos armados pelo país. Dessa forma, no Rio Grande do Sul, a imprensa veio a se fortalecer em meio ao processo da Revolução Farroupilha, em 1835, quando confrontos político-partidários incentivaram o

¹³ SODRÉ, op. cit., p.129.

¹⁴ VIANNA, Lourival. **Imprensa Gaúcha (1827-1852)**. Porto Alegre: Museu de Comunicações Social Hipólito José da Costa, 1977. p.18.

surgimento de novos jornais. A disputa entre farrapos e legalistas encontrou nos jornais um espaço para divulgação e defesa de seus ideais.¹⁵

Assim, desde a criação dos primeiros jornais no Rio Grande do Sul, até a criação da República Rio-Grandense, a imprensa passou por um avanço constante.

A partir de então ocorreu uma tendência ao declínio, culminando no período entre 1842 e 1844, com o completo desaparecimento das atividades jornalísticas. Esta ausência de jornais deveu-se ao próprio desgaste político-militar advindo do prolongamento da guerra, trazendo também como consequência direta, a crise econômica para a Província. Além disso, a legislação de imprensa que passou a vigorar em dezembro de 1841 também serviu para inibir a continuidade do jornalismo opinativo predominante a época, uma vez que os pequenos crimes, dentre os quais o da imprensa, passaram a ser averiguados pelos delegados de polícia, o que colocava os jornais sob o controle mais direto e incisivo das autoridades locais.¹⁶

Com a recuperação econômica e pacificação política, a partir de 1845, a imprensa gaúcha reiniciou a sua expansão. Entretanto, é importante perceber que desde o seu início as “paixões políticas” reservaram pouco espaço para a “divulgação sobre a vida da comunidade” pois, as notícias se restringiam à chegada de navios ao porto de Rio Grande.¹⁷ Nesta segunda metade do século XIX, tem-se no país, uma interação muito grande entre literatura e imprensa. Buscando atrair um público-leitor maior, os jornais tentam congregiar todas as correntes políticas e filosóficas presentes na sociedade. Em contra partida, “os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade em primeiro lugar e, em segundo, um pouco de dinheiro, se possível”.¹⁸

Contudo, as colaborações literárias

começam a ser separadas, na paginação dos jornais: constituem matéria à parte, pois o jornal não pretende mais ser, todo ele, literário. Aparecem seções de crítica em rodapé, e o esboço do que, mais tarde, serão os famigerados suplementos literários. Divisão da matéria, sem dúvida, mas intimamente ligada à tardia divisão do trabalho, que começa a impor as suas inexoráveis normas.

¹⁵ A atuação dos jornais do Rio Grande do Sul, neste período, foi parte integrante de três correntes políticas: direita conservadora, esquerda liberal e direita liberal. SILVA, Jandira M. M.; CLEMENTE, Elvo, BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa Sul-Riograndense**. Porto Alegre: CORAG, 1986. p. 81-84.

¹⁶ ALVES, Francisco das Neves (org.). **Rio Grande do Sul: história, historiografia & memória**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. p. 20.

¹⁷ VIANNA, op. cit., p. 35.

¹⁸ SODRÉ, op. cit., p. 292.

É um pouco dessa transformação que decorre a proliferação das revistas ilustradas que ocorre a partir daí. Nelas é que irão se refugiar os homens de letras, acentuando a tendência do jornal para caracterizar-se definitivamente como imprensa.¹⁹

No Rio Grande do Sul, essas revistas literárias surgiram, após a proclamação da República, trazendo uma literatura produzida por intelectuais gaúchos voltada mais para um público-leitor urbano.²⁰ Com esse distanciamento progressivo da literatura a imprensa gaúcha seguiu um processo que se desenrolou em nível nacional e mundial, e que marcou “uma nova era de modernização na imprensa sul-rio-grandense”.²¹ Um exemplo dessa gradual transformação foi *O Mercantil*, fundado em Porto Alegre no ano de 1849, que será um dos pioneiros no estado a demonstrar o interesse pelos acontecimentos que envolviam a comunidade em geral. Usando uma impressora movida a gás este jornal alcançou uma tiragem igual aos jornais da Província. Ainda, foi o pioneiro na venda avulsa de jornais pelas ruas, com o preço bem inferior ao que se comprava em seu escritório.

A corrida para a revolução nas técnicas de imprensa se deu quando *O Times*, na Inglaterra, em 1814, utilizou a máquina a vapor na sua impressão. Esta mudança representou o ponto de partida para a produção em massa que permitiu reduzir o custo e acelerou a circulação dos jornais. O desenvolvimento desse tipo de produção acompanhou o surto demográfico e a concentração urbana da população ocidental, gerando a abertura de novos mercados e a necessidade de conquistá-los. A propaganda, e o anúncio apareceram “como traço ostensivo das ligações entre a imprensa e as demais formas de produção de mercadorias”. Neste momento a imprensa contou com a facilidade de circulação devido ao uso do telefone, uso do telégrafo e a instalação da primeira agência de notícias em 1874.²²

Contudo, no Brasil, em fins do século XIX, tem-se ainda uma proliferação muito grande de jornais políticos, frente ao processo de Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, formando na capital e no interior, blocos políticos liberais, republicanos e conservadores. Mas, a passagem para o século XX, marcou no país, a modificação dos jornais de uma estrutura artesanal para uma industrial, onde os pequenos jornais também cederam lugar às grandes empresas jornalísticas

¹⁹ Id., p. 296.

²⁰ FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa literária do século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

²¹ VIANNA, op. cit., p. 33.

²² SODRÉ, op. cit., p. 03.

com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se a relação do jornal com o anunciante, com a política, com os eleitores. Essa transição começará antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçará, mas fica bem marcada quando se abrirá a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país em seu conjunto, e nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte.²³

Essa transição, de uma estrutura artesanal para uma industrial, é lenta. No interior, a empresa artesanal persistiu por muito tempo. No Rio Grande do Sul, o *Correio do Povo* foi o primeiro jornal a se adequar a esse novo modelo. Apresentou, em suas páginas, a análise do mercado de capitais e as intrínsecas relações da sociedade capitalista. Ainda tornou-se um dos pioneiros a utilizar a máquina a vapor e os serviços ferroviários para distribuição pelo interior. Assim, o aperfeiçoamento do maquinário possibilitou a redução dos custos e conduziu a uma redução também do preço pago pelo leitor.

O período entre a campanha civilista e o pós-guerra de 1919, marcou grandes transformações na imprensa.

Se, com o após-guerra, profundas alterações se denunciam na vida brasileira, tais alterações, para a imprensa, acentuam rapidamente o acabamento da sua fase industrial, relegando ao esquecimento a fase artesanal: um periódico será, daí em diante, empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas.²⁴

Em fins da década de 1920, no Rio Grande do Sul, iniciou-se a decadência dos jornais de cunho estritamente partidários. Vários elementos contribuíram para o declínio desse tipo de jornal e para uma produção mais acentuada nos moldes capitalistas, entre eles, a crise instaurada após a Primeira Guerra Mundial que obrigou várias folhas menores a diminuir o formato e a periodicidade; a expansão de uma economia de mercado; o crescimento da classe média urbana também com os imigrantes; a ampliação do comércio e da indústria; os avanços tecnológicos e um aumento da escolarização. Além disso, o público leitor, em sua maioria uma camada média em ascensão, começou a desenvolver novos interesses intelectuais.²⁵

²³ Id., p. 275.

²⁴ Ibid., p. 355.

²⁵ No final da década de 1920 começou a operar a primeira emissora de rádio brasileira e, surgiu também, a primeira revista ilustrada brasileira, *O Cruzeiro*.

O próprio sistema político não conseguiu mais lidar com as contradições de seu desenvolvimento, resultando no movimento de 30. Desde 1929 intensificaram-se as articulações com vistas às eleições presidenciais marcadas para março de 1930, sendo realizadas as convenções que lançaram os candidatos à presidência: pela situação, Júlio Prestes e, pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas. A maior parte da imprensa apoiou a Aliança liberal, contribuindo para a instauração do Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Esse período foi marcado por uma divisão no poder, o qual esteve fragmentado pelas diferentes oligarquias no conjunto do país, mesmo que de forma desigual. Apesar de ter sido instaurado um regime, de fato, no pós-30, traduzindo um maior poder central sobre os estados e uma maior autoridade para esses, os poderes regionais continuaram com grande liberdade. Até mesmo, porque as lideranças situacionistas foram afastadas momentaneamente e substituídas por interventores tenentistas, sendo que os grupos oligárquicos continuaram a administrar os cargos municipais e estaduais.²⁶ Dessa forma, o estabelecimento dos reais centros decisórios veio dividir, ainda mais, estes grupos. Alguns deles passaram a identificar-se com uma visão autoritária da vida política e partidária tornando mais difícil, uma real participação das camadas urbanas no processo eleitoral.²⁷

A primeira manifestação efetiva de uma maior participação popular e o conseqüente alargamento da ação partidária, ocorreu no âmbito político, com o código eleitoral expedido em 1932 pelo Governo Provisório. Por um lado, essa manifestação foi muito importante já que preparou as condições básicas para a autenticidade democrática do partido político, instituindo, assim, a representação proporcional, o voto secreto e a Justiça Eleitoral. Por outro lado, a nova legislação conseguiu a cooptação dos setores do proletariado que se formou através da figura de representação classista, buscando, a submissão da representação sindical aos interesses governistas. Reafirmou-se a condição de defesa do liberalismo ao mesmo tempo em que se reconheceu a necessidade de ação do estado em alguns setores, pois criava-se a representação classista. No entanto, as iniciativas das decisões trabalhistas concentravam-se na mão do executivo, o que deixou de lado outro passo decisivo, que foi a criação de partidos nacionais.²⁸

²⁶ CARONE, Edgard. **República Nova (1930-1937)**. São Paulo: Difel, 1985a. p. 87.

²⁷ MOTTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difusão Européia, 1995.

²⁸ NOLL, Maria Isabel. **Partidos políticos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1980 (Dissertação de Mestrado). p. 109.

As crises deste período podem ser vistas como uma tentativa de institucionalização de um poder sobre uma estrutura pouco reformada, pois o velho quadro do regionalismo partidário da Primeira República sobreviveu juridicamente à constituição de 1934, onde os partidos não apareceram como entidades definidas, e sim sob o aspecto preliminar de correntes de opinião. O estado encaminhou-se para a centralização autoritária, causando uma deslegitimação dos mecanismos eleitorais. É visível, neste ponto, o papel exercido pela ideologia e também pela centralização prévia, que desde 1930 foi desenvolvida sob um aparelho burocrático estatal forte ocupando o espaço organizacional no qual a ideologia havia criado condições para a exclusão dos partidos existentes e/ou os que viriam a se constituir.²⁹

No âmbito regional, na década de 1930, destacou-se uma mudança na relação da política coronelística gaúcha com o estado, a partir do qual os coronéis situacionistas agregaram-se a um novo partido, o PRL. Em vista disso,

houve uma relativa perda nesta relação direta, pela penetração cada vez maior do estado nas decisões políticas locais, sem que, no entanto, houvesse a compensação com o aumento do poder dos municípios e dos coronéis ao nível estadual.³⁰

No entanto, a oposição gaúcha caracterizou-se pela Frente Única (FUG), a qual adotou uma prática mais tradicional, com estilo das oligarquias da República Velha. O PRL com uma posição “modernizadora” aceitou a atuação de um governo central e regulador que legitimou o poder do executivo no pós-30. Portanto, o Rio Grande do Sul, com uma larga inspiração positivista e como um grande fornecedor do mercado nacional, iniciou um processo de rearticulação do sistema partidário. Novos grupos começaram a se formar, tanto dentro dos partidos tradicionais como fora deles, acabando com o tradicional bipolarismo do sistema partidário gaúcho, pressionando ainda mais essas duas forças.³¹

Nesse cenário político surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB), o Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A AIB defendeu uma união nacional, sendo composta por diversas correntes de pensamento que apenas transpareciam uma coesão política. Na oposição, agindo ativamente desde 1931 surgiu

²⁹ CHAUI, Marilena. **Ideologia e mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

³⁰ FÉLIX, Loiva Otelo. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. p. 189.

³¹ TRINDADE, Héglio. “Aspectos políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-grandense (1822-1937)”. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: Economia e política**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

ainda, o PCB, que não tendo condições de atuar legalmente em 1933, acabou formando a União Operária Camponesa do Brasil. No Rio Grande do Sul, o PCB, constituiu-se em um partido pequeno e suas ações concentraram-se mais nas atividades do movimento sindical, participando da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). O PCB ainda atuou conjuntamente com a Aliança Nacional Libertadora (ANL) pois, esta possuía, como integrantes, elementos de vários segmentos, formando uma frente ampla e não um partido político, atuando portanto, como um abrangente movimento popular.³²

Com a mobilização social da ANL, o PRL e a FUG uniram-se em defesa da estrutura agro-exportadora do estado, estabelecendo um acordo de “pacificação” do Rio Grande do Sul, que se desarticulou com a aproximação da sucessão presidencial de 1937 e com denúncias de não cumprimento do acordo. Neste período, aconteceram grandes cisões tanto dentro do PRL quanto, da FUG.³³ A FUG e a “dissidência liberal” aceitaram a perda do poder político, pois, teriam possibilidades de uma coalizão mais vantajosa com a preservação de seus interesses econômicos, o que veio a facilitar a instauração do Estado Novo.³⁴

Dessa forma, no ano de 1937, foi implantada a abolição da vida parlamentar, culminando com a anulação do congresso e a extinção dos partidos políticos. Estruturou-se um regime burocrático, centralizado, que tentou bloquear os canais de representação sindical, proibindo qualquer forma de organização partidária. A constituição tornou limitada a ação do executivo, sendo-lhe permitido governar por Decretos-Lei, fixando-se a data para eleições federais em 1945 e os pleitos estaduais para o ano de 1946.

O Estado Novo apoiou-se em diversas forças: burguesia e pequena burguesia, frações das classes oligárquicas, cúpula das Forças Armadas, oficiais saídos do movimento tenentistas, oficiais e civis integralistas, intelectuais, contando até mesmo com o apoio de parte da Igreja. A organização e administração do sistema de produção foram as estratégias centrais desse regime pois, se os mecanismos de funcionamento fossem os mais eficientes possíveis evitariam a interferência de elementos estranhos a esta ordem e estabeleceriam ainda, uma rede nacional de fortes alianças. Para tanto, muitos mecanismos político-

³² KONRAD, Diorge Alceno. **1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUCRS, 1994 (Dissertação de Mestrado). p. 332.

³³ CORTÉZ, Carlos F. **Gaúcho politics in Brasil: the politics of Rio Grande do Sul (1930-1964)**. Albuquerque, Un. Of New México Press, 1974. p. 105.

³⁴ TRINDADE, op. cit., 1993. p. 190.

institucionais foram criados ou adaptados durante o Estado Novo como o sistema de interventorias, o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), as Forças Armadas, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), etc.³⁵

No início da década de 1930 já existiam três órgãos responsáveis pela veiculação de informações pela sociedade, o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DOPC) e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Com a instauração do Estado Novo, a nova Carta Constitucional atribuiu à imprensa o caráter de utilidade pública, por isso, deveria seguir regras específicas e atuar com várias restrições.

Para aperfeiçoar o controle dos meios de comunicação, o DNP foi extinto em 1939 e surgiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP ficou responsável pelo serviço de propaganda e publicidade de todos os ministérios, departamentos e estabelecimentos de administração pública federal. A partir de 1940, este órgão instaurou sede em todos os estados do Brasil, dando origem a departamentos estaduais (DEIP).

A criação do DIP representou mais um passo no silenciamento das críticas a Getúlio Vargas. Dessa forma, durante o Estado Novo, os jornais getulistas tiveram a oportunidade de exaltar Vargas como promotor do progresso, enaltecendo as realizações do governo no terreno econômico e no campo da legislação social, sendo que a palavra progresso se fazia presente até nos anúncios publicitários.³⁶ Assim, os jornais foram obrigados a servir à ditadura, assumindo uma posição de mediadores entre o governo e a população, sendo o DIP um dos grandes responsáveis por garantir, publicamente, uma unidade nacional em torno da imagem de Getúlio Vargas.³⁷

Foi neste momento que a imprensa, em meio a um controle político, percebeu que o caráter político não precisava ser explícito e consolidou, ainda mais, a sua estrutura,

³⁵ A criação de um mercado nacional capitalista, com um sistema político forte para assegurar a soberania foram metas incessantes do governo, por isso, adotou medidas nacionalistas (cautelosas) e centralizadoras que foram aplicadas em diversos setores da sociedade. Implantadas apenas em certas instâncias, pois uma política nacionalista mais forte não podia ser efetivada, visto que muitas vezes o Estado esteve preso a pressões externas.

³⁶ CAPELATO, Maria Helena R. **Arautos do Liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 210.

³⁷ CAPELATO, Maria Helena R. "O Estado Novo: o que trouxe de novo?" In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção O Brasil Republicano, Livro 2); GARCIA, Nelson Hahar. **Estado Novo**. Ideologia e propaganda política. São Paulo: Loyola, 1981.

orientando a opinião através da notícia. Assim, investiu em agências especializadas em colher, preparar e distribuir essas notícias.³⁸ O jornal *Diário de Notícias*, de propriedade dos *Diários Associados*, tornou-se o segundo maior jornal do estado em “virtude da sua adequação a esse modelo de concorrência”, no qual a opinião vinha de forma implícita.³⁹

Em meados da década de 1940, com o enfraquecimento da ditadura, os jornais puderam se posicionar de forma mais clara. As agências de notícias, já haviam se associado aos monopólios industriais em ascensão e terminaram concentrando-se como aqueles. Essas grandes corporações passaram a manipular a opinião e a conduzir preferências através de grandes campanhas. Depois da luta entre a informação e a opinião apareceu à luta entre a opinião e a forma organizada da propaganda, a publicidade. A mudança seguinte foi a do conteúdo do anúncio (produtos isolados, mais ilustrados e coloridos). Na década de 50 essas mudanças já atingiam, praticamente, todos os grandes jornais.

Nos anos 60 a imprensa voltou a ser controlada e muitos jornais sofreram intervenções diretas, principalmente, a partir da Lei da Imprensa (Lei nº 5.250) em março de 1967. Vários dispositivos constitucionais, Atos Institucionais e até a Lei de Segurança Nacional legislaram ao lado dessa Lei, sobre a imprensa. Com o Ato Institucional nº 1, em abril de 1964, não se cerceou, por completo, a liberdade à imprensa, mas foi reafirmado, de forma implícita, seu limite, ao manter-se em vigor a Constituição de 1946. Entretanto, o Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, promoveu algumas alterações na constituição a fim de penalizar mais duramente os crimes de imprensa. A partir dessas modificações, entrou em vigor a Lei da Imprensa em início de 1967.

E, em dezembro de 1968 foi baixado o Ato Institucional nº 5, que conferiu ao presidente da República poderes para impor a censura prévia aos meios de comunicação. Assim, foi na década de 1970 que se proliferou uma imprensa alternativa, que congregou jornais de esquerda, revistas de “contra-cultura” e publicações de movimentos sociais. Em contrapartida, muitos jornais se beneficiaram com a censura pois, prestando apoio ao novo regime conseguiram expandir suas empresas. É nesse momento que os jornais pressionados

³⁸ Esses serviços prestados por essas agências tornavam o preço da notícia mais acessível do que os serviços telegráficos, possibilitando a baixa dos preços das vendas avulsas.

³⁹ RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: EDIUEFRGS, 1993. p. 66.

pelo formato inovador da TV, procuraram mudar o estilo jornalístico para acompanhar a velocidade das informações exigidas pelo público.

Em fins da década de 1970, “vários periódicos cujos representantes haviam articulado o golpe de 64, posicionaram-se a favor da abertura política”.⁴⁰ Mesmo com a revogação do Ato Institucional nº 5, em 1978, vigorou a Lei de Segurança Nacional (Lei 6.620 de dezembro de 1978). Apenas em 1983 se aboliu a interferência dessa Lei e com a Constituição de 1988 restaurou-se a possibilidade de livre expressão dos meios de comunicação.

Na década de 1980, a imprensa passou por uma nova modernização tecnológica, gráfica e editorial. Grandes conglomerados de comunicação passaram a comandar mais eficazmente o mercado. No Rio Grande do Sul, a raiz desse processo de formação dos referidos conglomerados, na imprensa, iniciou-se na década de 1930 com a chegada dos *Diários Associados* ao estado, mais especificamente com a compra do Jornal *Diário de Notícias*.

1.2. Estruturação do *Diário de Notícias* no Rio Grande do Sul

O *Diário de Notícias* foi o segundo maior jornal a circular no Rio Grande do Sul a partir da década de 1930. Surgiu em 1925 e fechou suas portas em 1979. Nesses 54 anos de publicações não só informou, mas direcionou, em alguns momentos, os debates e ações na sociedade gaúcha. Para visualizar essa prática é necessário entender como surgiu este jornal na década de 1920, e principalmente as relações com o seu novo proprietário, Assis Chateaubriand, da década de 1930 em diante.

Foi fundado em Porto Alegre, em 01 de março de 1925, por Francisco de Leonardo Truda, Raul Pilla, José Pedro de Moura, Raul Ribeiro, Roque Callage e Juvenal Mendisco, sendo quase todos ex-redatores do *Correio do Povo*.⁴¹ Leonardo Truda, um dos principais articuladores da fundação do *Diário de Notícias*, trabalhava anteriormente no *Correio do Povo*. Leonardo Truda atuava na direção do *Correio do Povo* mas, com a morte de Caldas Junior, assumiu o seu comando juntamente com Emílio Kemp (jornalista em *O País* no Rio

⁴⁰ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 56.

⁴¹ *Diário de Notícias*, 01 de março de 1975, p. 01. Suplemento do Cinquentenário.

Janeiro). A disputa para comandar o jornal gerou sérias desavenças entre Leonardo Truda e Emílio Kemp.

Segundo Breno Caldas,

para evitar brigas, eles ‘dividiram’ o jornal depois da morte do meu pai: um dia, quem mandava no jornal era o Truda, no outro, o Kemp. Era ridículo, porque a cada dia mudava a orientação. No dia em que um fazia o jornal, o outro ficava a riscar, criticando. No dia que o jornal saía com a direção do Truda, o Kemp acusava de só sair besteira, erros, etc. E vice-versa. Era uma rivalidade tremenda. Até que a coisa foi a um ponto que explodiu: o Kemp saiu e fundou um jornal chamado A Manhã, com o apoio do pessoal do Lulu dos Caçadores, do jogo do bicho, que veio para enfrentar o Correio do Povo e não durou um ano. Aí o Truda ficou chefiando a redação.⁴²

A viúva Dolores Alcaraz Gomes e seu irmão Joaquim Alcaraz, no intuito de ter um representante da família na administração do jornal, convocaram José Alexandre Alcaraz, o irmão mais novo, para assumir a direção.⁴³ Leonardo Truda “terminou não se acertando com o Alexandre e saiu. Saiu e fundou o Jornal *Diário de Notícias* com o José Pedro Moura, que era guarda-livros da Livraria do Globo”. O jornal “apareceu com o apoio velado da Livraria do Globo”.⁴⁴ A fundação do *Diário de Notícias* tomou corpo a partir de 23 de outubro de 1924 quando surgiu a *Sociedade Anônima Gráfica Portoalegrense*, com 78 acionistas.⁴⁵ Em abril de 1928 a Empresa foi transformada em *S.A. Diário de Notícias* e em dezembro de 1930 foi incorporada à cadeia dos *Diários Associados*.

O primeiro número do *Diário de Notícias* saiu numa “velha rotoplana que pertenceu ao Diário Alemão. Esse jornal havia fechado com a guerra de 1914. [...] Grande parte do material usado nesse primeiro número era emprestado por outros jornais”.⁴⁶ Era editado diariamente, com exceção das segundas-feiras, na rua dos Andradas, na *Graphica Porto Alegrense*. Possuía doze ou dezesseis páginas de tamanho standard (41,5 cm x 64 cm) com oito colunas de cinco centímetros.⁴⁷

⁴² CALDAS, Breno. **Meio século de Correio do Povo**: Glória e agonia de um grande jornal. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 103-104.

⁴³ Alexandre ocupava um cargo federal na inspetoria de estradas de ferro em Porto Alegre.

⁴⁴ CALDAS, op. cit., p.103-104.

⁴⁵ TILL, Rodrigues. **Ernesto Corrêa (1905-1978)**: um dos maiores jornalistas gaúchos. Porto Alegre: Renascença, 2001.

⁴⁶ *Diário de Notícias*, 01 de março de 1975, p. 01. Suplemento do Cinquentenário.

⁴⁷ A primeira Diretoria do *Diário de Notícias* era formada por: Francisco de Leonardo Truda (diretor de redação); Raul Pila (suplente); João Pedro de Moura (diretor-gerente); Raul Ribeiro (suplente); Adroaldo Mesquita da Costa, Pedro da Silva Pereira e Rosa Araújo & Cia. (conselho fiscal); Barcellos, Bertaso & Cia.

Várias propagandas já apareceram no primeiro número deste jornal, apesar de ainda não se ter a prática de investir em publicidade. Apenas na década de 1930 a palavra “anúncio” se tornou corrente na imprensa, momento em que surgiu também uma empresa publicitária gaúcha.⁴⁸ Foi a *Arthur do Canto Junior*, fundada em 1933, a primeira agência de “anúncios e reclames” surgida no Rio Grande do Sul. Desde o início, esta empresa passou por muitas dificuldades financeiras, visto que a fonte de renda principal continuava sendo “a exploração da vaidade humana. Um novo-rico, um ganhador de ‘sorte grande’, um pecuarista de médios rebanhos, um agricultor de colheitas fartas, um advogado de sucesso ou um político ambicioso” que necessitasse dos serviços.⁴⁹

O *Diário de Notícias* surgiu três anos após a Semana da Arte Moderna, num contexto de inquietação frente à exigência de uma modernidade que atendesse os novos anseios da sociedade burguesa e de crise do maior jornal do estado, o *Correio do Povo*.

Paralelamente a inquietação política, desenvolvia-se a inquietação jornalística, iniciada em manifestações importantes, ainda durante a Guerra Mundial, na pintura de Anita Malfatti e na escultura de Victor Brecheret, e tornando-se nítida na literatura com pós-guerra.[...] Essa inquietação estava naturalmente, enraizada em condições internas, que afetavam todas as formas de atividades, mas, recebia também, acentuada influência externa de um mundo abalado pelo conflito militar e pelo aparecimento da União Soviética.⁵⁰

Desse modo, em seu primeiro editorial, o *Diário de Notícias* tentou se contrapor a uma velha prática dos novos jornais de dizer aos seus leitores “ao que vem, o que propõe e o que espera” pois, “no fazer essa obrigada exposição, o jornal novo se assemelha, freqüentes vezes aos políticos velhos e matreiros, cujos programas, em busca de votos, abundam sempre de promessas sedutoras, que raro ou nunca se cumprem”. No entanto, se propõe a manter, como de praxe, o artigo-programa, salientando, contudo, a necessidade de fugirem “do sensacionalismo, que mais de uma vez, nestes últimos tempos, tem se

(Livraria do Globo), Osvaldo Kroeff e Barbosa, Barros & Cia. (suplentes). A redação do *Diário de Notícias em 1925* era formada por: Raul Pilla, Roque Callage, Raul Ribeiro, Juvenal Mendisco, João Jacinto Costa (secretário da redação), Luiz Vergara, Augusto Meyer, Theodomiro Tostes, João Santana, Sotero Gomes, João M. Cavalcanti, Paulo de Gouveia, Armando Fay de Azevedo, Sergio de Gouveia e Anor Butler Maciel; Ainda, como secretários de redação faziam parte: João Jacinto Costa; *Jornalistas*: Cícero Soares, Luiz Miranda, Augusto Totta Rodrigues. Rafael Saadi, Jaime Vignoli, Aluísio Corrêa Franco, Arno Muhlen, Ernesto Corrêa, Dario Vignoli e Almicar Suza da Silva. *Gerência*: J. Pedro Moura; *Diário de Notícias*, 01 de março de 1975, p. 03. Suplemento do Cinquentenário.

⁴⁸ *Diário de Notícias*, 02 de março de 1975, p. 04. Suplemento do Cinquentenário.

⁴⁹ *Diário de Notícias*, 02 de março de 1975, p. 04. Suplemento do Cinquentenário.

⁵⁰ SODRÉ., op. cit., p.362.

confundido com a noção de jornalismo moderno”. Para atingir esse objetivo, o *Diário de Notícias* se apresentou “liberto de todo vínculo partidário, para percorrer a sua estrada à margem da política e acima dos partidos”.⁵¹

No artigo-programa, o jornal esclareceu que estava em busca de um jornalismo moderno que “informe segura e minuciosamente o público, capaz de esclarecer à opinião toda a vez que problemas de interesse geral estejam em foco”. Ainda, afirmou que o *Diário de Notícias* seria “uma tribuna aberta ao eco de todas as opiniões legítimas”, tendo “os colaboradores plena liberdade de opinião, nos artigos que devidamente assinarem”, mas, “como consequência natural e lógica da liberdade” seriam “os autores exclusivos responsáveis, não se solidarizando com a redação”.⁵²

Neste período, o jornal contou com o serviço telegráfico da agência de notícias norte-americana *United Press*, além de correspondentes particulares. A modernidade proposta pelo jornal veio espelhando as mudanças tecnológicas e a tentativa de romper com um compromisso político-partidário. A responsabilidade de posicionamento político foi passada a terceiros, na medida em que o jornal “permitia” posicionamentos abertos, desde que assinados. Foi justamente esta pretensão “crítica desapaixonada” que levou o *Diário de Notícias* a uma grande crise financeira.⁵³ Até mesmo porque o jornal no movimento de 30

mantivera acesa a chama revolucionária contra os ‘carcomidos’ da República Velha. Na primeira de uma série de memoriáveis cruzadas cívicas que realizaria pela adultização política e econômica do Rio Grande e unidade do Brasil. Gastará na campanha formidável até o último tostão. A solicita bolsa de José Bertaso e Antonio Mostardeiro exaure-se vazia, mostra lista de resistência.⁵⁴

Fugindo da crise, os fundadores do *Diário de Notícias*, venderam o jornal a Assis Chateaubriand, que possuía um conglomerado de 90 empresas.⁵⁵ Em 1924, Assis Chateaubriand comprou o seu primeiro jornal no Rio de Janeiro, o matutino *O Jornal*. Em São Paulo, seis meses mais tarde, adquiriu seu segundo jornal, o *Diário da Noite*. Partindo

⁵¹ *Diário de Notícias*, 01 de março de 1925, p. 01.

⁵² *Diário de Notícias*, 01 de março de 1925, p. 02.

⁵³ *Diário de Notícias*, 01 de março de 1925, p. 01.

⁵⁴ *Diário de Notícias*, 02 de março de 1975, p. 04. Suplemento do Cinquentenário.

⁵⁵ Possuía dezenas de jornais; algumas estações de televisão; várias estações de rádio, dezenas de revistas; agências de notícias de propagandas; um castelo na Normandia; algumas fazendas produtivas espalhadas por 4 estados brasileiros; indústrias químicas e laboratórios farmacêuticos. MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994. p. 16.

desses dois órgãos iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística, que mais tarde viria a ser chamada de *Diários Associados*.⁵⁶

A estruturação desse empreendimento começou a se concretizar, mais eficazmente, a partir de 1929. Com o apoio de Getúlio Vargas, Assis Chateaubriand conseguiu recursos para ampliar sua cadeia jornalística e adquiriu, neste mesmo ano, o jornal de Belo Horizonte, *O Estado de Minas*. Ainda no ano de 1929, foram realizadas as convenções que lançaram os candidatos à presidência, e Assis Chateaubriand colocou seus jornais a serviço da causa aliancista, ou seja, apoiando Getúlio Vargas. Com essa adesão obteve recursos para lançar mais dois órgãos, o *Diário de São Paulo*, na capital paulista, e o *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro além de comprar o *Diário de Notícias* no Rio Grande do Sul.⁵⁷

Em 1927, Assis Chateaubriand havia tentado comprar o *Diário de Notícias* ao saber que enfrentava uma crise financeira

achou que era hora de colocar um pé no Rio Grande do Sul. O que os donos do jornal lhe ofereciam era uma subscrição de ações para o aumento do capital da empresa que lhe daria o controle absoluto do diário. O negócio estava na eminência de ser fechado quando o jovem deputado gaúcho Osvaldo Aranha conseguiu brechar as negociações. Aranha temia que por trás da ambição de montar uma cadeia nacional de jornais e revistas estivesse oculto algum plano político de Chateaubriand com vistas à sucessão de Washington Luis, em 1930. O suposto candidato podia até não ser o próprio jornalista, imaginava o deputado. Mas, com jornais estrategicamente plantados em algumas capitais brasileiras, aquele nortista baixinho poderia complicar os projetos que um pequeno grupo de gaúchos, liderados por Getúlio Vargas, tramava para as eleições presidenciais de 1930. O melhor era não correr riscos, e Aranha preferiu, por segurança, fazer agorar a compra do *Diário de Notícias*.⁵⁸

Com vistas às eleições presidenciais em 1930, o ainda candidato Getúlio, utilizou-se dos jornais dos *Diários Associados* para divulgar a sua plataforma, em contrapartida, Assis Chateaubriand, utilizou-se do apoio político e financeiro do líder gaúcho e da Aliança Liberal para incorporar novos veículos à sua rede. Contando com a “simpatia” dos maiores jornais do Rio Grande do Sul e de São Paulo, Assis Chateaubriand, defendeu a aquisição de jornais para transformá-los, declaradamente, em militantes, devendo assumir

⁵⁶ Em 1927, Assis Chateaubriand, fundou a revista *O Cruzeiro*, semanário que contou, em seu lançamento, com o auxílio de Getúlio Vargas. O ministro da Fazenda contribuiu com a metade do capital necessário para a estruturação da Revista.

⁵⁷ WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

⁵⁸ MORAIS, op. cit., p. 173.

como sua, a causa aliancista. Utilizando-se desse argumento, em menos de um ano, duplicou sua rede.

Primeiro teve de superar a enorme antipatia que alimentava por Osvaldo Aranha ('um incendiário permanentemente zangado') e convencê-lo da importância, para o movimento, de que ele, Chateaubriand, assumisse a propriedade e modernizasse o letárgico Diário de Notícias, de Porto Alegre. Envolvente e astucioso, Chateaubriand, não apenas conseguiu contornar o azedume do gaúcho, como os primeiros cinquenta contos dados a Leonardo Truda, dono do jornal (de um total de quatrocentos contos que custara o Diário de Notícias), saíram do caixa da Aliança Liberal e foram pagos pessoalmente por Osvaldo Aranha – o mesmo que meses antes abortara o negócio, temendo que aquilo fosse uma tentativa dos mineiros de pôr os pés no Rio Grande.⁵⁹

Desse modo, em dezembro de 1930, o *Diário de Notícias* passou a ser propriedade dos *Diários Associados*. A partir de então, este jornal precisou adequar-se as táticas de seu proprietário frente à vitória da revolução e a instauração do Governo Provisório de Getúlio Vargas. "Prevendo problemas com a censura", Assis Chateaubriand ordenou que os jornais e a revista Cruzeiro "mantivessem uma postura neutra e imparcial diante do governo, apenas noticiando atos. Quem quisesse ter opinião que fizesse como ele: comprasse um jornal. Nos associados, só o dono emitia opinião".⁶⁰ Assim, enquanto os seus jornais cobriam intensamente os atos do governo, dando a impressão de apoio ao governo, os seus artigos indicavam apoio à oposição. O fato é que as empresas de Assis Chateaubriand continuaram crescendo.

Com a instauração do Governo Provisório, Assis Chateaubriand recebeu inúmeros favores, entre eles a concessão de grandes empréstimos à cadeia dos *Diários Associados*, através da Caixa Econômica Federal. Ainda, associou-se a Edmundo Navarro de Andrade, secretário de Agricultura da Interventoria de São Paulo, para explorar o invento de uma aparelhagem de beneficiamento de café, vendendo-o depois para estado de São Paulo. Foi também favorecido pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Lindolfo Collor, que lhe patrocinou uma viagem à Amazônia, resultando em grandes reportagens para a sua cadeia.⁶¹

⁵⁹ Id., p. 201.

⁶⁰ Ibid., p. 261.

⁶¹ Assis Chateaubriand ajudou Lindolfo Collor a redigir o programa da Aliança Liberal.

O seu envolvimento com figuras importantes do governo e a expansão desenfreada de sua empresa possibilitou a fundação, em agosto de 1931, da agência de notícias *Meridional*, que fornecia informações para seus próprios jornais e, ao mesmo tempo, para outros periódicos. Em fins de 1931 começaram a surgir suas primeiras divergências com Getúlio Vargas. Ligado ao grupo composto por Lindolfo Collor, João Batista Luzardo e Raul Pilla, Assis Chateaubriand posicionou-se pela rápida reconstitucionalização do país, temendo o estabelecimento definitivo de um governo ditatorial.

Apoiando a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, Assis Chateaubriand, iniciou um enfrentamento direto com Getúlio Vargas. As conseqüências desse seu ato foram o confisco da sede e da maquinaria de *O Jornal*, órgão líder de sua cadeia, bem como o fechamento de alguns jornais e a ordem de deportação. Entretanto, a deportação não chegou a acontecer pois, conseguiu escapar do barco que o conduziria para o exterior e escondeu-se no país. Com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte em 1933 Chateaubriand reapareceu e conseguiu reaver seu principal órgão, *O Jornal*, amenizando suas relações com Getúlio Vargas. Daí por diante começou a recuperar seu patrimônio.⁶²

No Rio Grande do Sul as conseqüências desse apoio à Revolução Constitucionalista abalaram profundamente o *Diário de Notícias*.

Fausto de Freitas e Castro, Arnaldo Fonseca, João Freire e Ernesto Corrêa são presos. Ismael Ribeiro procura burlar os reafeiros. Refugia-se no lar de Antonio Costa e Silva. Mas não quer comprometer o companheiro de jornal. Entrega-se ao coronel Agenor Barcellos Feio, chefe da polícia. Seu sacrifício é inútil. Costa e Silva também é detido. Borges de Medeiros é confinado na Ilha Grande. Freitas e Castro, Ismael Ribeiro e Arnaldo Fonseca são deportados. Ernesto Corrêa e Costa e Silva são recolhidos ao quartel do 3º Batalhão da Brigada Militar na Praia de Belas. O *Diário de Notícias* é fechado. [...] E fechado ficará por cinco meses. Volta às ruas em dezembro. Forma-se um conselho de emergência, compõem-no Oswaldo Rentzch, José Bertaso e Itibere Moura. Ernesto Corrêa é designado para responder pela Redação e João Freire pela gerência.[...] Começa uma das fazes mais penosas do *Diário de Notícias*.⁶³

Frente à pressão do governo, Assis Chateaubriand tentou imprimir o *Diário de Notícias* nas cidades de Rivera, no Uruguai, ou na de Passos de Los Libres na Argentina

⁶² Adquiriu em 1934 a sua primeira estação de rádio, a Tupi do Rio, dando início à constituição de uma cadeia de rádio-emissoras que chegou a ter 25 estações.

⁶³ *Diário de Notícias*, 02 de março, de 1975, p. 04. Suplemento do Cinquentenário.

para escapar da censura. Como não conseguiu deu ordens para que o jornal fechasse até que a situação política estivesse normalizada.⁶⁴ Para tentar reestruturar o jornal, Assis Chateaubriand designou Francisco Barata, que secretariava a Revista *O Cruzeiro* e o jornal *Diário da Noite* carioca, com a recomendação que, “até novas instruções”, deveria “negar pão e laranja aos partidos”.⁶⁵ Dessa forma, a “casa é arrumada” e “as horas de angústias são empurradas para dentro do passado”.⁶⁶

A partir de 1935, o controle sobre seus jornais era intenso como relata o amigo e diretor do *Diário de Notícias*, Ernesto Corrêa:

eu mantinha fortes laços de amizade com o Chatô desde pouco tempo depois que entrei para o Diário de Notícias. Mas lá pela década de 30, vocês sabem, o país vivia um período um pouco difícil. Quer dizer, fornecia bastante noticiário para os jornais. Só que o Chatô não queria saber de notícias nacionais na primeira página e exigia notícias internacionais. Bem, eu não me conformava com aquilo. Achava que noticiário nacional merecia maior destaque porque o país vivia em constante agitação. Então, conversei rapidamente com um funcionário das oficinas e pedi que ele invertesse a numeração das páginas. A primeira ficava sendo a última, a segunda a penúltima e assim por diante. O Chatô não gostou nem um pouco daquilo e ordenou que fossem feitas algumas demissões. Mas como eu sabia que o pessoal era muito bom, era gente competente, conversei com ele e deu para contornar a situação. Depois disto não tivemos mais problemas desse tipo.⁶⁷

Sendo um fervoroso anticomunista Assis Chateaubriand desencadeou, no ano de 1935, através de seus jornais, uma violenta campanha contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL), pressionando, ainda mais, Getúlio Vargas a tomar medidas contra essa frente. Em 1936 entrou novamente em conflito com o governo, movendo intensa campanha contra Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, denunciando suas tentativas de retirar de Antônio Carlos o cargo de presidente da Câmara dos Deputados. Os Jornais de Assis Chateaubriand acusavam Getúlio Vargas de querer neutralizar as pretensões de Antônio Carlos, o futuro candidato da presidência da República.

Como oposição ao governo federal, Assis Chateaubriand apoiou a candidatura de Armando Sales à presidência nas eleições que ocorreriam em 1938, colocando todos os

⁶⁴ MORAIS, op. cit., p. 280.

⁶⁵ CARNEIRO, Glauco. **Brasil, primeiro**: História dos Diários Associados. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999. p. 169.

⁶⁶ *Diário de Notícias*, 02 de março, de 1975, p. 04. Suplemento do Cinquentenário.

⁶⁷ DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Quatro publicações marcantes no jornalismo rio-grandense**. Petrópolis: Editora Amstad, 1995, p. 50.

seus órgãos na campanha. Entretanto, após o golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, aceitou o novo regime. Inclusive, mesmo sempre tendo defendido um ideal liberal em seus jornais, declarou-se fervoroso admirador do nazismo e sugeriu a Vargas que imitasse os alemães.⁶⁸ Aceitando passivamente a censura em seus jornais durante o período do Estado Novo, Assis Chateaubriand, se tornou um grande divulgador do regime, pois seus artigos eram repassados pela Agência Nacional para todos os jornais do país. Além disso, as suas rádios abriram um espaço para que representantes do governo falassem, semanalmente, sobre o regime estadonovista.⁶⁹

O *Diário de Notícias*, no Rio Grande do Sul, “passou a dedicar-se mais às notícias locais e aos relatos da guerra e política nacional, desde que não criticasse em demasia a situação interna do país”.⁷⁰ Foi uma época em que este jornal afastou-se da linha moderada.⁷¹ Em 1939, com a Guerra, o *Diário Notícias* enfrentou mais uma crise financeira, pois “sem papel de impressão (em sua quase totalidade importado do Canadá e da Escandinava), sem tinta, sem publicidade, há um recesso natural nos negócios”. Assis Chateaubriand designou o jornalista Carlos Rizzini para reestruturar o jornal, que em poucos meses sanou todas as dívidas desse jornal.⁷²

Apesar das situações econômicas que giraram em torno da aceleração da inflação e do endividamento externo que piorou as condições sociais da população em geral, a cadeia *Associada* avançou no Rio Grande do Sul e ampliou sua rede comprando o jornal *A Razão* de Santa Maria, em 1942. Ainda, em “lances sucessivos Assis Chateaubriand adquire” o controle acionário da Rádio Farroupilha, continuando a ceder espaço para o enaltecimento do Estado Novo.⁷³

Os interesses comuns entre Assis Chateaubriand e Getúlio Vargas explicam as atitudes, aparentemente, contraditórias do dono dos *Diários Associados* e, portanto, de um não rompimento definitivo entre ambos. Em dezembro de 1939, Assis Chateaubriand assinou, representando *O Jornal*, um documento histórico de protesto contra a censura na imprensa. Juntamente com outros empresários do jornalismo protestou contra a coação

⁶⁸ CAPELATO, op. cit., 1988. p. 49.

⁶⁹ MORAIS, op. cit., p. 376.

⁷⁰ *Diário de Notícias*, 02 de março, de 1975, p. 05. Suplemento do Cinquentenário.

⁷¹ DILLENBURG, op. cit., 1995. p. 49.

⁷² *Diário de Notícias*, 02 de março, de 1975, p. 05. Suplemento do Cinquentenário.

⁷³ Em 1943 comprou o “canal internacional do Rio Grande”, e em 1944 à Rádio Difusora.

policial e pediu a colaboração de Getúlio Vargas para o fim dessa situação humilhante.⁷⁴ Em contra partida, em 1942, a pedido de Getúlio Vargas, demitiu o diretor-geral de sua cadeia Dário de Almeida Magalhães.⁷⁵

Na ótica dos Associados, o preço pago por Getúlio estava à altura da perda que representava a saída de Dário. Além de jornalista moderno e dinâmico, ele era uma espécie de garantia aos credores (sobretudo os fornecedores de papel jornal, todo importado) de que as contas seriam pagas. Toda sexta-feira Dário distribuía a eles cheques – seus, pessoais, e não das empresas, que nem sempre eram aceitos – para garantir o fornecimento dos próximos dias.⁷⁶

Com vistas a garantir seus empreendimentos, Assis Chateaubriand, nos anos seguintes, mudou complementemente sua postura em relação a esse regime autoritário pois, até fins 1942 o Estado Novo conseguiu manter suas bases ditatoriais, mas, no início de 1943, no contexto da Segunda Guerra Mundial, surgiu a "União Nacional" contra o fascismo, onde setores comunistas e liberais organizaram-se contra a guerra, contribuindo no processo de “redemocratização” do país em nível nacional.

1.3. Assis Chateaubriand e o *Diário de Notícias* no fim da censura à imprensa em 1945

Os efeitos da Guerra mobilizaram uma ampla camada da população, que vinha sendo desgastada pelos altos custos de vida, levando, progressivamente, a uma descrença no regime autoritário. Fatores externos contribuíram substancialmente para a derrubada do Estado Novo, visto que,

em fins de 1941 e 1942 vão se dar fenômenos novos, que permitem a maior dinamização da luta contra a ditadura. Neste momento, a Rússia já fora invadida (junho de 1941), os Estados Unidos declaram guerra ao Eixo, os alemães ocupam maior parte da Europa e do norte da África. Entretanto, os Estados Unidos realizam a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, no Rio, em Janeiro de 1942, como forma de pressão para que a América Latina apóie os aliados.⁷⁷

⁷⁴ CARNEIRO, 1999, op. cit., p. 208.

⁷⁵ DIAS, Paulo da Rocha. **O Amigo do Rei**: Carlos Rizzini, Chatô e os Diários Associados. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 59.

⁷⁶ MORAIS, op. cit., p. 412.

⁷⁷ CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1988. p. 292.

A combinação de fatores internos e externos contribuiu no desmantelamento do Estado Novo e, conseqüentemente, na efetivação do processo de “redemocratização”. A movimentação de grupos brasileiros, tanto interna quanto externamente, contra o Estado Novo ajudou no desgaste do mesmo. Num primeiro momento, organizaram-se grupos de brasileiros no exílio desde 1938, em Paris, Nova York, Buenos Aires e Montevideu. Num segundo momento, constituíram-se as frentes únicas desde 1941, onde estão inseridos desde setores oligárquicos até os comunistas. Nesse sentido, várias frentes como a Liga de Defesa Nacional (LDN), a Sociedade Amigos da América (SAA), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Manifesto dos Mineiros, e o I Congresso de Escritores, contribuíram para a queda da ditadura. Ambas as frentes não tiveram um caráter específico político-organizativo, mas fizeram críticas à ditadura.

A partir de julho de 1944, Benedito Valadares, interventor de Minas Gerais, Ernani Amaral Peixoto, interventor do Rio de Janeiro, e o ministro de Trabalho e de Justiça Alexandre Marcondes Filho, começaram a esboçar uma estratégia de abertura democrática, iniciando pela estruturação de uma Lei Eleitoral e, posteriormente, a organização de um partido governista de âmbito nacional. Ainda, em fins de outubro de 1944, Eurico Gaspar Dutra, como Ministro de Guerra, ao retornar da Europa, alertou Getúlio Vargas que a partir de conversas com os principais chefes americanos, ingleses e franceses, seria necessário reorientar a sua política em novos rumos para a redemocratização do país.⁷⁸

Pressionado, em novembro de 1944, Getúlio Vargas comunicou aos chefes das forças armadas a necessidade de uma democratização, contudo, deveria se dar após o término da Guerra e sob os parâmetros da constituição de 1937. Em fins de dezembro deste mesmo ano, tentando recuperar a reorientação do sistema político, Getúlio Vargas, através da polícia carioca, efetuou a prisão de alguns líderes opositores que tentaram articular o fim do Estado Novo e a candidatura de Eduardo Gomes. Foram detidos Virgílio Mello Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Rafael Correia de Oliveira, Austragésilo de Ataíde e Dário de Almeida Magalhães, permanecendo presos até início de janeiro de 1945⁷⁹, o que não

⁷⁸ VALE, Osvaldo Trigueiro. **O General Dutra e a Redemocratização de 45**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. O Autor retirou essas informações de um artigo de Dutra intitulado “o movimento de 29 de outubro e seus antecedentes” pertencente ao arquivo familiar.

⁷⁹ Esses intelectuais presos tinham em comum o fato de terem participado de forma ativa da elaboração do Manifesto dos Mineiros em 1943 e ainda, como penalidade, foram exonerados de seus cargos por Getúlio Vargas. A exceção foi Rafael Correia de Oliveira, que desde 1940 trabalhava na delegacia do Tesouro

impediu a continuidade das articulações através de Luís Camilo de Oliveira Neto e José Américo de Almeida a ponto de consolidarem o fim da censura na imprensa.⁸⁰

O término da censura na imprensa representou uma iniciativa política para o retorno das práticas democráticas no Brasil. Oficialmente, aconteceu com uma entrevista de José de Américo Almeida ao jornalista Carlos Lacerda que foi publicada em sua coluna no jornal *Correio da Manhã* em fins de Fevereiro de 1945. Contudo, este processo começou a se efetivar mais especificamente na imprensa a partir de janeiro de 1945, quando alguns jornais tentaram demonstrar, mais explicitamente, um apoio à abertura democrática através de notícias sobre a democracia em outros países.

Um exemplo disso foi o enviado especial dos *Diários Associados*, Edgard Mórel, que entrevistou dois líderes políticos em Buenos Aires, o Senador Honório Pueyrredon⁸¹ e o Senador socialista Alfredo Palácios, chamando atenção para “onde se encontram os direitos do homem?” numa Argentina a espera de eleições. Edgard Mórel, ao entrevistar Honório ressaltou, em diversos momentos, o seu ideal de democracia. Salientou que Alfredo Palácios convocava a todos para a liberdade, conforme as palavras do próprio líder exilado:

na América do Sul nesta hora dramática em que o mundo atravessa, devem existir milhares de poltronas negras e milhares de homens murmurando:
Minha França democrática! Minha Polônia sofredora! Minha infeliz Checoslovaquia! Minha Noruega!
Nomes de outros países também são murmurados dentro das noites que parecem não ter fim.⁸²

A mobilização da Associação Brasileira de Escritores (ABDE) também representou uma contribuição muito importante no encerramento da censura nos jornais, visto que o I Congresso de Escritores ocorrido entre 22 e 26 de janeiro de 1945, em São Paulo, contou com a presença e atuação de vários jornalistas. Essa associação foi fundada em 1942 por muitos intelectuais, entre eles os gaúchos Dionélio Machado, Érico Veríssimo, Reinaldo Moura e Raul Riff. A primeira reunião da ABDE ocorreu no segundo semestre de 1944 e

Nacional em Nova Iorque, e pediu demissão em 1944, voltando para o Brasil. A partir de 1945 passou a exercer novamente as atividades de jornalista.

⁸⁰ José Américo trabalhava desde 1935 no Tribunal de Contas da União (TCU) e Luis Camilo de Oliveira Neto foi exonerado do cargo de diretor do Serviço de Documentação e da Biblioteca do Itamaraty em 1943 por participar da organização do Manifesto dos Mineiros.

⁸¹ Presidente da União Cívica Radical – maior partido da Argentina neste momento.

⁸² *Diário de Notícias*, 05 de janeiro de 1945, p. 08.

foi organizada pela seção paulista, propondo como temas de debates a democratização em várias esferas da sociedade, a questão da liberdade e a luta contra o fascismo. Além de escritores de vários estados participaram desse encontro, diversas instituições culturais e profissionais.

No mês de janeiro de 1945 o DIP determinou que notícias sobre este congresso só poderiam ser publicadas depois de revisadas pelo departamento e que não deveria “ser divulgado nenhum manifesto, moção ou manifestação coletiva de caráter político-social, inclusive a moção, à imprensa, votada no Congresso de Escritores”.⁸³ Assim, os jornais puderam noticiar apenas a organização do encontro, ou ainda, de forma superficial, descrever as temáticas discutidas.

O *Diário de Notícias* no Rio Grande do Sul também seguiu a orientação do DIP, contudo, permitiu que alguns representantes desse Congresso publicassem artigos que mostraram a preocupação que a sociedade estava vivendo e sua respectiva responsabilidade neste momento no Brasil. Isto também se deveu ao fato de que, com a crise do Estado Novo, Assis Chateaubriand precisou aceitar a volta do regime democrático, não se opondo, portanto, a causa do I Congresso de Escritores em São Paulo. Nesse sentido, em início de fevereiro, na seção de Educação, foi publicado um artigo de um representante da Bahia, Fernando Tude de Souza, que defendeu a importância “de um congresso assim onde a gente inteligente do Brasil se reunisse para dizer não apenas para dentro das nossas fronteiras, mas para todo o mundo o que pensava e, o que quer do futuro”.⁸⁴

Este jornal ainda mostrou que a organização da caravana de representantes gaúchos, escolhidos em uma assembléia realizada pela seção gaúcha da Associação Brasileira de Educação (ABDE),

dirigiu-se ao interventor Ernesto Dorneles e ao prefeito Brochado da Rocha, a fim de solicitar auxílio material necessário para que a nossa representação possa participar do congresso. A aspiração dos associados da seção riograndense foi prontamente atendida tanto pelo governo da cidade, que decidiram proporcionar aos intelectuais gaúchos todas as facilidades que requer sua viagem a São Paulo. Assim, amanhã pelo paulista, a delegação riograndense partirá, via férrea, para a capital

⁸³ NASSER, David. *A revolução dos covardes*. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1947. p. 266-268.

⁸⁴ *Diário de Notícias*, 01 de fevereiro de 1945, p. 05.

bandeirante, devendo lá chegar no dia 23, data da abertura solene dos trabalhos do primeiro Congresso da intelectualidade brasileira.⁸⁵

No encerramento do congresso os intelectuais redigiram uma “Declaração de Princípios” que previa, em três itens, a urgência da instauração de um regime democrático. O documento não pode ser publicado devido às proibições do DIP, entretanto, no *Diário de Notícias*, o representante gaúcho neste evento, Josué Guimarães, publicou um artigo com o título “Declaração dos Princípios” onde comentava que duzentos homens “clamaram por liberdade democrática, garantia da liberdade, sistema de governo eleito pelo povo, soberania deste mesmo povo e, justiça de organização política”.⁸⁶ Em suma, esses elementos citados por Josué Guimarães representaram os três princípios apontados no término dos trabalhos do I Congresso de Escritores.

Outro elemento que abriu caminho para a entrevista de José Américo, em fins de fevereiro, além da abordagem da democracia em outros países feita pelos jornais e da repercussão do I Congresso de Escritores, foi o editorial do redator–chefe do *Correio da Manhã*, Costa Rego, em 01 de fevereiro, sob o título de “felicitemos o governo”. Costa Rego lembrou que desde rapaz seguiu orientações “dos agentes de polícia”, procurando esclarecer as razões que levam os homens, de tempos em tempos, a calar a imprensa. Assim, argumentou os pontos positivos que o governo teria em liberar a censura e que a “imprensa livre não é o desígnio de uma casta, porém a consciência da sociedade. Contra seu excesso deve prevalecer a força da Lei, ordenadora, e nunca o arbítrio da autoridade, incerto e vão”. Encerrou o artigo ironizando o autoritarismo, felicitando o governo pela atitude de encerrar a censura nos jornais. Muitos jornais reproduziram, no dia seguinte, este artigo entre eles o *Diário de Notícias*.⁸⁷

A atitude de Costa Rego fez com que vários políticos se posicionassem, publicamente, contrários a censura na imprensa e a favor de uma abertura democrática. É neste sentido que Góes Monteiro, no dia 02 de fevereiro, enumerou, à agência *Meridional*, alguns pontos para discutir a situação do Brasil, afirmando que “as circunstâncias atuais

⁸⁵ Moysés Velhinho, Guilherme Cesar, Dionélio Machado, Justino Martins, Atos Damascenos Ferreira, Reinaldo Moura, Josué Guimarães, Raul Ryff, Gilda Marinho, Casemiro Fernandes, Adail Moraes, Say Marques, Juvenal Jacinto, Nilo Ruschel, Homero de Castro Jobim, Nogueira Leiria, Marcos Iolovitch, Pedro Waine e Hamilcar de Garcia foram como representantes gaúchos no I Congresso de Escritores. *Diário de Notícias*, 16 de Janeiro de 1945, p. 08.

⁸⁶ *Diário de Notícias*, 10 de fevereiro de 1945, p. 08.

⁸⁷ *Diário de Notícias*, 02 de fevereiro de 1945, p. 04.

são bem diferentes de 1937. Findo o conflito, forçosamente o Brasil tem de acompanhar as profundas modificações que se operará em todos os países”. Salientou ainda, que “a censura da imprensa só se justifica como medida de emergência. Como nos tempos de guerra, por exemplo”.⁸⁸ Neste mesmo dia Osvaldo Aranha anunciou o preparo de uma reforma constitucional.

Tentando reorientar a direção do processo de abertura para as mãos de Getúlio Vargas, Batista Luzardo, em discurso, na homenagem prestada pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, afirmou que o presidente já havia convocado uma equipe para a “manifestação popular pelo voto” e que

ainda este mês deverá aparecer a lei eleitoral orientadora do grande pleito, a ser realizado em maio próximo. Durante cerca de três meses nosso país preparar-se-á para a luta nas urnas, sob o mais sadio civismo e dentro do máximo de seis meses, prazo relativamente curto, estaremos perfeitamente integrados no regime democrático, de parilha com as nações do mundo que mais o sejam.⁸⁹

Ainda no intuito de resgatar para si a direção do processo de democratização, Getúlio Vargas distribuiu para a imprensa, pela Agência Nacional, a tradução de uma notícia publicada nos Estados Unidos pelo *New York Times*, tratando das eleições no Brasil:

na véspera do ano novo o presidente Vargas declarou que as eleições seriam dentro em breve realizadas. [...] O novo Código Eleitoral regulamentando as eleições, será dado ao conhecimento público dentro de pouco tempo. [...] O governo Vargas tem sido benéfico para o país: aumentou os recursos financeiros e as exportações industriais e novas medidas estão sendo tomadas para incrementar a agricultura e a indústria. [...] No campo da política aboliu todos os partidos políticos, a fim de aniquilar o fascismo que se propagava então. Hoje o Brasil não tem partidos políticos mas, talvez que as próximas eleições façam surgir alguns, as velhas facções políticas talvez se organizem em uma espécie de partido nacional ou em partidos organizados. Tudo depende das medidas acertadas para as eleições.

Acredita-se que as eleições se realizarão ainda este ano, se em abril, se em agosto, ainda não foi divulgado.⁹⁰

⁸⁸ *Diário de Notícias*, 02 de fevereiro de 1945, p. 08.

⁸⁹ *Diário de Notícias*, 04 de fevereiro de 1945, p. 16.

⁹⁰ *Diário de Notícias*, 04 de fevereiro de 1945, p. 16.

A partir dessas reportagens, o *Diário de Notícias* publicou um artigo opinativo, abaixo do editorial, defendendo a importância da política na vida dos brasileiros e de seu exercício democrático, chamando a atenção para a possibilidade de mudanças no Brasil: “não repararam que o general Góes Monteiro voltou a falar?” Este artigo foi a primeira atitude mais explícita desse jornal de apoio ao término do regime estadonovista, pois até então havia salientado, constantemente, as vantagens de regimes democráticos em outros países, mas nunca no Brasil. Até mesmo porque os *Diários Associados* estavam à espera do fim da censura à imprensa e não propriamente agindo para suplantá-la, visto que, os favores prestados a Getúlio Vargas ainda continuavam. Um exemplo disso foi a saída de Carlos Lacerda das empresas de Assis Chateaubriand.

Carlos Lacerda, a pedido de Assis Chateaubriand, entrevistou o interventor de São Paulo, Fernando Costa, e publicou em *O Jornal* a sugestão do interventor de que o Brasil deveria parar de cultivar café. A entrevista provocou a queda nos preços do café e Getúlio Vargas exigiu de Assis Chateaubriand uma retratação pública por parte de Carlos Lacerda. Não aceitando amenizar as palavras do interventor, Carlos Lacerda pediu demissão da agência *Meridional* e de *O Jornal*. Trabalhando como *free-lancer* para jornais cariocas, Lacerda solicitou a José Américo um depoimento sobre a situação política nacional para publicar no *Diário Carioca*. Entretanto, receoso da ação do DIP o jornal recusou-se a publicar a entrevista.⁹¹

Assim, José Américo, Arnon de Mello e Luis Camilo entraram em contato com vários jornalistas para publicarem a entrevista, porém “Chateaubriand, José Eduardo Macedo Soares e Orlando Dantas, negaram-se a fazê-lo, a não ser que fosse secundado pela publicação no *Correio da Manhã*”.⁹² Costa Rego, redator-chefe do *Correio da Manhã*, propôs que se veiculasse uma entrevista mais branda de Maurício Lacerda mas, com a possibilidade de sair no *O Globo* a de José Américo, o redator-chefe do *Correio da Manhã* publicou-a em 22 de fevereiro.

José Américo iniciou a entrevista expondo alguns elementos que regeram a “Declaração de Princípios” resultante do I Congresso de Escritores, a qual havia sido formulada por ele e por Caio Prado Junior. No decorrer da reportagem alertou para a articulação sigilosa de um “método destinado a legalizar poderes vigentes, a manter

⁹¹ MORAIS, op. cit.

⁹² SILVA, Hélio. 1945: Porque depuseram Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 85.

interventores e demais autoridades políticas, pela consagração de processos eleitorais capazes de coonestar essa transformação aparente”, referindo-se aos perigos que o país correria se Getúlio Vargas não renunciasse ao poder e ainda se tornasse candidato a presidência da República.⁹³

Ainda, no mesmo dia, José Américo declarou ao *O Globo* que Eduardo Gomes seria candidato da oposição à presidência da República. Essas declarações representaram, para a imprensa, a desmoralização da censura pois, no dia seguinte, os jornais começaram a publicar notícias e documentos proibidos anteriormente. Assim, veio a público o Manifesto dos Mineiros, o dos Paulistas e o Manifesto dos Jornalistas.

No dia seguinte à publicação dessas entrevistas de José Américo, ou seja, no dia 23 de fevereiro, “Chateaubriand distribuiu uma ordem a todos os órgãos Associados: em suas rádios e jornais as instruções da censura deveriam ser pura e simplesmente ignoradas”.⁹⁴ Dessa forma, os *Diários Associados* passaram a cobrir intensamente todas as declarações de José Américo, inclusive o *Diário de Notícias*, teria divulgado, em primeira mão, o nome do candidato da oposição governista.⁹⁵ A partir desse momento, este jornal começou a entrevistar várias personalidades gaúchas que prestaram apoio a Eduardo Gomes e que posteriormente fundaram a União Democrática Nacional (UDN) no Rio Grande do Sul.⁹⁶

1.4. O *Diário de Notícias* e a organização do processo eleitoral

O fim da censura e o início das discussões políticas levou Getúlio Vargas a apressar a abertura democrática e, portanto, lançar no dia 28 de fevereiro de 1945 a Lei Constitucional nº 9, ou seja, um Ato Adicional à Constituição de 1937, reativando o processo eleitoral dentro de 90 dias e marcando, assim, as eleições para 02 de dezembro de 1945.⁹⁷ Este Ato Adicional havia sido regido pelo Ministro de Justiça e de Trabalho

⁹³ *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1945, p. 08.

⁹⁴ MORAIS, op. cit., p. 453.

⁹⁵ *Diário de Notícias*, 23 de fevereiro de 1945, p. 01; *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1945, p. 08.

⁹⁶ *Diário de Notícias*, Fevereiro de 1945.

⁹⁷ Além disso, dois meses depois, o governo decretou a anistia aos adversários políticos, a qual vinha sendo exigida desde 1943 pelos comunistas e pelas camadas liberais. A SAA e a LDN, pediram-na como condição básica para a “União Nacional”, sendo que, a partir de 1945, virou palavra de ordem, concretizando-se num movimento de massa e, em 18 de abril de 1945, foi assinado o decreto da anistia. Esse período foi marcado

Alexandre Marcondes Filho, contando, desde fevereiro, com a colaboração do interventor de Pernambuco Agamenon Magalhães. Previa uma abertura política sob a Constituição de 1937, desaconselhando a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Vários jornais passaram a denunciar que este Ato Institucional nada mais era do que um artifício para a perpetuação do regime. O *Diário de Notícias*, por sua vez, em seu editorial, também criticou “a maneira pela qual resolveu o governo promover a volta do país à normalidade constitucional”.⁹⁸ Com a repercussão negativa desse Ato Institucional o ministro Alexandre Marcos Filho foi destituído da pasta da Justiça, assumindo em seu lugar Agamenon Magalhães. Em meio a esse “turbilhão, o presidente chamou Chateaubriand para ‘uma conversa em profundidade’”. Segundo o jornalista, Vargas “ia candidatar-se à presidência nas eleições de dezembro e queria os *Diários Associados* ao seu lado”. Entretanto, Assis Chateaubriand não aceitou a proposta, visto que, desde o lançamento, em 23 de fevereiro, da candidatura Eduardo Gomes, já havia iniciado campanha em seu apoio e ainda pelo fato de Getúlio Vargas ter nomeado como Ministro da Justiça um de seus grandes “inimigos”.⁹⁹

Desde a publicação deste Ato Institucional os *Diários Associados* fizeram intensa campanha contra Agamenon Magalhães, acusando-o de responsável pelas regras eleitorais contidas no código. O Ministro da Justiça era concorrente de longa data de Assis Chateaubriand, pois desde 1938 havia fundado, em Pernambuco, o jornal *Folha da Manhã*, que disputava espaço com o *Diário de Pernambuco* da rede *Associada*. Durante o Estado Novo, Agamenon Magalhães, enquanto interventor em Pernambuco, boicotou o *Diário de Pernambuco* através do DIP. Em início de março de 1945, esse jornal foi fechado, voltando a funcionar um mês depois, com um mandato de segurança, por haver promovido um comício em sua sede em prol de Eduardo Gomes, o que resultou num conflito com a polícia militar.

O *Diário de Notícias* foi um dos jornais dos *Diários Associados* que promoveu, diariamente, uma difamação de Agamenon Magalhães. Em seus editorias, além de tecer críticas ao Ato Institucional, enumerou constantemente as falhas na administração do ex-interventor de Pernambuco, a ponto de traçar uma biografia ironizando a sua vida

por intensa agitação social e política, vindo à tona, não só problemas como a anistia, mas as eleições presidenciais, a questão do “queremismo” e da constituinte.

⁹⁸ *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1945, p. 04.

⁹⁹ MORAIS, op. cit., p. 454.

funcional.¹⁰⁰ Por vários dias mostrou trechos de artigos publicados nos jornais *Folha da Manhã* e *Gazeta de Alagoas*, onde Agamenon Magalhães exaltou algumas características de regimes totalitários.¹⁰¹ Apareceram também freqüentes críticas a Getúlio Vargas, tanto nos editoriais do *Diário de Notícias*, quanto nos artigos publicados diariamente por Assis Chateaubriand. Em torno de 60% dos editoriais e 52 % dos artigos de Assis Chateaubriand veiculados no mês de março, atacaram direta ou indiretamente Getúlio Vargas.

Nas críticas a Getúlio Vargas, Assis Chateaubriand tentou, constantemente, justificar o seu “rompimento” com o presidente, afirmando que

o Sr. Getúlio Vargas, candidatando-se a presidência da República de 1945, não é mais o homem político de 1929.[...] Só porém a cegueira não verá que o Sr. Getúlio Vargas, associado a nazistas conhecidos, a fascistas tabelados, comprometeu por muitos anos as origens democráticas de que foi a encarnação sublime há 15 anos atrás.¹⁰²

O jornalista promoveu intensamente a desmoralização pública de Getúlio Vargas atacando também a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, que se oficializou em março de 1945. Desde o mês de fevereiro de 1945, João Neves, que atuava como embaixador do Brasil em Portugal, tentou convencer Getúlio Vargas de que a solução para vencer o candidato militar da União Democrática Nacional (UDN), o brigadeiro Eduardo Gomes, seria a candidatura de um militar pessedista, ou seja, de Eurico Gaspar Dutra, para dividir as forças armadas.¹⁰³

Entretanto, várias personalidades como Virgílio de Mello Franco, Eduardo Gomes, José Américo e Francisco Campos tentaram cooptar Dutra para encerrarem o Estado Novo. Dessa forma, Agamenon Magalhães, que participou de um desses encontros, sugeriu a Getúlio Vargas que lançasse Dutra como candidato antes que fosse deposto por este. Assim, a candidatura Dutra teria surgido para opô-lo ao grupo oposicionista, contudo, não necessariamente com o apoio de Vargas. Por isso, a candidatura Dutra foi oficializada somente no dia 13 de março de 1945 sem a aprovação pública de Getúlio, que tentou enfraquecê-la como se parecesse um processo natural.

¹⁰⁰ Editorial: “O retrato do Ministro da justiça”. *Diário de Notícias*, 30 de março de 1945, p. 04.

¹⁰¹ *Diário de Notícias*, março de 1945.

¹⁰² Artigo de Assis Chateaubriand: “Os dois Vargas”. *Diário de Notícias*, 01 de Março de 1945, p. 04.

¹⁰³ Sob orientação de Getúlio, João Neves da Fontoura veio ao Rio Grande do Sul consultar os dirigentes o PRR. *Diário de Notícias*, 28 de fevereiro de 1945, p. 06; *O Globo*, 15 de fevereiro de 1960.

Deste momento em diante, o centro das atenções para os *Diários Associados* passou a ser, “o golpe da candidatura Dutra”. Assis Chateaubriand acusava constantemente o candidato da situação de estar compactuando com Getúlio Vargas, visto que, se esse não conseguisse continuar a ditadura, Dutra assumiria e se manteria “como representante do oficialismo”.¹⁰⁴ Para a cadeia *Associada* essa era mais uma tentativa de Vargas para redirecionar o processo de abertura democrática, como ocorreu com a Lei Eleitoral.

1.5. Fundação do PSD: continuísmo político

Para dar seguimento ao processo de abertura, Getúlio Vargas, a partir de meados do mês de março, nomeou uma comissão para organizar a Lei Eleitoral, a qual regulamentaria os partidos políticos, a Justiça Eleitoral, o alistamento de eleitores, a votação e apuração dos votos. Assim, em maio de 1945, foi assinado o Decreto-Lei nº 7.568, conhecido também como a Lei Agamenon, estabelecendo em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições previstas na Lei Constitucional nº 9.

Mas antes dessa Lei ser concluída, várias facções pré-partidárias começaram a se organizar pelo Brasil. Nesse cenário surgiram pequenos partidos de estruturação efêmera, sendo que alguns foram produtos de dissidências de grupos existentes, outros de tendência esquerdizantes. Alguns representaram até mesmo uma posição ideológica difícil de ser identificada. Nenhum deles apresentou-se como representante da direita, a não ser o Partido de Representação Popular (PRP), que passou a se auto-afirmar democrata.

De tendência nacionalista estruturou-se o Partido Agrário Nacional (PAN), o Partido Popular Democrata (PPD) e o Movimento Libertador do Brasil (MLB).¹⁰⁵ Com maior tempo de duração mas menos expressivo, tanto em termos de ação quanto em termos eleitorais, organizou-se o Partido Trabalhista Nacional (PTN), que possuía um perfil ocupacional formado por profissionais liberais.¹⁰⁶ Surgiu também, o Partido Social Trabalhista (PST), inicialmente com o nome de Partido Proletário do Brasil e

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*, 08 de abril de 1945, p. 16.

¹⁰⁵ CARONE, Edgard. **A República Liberal – I: instituições e classes sociais (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985b. p. 327.

¹⁰⁶ FLEISCHER, op. cit., p. 56.

representando “um clientelismo-conservador de bases exclusivamente rurais”¹⁰⁷. Depois, no ano de 1946, aglutinou dissidências do PSB, do PR de Pernambuco e do PTB, aumentando um pouco seu tamanho e abrangência eleitoral.

Nesse contexto, ainda surgiram o Partido Republicano Democrático (PRD), mais tarde chamado de Partido Rural Trabalhista (PRT), e o Partido Democrata Cristão (PDC). O PRT representou grupos protestantes no Rio de Janeiro e em Santos foi liderado por Guaracy Silveira até 1954. O Partido Democrata Cristão teve suas raízes nos “movimentos políticos da igreja católica no início dos anos 30 que, mesclado com as doutrinas corporativistas apareceu como alternativa dentro das ‘esquerdas positivas’ no final da década de 40”, mas não conseguiu, neste momento, unificar a sua ideologia por completo.¹⁰⁸

Existiram partidos com sólida organização, como foi o caso do PCB, que segundo Gláucio Soares, foi o único “efetivamente nacional dotado de uma ideologia consistente [...]. Soube manter, mesmo durante a ditadura, uma estrutura organizacional nacional ancorada nas capitais e nas principais cidades”.¹⁰⁹ Entre os partidos mais regionais, mas com certa influência no cenário nacional, houve o Partido Republicano (PR), o qual tinha o objetivo de resgatar os ideais da Primeira República; o Libertador (PL), que defendia uma forte descentralização do poder, e o Partido Social Progressista (PSP). Todos tiveram um caráter conservador oligárquico, sendo que este último, apesar de possuir características conservadoras e oligárquicas, teve forte penetração nas classes médias e populares. Surgiu liderado por Ademar de Barros, que não tendo forças para formar o partido que idealizava, uniu-se ao Partido Popular Sindicalista (PPS), ao Partido Agrário Nacional (PAN), fundando então, o Partido Social Progressista (PSP).¹¹⁰

Ainda voltado essencialmente para o voto operário formaram-se o PTB e o PSB. Mesmo que o primeiro não contasse com uma base organizacional eficiente, serviu inicialmente como instrumento de arregimentação do voto operário devido ao aparelho

¹⁰⁷ Id., p. 55.

¹⁰⁸ Ibid., p. 56.

¹⁰⁹ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 69.

¹¹⁰ Ademar pertencia ao antigo Partido Republicano paulista, tinha ligações não oficiais com os comunistas, com o Estado Novo. Com a abertura democrática, ficou oscilando entre a participação na UDN, enquanto estava sendo construída como frente, e a articulação do Partido Social Progressista (PSP).

sindical montado por Getúlio.¹¹¹ O PTB foi formado por vários grupos independentes, dentre os quais a Esquerda Democrática (ED), que como a UDN, representou inicialmente uma frente e não um partido.¹¹²

Com uma ideologia direitista, o Partido de Representação Popular (PRP) renasceu com pouca influência nos centros urbanos, mas com forte penetração nas áreas de pequenos agricultores independentes, principalmente nas regiões de colonização italiana e alemã do Rio Grande do Sul, Paraná e, em certa medida, Santa Catarina. A partir da década de 1950 entrou em declínio, e o Partido Democrata Cristão (PDC), com penetração crescente nos centros urbanos do centro-sul, deslocou-o gradualmente.¹¹³

Formaram-se também a UDN e o PSD, sendo o primeiro composto por grupos contrários ao Estado Novo e o segundo por grupos ligados a ele. Conforme Gláucio Soares, estes dois partidos, “apesar de inexistentes durante a ditadura como partidos formais, dispunham das bases sócio-econômicas e de um aparelho organizacional nos níveis municipal e estadual, sendo a sua firmação um problema de articulação entre os líderes estaduais”.¹¹⁴ Afirma o mesmo autor, que tanto um como o outro teve tendência liberal-conservadora, pois a UDN foi marcada por um caráter fortemente elitista, abrangendo a oligarquia, a burguesia e a classe média urbana, e o PSD caracterizou-se por ser integrado também pelas oligarquias, mas mais vinculado às elites locais.¹¹⁵

O PSD surgiu do “oficialismo político, dos governantes e auxiliares dos governos federal, estadual e municipal”.¹¹⁶ Este partido foi criado de “dentro para fora do estado, através da convocação feita pelos interventores às bases municipais nos estados”.¹¹⁷ Especificando mais a sua organização, Lucia M. Lippi de Oliveira destacou que o PSD

¹¹¹ BODEA, Miguel Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS. 1992.

¹¹² Em nível nacional, veio formada de grupos como o Grupo Radical de Ação Popular (GRAP) grupo de estudos formado por universitários em 1942, que depois se uniram a outras faculdades e fundaram a União Democrática socialista (UDS), contava com grupos independentes de vários estados, entre eles o do Rio Grande do Sul.

¹¹³ Existem estudos ressesntes sobre o PRP, de KALIL, Gilberto Grassi. **A nova face do verde: o integralismo no pós-guerra**. Porto Alegre: PUCRS, 1998 (Dissertação de Mestrado); e CARDOSO, Claudira. **Partido de Representação Popular: política de alianças, e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962**. Porto Alegre: PUCRS, 1999 (Dissertação de Mestrado).

¹¹⁴ SOARES, op. cit., p. 70.

¹¹⁵ Id.

¹¹⁶ CARONE, op. cit., 1985b, p. 295.

¹¹⁷ SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estados Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983. p. 109.

organizou-se nos estados sob a chefia dos interventores, ou daquelas pessoas de grande projeção política diretamente ligadas à interventorias. [...] Participaram do PSD, além dos interventores, os homens que compunham o seu secretariado e auxiliares, enfim, os responsáveis mais diretos pela administração do Estado Novo. O comerciante, o advogado, o proprietário rural, as figuras de destaque no município e no estado, foram chamadas a compor as fileiras da organização partidária mandada fundar pelo governo federal, pelo presidente Vargas.¹¹⁸

Ainda, Benedito Valadares, interventor de Minas Gerais e um dos responsáveis por estruturar o PSD em nível nacional, demonstrou, no trecho a seguir, a articulação das forças mineira, na formação desse partido naquele estado:

convoquei para 8 de abril (de 1945) a convenção que deveria deliberar sobre a organização do partido político e a escolha do candidato de Minas Gerais à presidência da República [...]. Além de milhares de representantes de trezentos e doze municípios, integrando todas as classes sociais, prefeitos, inúmeros ex-presidentes de câmaras e ex-vereadores [...] lá estavam ministros de estado, membros do gabinete da presidência da República, [...] vinte e três ex-deputados federais.¹¹⁹

A mobilização dessas forças locais para a estruturação do PSD foi facilitada pela sobrevivência de alguns elementos da estrutura sócio-econômicas da República Velha, que se mantiveram após 1930 e, em certa medida no pós-45, entre os quais, determinados padrões políticos, principalmente no nível local e estadual. O padrão político mais importante que sobreviveu da República Velha e persistiu após 1930, durante o Estado Novo, e mesmo depois de 1945, foi o do fenômeno coronelístico¹²⁰, que não se deu unicamente no sentido clássico, mas com características novas, e segundo Edgard Carone, paralelamente às tradicionais.

A sobrevivência desse padrão político esteve ligada à continuidade do poder oligárquico que conseguiu se adaptar às novas realidades, ocupando um espaço político bem significativo. Durante o

Estado Novo a centralização do poder federal e o apoio de Getúlio Vargas a certos segmentos oligárquicos nos estados, em detrimento de outros, provocam crise no sistema, mas o abalo não é suficiente para desarticulá-lo. A oligarquia continua dominante e em cada estado se organiza ou se reorganiza em novos grupos. Deste momento de ditadura, contudo, a escolha do executivo depende do beneplácito do governo

¹¹⁸ OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Partido Social Democrático (PSD)**. Rio de Janeiro: IUPERJ, (Dissertação de Mestrado), 1973. p. 34.

¹¹⁹ VALADARES, Benedito. **Tempos idos e vividos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 249.

¹²⁰ SOARES, op.cit., p. 99-100.

federal. Ou melhor: o fenômeno subsiste, seu enfraquecimento é lento, mas suas raízes materiais e políticas continuam a predominar na sociedade e, como resultado, as oligarquias estaduais continuam a ser ainda a força dominante.¹²¹

Com a II Guerra Mundial, iniciou-se um “novo processo de modernização da sociedade brasileira, que atinge a economia, as relações sociais e até a política”. Entretanto, essa transformação econômica ocorreu de forma rápida e regionalizada, causando um desnível entre o desenvolvimento das diversas regiões do país, o que acarretou conseqüências marcantes para o comportamento político, pois

a ambigüidade material que se forma na sociedade brasileira ajuda, assim, a formação de uma aparência exterior ligada à modernização - que permite dar a idéia de que haja todo um renovado sistema constitucional, com o voto secreto e a existência de uma aparente independência do voto individual – mas na verdade ainda impera em larga escala o sistema tradicional, o coronelístico.¹²²

No pós-45, as práticas coronelísticas se mantiveram visíveis em vários estados, principalmente na realização das eleições no interior, onde o transporte gratuito para os eleitores e o empreguismo continuou a existir. Assim, mais acentuado em alguns estados e menos em outros, os “traços do sistema continuam a influir e a marcar a vida política do país, o que demonstra a permanência e a coexistência da tradição coronelística com as novas formas modernizadoras da dinâmica política brasileira”. Essa cadeia de submissão eleitoral aplicada pela classe dominante completou-se, para Edgard Carone, no momento em que “no campo, subsiste quase completamente o sistema coronelístico” e “nas cidades, a promessa populista atrai para os partidos oligárquicos a maior parte do voto urbano”.¹²³

Dessa forma, no pós-45, quando Getúlio Vargas regulamentou a realização das eleições e várias facções pré-partidárias começaram a se organizar por todo o Brasil, a classe dominante ainda encontra no “fenômeno do coronelismo parte do seu mecanismo do domínio político-eleitoral: as massas rurais, com rara exceção, continuam presas ao chefe político local e cada partido procura atrair a si essas lideranças”. Portanto, Getúlio Vargas, quando funda o Partido Social Democrático em 1945, reúne nesta agremiação, os interventores de todos os estados, nomeados durante o Estado Novo. Essas lideranças

¹²¹ CARONE, 1985b, op. cit., p. 257-258.

¹²² Id., p. 256.

¹²³ Ibid., p. 265 e 279.

estaduais são representantes de grupos ligados aos poderes locais de cada estado, “poderes estes ligados anteriormente aos Partidos Republicanos de cada unidade federativa, cujas origens remontam ao Império e, principalmente, à Primeira República”.¹²⁴ No Rio Grande do Sul, o partido governista também iniciou a sua organização a partir da máquina administrativa estadual e municipal. A ligação de tal partido com as forças governistas locais garantiu ao PSD gaúcho a sua estruturação em todos os municípios gaúchos para as eleições de 1945, como se evidenciará a seguir.

¹²⁴ Ibid., p. 275.

2. Herança do Estado Novo: organização do PSD no Rio Grande do Sul

Desde fins de 1944, os interventores de vários estados iniciaram a organização do partido governista pautados na estrutura estadonovista de cada região. Mesmo tendo enfrentado alguns “inimigos”, como por exemplo, Assis Chateaubriand, que através do *Diário de Notícias*, prestou apoio a UDN, ocultando a grande mobilização da base política de Getúlio Vargas, o PSD adotou algumas táticas para se estruturar tanto no âmbito estadual, quanto no municipal conforme visualizar-se-á nesse capítulo.

A organização do PSD no Rio Grande do Sul iniciou oficialmente a partir do mês de março de 1945¹²⁵, mas, já em fevereiro algumas personalidades políticas locais como Cylon Rosa, Protásio Vargas e Paim Filho movimentavam-se para fundar um diretório deste partido no estado. Atendendo a um pedido expresso de Vargas, ainda durante o mesmo mês, o embaixador do Brasil em Portugal, Batista Lusardo, também prestou apoio a esse grupo.¹²⁶ Em março, o interventor gaúcho Ernesto Dornelles, informava a Eurico Gaspar Dutra sobre o início dos preparativos para lançá-lo como candidato à presidência da República pelo partido governista no Rio Grande do Sul.¹²⁷

Para tanto, no transcurso do mesmo mês março, Protásio Vargas iniciou pelo interior uma arregimentação de forças políticas em torno do PSD, encontrando “boa receptividade do partido republicano”. Deste momento em diante vários pedidos de emprego para cargos federais foram encaminhados a Getúlio Vargas por Protásio e Spartaco Vargas, que argumentaram sobre a importância de “satisfazer o pedido desses homens, neste momento”.¹²⁸

Em abril, Cylon Rosa e Batista Lusardo participaram da comissão de redação do programa do PSD em nível nacional, que somente foi finalizado no mês de maio. Este

¹²⁵ Ainda no mês de fevereiro de 1945, Cylon Rosa, secretário estadual do interior, do interventor Ernesto Dornelles, levou a Marcondes Filho, ministro interino da justiça, um dossiê sobre o eleitorado gaúcho e alguns apontamentos para a Lei Eleitoral. *Jornal Diário de Notícias*, 04 de fevereiro de 1945, p. 16.

¹²⁶ CARNEIRO, Glauco. **Lusardo: o último caudilho**. V. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p. 296; *Diário de Notícias*, 04 de fevereiro de 1945, p. 16.

¹²⁷ *Diário de Notícias*, 25 de março de 1945, p. 16.

¹²⁸ Carta de Protásio Dornelles Vargas a Getúlio Vargas em 11 de abril de 1945. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1945.04.11. Carta de Spartaco Dornelles Vargas a Getúlio Vargas em 24 de abril de 1945. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1945.04.14.

deveria ser submetido às comissões executivas estaduais, para que fosse, em seguida, aprovado por meio de uma convenção nacional. A partir disso, havia a expectativa inicial de que ainda em fins de maio ocorresse, no Rio Grande do Sul, a convenção estadual do PSD.¹²⁹

Dessa forma, no início do mês de maio de 1945, o Jornal *Diário de Notícias* divulgou que Cylon Rosa, secretário estadual do Interior, do interventor Ernesto Dornelles, havia declarado publicamente que os “prefeitos serão convocados para formar o PSD no Rio Grande do Sul”.¹³⁰ Inicialmente, cogitou-se numa grande assembléia entre os prefeitos para que fosse aprovado o programa do partido mas, frente à necessidade de ser avalizado pela comissão executiva estadual, Ernesto Dornelles procurou acelerar os preparativos do diretório estadual pessedista.¹³¹

Com esse intuito, intensificou-se a organização de núcleos pessedista pelo estado, sendo o diretório municipal de Porto Alegre o responsável por percorrer os municípios e articular as forças locais. José Diogo Brochado da Rocha e o secretário estadual de Obras Públicas, Walter Jobim eram responsáveis por negociar com os diretórios libertadores e republicanos “no sentido de sua extinção”, orientando-os para ingressarem no PSD. O chefe de gabinete de Cylon Rosa, advogado e jornalista Damasso Rocha, foi o responsável pela organização dos comitês em toda a zona colonial, além de atuar como redator chefe do jornal do PSD gaúcho *Correio da Noite*.¹³²

O interventor Ernesto Dornelles também tentou desde o início de 1945, a partir das prefeituras, estruturar de forma mais eficaz o PSD no Rio Grande do Sul, convidando novas forças locais para se tornarem prefeitos nesse período. Para tanto, enviou telegramas para alguns municípios convidando personalidades significativas nas cidades que fossem alinhadas com o ideal governista.¹³³ No mês de julho, depois de organizados esses núcleos, o partido encontrou muitas dificuldades para mantê-los coesos, devido a uma divisão entre

¹²⁹ *Diário de Notícias*, 08 de maio de 1945, p. 02.

¹³⁰ *Diário de Notícias*, 8 de maio de 1945, p.2.

¹³¹ *Correio do Povo*, 05 de junho de 1945, p. 08.

¹³² Carta de Protásio Dornelles Vargas a Getúlio Vargas em 22 de maio de 1945. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1945.05.22.

¹³³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentos dos Governantes - correspondências recebidas.

governistas que eram favoráveis a candidatura Eurico Gaspar Dutra à presidente da República e outros que ainda apoiavam Getúlio Vargas.¹³⁴

Inúmeros fatos concorreram para a construção desse cenário político no Rio Grande do Sul, visto que, desde o início do mês de maio, havia se tornado público, principalmente pela divulgação na imprensa, o descontentamento de um grupo getulista presente na direção provisória do PSD gaúcho. Até a retirada de Getúlio Vargas do poder, no mês de outubro de 1945, teve-se no país, uma intensa agitação política em torno de temas como as eleições presidenciais, o queremismo e a constituinte, que dividiram as bases do PSD em todo o Brasil.¹³⁵ Além disso, o lançamento de Eduardo Gomes pela UDN para concorrer a presidência do país obrigara Getúlio Vargas a aceitar a candidatura de Eurico Gaspar Dutra pelo PSD no mês de março. Mas somente em julho o pessedista teria sua candidatura formalizada na convenção nacional do seu partido.¹³⁶ Muito embora, o Partido Social Democrático tivesse sido estruturado desde fins de 1944, como governista, portanto, contando com o apoio de getulistas.

A partir do mês de abril de 1945 Eduardo Gomes levantou a problemática de falta de condições legais para Getúlio Vargas presidir as eleições, acirrando os ataques da oposição contra o presidente da República.¹³⁷ Portanto, no momento em que a oposição radicalizou sua postura em relação a Getúlio Vargas, “com o discreto apoio oficial”, surgiu o movimento queremista.¹³⁸ A organização do queremismo também fortaleceu uma cisão dentro do PSD, pois quando Dutra foi indicado como candidato deste partido as bases viam-no como representante governista. Os queremistas reivindicaram a permanência de Vargas na presidência da República, a partir do mesmo mês de abril de 1945, fato que levou pessedistas a se dividirem, efetivamente entre o apoio a Dutra ou a Getúlio.

Desse momento em diante, cresceu o receio da oposição sobre a rearticulação de Vargas ou como substituto de Dutra, ou com a constituinte, defendida pelos comunistas e queremistas. No Rio Grande do Sul, em julho, passaram a existir comitês queremistas em

¹³⁴ Carta de Protásio Dornelles Vargas a Getúlio Vargas em 05 de junho de 1945. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1945.06.05.

¹³⁵ *Diário de Notícias*, março a outubro de 1945; *Jornal Correio do Povo*, março a outubro de 1945.

¹³⁶ SILVA, op. cit., 1976.

¹³⁷ CARONE, op. cit., 1988.

¹³⁸ FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 33

vários municípios e distritos do estado.¹³⁹ Por outro lado, o movimento queremista gaúcho foi fortalecido pela participação de pessedistas do estado que prestavam apoio a Getúlio Vargas e haviam fundado uma Ala Trabalhista dentro do PSD ainda no mês de junho do mesmo ano.

Quando ocorreu a primeira convenção estadual do PSD, no início do mês de julho, as suas bases de apoio e a direção do partido já estavam divididas. Dias antes desta convenção, o jornal *Diário de Notícias* ironizava as dificuldades de união do partido, até mesmo em torno do candidato a governador do estado, tendo em vista que alguns diretórios municipais pessedistas queriam lançar como candidato o getulista José Diogo Brochado da Rocha e os dutristas defendiam a candidatura de Walter Jobim.¹⁴⁰

Ainda em fins do mês de junho, em muitas localidades, os diretórios já haviam difundido notas de apoio a Walter Jobim como futuro governador do estado. São Gabriel foi o primeiro município a organizar um comitê exclusivo para promover a campanha de apoio a sua candidatura, articulando uma intensa mobilização nos diretórios municipais para que esses se pronunciassem a favor desse candidato. A indicação de José Diogo Brochado da Rocha para concorrer ao cargo de governador do estado também foi organizada bem antes da primeira convenção estadual do PSD. Diretórios pessedistas, como o de Cruz Alta, Bagé e Cacequi, desenvolviam campanha em seu apoio. O núcleo pessedista desse último município chegou a promover, até mesmo, um comício tentando oficializar sua candidatura.¹⁴¹

Entretanto, dois dias antes da primeira convenção estadual, Brochado da Rocha solicitou em carta ao seu comitê de apoio, que suspendesse o indicativo encaminhado aos diretórios pessedistas municipais pedindo que estes o lançassem como candidato na convenção estadual. Salientou, a “inconveniência daquela sugestão” pois, “lançar simultaneamente os nomes de dois membros da comissão executiva seria perturbar, no próprio nascedouro, a vida do novo partido”.¹⁴² A comissão deste movimento acatou a decisão de José Diogo Brochado da Rocha alegando que, apesar do movimento não ser formado apenas por pessedistas, não queriam prejudicá-lo frente ao partido. Assim, Diogo

¹³⁹ *Correio do Povo*, maio a outubro de 1945.

¹⁴⁰ *Diário de Notícias*, 06 de julho de 1945, p. 02 e 08.

¹⁴¹ *Correio do Povo*, 11 de julho de 1945, p.02.

¹⁴² *Correio do Povo*, 07 de julho de 1945, p. 08.

Brochado da Rocha em discurso na primeira convenção estadual do PSD, foi quem lançou a candidatura de Walter Jobim a governador do Rio Grande do Sul.¹⁴³

Nessa primeira reunião do PSD gaúcho, onde foi oficializada também a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, foram empossados, na comissão executiva alguns atuais secretários do governo Ernesto Dornelles, tais como Cylon Rosa, do Interior, Oscar Fontoura, da Fazenda e o ex-secretário da Educação e Cultura, que esteve a frente deste cargo até o mês de abril, José Pereira Coelho de Souza. Também, Francisco Brochado da Rocha, Consultor Jurídico da prefeitura de Porto Alegre, Tarso Dutra, Consultor Jurídico da Caixa Econômica, Francisco Jurema, Diretor das Prefeituras Municipais, entre outras autoridades estaduais e municipais. Nessa convenção, ainda foi encaminhado um convite a Getúlio Vargas para assumir a presidência do partido no estado, tendo este se recusado a tomar posse do cargo.¹⁴⁴

A mobilização das forças governistas por parte do PSD foi garantida porque, durante o Estado Novo, as bases sócio-econômicas que apoiavam o regime permaneceram associadas ao poder oligárquico, e não se destruiu o poder estabelecido, nem em nível municipal, nem em nível estadual, o que facilitou a estruturação do partido. Logo, a aparente contradição do regime de proibir a existência de partidos e vincular-se a grupos que o formavam possibilitou a organização de uma força social que lhe deu a base de sustentação. O regime autoritário instaurado a partir de 1937, havia sido aceito de forma cautelosa e até satisfatória pelos partidos políticos no Rio Grande do Sul, formados em sua grande maioria pela oligarquia.

Assim, em nota ao Jornal *O Estado de São Paulo*, em dezembro de 1937, Borges de Medeiros, Paim Filho, Ramiro de Oliveira e outros membros do Partido Republicano Riograndense (PRR) recomendavam aos seus correligionários “que se abstenham de qualquer manifestação de atividade partidária, até o advento da Lei Eleitoral”.¹⁴⁵ O novo regime mostrava-se lucrativo, pois 16 dias depois de ser instaurado o Estado Novo no país, formou-se a Comissão Mista gaúcha, que distribuiu as prefeituras entre os tradicionais

¹⁴³ *Correio do Povo*, 10 de julho de 1945, p. 07 e 10.

¹⁴⁴ *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1945. p.07.

¹⁴⁵ CARONE, op.cit., 1988. p. 174.

partidos políticos, garantido, portanto, o controle político estadual e municipal nas mãos das principais forças oligárquicas do Rio Grande do Sul.¹⁴⁶

Nessa perspectiva, Victor Nunes Leal ressaltou que por todo o Brasil

logo após o golpe do 10 de novembro, a regra foi terem sido escolhidos para prefeitos justamente os que já haviam exercido essa mesma função em virtude das eleições realizadas no regime anterior. E a maior parte deles foi mantida nos seus postos durante o Estado Novo. [...] Se, de uma parte os prefeitos nomeados se revelaram muito mais políticos que administrativos, de outro, os governos estaduais se orientam principalmente por critérios políticos, e não técnicos, na nomeação dos prefeitos, visto que aproveitara a grande maioria dos que anteriormente já eram chefes políticos locais.¹⁴⁷

Entretanto, no Rio Grande do Sul a divisão não só de cargos, mas de poder local foi mais complexa, não sendo possível aproveitar a grande maioria dos chefes políticos locais que ocupavam cargos anteriormente. A ata da Comissão Mista gaúcha demonstrou que em 21 municípios, dos 85 existentes neste período aconteceu um estudo inicial para nomear os prefeitos, visto que a disputa política entre os partidos foi acirrada. Em 28 municípios foram nomeados prefeitos imediatamente e em apenas 36 permaneceram os mesmos prefeitos.¹⁴⁸ Portanto, é importante compreender a organização do poder municipal no final do Estado Novo, principalmente no último ano, ou seja, em 1945, para se visualizar a forma utilizada pelo PSD para se estruturar nos municípios gaúchos.

2.1. Articulação do partido governista no âmbito municipal

Com a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, que só alterou alguns itens da Constituição de 1937, e o Decreto-Lei nº 7.568, de 28 de maio, a chamada Lei Aganemon, foram tomadas as primeiras medidas para garantir o uso das antigas forças estaduais e municipais nas eleições que se realizariam em 02 de dezembro de 1945. Os partidos começaram a se estruturar em início de 1945 e a Lei Eleitoral foi regulada apenas em fins de maio. Algumas determinações desse Decreto-Lei nº 7.568 favoreceram a

¹⁴⁶ CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

¹⁴⁷ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p. 129.

¹⁴⁸ SILVA, Hélio. **1937**. Todos os golpes se parecem. O ciclo de Vargas. v, IX, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

organização em nível municipal do partido governista, constando entre elas as funções previstas pelos juízes locais e as estruturas dos antigos partidos.

A partir do referido Decreto, sem estabelecer a justiça eleitoral criou-se um Tribunal Superior na capital da República além de um Tribunal Regional na capital de cada estado e no Distrito Federal, em que a função de juízes eleitorais competia aos juízes locais. Dias antes desse Decreto-Lei federal já havia sido baixado o Decreto-Lei nº 799, que eliminou o concurso para juízes municipais, prevendo que estes poderiam permanecer em seus cargos até quatro anos e não cinco como antes. Ainda, revogou a permanência dos juízes distritais por tempo indeterminado em seus cargos, como previa o código de organização judiciária de 1940, dispondo que eles “seriam nomeados por quatro anos, findos os quais considerar-se-iam reconduzidos senão lhes fossem dados sucessores”.¹⁴⁹

Assim, esses juízes locais deveriam, nas varas com mais de um ofício, nomear um escrivão, organizar a qualificação e inscrição dos eleitores, expedirem os títulos eleitorais e nomear o presidente e os mesários das mesas receptoras.¹⁵⁰ No entanto, no mês de setembro, outro Decreto-Lei entrou em vigor, o de nº 7.926, prevendo que os pedidos de alistamento eleitoral poderiam ser pelo próprio alistando, por delegado de um partido político registrado ou por uma terceira pessoa, não sendo mais necessário que fosse feito somente pelo juiz.

Outro elemento, previsto no Decreto-Lei nº 7.568, de 28 de maio, que beneficiou a organização em nível municipal do partido governista, foi a utilização das máquinas partidárias estaduais existentes antes do golpe de Estado Novo. O artigo 143 determinou que

aos partidos políticos dissolvidos pelo Decreto-Lei, de 2 de dezembro de 1937, é permitido, mediante consulta aos antigos órgãos que o compunham, resolver sobre a sua filiação aos partidos nacionais, regulando-se o destino de seu patrimônio pelo parágrafo único do art. 22 do Código Civil.¹⁵¹

¹⁴⁹ Tribunal de Justiça do Estado. **O poder judiciário no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1974. p. 290; COSTA, Edgard. **A Legislação eleitoral brasileira** (Histórico, comentários e sugestões), Departamento da Imprensa Nacional, 1964.

¹⁵⁰ Decreto-Lei nº 7568 – de 28 de maio de 1945. **Revista Forense**, setembro de 1945. p. 174; COSTA, op. cit.

¹⁵¹ Decreto-Lei nº 7568 – de 28 de maio de 1945. **Revista Forense**, setembro de 1945. p. 182.

A partir disso, no início do mês de novembro de 1945, o governo federal, na tentativa de aplacar as denúncias encaminhadas para os interventores e pela imprensa, sobre o uso dessa máquina pública pelo PSD, deu início a uma série de mediadas para amenizar a ação política dos prefeitos. Com o afastamento de Getúlio Vargas da presidência da República, o ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares tomou posse em seu cargo. No Rio Grande do Sul foi nomeado como interventor o presidente do Superior Tribunal do estado, Samuel Figueiredo da Silva, que era desembargador neste órgão desde 1933.¹⁵²

Em seguimento a tais fatos, no dia 06 de novembro o ministro da Justiça e Negócios Interiores, Antonio de Sampaio Dória, encaminhou um telegrama classificado como “Urgentíssimo” para o então interventor federal Samuel Figueiredo da Silva determinando que:

para que seja real a imparcialidade do Governo da República entre os partidos políticos, que vão disputar as eleições de 2 de dezembro próximo, cumpre aos interventores, de todos os estados, observar, entre outras estas recomendações:

Não aplicarão nem permitirão que sejam aplicados recursos do governo, estadual ou municipal, em benefício de qualquer partido político, no pleito de 2 de dezembro.

Tomarão providências para que apenas sejam mantidos os prefeitos que ofereçam garantias morais de impecável imparcialidade partidária.

Manterão a ordem pública, no mais completo respeito aos direitos iguais de todos.

Darão toda a assistência que lhes for solicitada pelos presidentes dos tribunais regionais e juizes eleitorais.

Com estas e outras providencias semelhantes, a juízo eleitoral dos Srs. interventores, espera o Governo da República que a verdade eleitoral, em nosso país, tenha sua expressão leal no pleito da justiça.¹⁵³

Dessa forma, o governo federal pôs em vigor o Decreto-Lei 8.164, de 09 de novembro, procurando instituir o controle da justiça sobre os atos dos prefeitos em todo o país. Na posse do interventor Edgard de Góis Monteiro, em Alagoas, o ministro da Justiça, Sampaio Dora, falou sobre esse Decreto salientando que “o prefeito não pode ser chefe político”, no entanto, “não aconselharia, como ministro da Justiça, a substituição geral dos

¹⁵² Tribunal de Justiça do Estado, op. cit.

¹⁵³ Telegrama do ministro da Justiça e Negócios Interiores Antonio de Sampaio Dória para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 06 de novembro de 1945. Classificado como “URGENTÍSSIMO”. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

prefeitos. Seria antes um mal que um bem. Mas prevenir é providenciar sempre. Aconselhar é pouco, garantir é tudo”.¹⁵⁴

Este Decreto-Lei estabelecia que “os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, nas capitais dos estados, e os juízes de direito, nas demais comarcas” seriam “competentes para conhecer e decidir” sobre “os atos dos prefeitos municipais contrários à exata observância das Leis Eleitorais”. Previa, portanto, em seu art. 2º, que “reconhecida pelo presidente do tribunal, ou juiz, a falta de isenção do prefeito no cumprimento dos deveres de seu cargo” seria “ele, desde logo, afastado do exercício das funções, sem prejuízo da ação penal que no mesmo caso couber”.¹⁵⁵

Nesse sentido, tanto o presidente do tribunal quanto o juiz deveriam comunicar ao interventor a “sua decisão a fim de que seja dado substituto ao prefeito responsável”. Em contrapartida, o Decreto ressaltou que o presidente do tribunal deveria julgar “compatível com a natureza e a urgência da medida reclamada, cabendo ainda, recurso para o tribunal dentro do prazo de cinco dias, sem efeito suspensivo”.¹⁵⁶ A partir dessas orientações para afastamento dos prefeitos o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva solicitou aos juízes de direito gaúchos, em telegrama classificado como “Circular reservada”, que procedessem a uma

imediata intervenção junto aos prefeitos dessa comarca no sentido de afastar de seus cargos, por qualquer meio, inclusive licença para tratar interesses, todos os funcionários que exerçam atividades partidárias. Peço informar-me sobre atuação prefeito e demais autoridades.¹⁵⁷

O governo federal procurando orientar a ação dos interventores frente aos prefeitos, baixou o Decreto-Lei nº 8.177, de 16 de novembro, estabelecendo que os juízes de direito pudessem acumular o cargo de prefeito em suas comarcas do dia 17 de novembro até o dia 7 de dezembro. No telegrama lembrou aos interventores da necessidade de nenhum partido valer-se dos recursos públicos em campanhas políticas ressaltando, entretanto, que

¹⁵⁴ *Correio do Povo*, 10 de novembro de 1945, p.08.

¹⁵⁵ Telegrama do ministro da Justiça Antonio de Sampaio Dória para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 09 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

¹⁵⁶ Telegrama do ministro da Justiça Antonio de Sampaio Dória para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 09 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

¹⁵⁷ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para juízes de direito do Rio Grande do Sul em 11 de novembro de 1945. Classificado como “CIRCULAR RESERVADA”. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

podem o interventor, seus secretários ou os prefeitos, já ter realizado, em consciência, a escolha de seus candidatos. E nada obsta que a revelem, sem ir, é claro, à propaganda seja qual for a modalidade. O que lhes é vedado no exercício à função pública é usar de sua posição e prestígio em proveito de uns candidatos em detrimentos de outros. Sem dúvida o ser chefe do partido, ainda que modesto membro de diretórios locais, é contra indicação para o exercício imparcial de governo, neste momento. Mas, pode o homem, na dignidade de seu procedimento, desejar a vitória do partido de suas preferências, e não será com isto um peculatório, nem perseguidor. Mantenhamos nos atos preparatórios e nas eleições de 2 de dezembro, a linha digna de imparcialidade acima de opiniões parciais.¹⁵⁸

Apenas doze dias antes das eleições, ou seja, em 20 de novembro, foi expedido o Decreto-Lei nº 8.188, que dispôs oficialmente sobre o afastamento dos prefeitos “que eram no mês de outubro último membros de diretórios locais de partidos políticos”. Assim, os juízes de direito poderiam acumular o cargo de prefeito em seu município sede da comarca e “indicar pessoas idôneas para responder, sob sua superintendência, pelo expediente nos demais municípios”.¹⁵⁹ A partir desse Decreto-Lei, o interventor federal gaúcho encaminhou à maioria dos prefeitos um telegrama solicitando o seu afastamento e determinando que os juízes de direito assumissem as prefeituras.¹⁶⁰

Mesmo tendo solicitado o afastamento dos prefeitos, o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva teve dúvidas sobre as medidas a serem tomadas, encaminhando algumas perguntas ao ministro da Justiça Antonio de Sampaio Dória. Como resposta, o ministro lhe esclareceu que:

primeiro: o interventor continua com a faculdade de nomear e demitir livremente os prefeitos sem distinção. Segundo: O Decreto-Lei nº 8.188 é suplementar ao anterior a respeito da substituição dos prefeitos. Apenas dá provimento para a substituição automática de prefeitos membros de diretórios políticos, na hipótese de não ter o interventor tomado a providência necessária. Terceira: mesmo a respeito dos prefeitos ainda mantidos, apesar de sua parcialidade política, não está o interventor privado da faculdade de substituir por outra pessoa de sua confiança.¹⁶¹

¹⁵⁸ Telegrama do ministro da Justiça Antonio de Sampaio Dória para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

¹⁵⁹ Telegrama do ministro da Justiça Antonio de Sampaio Dória para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 20 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

¹⁶⁰ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para as prefeituras gaúchas em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

¹⁶¹ Telegrama do ministro da Justiça Antonio de Sampaio Dória para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 22 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 162.

Ainda assim, em 26 de novembro o ministro da Justiça informou ao interventor gaúcho que havia recebido várias “reclamações” sobre a nomeação de novos prefeitos e destituição de juizes. Buscando resolver a situação, Antonio de Sampaio Dória esclareceu:

1° - que onde os juizes tiverem assumido as funções de responder pelo expediente, já não pode o interventor destituí-los.

2° - muito menos pode substituir juizes que por força da Lei assumiram a direção da prefeitura.

3° - os interventores podem nomear e exonerar onde não houver juiz, onde não tenham estes assumidos a direção da prefeitura, ou nomeado algum que o faça.

De qualquer forma, o que não se permite, em face da Lei, é a substituição de prefeitos por serem chefes políticos ostensivos, por outras pessoas com a mesma eiva de parcialidade.¹⁶²

Todas essas medidas de “imparcialidade” do governo vieram um mês antes das eleições e, portanto, como se verá a seguir, o PSD já havia se organizado eficazmente em todo o estado. Para que se entenda qual a forma de estruturação desse partido em nível municipal é importante compreender a sua ligação com a administração municipal, principalmente no ano de 1945. A Comissão Mista gaúcha, no início do Estado Novo manteve em seus cargos os prefeitos de 36 municípios, em 28 deles nomeou novos prefeitos e substituiu mais tardiamente 21 prefeitos no estado. Faz-se necessário salientar que a distribuição das 85 prefeituras entre os tradicionais partidos políticos incentivou, ainda mais, as disputas políticas locais na escolha desses prefeitos durante todo o regime estadonovista, que se encerrara, oficialmente, no mês de outubro de 1945.

Anteriormente, já no final do ano de 1944 e início de 1945, a tentativa de reestruturação dos antigos partidos da década de 1930 e a necessidade de se ligarem a partidos nacionais, tais como o PSD, a UDN, o PCB e mais tarde o PL, acentuaram, significativamente, essa rivalidade política em nível municipal. Oportunamente serão registradas as substituições de prefeitos durante o regime estadovinista no Rio Grande do Sul entretanto, prioritariamente será abordada a ligação entre os administradores locais e a organização do PSD nos já 92 municípios gaúchos existentes no ano de 1945.

No ano de 1940 a Junta Regional de Estatística, dividiu o Rio Grande do Sul em oito regiões ou zonas: Região das Missões (1° Zona), Região do Planalto Médio (2° Zona),

¹⁶² Telegrama do ministro da Justiça Antonio de Sampaio Dória para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 26 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

Região Planalto do Nordeste (3° Zona) Região do Litoral (4° Zona), Região da Serra do Sudeste (5° Zona), Região da Campanha (6° Zona), Região da Depressão Central (7° Zona) e Região da Encosta da Serra (8° Zona), totalizando 88 municípios.¹⁶³ Com algumas alterações no quadro territorial, durante os anos seguintes o estado chegou, ao ano de 1945 constituído por 92 municípios, 394 distritos e 56 comarcas, assim, prevalecendo a mesma estrutura organizacional das regiões. No intuito de se visualizar esses 92 municípios de forma sistemática e adequada à conjuntura histórica, optou-se por abordá-los a partir dessa divisão territorial prevista pela Junta Regional de Estatística, que os dispôs em oito regiões, conforme os seus critérios geográficos, físicos, humanos e econômicos.

2.1.1. Região das Missões (1° Zona)

A Região das Missões era formada pelos municípios de Palmeira das Missões, Iraí, Três Passos, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Borja, Santiago, Itaqui, São Francisco de Assis e Jaguari. Em Palmeira das Missões, no ano de 1945, o prefeito Fábio Máximo Meneses de Moraes atuou intensamente na organização do PSD. Este município fazia parte do grupo em que a Comissão Mista determinou a permanência em seus cargos dos mesmos prefeitos eleitos em 1935. Durante o regime estadovinista, Palmeira das Missões foi administrada por 4 prefeitos. O primeiro eleito em 1935, Paulo Westphalen, permaneceu à frente da prefeitura até 1940, quando Felício Augusto de Almeida assumiu o cargo. Este último ficou até 1944, quando Demerval Augusto de Lima foi empossado como administrador do município. Em 1945, o delegado de polícia Fábio Máximo Meneses de Moraes foi nomeado pelo interventor gaúcho Ernesto Dornelles como prefeito.¹⁶⁴

Com a posse do novo interventor Samuel Figueiredo da Silva, em 01 de novembro de 1945, Fábio Máximo Meneses de Moraes, como a maioria dos prefeitos do estado, colocou o seu cargo a disposição. O pedido de exoneração do prefeito gerou intensa mobilização de muitos setores da cidade em prol de sua permanência. Assim, vários telegramas assinados

¹⁶³ CAGGIANI, Ivo. **Município de Livramento (História)**. Livramento: s/e, 1952; PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Livramento**. Porto Alegre: Livraria Continente, 1943.

¹⁶⁴ SOARES, Mosart Pereira. **Santo Antonio da Palmeira**: Apontamentos para a história de Palmeira das Missões, comemorativo ao Primeiro Centenário de Sua Emancipação Política. Porto Alegre: AGE, 2004.

por bancários, comerciantes e funcionários públicos chegaram até o interventor gaúcho nos primeiros dias do mês de novembro.¹⁶⁵

Alguns distritos de Palmeira das Missões como, por exemplo, Erval Seco, Seberi e Frederico Westphalen coletaram assinaturas solicitando a continuidade do prefeito.¹⁶⁶ No último distrito foram obtidas assinaturas de comerciantes, funcionários públicos, industrialistas, agricultores, advogados, médicos e do Padre Vitor Battistella, sendo a maioria desses possedistas.¹⁶⁷ Assim, também em função dessa mobilização, no dia 05 de novembro, o interventor confirmou a continuidade de Fábio Máximo Meneses de Moraes frente à prefeitura de Palmeira das Missões.¹⁶⁸

Com base nos Decretos-Lei instituídos no início do mês de novembro, tanto o de 09 de novembro, que instituía a investigação de funcionários públicos, quanto o de 16 de novembro, que permitia aos juizes assumirem as prefeituras em caso de comprovação das atividades políticas dos prefeitos, Samuel Figueiredo da Silva solicitou informações sobre as atividades políticas de Fábio Máximo Meneses de Moraes ao juiz de direito da comarca. Em 20 de novembro, o juiz Walter Torres declarou ao interventor gaúcho que

somente hoje posso responder o telegrama Reservado de Vossa Excelência, pois me encontrava procedendo à entrega de títulos eleitorais nos distritos deste município. A situação real de Palmeira é a seguinte: Dr. Fabio Moraes, delegado de polícia, dessa capital, vem exercendo em comissão, o cargo de prefeito municipal e apesar de ter se exonerado da presidência local do Partido Social Democrático, ainda continua a ser o seu dirigente. No interior do município sub-prefeitos e inspetores

¹⁶⁵ Telegrama de representantes do município para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 03, 05 e 08 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163; BATTISTELLA, Vitor. **Painéis do Passado**: a história de Frederico Westphalen em sessenta quadros de leitura amena. Frederico Westphalen: Gráfica Marim Ltda, 1969.

¹⁶⁶ Telegrama de representantes do distrito de Erval Seco para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 06 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163; Telegrama de representantes do distrito de Seberi para o Interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 06 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

¹⁶⁷ Telegrama de representantes do município para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 03 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163; Telegrama de representantes do distrito de Frederico Westphalen para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 04 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163; BATTISTELLA, op. cit.

¹⁶⁸ O interventor federal encaminhou este mesmo telegrama para os municípios de Iraí, Jaguarão e Viamão. Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o prefeito Fábio Máximo Meneses de Moraes em 05 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; *Jornal Correio do Povo*, 08 de novembro de 1945, p. 08;

seccionais se encontram a serviço do referido partido, conforme pude observar pessoalmente, quando percorri agora quase todo o município.¹⁶⁹

Ainda no mês de setembro foi encaminhada ao interventor federal uma denúncia envolvendo várias autoridades municipais, entre elas o prefeito. Plínio Dutra, membro do diretório municipal da UDN, informou-o que

fatos gravíssimos vêm ocorrendo neste município à sombra da proteção de autoridades que deveriam zelar e manter a ordem pública, o respeito, a liberdade e os direitos dos cidadãos. Não será possível a livre manifestação da vontade popular nas próximas eleições caso persista a mesma situação. Já anteriormente levei ao conhecimento do secretário do Interior várias e graves arbitrariedades cometidas pelas autoridades e que providências fossem tomadas, por isso, apelo a Vossa Excelência e clamarei alguém até encontrar quem saiba desempenhar honestamente suas funções. Aqui o juiz municipal que não resistirá mais grave exame de competência é faccioso e do mesmo diretório do PSD. Promotor [...] é presidente do comitê queremista, atual prefeito, como diretor da Casa de Correção, andava a espancar indefesos condenados, por puro impulso de perversidade e declarou em discurso que a oposição podia ser perseguida e seus propagandistas tratados como fora da Lei.¹⁷⁰

No entanto, apenas com o Decreto-lei nº 8.188, de 20 de novembro que deveria afastar em definitivo os prefeitos ligados a diretórios municipais de qualquer partido, Fábio Máximo Meneses de Moraes foi retirado da administração da prefeitura pelo interventor Samuel Figueiredo da Silva. Porém, o juiz assumiu o cargo de prefeito e respondeu pelo expediente até 06 de dezembro, quando Fábio Máximo Meneses de Moraes tomou novamente posse do cargo.¹⁷¹

Em Iraí, o prefeito Lauro Franco Leitão, que administrava o município desde 1944, foi um dos fundadores do diretório municipal pessedista. No ano de 1937, a Comissão Mista manteve também o prefeito deste município em seu cargo. O prefeito Vicente de Paula Dutra, eleito em 1935, fora demitido em maio de 1937 pelo interventor federal Flores da Cunha, tendo Felisberto Muniz Reis assumido então a prefeitura em seu lugar. No mês de novembro de 1937, Dutra foi reconduzido ao cargo de prefeito novamente,

¹⁶⁹ Telegrama do juiz de direito Walter Torres para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 20 de novembro de 1945. Classificado como: “RESERVADO”. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

¹⁷⁰ Telegrama de Plínio Dutra para o interventor federal Ernesto Dornelles em 26 de setembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

¹⁷¹ Telegramas do juiz de direito Walter Torres para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 22 de novembro e 04 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163. *Correio do Povo*, 05 de dezembro de 1945, p. 08.

permanecendo até julho de 1938, quando se exonerou para assumir outro cargo público em Porto Alegre. A partir de 1938, Iraí passou a ser administrada pelo engenheiro Álvaro Rodrigues Leitão, que faleceu em abril de 1944, tendo sido nomeado o seu filho Lauro Franco Leitão para substituí-lo.¹⁷²

Em início de novembro de 1945, o prefeito Lauro Franco Leitão colocou o seu cargo à disposição, quando Samuel da Silva Figueiredo assumiu a interventoria do Rio Grande. Representantes do comércio, da indústria, agricultores e funcionários públicos, em sua grande maioria pessedistas, solicitaram ao interventor gaúcho a permanência desse prefeito.¹⁷³ Entretanto, no dia 21 de novembro, Samuel Figueiredo da Silva encaminhou um telegrama a Lauro Franco Leitão solicitando que repassasse a administração do município para o juiz de direito Ruy Rozado de Aguiar, em vista do Decreto-Lei 8.188, de 20 de novembro de 1945.¹⁷⁴ Esse Decreto previa o afastamento de prefeitos que estivessem ligados a diretórios políticos em seus municípios até o mês outubro deste mesmo ano. Ainda assim, em 06 de dezembro, um dia antes da data que encerrava o prazo previsto pelo Decreto-Lei nº 8.177 de permanência dos juízes de direito frente às prefeituras, Lauro Franco Leitão foi reconduzido, a convite do interventor federal, ao cargo de prefeito de Iraí.¹⁷⁵

O município de Três Passos emancipou-se em fins do ano de 1944 e, em março de 1945, assumiu como o seu primeiro prefeito, o pessedista Luciano Machado.¹⁷⁶ Com a proximidade do pleito eleitoral de 02 de dezembro de 1945 o interventor federal recebeu várias denúncias de atividades políticas deste prefeito em favor do PSD, entre elas a do udenista Jorge Moysés Ziden, que destacou a “urgente necessidade de afastamento do

¹⁷² FISCHER, Martin. **Iraí**: “cidade saúde” - Trechos característicos de sua saúde, Ijuí, 1954.

¹⁷³ Telegrama de representantes do município para o Interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 03 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163; FISCHER, op. cit.; *Correio do Povo*, novembro de 1945; Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o prefeito Lauro Franco Leitão em 08 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

¹⁷⁴ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o prefeito Lauro Franco Leitão em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

¹⁷⁵ Telegrama do prefeito Lauro Franco Leitão para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 06 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

¹⁷⁶ Decreto-Lei nº 716 de 28 de dezembro de 1944; Telegrama do prefeito Luciano Machado para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de março de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 160.

cidadão Luciano Machado do cargo de prefeito de Três Passos”, pois esse tinha como objetivo

ganhar as eleições com métodos de coação e perseguições, sobejamente manifestadas através de discursos e comícios públicos, tachando eminente candidato da UDN a presidência da República de micróbio pestilento [...]. Diversos funcionários municipais que viviam exclusivamente de seu trabalho funcional foram discriminadamente demitidos, pelo simples motivo de manterem discricção partidária. Seus atuais auxiliares do governo receberam severas instruções a fim de não permitirem qualquer propaganda política contrária ao seu partido. [...] Esclareço Vossa Excelência que uma demissão fictícia do diretório do PSD será solicitada pelo prefeito, que significará unicamente pretexto para continuar no cargo sem, entretanto, abster-se das atividades políticas, conforme manifestou seus partidários.¹⁷⁷

O ex-funcionário da prefeitura de Três Passos João Henrique Negri, por sua vez, informou ao interventor gaúcho que

apesar de contar com mais de onze anos de serviço em 2 de abril, fui demitido do cargo efetivo [...], exclusivamente por perseguição pessoal e política. Meu processo de reintegração, com evidente animosidade do prefeito Luciano Machado, foi engavetado durante cinco meses com gracioso pretexto de ignorar meu domicílio pois, era meu vizinho. Oito funcionários como Jorge, Ediden, Dalton Negri, João Jacques, Pedro Deus, Sergio Prates e Maria Prates também foram demitidos pelos mesmos motivos. Dito prefeito e presidente do Partido Social Democrático é exaltado partidário do ex-ditador Vargas.¹⁷⁸

Ainda assim, Luciano Machado foi afastado da administração municipal somente no dia 17 de novembro de 1945.¹⁷⁹ No entanto, no início do ano de 1946, por recomendação de Samuel Figueiredo da Silva, foi reconduzido ao cargo de prefeito desta municipalidade.¹⁸⁰

No ano de 1945, em Santa Rosa, o prefeito João Cezimbra Machado e o ex-prefeito Pautilho Palhares atuaram como organizadores do núcleo pessedista local. Este município esteve entre aqueles em que a Comissão Mista determinou a continuidade do prefeito. Mesmo assim, Oscar Germany, acusado de ser um “perigoso germanista” foi afastado do

¹⁷⁷ Telegrama de Jorge Moysés Ziden para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 12 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

¹⁷⁸ Telegrama de João Henrique Negri (funcionário da prefeitura) para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 13 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

¹⁷⁹ Telegrama do Cap. Stricher para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

¹⁸⁰ *Diário de Notícias*, 16 de fevereiro de 1946, p. 02.

cargo de prefeito em 1938. Assumiu a prefeitura em seu lugar, o capitão da Brigada Militar Pautilho Palhares e, em seguida, Euclides Fernandes Costa tomou posse como prefeito, permanecendo até setembro de 1945.¹⁸¹ Na seqüência, passou a administrar o município João Cezimbra Machado.

Entretanto, ainda na administração de Euclides Fernandes, no mês julho do mesmo ano, foi fundado o diretório municipal pessedista de Santa Rosa.¹⁸² Na primeira reunião compareceram “representantes das classes conservadoras, liberais, de altos funcionários e de grande massa popular” de vários distritos do município. O encontro foi presidido pelo delegado da comissão executiva estadual do PSD, Tarso Dutra, que defendeu o apoio à candidatura de Eurico Gaspar Dutra e organizou uma comissão executiva e de propaganda local.¹⁸³

Em meados de agosto, parte dos membros da comissão executiva do diretório municipal renunciou por não ter sido consultado para a indicação de João Cezimbra Machado como prefeito de Santa Rosa.¹⁸⁴ Durante o mês de agosto e início de setembro, o grupo fundador de pessedistas dutristas disputou com os pessedistas getulistas a indicação de um novo prefeito para assumir o cargo no município.¹⁸⁵ O grupo dutrista defendia a indicação de Pautilho Palhares, porém no dia 04 de setembro de 1945, tomou posse João Cezimbra Machado.¹⁸⁶

O Decreto-Lei nº 8.164, dava poderes aos juízes para afastarem os prefeitos envolvidos em atividades políticas. Em 11 de novembro o interventor federal determinou que os juízes investigassem os prefeitos e os afastassem, caso necessário até com licença interesse. Apesar disso o prefeito continuou como presidente do diretório municipal do PSD e ocupando o cargo de administrador do município até 21 de novembro. É importante

¹⁸¹ GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 24; *Correio do Povo*, 07 de setembro de 1945, p. 02;

¹⁸² *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1945, p.02, 18 de agosto de 1945, p.02, e 09 de setembro de 1945, p. 16.

¹⁸³ *Diário de Notícias*, 26 de junho de 1945, p.10.

¹⁸⁴ *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1945, p.02.

¹⁸⁵ *Diário de Notícias*, 9 de setembro de 1945, p. 16.

¹⁸⁶ *Diário de Notícias*, 18 de agosto de 1945, p.02; *Correio do Povo*, 07 de setembro de 1945, p. 02; Telegrama do prefeito João Cezimbra Machado para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 13 de setembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

destacar que o juiz de direito, Paulo Beck Machado, era filho do prefeito João Cezimbra Machado.¹⁸⁷

Em meados do mês de novembro, Estanislau Kotlinst, presidente do diretório municipal da UDN, e Marcelino Kuntz, primeiro secretário desse partido, informaram ao interventor gaúcho sobre as ligações de parentesco entre o prefeito e o juiz de direito. Dois dias após a denúncia, o juiz Paulo Beck Machado comunicou a Samuel Figueiredo da Silva o próprio desligamento, alegando não ter condições de assumir a prefeitura por ser filho do prefeito exonerado.¹⁸⁸ Frente ao Decreto-Lei n° 8.188, de 20 de novembro de 1945, que estabelecia, o imediato afastamento de prefeitos que tivessem participado de núcleos partidários até o mês de outubro, o juiz de direito substituto da comarca de Cruz Alta, Mário Pensardi, assumiu as funções de prefeito do município, no dia 21 de novembro.¹⁸⁹

Ainda assim, em fins de novembro, o diretor geral da secretaria do Interior, Vitor Tonolier Carneiro, encaminhou um telegrama ao interventor denunciando que os sub-delegados de polícia distritais, que são também sub-prefeitos, “continuam fazendo campanha em favor do PSD” e o “coletor federal está chefiando a campanha do mesmo partido, percorrendo o município e organizando comícios”.¹⁹⁰ No entanto, o novo juiz e administrador do município, Mário Pensardi, em início de dezembro, informou a Samuel Figueiredo da Silva que havia lhe causado surpresa o telegrama encaminhado por Vitor Tonolier Carneiro, “comunicando que os Sub-prefeitos deste município estão fazendo política. Minha primeira medida ao assumir cargo de prefeito deste município foi chamar todas essas autoridades e recomendar-lhes a abstinência política. Essas ordens foram observadas”.¹⁹¹ Encerradas as eleições e estando previsto, pelo Decreto-Lei n° 8.177, que

¹⁸⁷ Lista das comissões executivas dos diretórios municipais da União Democrática Nacional do Rio Grande do Sul do ano de 1945. Núcleo de Pesquisa e Documentação de Política Rio-grandense, Arquivo Flores Soares; Telegrama de Estanislau Kotlinst e de Marcelino Kuntz para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

¹⁸⁸ Telegrama do juiz de direito Paulo Beck Machado para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

¹⁸⁹ *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1945, p. 05; Telegrama do juiz de direito Mário Pensardi para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

¹⁹⁰ Telegrama de Vitor Tonolier Carneiro para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 26 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

¹⁹¹ Telegrama do prefeito Mário Artur Pausardi para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 06 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

os juízes só poderiam permanecer no cargo de prefeito até o dia 07 de dezembro, José Martins assumiu a prefeitura, em 18 de dezembro.¹⁹²

Totilas de Carvalho, prefeito de Santo Ângelo no ano de 1945, um dos fundadores do diretório local do PSD, esteve à frente da prefeitura desde 1944. Nesse município, o Raul Oliveira, prefeito eleito em 1935, foi afastado devido às determinações previstas para 21 municípios do estado pela Comissão Mista. Assim sendo, em janeiro de 1938, José Cezimbra Machado assumiu a prefeitura de Santo Ângelo permanecendo até início do ano de 1939. De 1939 em diante, Polycarpo Gay esteve à frente da prefeitura. Já em fins de agosto de 1944, entretanto, após algumas disputas políticas e intensa mobilização de setores da indústria e do comércio do município, Totilas Carvalho foi empossado no cargo de prefeito.¹⁹³

Em março de 1945, o advogado Clodoveu Bittencourt, enviou telegrama ao interventor Ernesto Dornelles solicitando orientação para fundar um “Grêmio Cívico” de solidariedade ao Presidente Vargas, pois fazia parte do grupo de pessoas que não concordava com a divisão do exército.¹⁹⁴ No entanto, somente a partir do mês de maio, a comissão executiva estadual do PSD organizou, em alguns municípios do estado, o “Comitê Central Riograndense da União Nacional”, que representava um movimento inicial de estruturação do PSD no âmbito municipal. Essa agremiação era presidida, em nível estadual, por Francisco Brochado da Rocha e sua organização foi um primeiro instrumento para estabelecer, localmente, suas bases eleitorais. Outra medida que preparava as condições mínimas para se instalarem os diretórios municipais era a utilização da estrutura organizada pelo PRR e ou pelo PRL.

¹⁹² Telegrama do prefeito José Martins para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 18 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

¹⁹³ MACHADO, José Olavo. **História de Santo Ângelo**: das Missões aos nossos dias. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo Ltda, 1981; Telegramas de representantes do comércio, indústria, e moradores dos distritos de Giruá e Catuípe para o interventor federal Ernesto Dornelles em 18, 24, 25 e 31 de julho de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158; Telegrama de Policarpo Gay para o interventor federal Ernesto Dornelles em 31 de julho de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158; Telegrama de Totilas Carvalho para o interventor federal Ernesto Dornelles em 09 de setembro de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158.

¹⁹⁴ Telegrama do advogado Clodoveu Bittencourt para o interventor federal Ernesto Dornelles em 06 de março de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 160.

Em Santo Ângelo não foram estruturados oficialmente nem os diretórios do Partido Republicano Liberal, nem do Republicano Riograndense.¹⁹⁵ Não houve, portanto, uma estrutura prévia em que o PSD pudesse se pautar para a sua organização partidária no município. Depois de várias tentativas, a UDN, representada por Daniel Krieger também não conseguiu se organizar no município.¹⁹⁶ Já o PL, embora com algumas dificuldades, conseguiu estruturar o seu diretório municipal em início de setembro, contando com o auxílio de um colaborador do diretório de Cruz Alta.

O diretório municipal do PSD também foi fundando somente no mês setembro, tendo entre seus membros o prefeito Totilas de Carvalho e o advogado e ex-prefeito do município Ulysses Rodrigues, que era o presidente do PSD. Também faziam parte deste núcleo possedista o presidente da Associação Comercial Alfredo Faet, o comerciante e ex-presidente da Associação Comercial José Carlos Kist, o diretor geral da Construtora Medaglia José Carlos Medaglia, o Cel. e ex-prefeito Raul Oliveira, o comerciante Aparício Sebastião do Amaral e o fazendeiro Ernesto do Nascimento da Silva.¹⁹⁷

Desde o mês de abril de 1945, alguns libertadores já haviam solicitado junto ao interventor federal o afastamento do prefeito Totilas Carvalho devido a sua atuação política no município.¹⁹⁸ Somente em 19 de novembro o prefeito repassou o cargo ao juiz de direito. Apesar disso, já em 07 de dezembro, ou seja, no mesmo dia em que encerrava o prazo do Decreto-Lei nº 8.177, que previa a permanência dos juízes no cargo de prefeito até 5 dias após as eleições, Totilas de Carvalho foi reconduzido ao cargo de administrador de Santo Ângelo.¹⁹⁹

No município de São Luiz Gonzaga, o prefeito Gustavo Langsch, articulador do PSD local, administrou o município desde 1941. A Comissão Mista decidiu substituir Alcindo Shorn de Moraes indicando de imediato Raymundo Gomes Neto como novo

¹⁹⁵ Alguns liberais estão na lista de filiados da UDN de 1947. Lista das comissões executivas dos diretórios municipais da União Democrática Nacional do Rio Grande do Sul do ano de 1947. Núcleo de Pesquisa e Documentação de Política Rio-grandense, Arquivo Flores Soares.

¹⁹⁶ *Diário de Notícias*, 16 de setembro de 1945, p. 08.

¹⁹⁷ *Diário de Notícias*, 16 de setembro de 1945, p. 08.

¹⁹⁸ Telegrama de representantes do Partido Libertador Durival Medeiros de Farias e Vittorio Amaral Cattani para interventor federal Ernesto Dornelles em 03 de abril de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

¹⁹⁹ Telegrama do prefeito Totilas Carvalho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de Totilas Carvalho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

prefeito, que assumiu a administração do município em 1938 permanecendo até o ano de 1941.²⁰⁰

No início de novembro de 1945, o diretor do jornal “*A Notícia*” de São Luiz Gonzaga, José Grisolia, comunicou ao interventor gaúcho pelo telégrafo de Santo Ângelo, que este jornal encontrava-se “sujeito à rigorosa censura militar” e que o “telégrafo daquela cidade, sob alegação de censura, não quis transmitir esse telegrama”.²⁰¹ O intenso envolvimento de Gustavo Langsch na campanha eleitoral do PSD resultou no seu afastamento da administração municipal a partir do Decreto-Lei 8.188, de 20 de novembro, que previa o afastamento dos administradores ligados a núcleos municipais de qualquer partido.

Então, o juiz de direito José Danton de Oliveira tomou posse como prefeito, em 08 de dezembro. Conforme instrução do interventor federal o recém-empossado prefeito repassou seu cargo a Filinto Gomes de Araújo.²⁰² Em início de janeiro, porém, Antônio Silva Nunes assumiu a administração do município, que durou pouco tempo, pois ainda em 1946 Gustavo Langsch, a convite da interventoria, retornou ao cargo de prefeito.²⁰³

Em São Borja o núcleo local do PSD foi fundado em julho de 1945.²⁰⁴ O prefeito Darcy Lima Pinto participou ativamente desse partido governista no município, a ponto de ser afastado pelo interventor Samuel Figueiredo da Silva com base no Decreto-Lei nº 8.188, que previa a substituição do prefeito que fosse ligado a um diretório municipal.²⁰⁵ No entanto, o Decreto-Lei nº 8.177, de 16 de novembro, previa que o juiz de direito que estivesse em substituição a algum prefeito não poderia permanecer no cargo após o dia 07

²⁰⁰ GOMES, José. **História de São Luiz Gonzaga**. São Luiz Gonzaga: Gráfica A. Notícia Ltda, s/d.

²⁰¹ Telegrama do diretor do Jornal “*A Notícia*”, José Grisolia, para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 05 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

²⁰² *Diário de Notícias*, dezembro de 1945.

²⁰³ Telegrama do prefeito Gustavo Langsch para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 06 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama juiz de direito J. Danton de Oliveira para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Antônio Silva Nunes para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 03 de janeiro de 1946. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; GOMES, op. cit.

²⁰⁴ Telegrama de Periandro Motta para o interventor federal Ernesto Dornelles em julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

²⁰⁵ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o juiz de direito em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

de dezembro gerando a condução de Darcy Lima Pinto à prefeitura no dia 10 de dezembro.²⁰⁶

A Comissão Mista no município de Santiago decidiu-se pela permanência de Silvio Ferreira Aquino à frente da prefeitura. Na eleição para prefeito, no ano de 1935, José Ernesto Muller havia sido eleito, mas a Justiça Eleitoral anulou uma mesa eleitoral em Vila Flores alegando fraude, fato que gerou a realização de eleições suplementares, presididas pelo juiz Moysés Viana. Com a ocorrência de várias agressões e até mesmo a morte desse juiz, o delegado de polícia e José Ernesto Muller foram afastados e o então candidato Silvio Ferreira Aquino assumiu a prefeitura do município.²⁰⁷

Em fins de julho de 1945, com a presença do prefeito e “de elevado número de elementos pertencentes aos partidos atualmente existentes e de cuja orientação discordavam, foi fundado” o diretório municipal do PSD de Santiago. Em uma segunda reunião ocorrida em fins de agosto na casa do prefeito Silvio Ferreira Aquino com a finalidade de “encaminhar e eleger a direção política” do partido, os representantes do PRR, do PRL e do PL, reivindicaram uma melhor distribuição dos “cargos diretivos do PSD” no município.²⁰⁸ Não havendo consenso, o PRL se retirou da reunião negando apoio à chapa que formou a direção do PSD. Todavia, o novo diretório do partido elegeu como presidente o prefeito Silvio Aquino.²⁰⁹

No início do mês de outubro já existia em Santiago um Comitê Getúlio Vargas, formado por alguns pessedistas que promoveram comícios de apoio à constituinte com Getúlio. Mais tarde, alguns participantes desse núcleo como, por exemplo, Rubem Lang e Ernani Frota ingressaram no PTB. Rubem Machado Lang concorreu a prefeito do município pelo PTB nas eleições de 1951, 1955 e 1959, tendo sido eleito em 1955.

²⁰⁶ Telegrama do prefeito Darcy Lima Pinto para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Jornal Correio do Povo*, 05 de dezembro de 1945, p. 08.

²⁰⁷ SIMÕES, Antero, A. **Santiago, sua terra, sua gente**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Santiago-RS: da concepção à maturidade em compasso brasileiro**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

²⁰⁸ O primeiro diretório municipal era composto por representantes de PRR, PL e PRL tais como: Coronel Silvio Ferreira Aquino, prefeito (presidente); Florêncio José Teixeira (vice-presidente); membros: Ernani Frota, Eusébio Beccon, Alcides Gomes, Bolívar C. Trois, Amparo de Medeiros Beltrão, Braz Antonio Finamor Neto, Mario Garcia e Protásio Rodrigues Nenê. Suplentes: Rubens Monza, Ramão Fioravante Trois e Aparício Dorneles. Conselho Consultivo: Potenciano Brum, Álvaro Gomes, José Luis Cardoso da Silva, Valentim Pinto Sobrinho, Juvenal Lopes *Jornal Diário de Notícias*, 24 de julho de 1945, 04.

²⁰⁹ *Diário de Notícias*, 22 de julho de 1945, 02.

Com o acirramento da campanha eleitoral, por parte do prefeito Silvio Aquino em prol do PSD, no mês de novembro o presidente do diretório municipal do Partido Libertador Eufrides Beltrão, o presidente do Comitê Eduardo Gomes Sezefrino Asambuja e o presidente da UDN local Aureliano Figueiredo Pinto, solicitaram ao interventor federal o afastamento de Silvio Aquino, informando que esse prefeito não havia se retirado do núcleo pessedista e que ainda utilizava as sub-prefeituras distritais para a campanha eleitoral.²¹⁰ Depois dessa denúncia, o prefeito Silvio Aquino transmitiu o cargo, no dia 17 de novembro, ao juiz de direito César Dias Filho.²¹¹ Em meados de dezembro, o ainda pessedista Rubem Lang, aceitou o convite da interventoria para assumir o cargo de administrador municipal e tomou posse no dia 26 de dezembro.²¹²

Em Itaqui, no mês de setembro de 1945, o pessedista Togo Lima Babosa foi empossado como prefeito. Esta prefeitura pertencia ao grupo de 21 municípios em que a Comissão Mista, em 1937, havia feito um estudo inicial para a indicação de um novo administrador. Como na instauração do Estado Novo o prefeito do município era Roque Degrazia, a Comissão Mista determinou que Otávio Silveira tomasse posse da prefeitura tendo esse último permanecido no cargo até setembro de 1945, quando o professor Togo Lima Babosa assumiu seu lugar.²¹³

O novo prefeito era membro atuante do PSD de Itaqui, fazendo parte do diretório municipal desde a sua fundação, em início de julho de 1945, tendo sido eleito como um dos representantes do município na primeira convenção estadual do partido, em Porto Alegre. Na estruturação desse núcleo, o representante da comissão executiva estadual,

²¹⁰ Telegrama do presidente do Partido Libertador Eufrides Beltrão, do presidente do Comitê Eduardo Gomes Sezefrino Azambuja e do presidente da UDN Aureliano Figueiredo Pinto para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²¹¹ Telegrama do juiz de direito César Dias Filho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²¹² Em 1951 Silvio Ferreira Aquino foi eleito prefeito de Santiago pelo PSD. Telegramas de Rubem Lang para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 e 26 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²¹³ MARENCO, Cláudio; CAMARGO, Néri. **Itaqui** – 120 anos. Itaqui: Editora Intermédio, 1979; *Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1945, p. 04; *Correio do Povo*, 04 de outubro de 1945, p. 02.

Tarso Dutra bem como o ex-prefeito Roque Degrazia e Cel. Dinarte Pinto prestaram apoio ao prefeito.²¹⁴

Durante a campanha eleitoral Togo Lima Barbosa participou ativamente das atividades desenvolvidas pelo núcleo pessedista de Itaqui promovendo caravanas e comícios pelo interior. Com o Decreto-Lei nº 7.926, de 03 de setembro, prevendo que os pedidos de alistamento eleitoral poderiam ser encaminhados por um delegado de um partido político registrado, pelo alistando ou por uma terceira pessoa, o prefeito promoveu o alistamento eleitoral conjuntamente com os comícios.²¹⁵ Com a determinação de afastamento dos prefeitos envolvidos em atividades políticas, pelo Decreto-Lei nº 8.188, o juiz de direito Isaac S. Melzer assumiu a prefeitura. Entretanto, o Decreto-Lei nº 8.177, de 16 de novembro, limitava a permanência dos juizes, logo, em 18 de dezembro Togo Lima Barbosa reassumiu oficialmente a administração de Itaqui.²¹⁶

No município de São Francisco de Assis a principal força local do PSD, no ano de 1945, era o prefeito Ito Bonato Pinto, que ocupava o cargo desde o ano de 1944. A Comissão Mista, nesse município, indicou o afastamento de Fausto Rodrigues Leitão e a posse de João Souza Fraga para o cargo de prefeito.²¹⁷ Sendo que ainda em agosto de 1944, Ito Bonato Pinto assumiu a prefeitura de São Francisco de Assis.

No mês de novembro de 1945, o presidente da UDN local e ex-prefeito do município, Fausto Rodrigues Leitão comunicou ao interventor Samuel da Figueiredo Silva que o prefeito de São Francisco de Assis desenvolvia intensa propaganda política por intermédio de sub-prefeitos, juizes distritais e do delegado de polícia. Utilizava o salão nobre da prefeitura para reuniões do PSD além de um prédio de propriedade da prefeitura, como sede do partido, onde trabalhavam dois funcionários públicos. O udenista informou

²¹⁴ O diretório municipal de Itaqui era composto por: Togo Lima Barbosa, Atilio Mandadori, Alfredo Vandescher, Clovis Fernandes de Lima, Carlos Almeida, Dinarte M. Pinto, Teodato Canabarro Penha, Herundino Messima, Luis Moreti, Luiz C. de Albuquerque Tabajara, Osvaldo Degrazia, Otávio Silveira, Pedro de Azevedo Conceição e Pedro Alcântara Monteiro; *Correio do Povo*, 07 de julho de 1945, p. 08.

²¹⁵ *Correio do Povo*, 01 de setembro de 1945, p. 04.

²¹⁶ Telegrama de Isaac Melzer para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Correio do Povo*, 11 e 29 de dezembro de 1945, p. 03 e 12.

²¹⁷ Fausto Rodrigues Leitão tornou-se presidente do diretório municipal da UDN em 1945. Lista das comissões executivas dos diretórios municipais da União Democrática Nacional do Rio Grande do Sul do ano de 1945. . Núcleo de Pesquisa e Documentação de Política Rio-grandense, Arquivo Flores Soares.

ainda que o prefeito havia marcado reuniões em distritos para entregar os títulos eleitorais aproveitando a ocasião para fazer comícios.²¹⁸

O prefeito Ivo Bonato Pinto, desde o mês de agosto do ano em curso, esteve em intensa campanha política participando até mesmo de caravanas por outras regiões, principalmente, dos comícios pessedistas em Bagé.²¹⁹ Desde o mês de abril, haviam sido encaminhadas ao interventor gaúcho denúncias sobre o abuso de poder exercido pelo prefeito. Ainda em fins de novembro, o juiz Álvaro Morais Vieira, da 5ª Zona eleitoral, salientou a Samuel Figueiredo da Silva que “o objetivo visado pelo Decreto-Lei nº 8.188/20 corrente, ainda não foi alcançado em São Francisco de Assis. A pessoa nomeada para juiz de direito e prefeito daquele município ainda não assumiu. Daí o resultado de não poder haver clima propício às eleições livres e honestas”.

O juiz Álvaro Morais Vieira descreveu ainda, informações repassadas pelo Cel. Fausto Leitão sobre a

atitude violenta do delegado de polícia nesta cidade, invadindo com seus capangas, inclusive com um revólver em punho, uma casa comercial e as dependências de uma casa de família do cidadão Antonio José de Souza. Dita atitude violenta foi originada apenas porque um popular aparteu o ex-prefeito quando pronunciava um discurso em um comício, popular esse que estava distante 20 metros da referida casa comercial. Vossa Excelência que bem conhece crônica de referida autoridade, através de queixas de crimes apresentados por violação de domicílio, violências e arbitrariedades, bem pode avaliar e compreender justo protesto. Apelamos no sentido de afastamento da autoridade, para evitar outras barbaridades no próximo pleito.²²⁰

Nem mesmo os Decretos-Lei, instituídos tardiamente no mês de novembro proibindo o uso da máquina pública pelos prefeitos e as denúncias encaminhadas ao interventor federal desde abril de 1945, foram suficientes para afastar imediatamente o prefeito Ivo Bonato Pinto, pois o juiz de direito João Breno Lehmann tomou posse como prefeito, somente no dia 28 de novembro. Ainda, em 07 de dezembro, Ivo Bonato Pinto, a

²¹⁸ Telegrama do presidente da UDN Fausto Leitão para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²¹⁹ *Diário de Notícias*, 10 de agosto de 1945, p. 08; *Correio do Povo*, agosto de 1945.

²²⁰ Telegrama do juiz Álvaro Morais Vieira da 5ª Zona eleitoral para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 28 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

convite de Samuel Figueiredo da Silva, foi reconduzido ao cargo de administrador municipal de São Francisco de Assis.²²¹

O prefeito de Jaguari no ano de 1945, o também pessedista Dormelindo de Oliveira, assumiu a administração deste município ainda no ano de 1942. Durante o período do Estado Novo Jaguari contou com seis prefeitos. O primeiro deles foi José Benicá, que assumiu a intendência do município em 1929 e foi eleito em 1935, permanecendo no cargo até fins de 1937. Com o advento do regime estadovinista

elementos influentes na vila e no interior do município passaram a cogitar o afastamento do prefeito Benicá. Depois de algumas confabulações, a escolha recaiu em José Paulo Reginatto, que se havia destacado na recente campanha pela construção do Hospital, contrariando a indicação do Dr. Alvinho Sesti, que também postulava o cargo.²²²

Depois de negociações entre os partidos, a Comissão Mista afastou José Benicá da função de prefeito, em início de 1938, quando o comerciante José Paulo Reginatto esteve frente à prefeitura por três meses e meio. Devido às disputas políticas, o sub-prefeito do 1º Distrito, Luiz Farinatti administrou o município até a posse de Honorino Tiellet Prunes, em junho de 1938.²²³ Em março de 1939, Cincinnato de Mattos Brandão, que era natural de Encruzilhada do Sul e fora intendente municipal em Herval e Pinheiro Machado foi designado para tomar posse como prefeito de Jaguari. Permaneceu no cargo até janeiro de 1942, quando o Capitão da Brigada Militar Dormelindo de Oliveira foi nomeado pelo interventor Cordeiro de Farias para administrar o município.

No ano de 1945, o prefeito Dormelindo de Oliveira foi um dos organizadores do núcleo pessedista em Jaguari, promovendo e participando intensamente das programações deste diretório.²²⁴ Mas, pelo Decreto-Lei nº 8.164, que permitia aos juízes de direito investigar se os prefeitos eram “chefes políticos” e encaminhar as “informações” ao interventor, Dormellindo foi afastado do cargo, em 19 de novembro de 1945.²²⁵

²²¹ Telegrama de Ivo Bonato Pinto para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²²² MARCHIORI, José Newton Cardoso. **Esboço histórico de Jaguari**. Santa Maria: Pallotti, 1999. p. 146.

²²³ Id.

²²⁴ Em início de setembro de 1945, foi organizado em Jaguari um grande comício de apoio à candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. Entre os oradores do comício estava Olmiro Placido Marchiori, que foi o candidato petebista à prefeitura do município em 1947. Ainda, discursaram no comício: Edelmiro Ferriche Ponsi, João Rodrigues, Luis Vacari, Manuel Brum, Olmiro Marchiori, Ondina Camardo e Paulo Moraes Dutra.

²²⁵ Telegrama do Major Dornellindo de Oliveira para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

Em decorrência, inúmeros representantes do comércio, indústria, ruralistas, o Padre José Pasa, e alguns futuros petebistas do município apelaram junto ao interventor federal pela volta do ex-prefeito Dornellindo de Oliveira.²²⁶ Contudo, quem ocupou a função de prefeito foi o juiz de direito Camerino Teixeira de Oliveira, que em poucos dias encaminhou o pedido de exoneração do juiz distrital Pedro Antônio Machado, em virtude do mesmo ter optado por permanecer no diretório municipal do PSD.²²⁷ No mês de dezembro de 1945, o pessedista Adolfo Ferrari Monteiro assumiu a prefeitura.²²⁸

A partir de tais registros, percebe-se que na Região das Missões a maior parte dos prefeitos, no ano de 1945, eram também os fundadores dos diretórios municipais pessedistas. Nos municípios de Iraí, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Santiago, São Francisco de Assis e Jaguari os prefeitos já administravam o município de longa data. Em outras prefeituras, foram nomeados novos administradores exclusivamente para fundar núcleos municipais, ou ainda, reestruturar os que existiam, causando sérias divergências entre getulistas e dutristas, como foi o caso de Santa Rosa.

Durante a campanha eleitoral nessa região, o partido governista, através dos prefeitos, mobilizou o apoio de algumas autoridades municipais, tais como os juizes de direito, delegados, sub-prefeitos e coletores federais. Denúncias de violência, demissões de funcionários públicos, e até mesmo, como ocorreu em São Luiz Gonzaga, censura no envio de telegramas, foram constantemente encaminhadas ao interventor gaúcho.

Contudo, a maior parte desses prefeitos da Região das Missões foi afastada de seus cargos no último prazo legal, ou seja, em 20 de novembro, frente ao Decreto-Lei nº 8.188, que determinava a exoneração de administradores ligados a diretórios políticos até o mês de outubro de 1945. Houve ainda, o caso extremado de São Francisco de Assis onde o prefeito repassou o cargo ao seu substituto somente em 28 de novembro. Na seqüência,

²²⁶ Telegrama de representantes do comércio, indústria e ruralistas do município para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 27 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164. MARCHIORI, op. cit.

²²⁷ Telegrama do Major Dornellindo de Oliveira para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do juiz de direito Camerino Teixeira de Oliveira para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 27 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; MARCHIORI, op. cit.

²²⁸ Telegrama de Adolfo Ferrari Monteiro para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 20 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

tem-se um panorama geral dessa organização e dessa atuação das autoridades municipais em favor do PSD no ano de 1945 na Região das Missões.

Tabela 1:
Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região das Missões (1ª Zona)

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Palmeira das Missões	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito, sub-prefeitos e juiz de direito	percorreu todo o município em campanha e violência física a partidários opositoristas (prefeito)	último prazo legal (20/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral
Iraí	prefeito (desde 1944)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral
Três Passos	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito	percorreu todo o município em campanha e demissão de funcionários públicos efetivos opositoristas	em meados de novembro de 1945	início de 1946
Santa Rosa	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito, subprefeitos e juiz de direito	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	último prazo legal (20/11/1945)	assumiu o cargo outro possedista
Santo Ângelo	prefeito (desde 1944)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	um dia antes do último prazo legal (19/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral
São Luiz Gonzaga	prefeito (desde 1941)	prefeito	percorreu todo o município em campanha e censura do telégrafo á opositoristas	último prazo legal (20/11/1945)	início de 1946
São Borja	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Santiago	prefeito (desde 1937)	prefeito e sub-prefeitos	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	17/11/1945	assumiu o cargo outro pessedista
Itaqui	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito	percorreu todo o município em campanha e alistamento eleitoral com comícios	último prazo legal (20/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral
São Francisco de Assis	prefeito (desde 1944)	prefeito, subprefeitos, juízes distritais e delegado	violência física a partidários opositoristas (delegado), percorreu todo o município em campanha e uso dos recursos públicos (prefeito)	após o último prazo legal (28/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral
Jaguari	prefeito (desde 1942)	prefeito, subprefeitos e juiz distrital	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	um dia antes do último prazo legal (19/11/1945)	assumiu o cargo outro pessedista

Mesmo com toda essa articulação política do PSD na Região das Missões, o jornal *Diário de Notícias* praticamente não deu publicidade aos seus diretórios municipais, a não ser quando o prefeito acompanhava algum comício, ou ainda, como no caso do município de Santo Ângelo, para informar que o prefeito era o vice-presidente do núcleo pessedista e do município de Santa Rosa, noticiando as divergências dentro desse partido.²²⁹

²²⁹ *Diário de Notícias*, 17 e 18 de agosto de 1945, p. 02 e 16; *Diário de Notícias*, 24 de julho de 1945, p. 04; *Diário de Notícias*, 24 de agosto de 1945, p. 02.

2.1.2. Região do Planalto Médio (2º Zona)

Outra região onde o PSD se consolidou rapidamente foi a do Planalto Médio, ou 2º Zona, que era constituída por Marcelino Ramos, Erechim, Sarandi, Getúlio Vargas, Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Ijuí, Soledade, Tupanciretã e Julio de Castilhos. O município de Marcelino Ramos foi criado pelo Decreto-Lei nº 718, de 28 de dezembro de 1944. Em janeiro de 1945, assumiu como seu primeiro prefeito, Ramos Hermes da Silveira Ávila, que permaneceu no cargo até maio de 1945.²³⁰ No mês de junho de 1945, Leônidas Coelho de Souza foi empossado como prefeito e, no mesmo mês, inaugurou o primeiro diretório distrital do PSD em Marcelino Ramos, na vila de Viadutos.²³¹ Em seguida, organizou o diretório local do partido, do qual foi eleito presidente e representante do município na primeira convenção estadual, em Porto Alegre.²³²

Antes de ser baixado o Decreto-Lei nº 8.188, de 20 de novembro, que afastava os prefeitos ligados a diretórios políticos, Leônidas Coelho de Souza transmitiu o cargo ao juiz de direito Gaspar Moraes Fernandes.²³³ Lamentando o seu afastamento, vários representantes do comércio e da indústria do município organizaram listas de assinaturas, pedindo ao interventor federal o retorno do prefeito, após o encerramento do período eleitoral.²³⁴ Mesmo com o afastamento do prefeito, alguns munícipes de Marcelino Ramos, informaram ao interventor federal que o

vigário que é Pároco desta vila e o presidente da mesa eleitoral, que funciona no Ginásio Escolar, está coagindo eleitores a somente votarem no Gal. Dutra. Colonos incultos, ignorando Leis e sábias ordens de

²³⁰ THOMÉ, Lauro Néilson Fornari. **Marcelino Ramos**: Histórico. s/e, 1962.

²³¹ Leônidas Coelho de Souza foi prefeito, durante o Estado Novo, em Bom Jesus.

²³² O diretório municipal era composto por: Aquiles Pagnonceli, presidente de honra; prefeito Leônidas C. de Souza, presidente; Rodolfo Vecchi, 1º vice-presidente; João Silveira, 2º vice-presidente; Anselmo Lermen, 1º secretário, Vivaldino Silveira Ávila, 2º secretário; Pedro Schneider, 1º tesoureiro e Lourenço Luchefa, 2º tesoureiro. O Conselho deliberativo ficou composto por 20 pessoas. Ainda no mês de agosto foi organizado por Rodolfo Vecchi um Comitê pró-Getúlio Vargas; *Correio do Povo*, 24 de junho, p.20; *Correio do Povo*, 28 de junho de 1945, p. 08; *Correio do Povo*, 24 de julho de 1945, p. 04; *Correio do Povo*, 28 de agosto de 1945, p. 05.

²³³ Telegrama do prefeito Leonidas Coelho de Souza para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²³⁴ Telegrama de representantes do município para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19, 21 e 29 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

imparcialidade expedidas por Vossa Excelência, terminarão fazendo o que o Vigário lhes mandar.²³⁵

Com o término do prazo determinado pelo Decreto-Lei nº 8.177, para o afastamento dos juízes do cargo de prefeito, em 14 de dezembro, o juiz Gaspar M. Fernandes, indicou Leônidas Coelho de Souza para assumir novamente o cargo de administrador do município.²³⁶ Desse modo, em meados de dezembro o prefeito possedista foi reconduzido à prefeitura de Marcelino Ramos.

Em Erechim, no mês de julho de 1945, o prefeito Jerônimo Teixeira de Oliveira já havia organizado o núcleo do PSD local, sendo o presidente deste partido no município.²³⁷ Esse prefeito havia assumido o cargo ainda no ano de 1939. A Comissão Mista, no ano de 1938, nomeara um novo administrador para Erechim em substituição ao médico José Fonseca Milano. Henrique Continentino de Cordova foi empossado como prefeito, e permaneceu no cargo até outubro de 1939, quando o advogado Jerônimo Teixeira de Oliveira assumiu a administração do município.²³⁸

Com a posse de Samuel Figueiredo da Silva como interventor do estado, em início de novembro, Jerônimo Teixeira colocou o seu cargo de prefeito a disposição, informando que

atendendo a orientação dessa interventoria, que recomenda permanecermos à margem das atividades partidárias, renunciei na data de ontem à presidência do diretório municipal do Partido Social Democrático. Desejo, todavia assegurar a Vossa Excelência que a minha permanência, até agora, naquele cargo político, em nada comprometeu a minha função administrativa, já que tive sempre por norma o estabelecimento de uma política administrativa baseada na justiça, sem qualquer injunção de ordem partidária.²³⁹

²³⁵ Telegrama de representantes do município para o interventor federal em 28 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

²³⁶ Telegrama de Gaspar M. Fernandes para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164

²³⁷ Deste diretório municipal ainda faziam parte: o comerciante Germano Hofmann (1º secretário), José Oscar Salazar (1º secretário), o presidente da Associação Comercial de Erechim, Aldo Ariolli (1º tesoureiro), Vitório Passolo (2º tesoureiro). A comissão de Propaganda do partido era formado por: Telemaco Callefi, José Sponchiado, Diógenes Nunes e pelo comerciante Ernesto Pagnonceli.

²³⁸ José Fonseca Milano, em agosto de 1936, foi o terceiro prefeito eleito pela Câmara municipal em Erechim pois, Aminthas Maciel, prefeito eleito em 1935, havia pedido exoneração do cargo. Desse modo, assumiu a prefeitura Egídio Souza e, em seguida, Germano Hoffmann, que permaneceu no cargo até agosto de 1936.

²³⁹ Telegrama do prefeito Jerônimo Teixeira de Oliveira para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 06 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Jerônimo Teixeira de Oliveira para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

No dia 14 de novembro, o juiz de direito Julio Constamilan Rosa, que no mês de abril deste mesmo ano havia participado de um almoço em comemoração à posse do prefeito pessedista de Sarandi Mario Azambuja, junto com os prefeitos pessedistas de São Lourenço do Sul e de Erechim, informou ao interventor gaúcho que havia tomado as medidas “ordenadas” e que, portanto, o prefeito Jerônimo Teixeira de Oliveira já havia se afastado há dias da direção do diretório municipal do PSD, sendo que nenhuma autoridade mais “tem exercido atividades partidárias”.²⁴⁰ Apesar de todos esses eventos, já no mês seguinte, Jerônimo Teixeira de Oliveira aceitou o convite do interventor para retornar a administrar o município, tomando posse como prefeito de Erechim em 12 de dezembro.²⁴¹

O município de Sarandi foi emancipado de Passo Fundo pelo Decreto-Lei nº 7.840, em 27 de junho de 1939. Em seguida o pessedista Mario Azambuja tornou-se o administrador deste município²⁴², dirigindo e participando da campanha eleitoral do PSD desde a sua fundação em abril de 1945. Em julho conquistou o apoio de alguns antigos filiados do PRR deste município.²⁴³ No início do mês de novembro, Raul Pilla publicou no Jornal *Diário de Notícias* algumas denúncias que o PL havia recebido, como, atos de violência contra opositoristas exercidas por funcionários da prefeitura de Sarandi sob ordens do prefeito Mario Azambuja.²⁴⁴

²⁴⁰ Telegrama do juiz de direito para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163; *Correio do Povo*, 29 de abril de 1945, p. 04.

²⁴¹ No ano de 1946 assumiu a prefeitura Américo Godoy Ilha, que foi um pessedista de destaque na região; Telegrama do prefeito Jerônimo Teixeira de Oliveira para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 12 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Jerônimo Teixeira de Oliveira para o Interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁴² Em janeiro de 1940 Thomas Thompson Flores foi nomeado como primeiro prefeito do município. No mês de agosto deste mesmo ano assumiu a prefeitura de Sarandi Volmar Franco. VENCATO, Almedoro. **Sarandi, um recanto histórico do Rio Grande do Sul**. Sarandi: Gráfica Editora A Região Lda, 1994; GERTZ, op. cit.

²⁴³ *Correio do Povo*, 14 de abril de 1945, p. 04; *Correio da Noite*, 02 de julho de 1945, p. 08; *Correio do Povo*, 29 de abril de 1945, p. 02.

²⁴⁴ Telegrama do médico Álvaro Barcellos Santana para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 11 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

Neste mesmo mês, vários munícipes pediram o afastamento do prefeito por exercer atividade político-partidária, e indicaram Wiolmar Franco, por não militar em nenhum partido.²⁴⁵ Com a saída de Mário Azambuja do cargo de prefeito, o juiz de direito Conceição Petersen assumiu a administração do município e ainda no mês de dezembro, Saul Irineu Farinha tomou posse do cargo.²⁴⁶ Em 1947, Mário Azambuja voltou à prefeitura de Sarandi como prefeito eleito.²⁴⁷

No município de Getúlio Vargas, o prefeito Leonel Flores da Rosa, presidente do núcleo pessedista em 1945, governou o município desde 1940. Esta prefeitura esteve entre as 28 em que a Comissão Mista nomeou de imediato novos administradores. O prefeito eleito em 1935, Major Manoel Nunes da Costa foi substituído por João Martins Cervine, que permaneceu no cargo até 1940, quando tomou posse Leonel Flores da Rosa.

No mês de novembro de 1945 várias denúncias sobre o prefeito de Getúlio Vargas foram dirigidas ao interventor federal entre as quais, a do médico udenista Paim Cruz, informando que Leonel Flores da Rosa era “chefe do Partido Social Democrático local” e por isso, o seu partido vinha “angariando assinaturas, há vários dias, a fim de pleitear conservação” deste administrador municipal, no cargo.²⁴⁸ Na tentativa de se defender Leonel Flores da Rosa, em telegrama ao interventor federal, alegou que havia determinado aos sub-prefeitos distritais “completo afastamento de toda atividade política”.²⁴⁹ Por essa razão, no dia 17 de novembro, Samuel Figueiredo da Silva determinou o afastamento do prefeito repassando suas funções ao juiz de direito Jocerly Pereira.²⁵⁰

²⁴⁵ Todos que assinaram o telegrama, inclusive Wiolmar Franco, aparecem como filiados ao diretório municipal da UDN de 1947. Lista das Comissões executivas dos diretórios municipais da União Democrática Nacional do Rio Grande do Sul do ano de 1947. Núcleo de Pesquisa e Documentação de Política Rio-grandense, Arquivo Flores Soares; Telegramas de representantes do município para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁴⁶ Telegrama do prefeito substituto em exercício Saul Irineu Farinha para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 13 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

²⁴⁷ *Correio do Povo* de 1947.

²⁴⁸ Telegrama de Paim Cruz para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 11 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁴⁹ Telegrama do prefeito Leonel Flores da Rosa para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

²⁵⁰ Telegrama do prefeito Leonel Flores da Rosa para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 18 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

Outra denúncia foi encaminhada à interventoria dias antes do pleito eleitoral pelo prefeito afastado Leonel Flores Rosa, que se intitulava presidente do diretório municipal do PSD e apontou atividades de um de seus antigos denunciantes, afirmando que o

único funcionário estadual que continua exercendo franca atividade política é o Dr. Paim Cruz, médico chefe do Posto de Higiene local, líder corrente udenista deste município. Como os demais funcionários cessaram as atividades partidárias, obedecendo a determinações do governo do Estado, não nos parece justo que o referido médico continue a exercê-las.²⁵¹

Encerradas as eleições e revogado o Decreto-Lei nº 8.177, que estabelecia a permanência dos juizes de direito até o dia 07 de dezembro de 1945, o prefeito afastado aceitou o convite do secretário do palácio do governo, Álvaro Batista Magalhães, para reassumir a prefeitura do município. Portanto, em 15 de dezembro, Leonel Flores da Rosa foi empossado novamente no cargo de prefeito do município de Getúlio Vargas.²⁵²

Em Passo Fundo, no ano de 1945, o prefeito Arthur Ferreira Filho foi o responsável por estruturar o diretório municipal do PSD. Nesse município, a Comissão Mista, em 1937, também determinou a substituição imediata de prefeito. Assim, Antero Marcelino da Silva passou a responder pela prefeitura, em janeiro de 1938, em substituição ao prefeito eleito em 1935, Nelson Pereira Ehlers. Em março de 1938, Nelson assumiu novamente a prefeitura, como substituto, mas, em seguida, Arthur Ferreira Filho passou a administrar o município, permanecendo até dezembro de 1941. No ano de 1942, tomou posse Victor Graeff, que ficou no cargo até julho de 1944, quando Raul Cauduro o substituiu. Ainda, em outubro de 1944, Arthur Ferreira Filho foi empossado novamente na administração de Passo Fundo como prefeito.²⁵³

²⁵¹ Telegrama do presidente do PSD Leonel Flores da Rosa e do secretário Anísio Silva para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 26 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

²⁵² Telegrama do prefeito Leonel Flores da Rosa para o secretário do Palácio do Governo Álvaro Batista Magalhães em 07 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Leonel Flores da Rosa para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁵³ Telegrama do sub-prefeito Moacir Indio da Costa para o interventor federal Ernesto Dornelles em 24 de julho de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158; GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo Através do tempo* (1º Volume). Passo Fundo: Gráfica Editora Diário da Manhã. 1978.

No mês de julho de 1945, o prefeito Arthur Ferreira Filho esteve em intensa movimentação política pelo município fundando vários diretórios distritais do PSD pois, além de ser o vice-presidente do diretório municipal do partido, foi um dos principais organizadores deste em Passo Fundo e região.²⁵⁴ Logo após a estruturação do núcleo local e de alguns diretórios distritais do partido governista, o diretório municipal do PL de Passo Fundo, em telegrama ao General Horta Barbosa, presidente do Departamento Nacional do Petróleo, “protestou contra a atitude do prefeito Coronel Arthur Ferreira Filho, percorrendo distritos em missão política, utilizando-se do automóvel oficial da prefeitura”. Solicitou, então, providências “no sentido do fornecimento da gasolina para a propaganda eleitoral” também dos outros partidos, “mediante o pagamento pelo caixa do partido”, ou seja, pela prefeitura.²⁵⁵

Em meados de agosto, foi organizada na cidade a ala trabalhista do PSD, sob presidência do operário Antonio Figueiredo, e “durante a instalação da ala, na sede do Circulo Operário Passofundense, centenas de operários levantaram vivas entusiásticas ao Presidente Vargas”.²⁵⁶ A estruturação dessa ala acentuou a divisão do diretório municipal entre dutristas e getulista, causando grandes desavenças dentro do PSD de Passo Fundo, a ponto de Antonio Bittencurt organizar um comício no município em prol da candidatura Eurico Gaspar Dutra para o qual não compareceram o prefeito pessedista Arthur Ferreira Filho e o presidente do partido, Nicolau de Araújo Vergueiro, um grande líder pessedista da região.²⁵⁷

Após encerrar este comício, um grupo de apoiadores de Getúlio “empunhando um cartaz ‘queremos Getúlio’ saíram pelas ruas da cidade visitando diversos pontos”, entre os quais a casa do varguista Celso Fiori, que prestou solidariedade à passeata. Encaminharam-se ainda às residências de Odalgiro Correa e César Santos “exaltando a personalidade do Presidente Getúlio Vargas. Finalmente, os partidários do Presidente Vargas rumaram para a residência do prefeito Sr. Arthur Ferreira Filho, que os recebeu” e afirmou que “todas as portas abrem-se para a candidatura do Sr. Getúlio Vargas”.²⁵⁸

²⁵⁴ *Correio da Noite*, 03 de julho de 1945, p. 07.

²⁵⁵ *Diário de Notícias*, 15 de julho de 1945, p. 07.

²⁵⁶ *Correio do Povo*, 14 de agosto de 1945, p. 04; *Correio do Povo*, 18 de agosto de 1945, p. 08.

²⁵⁷ *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1945, p. 08 e 02.

²⁵⁸ *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1945, p. 08 e 02; *Diário de Notícias*, 26 de setembro de 1945, p. 02.

O apoio do prefeito a Getúlio Vargas não o afastou das atividades em torno da campanha política do PSD, pois, no mês de novembro, continuaram sendo encaminhadas denúncias à interventoria sobre o comportamento político de Arthur Ferreira Filho. Alguns udenistas publicaram no Jornal *Diário de Notícias*, que o prefeito fazia ameaças de “represálias políticas” por distribuírem, no município, boletins favoráveis ao candidato à presidência da República Eduardo Gomes.²⁵⁹ Vários pedidos de substituição de Arthur Ferreira Filho como administrador do município foram encaminhados ao interventor federal para se esclarecer, enfim, a “confusão política local”.²⁶⁰

Assim, em meados de novembro, o próprio prefeito Arthur Ferreira Filho informou a Samuel Figueiredo da Silva, que a “circunstância de ter sido o organizador do Partido Social Democrático, neste município e vice-presidente do seu diretório local, incompatibiliza-me, no presente momento político, com o cargo de prefeito”.²⁶¹ Dessa forma, Arthur Ferreira Filho reiterou o seu pedido de exoneração, antes que fosse obrigado a deixar o cargo, e pediu permissão para transmitir as funções de prefeito para o secretário da prefeitura “dada à necessidade de desenvolver minha atividade política a favor das candidaturas do meu partido com quem assumi compromisso indeclináveis”.²⁶² Em 21 de novembro de 1945, portanto, no último prazo legal, Francisco Antônio Xavier de Oliveira assumiu a administração do município. Contudo, em fevereiro de 1946, Arthur Ferreira Filho foi reconduzido ao cargo de prefeito de Passo Fundo.²⁶³

No ano de 1945, em Carazinho, o prefeito Albino Hillebrando foi um dos articuladores políticos na estruturação do PSD, em nível municipal. Esse prefeito esteve à frente da administração municipal bem antes da instalação do Estado Novo. A decisão da Comissão Mista de manter o mesmo prefeito gerou uma intensa mobilização de lideranças

²⁵⁹ *Diário de Notícias*, 08 de novembro de 1945, p.07.

²⁶⁰ Telegrama de Justo José Galvez Filho, João Fagundes de Souza, Felisbino da Silva Rocha, Mauro Machado Cristalino Silveira para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 03 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do inspetor de terras Otacilio Ribas para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁶¹ Telegrama de Arthur Ferreira Filho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁶² Telegrama de Arthur Ferreira Filho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁶³ Telegrama do prefeito Francisco Antônio Xavier de Oliveira para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; GEHM, op. cit.

locais da Frente Única, acusando o prefeito Albino Hillebrand de ser um convicto florista, e de opor-se às ordens de Daltro Filho e mesmo assim, o prefeito foi mantido no cargo.²⁶⁴

As articulações para a retirada de Albino Hillebrand da prefeitura reiniciaram em janeiro de 1945. Os presidentes de vários sub-núcleos da Liga de Defesa Nacional (LDN), do município enviaram inúmeras denúncias ao interventor federal afirmando estarem cientes de que algumas pessoas estariam articulando a saída do prefeito Albino Hillebrand. Estes núcleos informaram também ao Capitão Vignoli, presidente da LDN estadual, que desaprovavam as atitudes do presidente da LDN municipal de carazinho, Romeu Scheibe, por estar trabalhando de forma intensa, organizando a substituição do prefeito.²⁶⁵

No mês de julho, houve a necessidade de uma “visita do emissário do governo do estado, vindo especialmente para resolver a situação da prefeitura”. No entanto,

redundou em completo fracasso. As facções do situacionismo em dissidência, uma pleiteando a substituição do atual prefeito e outra a permanência deste, depois de várias conferências e negociações com o referido emissário não chegaram a qualquer acordo prático ao externarem seus pontos de vista partidário.

Em face dessa discordância se esboça séria crise no seio dos elementos que até agora se mantinham aparentemente coesos em torno do governo, sendo disso sintoma mais certo a dissolução da comissão diretora do PSD, organizada recentemente sob a presidência do atual prefeito. O assunto está pendente, agora, da solução direta do interventor federal do estado.²⁶⁶

Ainda no mês de agosto tanto Albino Hillebrand, quanto outros pessedistas locais encontraram-se com o interventor federal tentando um acordo. Neste mesmo mês, vários diretórios distritais do partido foram fundados por Romeu Scheibe.²⁶⁷ Em fins de setembro e início de outubro, o prefeito Hillebrand demonstrou interesse em aceitar um cargo na ferrovia riograndese e solicitou licença saúde por 60 dias, indicando Lourival Vargas para substituí-lo no cargo de prefeito. O interventor gaúcho, porém, nomeou Romeu Scheibe que não foi aceito como substituto pelo prefeito, fato que não impediu que Albino

²⁶⁴ Telegrama de representantes do município para o interventor federal Daltro Filho em janeiro de 1938. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 373.

²⁶⁵ Telegramas do diretor de expediente da Liga das Associações Profissionais Levino Junge; do presidente do sub-núcleo do 6º distrito da LDN Graciliano Leal, secretário Elias Souza e tesoureiro Josino Xavoer; do presidente do sub-núcleo do 4º distrito Olívio Otto, secretário Afonso Hartmann e Pedro Armindo Hartmann para o interventor federal Ernesto Dornelles, respectivamente, em 30 de janeiro, 01 de fevereiro e 01 de fevereiro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 160.

²⁶⁶ *Diário de Notícias*, 04 de julho de 1945, p. 02.

²⁶⁷ *Correio do Povo*, 08 de agosto de 1945, p. 10.

Hillebrand fosse exonerado, em 07 de outubro.²⁶⁸ Ainda no dia 03 de outubro, o diretório municipal do PSD havia agradecido ao interventor federal Ernesto Dornelles, em nome de todo o partido, a retirada de Hillebrand e a nomeação de um “dinâmico e prestigiado correligionário” para o cargo de prefeito.²⁶⁹

Com o Decreto-Lei nº 8.164, baixado somente em 09 de novembro, prevendo que os juízes fornecessem informações sobre as atividades políticas dos prefeitos ao interventor federal, o juiz de direito Jorge Fonseca Pires encaminhou um telegrama a interventoria informando que o prefeito Romeu Scheibe havia deixado a “chefia política do PSD” e que o delegado Miguel Zacharias também teria se afastado do PSD, pois era membro do diretório municipal desse partido e as demais autoridades estariam afastadas de atividades partidárias. O coletor federal Paulo Coutinho, vice-presidente do diretório do PSD local, entretanto, continuou exercendo atividades políticas.²⁷⁰

Mesmo tendo sido acompanhada publicamente a disputa entre os pessedistas pela prefeitura de Carazinho, o prefeito Romeu Scheibe só foi afastado do cargo no último prazo legal. Após o término do pleito eleitoral em dezembro de 1945, várias personalidades assumiram a administração do município, no entanto, em fevereiro de 1946 Romeu Scheibe foi reconduzido ao cargo de prefeito.²⁷¹

O presidente da comissão executiva do núcleo pessedista de Cruz Alta era o prefeito Otávio Abreu da Silva Lima, que administrou esse município a partir de 1945. Cruz Alta pertencia ao grupo de 21 prefeituras em que a Comissão Mista previa um estudo inicial para indicação de um novo administrador.²⁷² Depois de intensa disputa entre grupos

²⁶⁸ Telegrama do prefeito Substituto Romeu Scheibe para o interventor federal Ernesto Dornelles em 03 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; *Diário de Notícias*, 07 de outubro de 1945, p. 06; *Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1945, p.02.

²⁶⁹ Telegrama do vice-presidente do diretório municipal do PSD e secretário Jorge Silva Vaz para o interventor federal Ernesto Dornelles em 04 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

²⁷⁰ Telegrama do juiz de direito Jorge Fonseca Pires para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁷¹ Telegrama do juiz de direito Jorge Fonseca Pires para o Interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 13 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Ramão A. Rodrigues para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de Antonio Alverne Ferreira Gomes para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 27 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Diário de Notícias*, 16 de fevereiro de 1946, p.02.

²⁷² A pressão local exercida sobre a Comissão Mista se encontra mais detalhada em: COLUSSI, Eliane. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fumdo: Ediupf, 1996. p. 145.

locais, que pressionaram a Comissão, Pacífico Dias da Fonseca assumiu a prefeitura em março de 1938, substituindo o prefeito eleito em 1935, Antonio de Azambuja Villanova.²⁷³

Com a morte do prefeito Pacífico Dias da Fonseca, em março de 1945, Otávio Abreu da Silva Lima ficou responsável pela administração municipal.²⁷⁴ No mês de junho de 1945,

encontra-se nesta cidade, o Dr. Hermes Pereira Souza, que veio na qualidade de emissário da comissão central do Partido Social Democrático, a fim de organizar o diretório municipal. Após várias demarches foram escolhidos os seguintes políticos para integrarem a Comissão que orientará a política situacionista no município: Dr. Otávio Abreu da Silva Lima, prefeito municipal; Aristides Gomes, fazendeiro; Dr. Edilino Castilhos, advogado; Argermiro Paula, fazendeiro; Alberto Cigana, coletor estadual e Carlos Scarpelini, madeireiro.²⁷⁵

No início de julho, o diretório municipal do PSD foi fundado em Cruz Alta, sendo o prefeito Otávio Abreu da Silva Lima o presidente da comissão executiva do partido.²⁷⁶ Ainda, no fim no fim do mesmo mês, foi organizado o “Comitê Dr. Getúlio Vargas”, sendo que o “referido Comitê encarregar-se-á, além de outros serviços de caráter político-partidário, do alistamento eleitoral”.²⁷⁷ Desde a fundação desse núcleo pessedista local em Cruz Alta, entre as várias denúncias sobre as atividades políticas do prefeito foi divulgado na imprensa, que o PSD local realizava “as suas sessões normalmente no salão nobre da prefeitura municipal” e que o sub-prefeito de Santa Bárbara havia sido demitido por “imposição dos interesses políticos do PSD”.²⁷⁸ Somente no início de novembro, seguindo as orientações sugeridas pelo interventor federal num encontro no “Palácio” do governo, o prefeito Otávio Abreu da Silva Lima, afirmou ter renunciado à “atividade política no

²⁷³ Antonio de Azambuja Villanova tornou-se presidente do diretório municipal da UDN em 1945. Lista das comissões executivas dos diretórios municipais da União Democrática Nacional do Rio Grande do Sul do ano de 1945. Núcleo de Pesquisa e Documentação de Política Rio-grandense, Arquivo Flores Soares.

²⁷⁴ Telegrama do prefeito Substituto Otávio Abreu da Silva Lima para o interventor Ernesto Dornelles em 13 de março de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 160.

²⁷⁵ *Correio do Povo*, 06 de junho de 1945, p. 04.

²⁷⁶ *Correio do Povo*, 26 de julho de 1945, p. 04.

²⁷⁷ O Comitê era composto por: presidente de honra, Hélio Cotta Gonzáles; presidente efetivo, Cel. Aristides Morais Gomes; vices-presidente, Paulo dos Santos, Pedro José de Souza Pires e Vicente Cortazzi; secretários, Jamacy Andrade, Gomercindo Machado Leal e Heitor Silveira Neto; tesoureiros, José Tisser, Pedro do Canto Filho e orador, Alcibio Borges Nunes; *Correio do Povo*, 22 de julho de 1945, p. 04.

²⁷⁸ *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1945, p. 04; *Diário de Notícias*, 05 de agosto de 1945, p. 05.

diretório do PSD, passando a exercer apenas função administrativa do cargo de prefeito”.²⁷⁹

Dessa forma, o Coronel Aristides Moraes Gomes assumiu a presidência do diretório local do PSD. Em 17 de novembro, a partir do Decreto-Lei nº 8.177, o juiz de direito Aguinaldo Silva Leal, assumiu a prefeitura de Cruz Alta.²⁸⁰ Contudo, o ex-prefeito Otávio Abreu continuou as atividades de campanha pelo PSD. Em fins de novembro, chegou a Cruz Alta

uma caravana do PSD, composta dos Srs. Gaston Englert, tenentes-coronéis Ernesto Dornelles e José Brochado da Rocha, que atualmente percorre o Estado em propaganda política. Ontem a direção local do referido partido ofereceu aos próceres políticos um banquete que teve lugar no Hotel Espellet. Terminando a ágape, realizou-se na praça general Firmino concorrido comício de propaganda da candidatura general Gaspar Dutra à Presidência da República e dos candidatos ao Senado e Câmara pelo mesmo partido. Falaram vários oradores, entre eles os Srs. Otávio Abreu.²⁸¹

Terminado o prazo do Decreto-Lei nº 8.177, o juiz de direito indicou Amado Lacroix para assumir a prefeitura do município que após três dias, desistiu do cargo por ter completado 68 anos.²⁸² Devido ao acúmulo de serviço do juiz o sub-prefeito do 1º distrito, Cícero Krueel Álvares se responsabilizou pela administração do Município.²⁸³ Permaneceu no cargo até meados de janeiro de 1946, quando reassumiu a prefeitura Amado Lacroix.²⁸⁴

No ano de 1945, Álvaro de Carvalho Nicofé, prefeito de Ijuí desde 1943, era um dos líderes políticos do PSD. Nesse município, a Comissão Mista já havia determinado que

²⁷⁹ Telegrama do prefeito Otávio Abreu da Silva Lima para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Correio do Povo*, 10 de novembro de 1945, p. 08; *Correio do Povo*, 11 de novembro de 1945, p. 04.

²⁸⁰ Telegrama do prefeito Otávio Abreu da Silva Lima para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Correio do Povo*, 11 de novembro de 1945, p. 04.

²⁸¹ *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1945, p. 04.

²⁸² Telegrama do prefeito Otávio Abreu da Silva Lima para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 18 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de Amado Lacroix para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 20 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de Amado Lacroix para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 23 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁸³ Telegrama do prefeito Otávio Abreu da Silva Lima para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 26 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁸⁴ Telegrama de Cícero Krueel Álvares para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de janeiro de 1946. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

um novo prefeito assumisse o cargo imediatamente. Em janeiro de 1938, então, foi nomeado como novo administrador o advogado Emílio Martins Buhner e, em dezembro de 1943 Álvaro de Carvalho Nicofé tomou posse nesse cargo. No início do mês de julho de 1945, o diretório municipal do PSD foi fundado em Ijuí por Diogo Brochado da Rocha e por Francisco Brochado da Rocha. Como presidente de honra foi eleito o prefeito Álvaro de Carvalho Nicofé e como presidente do partido Antonio Setembrino Lopes.²⁸⁵

No mesmo mês também foi fundada a ala trabalhista em Ijuí.²⁸⁶ No mês seguinte,

causou estranheza entre os ‘pessedistas’ locais a nomeação do Dr. João Barcelos de Souza para prefeito substituto deste município em face de não ter sido consultado, a respeito, o diretório local. Fortes elementos situacionistas locais estão dispostos a mover ao novo administrador tenaz oposição, caso o governo do Estado não venha a modificar a situação criada. Os próprios partidários do PSD comentam que, apesar do seu programa, continua até para eles, o regime ditatorial.²⁸⁷

Depois de muitas desavenças entre dutristas e getulistas, em fins de agosto, tomou posse como novo prefeito o presidente do núcleo local do PSD, Antonio Setembrino Lopes.²⁸⁸ No entanto, essas divergências não impediram a articulação do partido no município, pois

continua desenvolvendo atividades o diretório local do Partido Social Democrático. Tanto na cidade como no interior da comuna o serviço de qualificação está se desenvolvendo a efeito de maneira animadora. Nas sedes dos distritos e em outros povoados do interior foram instaladas comissões que estão empenhadas no serviço de qualificação do eleitorado ijuiense. O Sr. A. Setembrino Lopes, prefeito municipal e presidente do diretório local do PSD e o Dr. Aristeu Pereira, vice-presidente em exercício do diretório local do PSD, secundados por inúmeros outros elementos de destaque locais estão constantemente em contato com a população da cidade e do interior da comuna, orientando o eleitorado.²⁸⁹

Em conseqüência dos desentendimentos entre dutristas e getulistas alguns pessedistas oriundos da ala trabalhista e apoiadores de Getúlio Vargas tais como: Orlando

²⁸⁵ Integraram este núcleo pessedista republicanos e liberais. A comissão executiva deste partido era formada por: Orlando Dias Athayde, vice-presidente; Olinto Ramos Queiroz, 1º secretário; Joaquim Mendes, 2º secretário; Rubens Silva, 1º tesoureiro; Ragner Thorstenberg, 2º tesoureiro; Aristeu Pereira, membro; Edwino Shroer, membro; Bernardo Gressler, membro; Sólton Gonçalves da Silva, membro; Ulrich Low, membro e Leopoldo Hepp, membro; *Correio da Noite*, 03 de julho de 1945, p. 08.

²⁸⁶ Telegrama de Cylon Rosa para Aristeu Pereira em 28 de julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

²⁸⁷ *Diário de Notícias*, 05 de agosto de 1945, p. 05.

²⁸⁸ Telegrama do interventor federal Ernesto Dornelles para o prefeito Antonio Setembrino Lopes em 25 de agosto de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

²⁸⁹ *Diário de Notícias*, 09 de setembro de 1945, p. 04.

Dias Athayde, Aristeu Pereira e Ulrich Low organizaram um comitê de apoio a Getúlio Vargas, que mais tarde deu origem ao PTB no município. Em um comício promovido por este grupo, o prefeito Antonio Setembrino Lopes discursou “da sacada da prefeitura entre palmas dos presentes”.²⁹⁰ Mesmo defendendo uma suposta candidatura de Getúlio Vargas à presidência do país, o prefeito continuou em campanha eleitoral pelo município em prol do PSD, ocasionando seu afastamento pelo interventor gaúcho com base nas informações prestadas pelo juiz de direito José Carlos Candiago.²⁹¹ Assim, em 17 de novembro passou a administrar o município o juiz de direito, mas encerrada as eleições, Antonio Setembrino Lopes aceitou o convite para retornar ao cargo de prefeito de Ijuí.²⁹²

No município de Soledade, o prefeito pessedista Jordão dos Santos foi um dos fundadores do núcleo pessedista local, no ano de 1945. Este prefeito esteve a frente da administração municipal como substituto legal de Paixão Coelho, pois a Comissão Mista, em 1937, também havia determinado que nesse município assumisse um novo prefeito imediatamente. Dessa forma, no ano de 1938, Reinaldo Heckmann foi afastado do cargo de prefeito, assumindo Ticiano Felipe de Leone em seu lugar. Em dezembro de 1938, o Capitão Paixão Coelho passou a administrar Soledade e em 1941 foi designado como prefeito de Camaquã. Assim, Feliberto Muniz Reis administrou o município de Soledade até o ano de 1943, quando o Capitão Paixão Coelho retornou ao cargo. Porém, no ano de 1945, Jordão dos Santos assumiu a administração municipal.²⁹³

Desde o início do mês de novembro de 1945, alguns munícipes encaminharam à interventoria vários telegramas de apoio à continuidade do prefeito substituto Jordão dos Santos, prestando, entretanto, “aplausos unânimes ao retorno do tenente-coronel Otaviano Paixão Coelho, prefeito titular, que vinha administrando satisfatoriamente sem

²⁹⁰ *Correio do Povo*, 10 de outubro de 1945, p.04; *Correio do Povo*, julho a outubro de 1945.

²⁹¹ Telegrama do juiz de direito José Carlos Candiago para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

²⁹² Telegrama do prefeito Antonio Setembrino Lopes para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Antonio Setembrino Lopes para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 11 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁹³ VERDI, Valdemar Cirilo. **Soledade das sesmarias dos monges barbudos, das pedras preciosas**. Não Me Toque: Gesa, 1987.

compromissos ostensivos ou velados com correntes políticas”.²⁹⁴ Em meados deste mesmo mês, Jordão dos Santos solicitou a sua demissão do cargo e, como Otaviano Paixão Coelho ainda estava em licença, o juiz de direito Luiz Araújo tomou posse como prefeito.²⁹⁵ No mês de dezembro, o juiz indicou o libertador Olmiro Almeida Campos, o udenista Marialvo Ferreira de Moraes ou Alfeu Alves Wedy para assumir a prefeitura.²⁹⁶ Em janeiro, Luiz Araújo lembrou à interventoria o nome do libertador Ivo Igino Tomasi para administrar o município de Soledade.²⁹⁷ Depois de várias substituições, novamente Jordão dos Santos tomou posse como prefeito, pois Otaviano Paixão Coelho assumira a prefeitura de Sobradinho.²⁹⁸

No município de Tupanciretã, o partido governista foi instituído em julho de 1945, sendo o prefeito Hélio Franco Fernandes um dos membros da comissão executiva do núcleo local.²⁹⁹ Em agosto, “o ambiente político local começa a se agitar em torno de seus comitês, organizando-se para o grande prélio que se avizinha. O PSD já instalou um posto de alistamento e em reuniões permanentes, estudam seus pares e vários assuntos de ordem geral”.³⁰⁰ Em novembro, o prefeito Hélio Franco Fernandes, enviou telegrama ao interventor federal afirmando ter pedido demissão como membro do diretório municipal do PSD desde o dia 6 daquele mês e no dia 12 expediu circulares para todos os sub-prefeitos e aos funcionários municipais de cada distrito “recomendando não exercerem qualquer atividade político-partidária”. Além disso, informou a Samuel Figueiredo da Silva que no dia 14 de novembro o juiz de direito compareceu à prefeitura e exigiu a demissão dos sub-

²⁹⁴ Telegramas de representantes do município para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10, 12 e 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

²⁹⁵ Telegrama do juiz de direito Luiz Araújo para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

²⁹⁶ Telegrama do juiz de direito Luiz Araújo para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 20 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

²⁹⁷ Telegrama do juiz de direito Luiz Araújo para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 01 de janeiro de 1946. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

²⁹⁸ Telegrama do juiz de direito Luiz Araújo para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de janeiro de 1946. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de Ari Pitininga para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de janeiro de 1946. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Diário de Notícias*, 09 de março de 1946, p. 05.

²⁹⁹ *Correio do Povo*, 15 de junho de 1945, p. 06; *Correio do Povo*, 08 de agosto de 1945, p. 10.

³⁰⁰ *Correio do Povo*, 28 de agosto de 1945, p. 05.

prefeitos e de uma professora, no prazo de 48 horas, por exerceram atividades partidárias. Diante dessa situação, o prefeito pediu demissão do cargo.³⁰¹

No entanto, um dia antes do prefeito encaminhar essas reclamações e o seu pedido de demissão ao interventor gaúcho, o juiz Antonio Augusto Uflacker já havia informado à interventoria que o prefeito “exercia intensa atividade política partidária e é homem de grande projeção política naquele município. Fico aguardando novas determinações de Vossa Excelência”.³⁰² Após o Decreto-Lei nº 8.188, de 20 de novembro, que previa o afastamento de prefeitos que fizessem parte de algum diretório político até outubro de 1945, o interventor solicitou ao juiz que indicasse uma pessoa idônea para administrar o município de Tupanciretã.³⁰³ Ainda, no dia 17 de novembro, Piragibe C. Pinto foi convidado, pela interventoria, a assumir a prefeitura do município, mas não aceitou.³⁰⁴ Assim, o juiz de direito Antônio Augusto Uflacker indicou Arlindo Candido Silva para tomar posse como prefeito.³⁰⁵

No ano de 1945, o prefeito de Júlio de Castilhos Dulcemar Mello Ribas participou ativamente da campanha eleitoral desenvolvida pelo PSD local. Esteve administrando o município desde julho de 1945, visto que a Comissão Mista determinara que o prefeito eleito em 1935 deixasse o seu cargo. Dessa forma, Novembrino Braz Lenzi Loureiro transmitiu a administração da prefeitura ao sub-prefeito do 1º distrito Mário de Almeida Gomes, que permaneceu até março de 1938. A partir de então, o capitão Anápio Barcelos assumiu a prefeitura de Júlio de Castilhos por três meses repassando-a em seguida para Carlos Correia da Silva. Devido à realização de mudanças na estruturação territorial do município, este prefeito foi pressionado por influentes proprietários de terras e pediu exoneração no ano de 1940. Desse modo, em julho de 1940, o coronel Aristides Gomes

³⁰¹ Telegrama do prefeito Helio Franco Fernandes para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁰² Telegrama do juiz de direito Antonio Augusto Uflacker ao interventor federal Samuel Figueiredo da Silva, em 15 de novembro. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

³⁰³ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o juiz de direito Antonio Augusto Uflacker em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

³⁰⁴ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para Piragibe C. Pinto em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

³⁰⁵ Telegrama do juiz de Direito Antônio Augusto Uflacker para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 23 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

tomou posse como prefeito permanecendo no cargo até abril de 1944, quando Pedro Souza passou a administrar o município.³⁰⁶

Em julho de 1945, Pedro de Souza ocupou um cargo na secretária de Obras Públicas do governo do estado, assumindo em seu lugar Dulcemar Mello Ribas. Neste mesmo mês, foi inaugurado o núcleo do PSD no município, tendo como presidente Miguel Waihrich Filho e como secretário o médico Álvaro Guimarães.³⁰⁷ Em meados de novembro, o juiz de direito Antonio Augusto Uflacker, em resposta a um telegrama do interventor federal, informou que já havia tomado as medidas necessárias junto ao prefeito Dulcemar Mello Ribas e que havia exigido o afastamento imediato dos funcionários da prefeitura envolvidos em atividades políticas.³⁰⁸

No dia 18 de novembro Dulcemar Mello Ribas repassou as funções de prefeito ao juiz Antonio Augusto Uflacker que, no início de dezembro transmitiu a administração do município para o secretário da prefeitura, pois considerava o sub-prefeito do 1º distrito Lourenço de Moraes Gomes “incapaz” de ocupar o cargo, sugerindo o nome do ex-prefeito Dulcemar de Mello Ribas para assumir a prefeitura.³⁰⁹ Entretanto, em fins de dezembro Mario de Almeida Gomes foi empossado novamente como prefeito de Júlio de Castilhos.³¹⁰

Nessa Região do Planalto Médio, portanto, ficou demonstrado que muitos prefeitos eram presidentes dos diretórios municipais do PSD e todos colaboraram na estruturação dos núcleos pessedistas. A maioria dos prefeitos foi nomeada no ano de 1945, pois, entre 11 prefeitos apenas os de Erechim, Getúlio Vargas, Passo Fundo, Carazinho e Ijuí já administravam os municípios antes desse ano. Em muitas prefeituras gaúchas os juízes informaram ao interventor sobre o envolvimento de sub-prefeitos na campanha eleitoral do PSD, mas o maior número de denúncias enviadas a interventoria foram pelos partidos da

³⁰⁶ COSTA, Firmino. **Terra de Vila Rica**: contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal, 1991.

³⁰⁷ *Correio do Povo*, 20 de julho de 1945, p. 04.

³⁰⁸ Telegrama do juiz de direito Antonio Augusto Uflacker ao interventor federal Samuel Figueiredo da Silva, em 15 de novembro. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

³⁰⁹ Telegrama de Dulcemar Mello Ribas para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 18 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do juiz de direito Antônio Augusto Uflacker para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³¹⁰ Telegrama do prefeito Mario A. Gomes para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 23 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

oposição. Os telegramas encaminhados a Samuel Figueiredo da Silva informavam desde violências praticadas contra alguns funcionários municipais que não apoiavam o PSD até o envolvimento de várias autoridades municipais, como delegado de polícia, juiz, sub-prefeito e também um padre na campanha eleitoral desse partido como ocorreu em Marcelino Ramos.

As constantes denúncias levaram ao afastamento de muitos desses prefeitos antes da data limite de 20 de novembro, no entanto, o jornal *Diário de Notícias* noticiou apenas o caso de violência em Sarandi e do uso de recursos públicos em Cruz Alta e Passo Fundo. Contudo, esse jornal evidenciou de forma destacada as disputas entre dutristas e getulistas que ocorreram nesta região nos municípios de Passo Fundo, Carazinho e Ijuí, sempre salientando que a cisão era “entre os que querem e não querem o General Dutra como candidato”.³¹¹ Encerrado o processo eleitoral, as denúncias de envolvimento político desses prefeitos com o PSD não foram suficientes para que esses administradores não retornassem às prefeituras, registrando-se o contrário já que quase todos foram reconduzidos ao seu antigo cargo como se pode verificar na sistematização dos dados apresentados na tabela a seguir.

Tabela 2:
Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região do Planalto Médio (2º Zona)

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Marcelino Ramos	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito e juiz de direito	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	em meados de novembro de 1945	após o término do pleito eleitoral
Erechim	prefeito (desde 1939)	prefeito, juiz de direito e outras autoridades municipais	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	em meados de novembro de 1945	após o término do pleito eleitoral

³¹¹ *Diário de Notícias*, 15 de julho de 1945, p. 07; *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1945, p. 04 e 05; *Diário de Notícias*, 05 de agosto de 1945, p. 05; *Diário de Notícias*, 09 de setembro de 1945, p. 02 e 16; *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1945, p. 08; *Diário de Notícias*, 26 de setembro de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 07 de outubro de 1945, p. 06.

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Sarandi	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito e funcionários públicos	percorreu todo o município em campanha e violência física a partidários opositoristas (prefeito)	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista
Getúlio Vargas	prefeito (desde 1940)	prefeito e sub-prefeitos	percorreram todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	após o término do pleito eleitoral
Passo Fundo	prefeito (desde 1944)	prefeito e funcionários públicos	percorreu todo o município e região em campanha e uso dos recursos públicos (prefeito)	último prazo legal (20/11/1945)	início de 1946
Carazinho	prefeito (desde início da década de 1930)	prefeito, delegado de polícia e coletor federal	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	último prazo legal (20/11/1945)	início de 1946
Cruz Alta	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito e funcionários públicos	percorreu todo o município em campanha e uso dos recursos públicos (prefeito)	em meados de novembro de 1945	início de 1946
Ijuí	prefeito (desde 1943)	prefeito e funcionários públicos	percorreram todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
Soledade	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	início de 1946
Tupanciretã	prefeito	prefeito, funcionários públicos e sub-prefeitos	percorreram todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista
Julio de Castilhos	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito e funcionários públicos	percorreram todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista

2.1.3. Região do Planalto do Nordeste (3º Zona)

O Partido Social Democrático também conseguiu estruturar-se em todos os municípios da Região do Planalto do Nordeste, que era formada pelos municípios de Bom Jesus, Lagoa Vermelha, Vacaria e São Francisco de Paula. Em Bom Jesus, um dos fundadores desse partido governista foi o prefeito Porcínio Pinto Ribeiro, empossado em julho de 1945. Após o golpe do Estado Novo, a Comissão Mista determinou a permanência do prefeito Luiz Ignácio Dutra, eleito em 1935. Assim, esteve no cargo até abril de 1939, quando atingiu a idade limite prevista em Lei para ocupar cargos públicos, tendo sido nomeado em seu lugar o capitão Gentil Machado de Godoy e, em seguida, Leônidas Coelho de Souza.³¹²

No mês de julho de 1945, com a transferência de Leônidas Coelho de Souza para Marcelino Ramos, Porcínio Pinto Ribeiro passou a administrar o município de Bom Jesus e, no mesmo dia de sua posse como prefeito, ocorrida no salão nobre da prefeitura, com a presença de uma caravana de pessedistas de Porto Alegre e outra de Vacaria, foi fundado o diretório municipal do PSD.³¹³ Tal fato ocasionou o encaminhamento de muitas denúncias ao interventor gaúcho. No início do mês de novembro de 1945, Coelho de Souza informou à interventoria que o prefeito de Bom Jesus havia se afastado das atividades políticas.³¹⁴ Mesmo assim, somente em novembro o administrador repassou o seu cargo ao juiz de direito da comarca. Com o término das implicações legais que afastavam os prefeitos “políticos” de seus cargos, em 18 de dezembro, Porcínio Pinto Ribeiro aceitou o convite do secretário da interventoria, Álvaro Batista Magalhães, e reassumiu o cargo de prefeito do município do Bom Jesus.³¹⁵

Em Lagoa Vermelha, o prefeito Libório Pimentel era o presidente do diretório pessedista local e administrava o município desde 1938. A Comissão Mista determinou

³¹² ABREU, Ennio Farias de; ABREU, Marisa da Costa. **Bom Jesus**: Histórias de uma cidade. Co-Edição - Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias: Universidade de Caxias do Sul, 1977.

³¹³ *Correio do Povo*, 06 de julho de 1945, p.02.

³¹⁴ Telegrama de Coelho de Souza para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 09 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

³¹⁵ Telegrama do prefeito Porcínio Pinto Ribeiro para Secretário da interventoria Álvaro Batista Magalhães em 07 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Porcínio Pinto Ribeiro para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 18 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Correio do Povo*, 11 de dezembro de 1945, p. 03.

que o prefeito eleito em 1935, Carlos Aguirre, fosse substituído pelo Major Rodrigues, que permaneceu no cargo até março de 1938, quando foi nomeado o Cel. Libório Pimentel.³¹⁶

Dessa forma, em meados do mês de julho de 1945 o prefeito já coordenava os intensos

trabalhos desenvolvidos pelo diretório municipal do PSD desta cidade. Os Srs, Libório Pimentel e Nívio Castelano, respectivamente, presidente e secretário, acabam de visitar todos os distritos onde foram organizadas comissões, as quais já se encontram em plena atividade partidária.³¹⁷

Com a organização do movimento queremista no estado, alguns pessedistas de Lagoa Vermelha abandonaram o partido, encontrando-se entre eles, o 1º vice-presidente do diretório municipal Érico Lourenço de Lima, cujo cargo foi preenchido por Plauto de Oliveira no mês de setembro, fato que gerou a mobilização de pessedistas de alguns diretórios distritais para indicá-lo à prefeitura do município.³¹⁸ Contudo, o pedido encaminhado ao núcleo local de Lagoa Vermelha foi considerado inoportuno, porque o presidente do diretório municipal era o prefeito Libório Pimentel.³¹⁹ Devido às atividades políticas desenvolvidas pelo prefeito, o juiz de direito Mario Meira passou a administrar o município no dia 17 de novembro³²⁰ o que não impediu que alguns moradores do distrito de Paim Filho continuassem denunciando tais ações do ex-prefeito à interventoria pois, neste período, intensificou-se a campanha do PSD pelos distritos com caravanas organizadas por candidatos à Câmara Federal.³²¹ Entretanto, dois meses após o encerramento do processo eleitoral, Libório Pimentel foi reconduzido ao cargo de prefeito de Lagoa Vermelha.

Em Vacaria, o prefeito Satiro Dornelles de Oliveira Filho, membro do núcleo do PSD desde a sua fundação no ano de 1945, esteve à frente da administração municipal a partir de 1938, quando a Comissão Mista previa a posse de um novo prefeito. A partir do mês de julho de 1945, o PSD tentou organizar um núcleo do partido em Vacaria e, no final

³¹⁶ MORAES, Demétrio Dias. **Brasil Grande e a história de Lagoa Vermelha**. Lagoa Vermelha: Imprensa Planalto Ltda, 1977.

³¹⁷ *Correio do Povo*, 14 de julho de 1945, p. 08.

³¹⁸ *Correio do Povo*, 23 de setembro de 1945, p.04.

³¹⁹ *Correio do Povo*, 23 de setembro de 1945, p.04; *Correio do Povo*, 07 de outubro de 1945, p.04.

³²⁰ Telegrama do juiz de direito Mario Meira Ribas para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³²¹ Telegrama de Luiz Biasi, Rubem Ferrari, Amancio Beltrae para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 20 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; *Correio do Povo*, 25 de novembro, p. 04.

do mês de agosto já promoveu uma convenção no Cinema Imperial. Nessa primeira reunião compareceram vários sub-prefeitos; um representante do Bispo, Frei Dom Candido, o prefeito de Bom Jesus Porcínio Borges Santos e os presidentes das seguintes entidades: Associação Comercial, Rural e Industrial; Clube do Comércio, União Operária entre outras autoridades municipais. A convenção contando com mais de mil pessoas foi presidida pelo presidente do diretório municipal Nicanor Luz, e pelo prefeito do município Satiro Dornelles de Oliveira Filho. Neste mesmo dia foi organizada a ala acadêmica municipal desse partido no salão nobre da prefeitura.³²²

Antes de ser implementado o Decreto-Lei nº 8.164, de 09 de novembro, que permitia tanto a investigação dos prefeitos pelos juízes como o encaminhamento das denúncias de suas atividades políticas ao interventor gaúcho, a UDN e o PL já haviam se articulado para tentar comprovar a atuação política do prefeito Satiro Dornelles de Oliveira Filho. Enviaram, então, para a interventoria, panfletos do partido e fotos para comprovar que o prefeito exercia atividades político-partidárias, presidindo “reuniões políticas” pelos distritos, distribuindo títulos eleitorais e utilizando bens públicos na campanha do PSD, como, por exemplo, o carro da prefeitura.³²³ Dessa forma, os udenistas e os libertadores solicitaram, e conseguiram, a substituição do prefeito pelo juiz de direito Julho Rosa Cruz. Terminadas as eleições, entretanto, Satiro Dornelles de Oliveira Filho foi nomeado prefeito de Vacaria novamente.³²⁴

No município de São Francisco de Paula, o prefeito Alziro Torres Filho, que tomou posse no ano de 1938 depois de um estudo inicial da Comissão Mista, foi também o presidente do diretório municipal do PSD no ano de 1945.³²⁵ Participando das atividades

³²² Telegrama do prefeito Dornelles Filho para o interventor federal Ernesto Dornelles em 07 de agosto de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; *Correio do Povo*, 01 de setembro, p. 08.

³²³ Telegrama dos representantes da UDN e do PL, Avelino Paim Filho e Virgílio Rodrigues para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de João Chedid Sobrinho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 12 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

³²⁴ Telegrama de representantes do município para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 13 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Lista das comissões executivas dos diretórios municipais da União Democrática Nacional do Rio Grande do Sul do ano de 1945. Núcleo de Pesquisa e Documentação de Política Rio-grandense, Arquivo Flores Soares. BARBOSA, Fidelis Dalcim. **Vacaria dos Pinhais**. Co-Edição - Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias: Universidade de Caxias do Sul, 1977.

³²⁵ LUCENA, Plínio A. **São Francisco de Paula**: monografia. São Francisco de Paula, 1971.

do partido desde a sua fundação, o prefeito foi denunciado à interventoria, afastando-se somente no início do mês de novembro da presidência do diretório municipal.³²⁶ Contudo, em meados do mesmo mês o interventor federal informou ao prefeito que,

atendendo a um critério adotado em relação a esse e outros municípios, designei, de acordo decreto-lei federal nº 8.177, o juiz de direito para assumir em exercício essa prefeitura até cinco dias depois das eleições, atendendo seu pedido de exoneração, mas terei satisfação de reconduzi-lo ao cargo ocupado.³²⁷

Apoiando-se nessa mensagem, Alziro Torres Filho, transmitiu o cargo de prefeito ao juiz de direito Arno Saturnino Arpini, em 20 de novembro,³²⁸ sendo que no início do mês de dezembro, o ex-prefeito pessedista já havia retornado ao cargo de administrador do município.³²⁹ Ainda, no mesmo mês, alguns bacharéis pessedistas foram nomeados para assumirem os cargos de juízes distritais.³³⁰

Dessa forma, salientou-se que na Região do Planalto Médio os prefeitos, em sua maioria, ocuparam cargos na comissão executiva do núcleo local pessedista no ano de 1945, sendo inclusive, nos casos de Lagoa Vermelha e São Francisco de Paula, os seus presidentes. Todos esses prefeitos, em seus núcleos municipais, estiveram intensamente envolvidos na campanha eleitoral do partido. Apesar disso, durante todo o período de estruturação partidária e campanha, o jornal *Diário de Notícias* não informou sobre a intensa movimentação desses diretórios, noticiando apenas as ações do núcleo de Vacaria. Na tabela, que segue, pode-se comprovar que ao encerrar o processo eleitoral nos municípios desta região todos os prefeitos foram reconduzidos aos seus cargos.

³²⁶ Faziam parte ainda, do diretório local, Urquiza Costa, Zeferino O. de Lucena, Remigio Modari, Almiro Teixeira, Alberto Andrade Betinho, Podalírio Alves da Silva, Pompeo Castelo Costa e Pradellino Prux. *Jornal Diário de Notícias*, 10 de julho de 1945, p. 07.

³²⁷ Telegrama do Interventor federal Samuel Figueiredo da Silva também para César Pestana (Caí), Nelson Paim Terra (Canoas), Ernesto Protásio Wuderlich (Rio Pardo) e Totilas Carvalho (Santo Ângelo) em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

³²⁸ Telegrama do prefeito Alziro Torres Filho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 20 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³²⁹ *Correio do Povo*, 05 de dezembro de 1945, p.08.

³³⁰ *Correio do Povo*, dezembro de 1945.

Tabela 3:
Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região do Planalto do Nordeste (3º Zona)

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Bom Jesus	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito e funcionários públicos	percorreram todo o município em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	após o término do pleito eleitoral
Lagoa Vermelha	prefeito (desde 1938)	prefeito e funcionários públicos	percorreram todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	após o término do pleito eleitoral
Vacaria	prefeito (desde 1938)	prefeito, funcionários públicos e sub-prefeitos	percorreu todo o município em campanha, alistamento eleitoral com comícios e uso dos recursos públicos (prefeito)	em meados de novembro de 1945	após o término do pleito eleitoral
São Francisco de Paula	prefeito (desde 1938)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral

2.1.4. Região do Litoral (4º Zona)

Na Região do Litoral ou 4º Zona formada por Torres, Osório, São José do Norte, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar o PSD conseguiu estruturar os seus núcleos com apoio dos prefeitos. Em Torres, Ari Antonio Alves administrava o município desde 1944, pois a Comissão Mista decidira pela permanência do prefeito eleito em 1935. Em 1940, Moisés Camilo de Farias repassou a administração do município para Israel Mariense de Lemos, que permaneceu no cargo até 1942. Desse ano até 1944, Raul Cauduro esteve à frente da prefeitura de Torres e, em seguida, assumiu como prefeito Ari Antonio Alves.³³¹

³³¹ Raul Cauduro passou a administrar o município de Farroupilha. SELAU, José Krás. **Colônia de São Pedro**: um pouco de sua história. Torres: s/e, 1984.

No mês de julho de 1945, o Cel. Jose Krás Borges chegou a Torres para “tratar da instalação do diretório do Partido Social Democrático em estreita cooperação com o prefeito” Ari Antonio Alves.³³² Em vista das atividades políticas desenvolvidas pelo prefeito, no dia 17 de novembro, o interventor federal exonerou-o do cargo, indicando para administrar o município o juiz de direito da comarca. Segundo o prefeito Ari Antonio Alves, no entanto, o juiz não recebeu essa designação da interventoria, por isso, somente no dia 20 de novembro repassou o cargo ao secretário do município Evadino Martins. No mês seguinte, a convite de Samuel Figueiredo da Silva, Ari Antonio Alves, retomou a administração do município, tomando posse em 19 de dezembro de 1945.³³³

Osório também foi um dos municípios em que a Comissão Mista havia determinado a continuidade do administrador, no ano de 1937. Assim, Cândido Osório da Rosa foi mantido no cargo de prefeito até o ano de 1942 e, na seqüência, tomou posse Juvenal José Pinto, que solicitou exoneração para assumir a prefeitura de Lajeado no ano de 1943. Em setembro de 1943, Israel M. Lemos passou a administrar Osório mas, no mês de outubro de 1945, solicitou sua exoneração, e Oswaldo Amaral tomou posse desse cargo.³³⁴ Em virtude do envolvimento de Oswaldo Amaral com o PSD no município, como vice-presidente do diretório local, udenistas de Osório informavam, constantemente, a interventoria sobre suas ações na campanha eleitoral desse partido.

No mês de novembro de 1945, o presidente da UDN local, Oswaldo Bastos, solicitou a Samuel Figueiredo da Silva a substituição deste administrador municipal, alegando que o mesmo ainda como

vice-presidente em exercício do diretório do Partido Social Democrático dedica as suas atividades, exclusivamente, aos interesses do seu partido, mobilizando compulsoriamente, nesse sentido, todo o funcionalismo municipal, demitindo funcionários que se recusam a colaborar na campanha política, emprestando aos seus correligionários o automóvel da prefeitura para excursões políticas no interior do município, promovendo comícios e discursando. Enfim, empregando todo o prestígio da fundação

³³² Jornal Correio do Povo, 26 de julho, p. 04.

³³³ Telegrama do prefeito Ari Antonio Alves para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 20 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Ari Antonio Alves para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³³⁴ Telegrama do prefeito Oswaldo Amaral para o interventor federal Ernesto Dornelles em 02 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; Jornal *Diário de Notícias*, 26 de setembro, p. 03; SILVIA, Mariana Raimunda. **Biografia dos intendentes e prefeitos do município de Osório: 1892-1992**. Osório: Datilograph Informática, 1995.

pública para compelir o eleitorado a sufragar a chapa do PSD que apresenta como apoiada pelo governo.³³⁵

No entanto, apenas a partir do Decreto-Lei nº 8.188, que previa o afastamento de prefeitos ligados a diretórios políticos, o interventor federal informou ao prefeito Oswaldo Amaral que era “forçado a modificar” a sua “anterior decisão”, sentido-se “obrigado a alterar a decisão desse município”, designando para substituí-lo na administração do município o bacharel Olavo de Carvalho Freitas.³³⁶

No município de São José do Norte, o prefeito Otto Brodt Filho foi um dos grandes articuladores o PSD no ano de 1945, o qual tentou até mesmo a demissão do juiz eleitoral Manoel Colares. Segundo esse juiz, o prefeito encaminhou ao Tribunal Regional Eleitoral a sua exoneração por este não residir no município. O juiz alegou permanecer diariamente em São José do Norte, atendendo ao serviço eleitoral e, também que as razões desse pedido de afastamento seriam por ter

sempre demonstrado imparcialidade e de ter declarado impugnável assinatura de títulos de qualquer eleitor que verifique ser analfabeto. Na ocasião da apresentação de requerimentos de inscrição eleitoral o mesmo prefeito, apresentou reclamações absurdas. Consta também, ter sido indicado pelo mesmo prefeito e presidente do Partido Social Democrático, para meu substituto uma pessoa de sua confiança, disposta a proceder de acordo com a sua vontade.³³⁷

Ainda assim, o prefeito foi afastado somente em fins do mês de novembro. Após ser baixado o Decreto-Lei nº 8.188, em 20 de novembro, Samuel Figueiredo da Silva comunicou ao Prefeito Otto Brodt Filho que se via “forçado” a modificar a disposição anterior de mantê-lo no cargo determinando que o Primeiro Tenente Silanus Monteiro Seferin o substituísse.³³⁸

Em Rio Grande, a Comissão Mista manteve o prefeito Antonio Rocha Meireles Leite, eleito em 1935. A partir de setembro de 1938, foi nomeado para este cargo Roque Aita Junior, que permaneceu até o ano de 1945. Nesse município, Oscar da Fontoura,

³³⁵ Telegrama do presidente do diretório da União Democrática Nacional Oswaldo Bastos para interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 13 de novembro de 1945. Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³³⁶ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para prefeito Oswaldo Amaral em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

³³⁷ Telegrama do juiz eleitoral preparador Manoel Colares para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

³³⁸ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o prefeito Otto Brodt Filho em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

secretário da fazenda e Heróphilo Azambuja, presidente do Instituto de Previdência do Estado, “mantiveram entendimentos com elementos de todas as classes sociais a fim de fundarem o núcleo local do Partido Social Democrático” desde o início do mês de julho de 1945.³³⁹ No fim desse mesmo mês, foi empossada a comissão executiva do diretório municipal do partido em Rio Grande, tendo como presidente de honra o prefeito Roque Aita Junior³⁴⁰ que a partir do mês de agosto organizou vários diretórios distritais.³⁴¹ Além do prefeito, muitas autoridades municipais faziam parte do PSD em Rio Grande, encontrando-se entre eles o delegado regional de polícia Ubiraçara Salvador que, frente ao Decreto-Lei nº 8.164, de 09 de novembro, que autorizava a investigação de autoridades envolvidas em atividades políticas, “telegrafou ao presidente do Partido Social Democrático, pedindo demissão do cargo de membro do Conselho Consultivo do referido partido”.³⁴²

Alguns dias antes de ser baixado o Decreto-Lei nº 8.164, o prefeito Roque Aita Junior propôs ao interventor federal o próprio afastamento das “funções políticas que exercia no PSD, inclusive da indicação para a cadeira de deputado federal” na “intenção de ser juiz do pleito eleitoral”. O prefeito solicitou afastamento, temporário, por razões de saúde e repassou o cargo a Duprat da Silva devido a implementação do Decreto e do pedido de Samuel Figueiredo da Silva encaminhado aos juízes, no dia 11 de novembro, para serem afastados todos os funcionários municipais envolvidos em atividades políticas nem que fosse através de licença.³⁴³

O PSD em Santa Vitória do Palmar foi organizado por Egídio Costa, representante do diretório municipal de Porto Alegre, no mês de julho de 1945. Para a sua fundação esse núcleo contou inicialmente com o apoio da antiga comissão executiva do PRR do município e com a colaboração do prefeito Guilherme de Souza Castro que era o

³³⁹ *Diário de Notícias*, 04 de julho de 1945, p. 02.

³⁴⁰ *Diário de Notícias*, 01 de agosto de 1945, p. 04.

³⁴¹ *Diário de Notícias*, 19 de agosto de 1945, p. 07.

³⁴² *Correio do Povo*, 13 de novembro de 1945, p. 04.

³⁴³ Telegrama do prefeito Roque Aita Junior para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; *Correio do Povo*, 13 de novembro de 1945, p. 04.

presidente do diretório municipal.³⁴⁴ Assim, no início do mês de setembro, Flores da Cunha esteve em Santa Vitória do Palmar promovendo uma sessão da UDN no Teatro Independência.

Durante o evento, várias pessoas gritaram “Queremos Getúlio” e “Ripoll”. Foi necessária à intervenção da polícia para que o encontro tivesse continuidade.

A frente do teatro, porém, uma compacta multidão aguardava a saída do ex-general. De fato, à saída do chefe liberal, ouviu-se ensurdecadora vaia que o acompanhou até a partida do automóvel. De todos os pontos ouvia-se ‘Queremos Getúlio’, ‘Ripoll’, ‘abaixo o caudilhismo’. Do Independência, dirigiu-se o Sr. Flores da Cunha, acompanhados de alguns elementos da facção liberal, para o Café Central, onde lhe foi oferecida uma ceia íntima. O povo, levando a efígie do Presidente da República e aos gritos de ‘Queremos Getúlio’, ‘morra Flores da Cunha’, ‘Ripoll’, promoveu uma das mais entusiásticas manifestações políticas de que há notícia nos anais de Santa Vitória do Palmar. No improvisado e grandioso comício, fizeram uso da palavra o Sr. Nei da Serqueira, promotor público da Comarca; Propício Prado; Dr. Teonilo Soares da Costa; Dr. Guilherme de Souza Castro, prefeito municipal e Dr. Mario Anselmi, prócer do Partido Social Democrático.³⁴⁵

Apesar de tais eventos, o comitê Pró-Getúlio Vargas de Santa Vitória do Palmar foi oficialmente fundado em 23 de setembro, sendo formado por alguns antigos republicanos que haviam ingressado no PSD, e por alguns pessedistas que não apoiavam a candidatura Eurico Gaspar Dutra. O prefeito permaneceu em atividades no núcleo pessedista³⁴⁶. Em meados de novembro de 1945, o juiz de direito Borges Maciel, informou ao interventor federal que o prefeito ainda continuava na presidência do PSD.³⁴⁷ Apesar de ter sido

³⁴⁴ Faziam parte do diretório municipal ainda: 1º vice-presidente, Cel. Antonio Ireneu Alves Nunes; 1º secretário, Francisco Rotta Cava; 2º secretário, Teonilo Soares da Costa; 1º tesoureiro, Bolívar Barberena; 2º tesoureiro, Jorge Calvete; Vogais: Major José Bernardino de Souza e Castro, Capitão José Maria Cota de Melo, Serafim Torquato Pereira e Coronel Pompeu Joaquim Corrêa, Nei de Cerqueira, Propício Prado, Waterloo Camejo, Mario Anselmi. *Correio do Povo*, 28 de junho de 1945, p. 08; *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1945, p.08.

³⁴⁵ *Correio do Povo*, 07 de setembro de 1945, p. 06.

³⁴⁶ O comitê quemista era formado por: Orestes Patela, presidente; Nei de Cerqueira, 1º vice-presidente; José Vitorino Torino, 2º vice-presidente; Cláudio Pinto, 1º secretário; Coronel João Saes, 2º secretário e Taciano Martírio, tesoureiro. Como vogais: Hassen Martins, Marisbarros dos Santos, Nelci Calvete, Deosmar Rota, Lindomar de Laveja, Miguel Lopes, Propício Prado, Ari Pinto, João Braga, Pedro Torrino, Peri Castela e Uraneo B. Echartéa. *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1945, p.08; *Correio do Povo*, 19 de julho de 1945, p.08.

³⁴⁷ Telegrama do juiz de direito Borges de Maciel para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

afastado em fins de novembro, Guilherme de Souza Castro foi reconduzido ao cargo de prefeito, em 08 de dezembro de 1945.³⁴⁸

Percebeu-se dessa forma, que na Região do Litoral todos os prefeitos participaram da organização dos núcleos pessedistas em seus municípios. Rio Grande foi o único município dessa região noticiado intensamente pelo jornal *Diário de Notícias*, pois o secretário da Fazenda Oscar da Fontoura e Heróphilo Azambuja, presidente do Instituto de Previdência do Estado, coordenaram a fundação do núcleo naquele local, gerando críticas na imprensa.³⁴⁹ Como se evidenciou nas regiões anteriormente analisadas, os prefeitos dessa região também atuaram na campanha eleitoral pessedista, utilizando-se dos recursos financeiros da prefeitura em prol do seu partido e demitiram funcionários públicos que não os apoiaram. Mesmo assim, esses prefeitos só foram afastados a partir dos Decretos-Leis, no início do mês de novembro. Nesse sentido, pessedistas locais substituíram aqueles que não foram reconduzidos aos seus cargos conforme se pode observar, de forma mais sistematizada, na tabela a seguir.

³⁴⁸ Telegrama do juiz de direito Borges de Maciel para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Guilherme de Souza Castro para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁴⁹ *Diário de Notícias*, 04 de julho de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 01 de agosto de 1945, p. 04; *Diário de Notícias*, 19 de agosto de 1945, p. 07.

Tabela 4:
Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região Litoral (4º Zona)

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Torres	prefeito (desde 1944)	prefeito e juiz de direito	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	último prazo legal (20/11/1945)	após o término do pleito eleitoral
Osório	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito, funcionários públicos e sub-prefeitos	demissão de funcionários públicos opositores e uso dos recursos públicos (prefeito)	último prazo legal (20/11/1945)	assumiu o cargo outro pessedista
São José do Norte	prefeito	Prefeito	percorreu todo o município em campanha e perseguição ao juiz eleitoral	último prazo legal (20/11/1945)	assumiu o cargo outro pessedista
Rio Grande	prefeito (desde 1938)	prefeito, funcionários públicos e delegado de polícia	percorreram todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro pessedista
Santa Vitória do Palmar	prefeito	Prefeito	percorreu todo o município em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral

2.1.5. Região da Serra do Sudeste (5º Zona)

Na Região da Serra do Sudeste que era formada por Tapes, Camaquã, Encruzilhada do Sul, Caçapava, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini, Canguçu, São Lourenço do Sul, Pelotas, Arroio Grande, Herval e Jaguarão, o PSD, encontrou muita facilidade para organizar os seus núcleos em cada local. Em Tapes, Hermínio José Soares, escolhido presidente do diretório do PSD local no ano de 1945, já era prefeito desde 1944. Com a instauração do Estado Novo, a Comissão Mista determinou que, nesse município, permanecesse o prefeito Homero Carvalho Kappel. De junho de 1942 a setembro de 1944,

o administrador municipal foi o promotor público Fernando Fernandes Chagas, o qual foi exonerado para reassumir a prefeitura de Soledade, quando Hermínio José Soares tomou posse no cargo de prefeito em Tapes.³⁵⁰

A partir do mês de agosto, o núcleo pessedista promoveu almoços para realizar as “reuniões políticas” em vários distritos. A “concentração popular” era presidida pelo prefeito Hermínio José Soares e tinha como objetivo final, além da campanha em “prol dos nomes do Gal. Dutra e Walter Jobim”, a qualificação eleitoral.³⁵¹ Apoiando-se nos Decretos-Leis, do início de novembro de 1945, que procuravam “controlar” a campanha eleitoral desenvolvida pelos funcionários públicos, udenistas de Tapes informaram ao interventor federal que o prefeito ainda continuava como “presidente efetivo” do diretório municipal pessedista, organizando e presidindo “todos os comícios aqui realizados e vem se valendo dos sub-prefeitos distritais, os quais transformou em cabos eleitorais”. Ainda, segundo os udenistas, o prefeito, desviou “uma professora municipal das suas funções escolares a fim de conseguir eleitores pela cidade, recebendo certa quantia por requerimento entregue a sede do PSD”.³⁵²

Devido ao encaminhamento de várias denúncias à interventoria, o prefeito Hermínio José Soares comunicou a Samuel Figueiredo da Silva, no dia 16 de novembro, que já havia renunciado à presidência do diretório municipal de Tapes.³⁵³ Neste mesmo dia, libertadores de Tapes ainda informaram ao interventor que o prefeito havia renunciado ao

cargo de presidente efetivo do Partido Social Democrático depois de haver organizado e presidido vários comícios políticos em todo o

³⁵⁰ Telegrama do prefeito substituto Hermínio José Soares para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 11 de setembro de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158; Telegrama de representantes do município para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 24 de setembro de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158; Telegrama de representantes da Associação Rural e Associação Comercial do município para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 29 de setembro de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158. CIBILS, Luis Alberto. **Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro.** s/e, 1959.

³⁵¹ Na reunião política ocorrida no 2º distrito de Tapes, na Vila Vasconcelos, um dos oradores foi o vigário da Paróquia, o Padre Luiz Prisht. *Correio do Povo*, 08 de agosto de 1945, p. 10; *Correio do Povo*, 18 de agosto, p. 08.

³⁵² Telegrama da comissão executiva da UDN de Tapes para o Interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁵³ Telegrama do prefeito Hermínio José Soares para o Interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

município, como é público e notório que ele transformou seus sub-prefeitos em cabos eleitorais, os quais estão empregando medidas de compressão e de violência contra elementos graduados da União Democrática Nacional. Como aconteceu com nosso correligionário Wlbaldo Neumann, cirurgião dentista residente no terceiro distrito, o qual comunicou o ocorrido ao Dr. Raul Pilla.³⁵⁴

Mesmo frente a essas denúncias, o prefeito só foi afastado do cargo no dia 19 de novembro, assumindo em seu lugar o promotor público de Camaquã Hiparcus Ramalho, que permaneceu no cargo até 4 de fevereiro de 1946. Ainda no ano de 1946, Hermínio José Soares retornou à administração da prefeitura, mas pediu exoneração para concorrer ao cargo de prefeito pelo PSD, em 1947.³⁵⁵

No município de Camaquã, o prefeito que estruturou o PSD em nível local também já o administrava durante o Estado Novo. Com a instauração desse regime, a Comissão Mista determinou que fosse discutido um novo administrador para o município. Portanto, no ano de 1938, tomou posse, como prefeito, José Domingues de Carvalho Bastos em substituição a Boaventura José Centeno, mas, neste mesmo ano, Leonel Flores da Rosa assumiu a prefeitura. De janeiro de 1941 a agosto de 1943, o Major da Brigada Militar Paixão Coelho administrou Camaquã, pedindo exoneração para reassumir a prefeitura de Soledade, sendo Celestino Franco Coutinho nomeado em seu lugar.

No mês de setembro de 1945, foi inaugurado em Camaquã o diretório municipal do PSD³⁵⁶, sendo que o presidente de honra e um dos grandes organizadores desse partido, em nível municipal, foi o prefeito Celestino Franco Coutinho. Em princípio de novembro, com a posse do novo interventor federal, o prefeito bem como a maioria dos administradores municipais do Rio Grande do Sul colocou o seu cargo à disposição. Assim, o presidente da

³⁵⁴ Telegrama do presidente do Partido Libertador Euclides Flores Batista para o Interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁵⁵ Hermínio José Soares foi eleito prefeito de Tapes em 1947. CIBILS, op.cit.; Telegrama do promotor público Hiparcus Ramalho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 01 de fevereiro de 1946. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁵⁶ O diretório municipal do PSD era constituído por: Major Miguel Lopes de Almeida, Coronel Nei Xavier de Azambuja, Cel. João Luiz Oliveira e Celestino Franco Coutinho (presidentes de honra); Mario Crespo (presidente); Julio Rosa Teixeira (1º vice-presidente); Nei Azambuja Filho (2º vice-presidente); Volnei Beckel Ribeiro (1º secretário); Romeu Luiz Pereira da Silva (2º secretário); Breno Veiga Vielitz (1º tesoureiro); Alcides Dias (2º tesoureiro); João Nunes de Campos (orador); Ainda, como membros do conselho deliberativo participavam: Caro Mendes, Boaventura Centena, Julio Gastão Gomes Leal, Major João Beckel, Alcides Pedro de Souza, Antero Silveira, Ceciliano Rosa Teixeira, Mario Batista de Oliveira, Cheque Buchai, José Epifanio Cardoso da Silva, Vitoriano Buttes de Souza, Erlínio Assis, Arsênio Ramos, Augusto Blanchardt, Arlindo Cardoso da Silva e Dorval Ribeiro. *Correio do Povo*, 09 de setembro, p.20.

UDN Luiz Lázaro Silva e o secretário Sagão Gobato solicitaram a Samuel Figueiredo da Silva que nomeasse, para administrar Camaquã, uma pessoa com mais imparcialidade política, pois o atual prefeito era o principal articulador do PSD, nesta municipalidade.³⁵⁷

Com os Decretos-Lei, a partir do início de novembro, e ainda mais, com a recomendação do interventor federal de que os juízes afastassem, de qualquer forma, incluindo licenças, os funcionários envolvidos em campanhas eleitorais, o prefeito Selestino Franco Coutinho pediu licença de férias, no dia 16 de novembro, argumentando que á dois anos não a utilizava.³⁵⁸ Assim, em fins de novembro, assumiu a prefeitura o juiz de direito João de Barros Cassal, e o prefeito licenciado continuou organizando os comícios que ocorriam no município de Camaquã,³⁵⁹ reassumindo o cargo à frente da administração municipal no início de dezembro de 1945.³⁶⁰

No município de Encruzilhada do Sul, Honório Fagundes de Carvalho, prefeito desde 1935, foi um dos fundadores do PSD local no ano de 1945. Mas, com o afastamento desse prefeito, assumiu o cargo o pessedista Lauro Castro, gerando muitas denúncias ao interventor gaúcho. Ainda no dia 08 de novembro, o udenista Francisco Meirelles informou a interventoria que o prefeito substituto padecia dos mesmos vícios de parcialidade do antigo administrador, pois com a colaboração do delegado de policia percorreu, por diversas vezes, o município intimidando o eleitorado oposicionista.³⁶¹

No entanto, o juiz de direito Pedro Marques da Rocha, informou que Lauro Castro não havia se envolvido na campanha eleitoral do PSD, portanto, “não me consta que na atual campanha política” o prefeito “tenha percorrido o município para outros fins que não o de me acompanhar por duas vezes em audiências eleitorais realizadas no interior”.³⁶² Mesmo solicitado pelo interventor federal, esse juiz indicou Zeferino Pereira Luz para tomar posse como prefeito que veio a administrar o município até o ano de 1946, quando

³⁵⁷ Telegrama do presidente da UDN, Luiz Lázaro Silva e Secretário Sagão Gobato, para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁵⁸ Telegrama do prefeito Selestino Franco Coutinho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁵⁹ *Correio do Povo*, 28 de novembro de 1945, p. 08.

³⁶⁰ *Correio do Povo*, 11 de dezembro de 1945, p.03.

³⁶¹ Telegrama de Francisco Meirelles para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Correio do Povo*, 29 de novembro de 1945, p.03.

³⁶² *Correio do Povo*, 29 de novembro de 1945, p.03.

solicitou exoneração para concorrer ao cargo de prefeito de Encruzilhada do Sul pelo PSD, tendo sido eleito no ano de 1947.³⁶³

Os prefeitos que administraram Caçapava do Sul, no ano de 1945, também participavam ativamente do Partido Social Democrático. Com o regime estadonovista, a Comissão Mista determinou a permanência do prefeito Coriolano Alves de Oliveira e Castro, no entanto, por motivos de saúde, em 1939, João Faria de Oliveira Lima o substituiu. Mas, igualmente por motivos de saúde, vários sub-prefeitos distritais o substituíram em seu mandato. Ocuparam, interinamente, o cargo de prefeito: Olinto Chaves Dias, Waldemar Pereira Garcia, Inocêncio Prates Chaves e Avelino Lemos da Silveira. Durante seu governo, em 1944, João Faria de Oliveira Lima, para realizar tratamento médico, designou como seu substituto o já secretário da fazenda Avelino Lemos da Silveira, que permaneceu no cargo até outubro de 1945.³⁶⁴

A fundação do PSD nesse município ocorreu no início de julho de 1945, numa solenidade no Cine Apolo e foi conduzida pelo prefeito licenciado João Faria de Oliveira Lima.³⁶⁵ Mesmo estando afastado oficialmente da prefeitura nos meses em que o diretório municipal pessedista foi organizado João Faria de Oliveira Lima manteve-se em atividades partidárias, sendo um dos representantes desse núcleo pessedista na primeira convenção estadual do partido no início do mês de julho, em Porto Alegre.³⁶⁶ Entre os pessedistas mais atuantes de Caçapava do Sul destacavam-se o presidente do diretório municipal Rubens Rosa, Antonio Alves, Luiz Coelho Leal, Vitorio Meneses, Hernane Teixeira, o Coronel João Vargas de Souza, além do prefeito substituto Avelino Lemos da Silveira.³⁶⁷

³⁶³ Encerradas as eleições o prefeito Lauro Castro foi reconduzido ao seu cargo, permanecendo até dia 26 de dezembro de 1945. Telegrama de Zeferino Pereira Luz para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 26 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de Zeferino Pereira da Luz para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 31 de janeiro de 1946. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Encruzilhada do Sul**. Prefeitura Municipal, 1949.

³⁶⁴ CASSOL, Arnaldo Luiz; ABRÃO, Nicolau da Silveira. **História administrativa, legislativa e política de Caçapava do Sul (1831-1988)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.

³⁶⁵ Esteve presente na solenidade o representante do PSD de Cachoeira do Sul Liberato Salzano Vieira da Cunha. *Correio da Noite*, 02 de julho de 1945. p. 08.

³⁶⁶ Outro representante de Caçapava do Sul foi Abode S. Ayube. *Correio do Povo*, 07 de julho de 1945, p. 08.

³⁶⁷ A maioria dos pessedistas de Caçapava do Sul eram pecuaristas e/ou agricultores ou ainda, profissionais liberais. Mesmo o militar João Vargas de Souza, antigo republicano que foi eleito Intendente de Caçapava do Sul, governando de 1921 a 1925, era pecuarista. O presidente do diretório municipal de 1945, Rubens Rosa era um médico porto-alegrense. O prefeito João Faria de Oliveira Lima era natural de Bagé e se radicou em Caçapava em 1920 para exercer a profissão de dentista; *Correio da Noite*, 02 de julho de 1945. p. 08.

Em conformidade com os Decretos-Leis que vigoraram no início do mês de novembro de 1945, prevendo o afastamento de funcionários e prefeitos integrantes de diretórios políticos ou em campanha eleitoral, o interventor gaúcho solicitou ao juiz de direito da Comarca Francisco das Chagas Henriques Tacques, informações sobre as atividades políticas do funcionalismo público de Caçapava do Sul. Nesse sentido, o juiz informou que “o prefeito deste município tem exercido atividade político-partidária em favor do Partido Social Democrático” e que “é moderada e não destoante das normas regimentais”.³⁶⁸ Ainda, ressaltou que a atuação do prefeito “tem constado de discreta propaganda em favor da mencionada agremiação”, e que ainda, em

nenhum momento esteve os cofres públicos a disposição dessa ou de qualquer outra agremiação semelhante, o que tem sido mesmo causa de descontentamento entre alguns elementos do então chamado situacionismo nesta cidade. Completa tem sido, por outro lado, a cooperação do mencionado prefeito.³⁶⁹

O juiz Francisco Tacques, ao assumir o cargo de prefeito, pediu apenas o afastamento do sub-delegado do 4º Distrito Bonifácio Farias, por exercer atividades político-partidárias.³⁷⁰ Mas, neste mês de novembro, indicou para assumir a prefeitura algumas pessoas pró-Vargas, como Reinado Silva, Valter Cintra de Oliveira, Dagoberto Fontoura de Barcelos e Virgimino Leandro Ferreira³⁷¹, sendo que em fins de dezembro de 1945, Dagoberto Fontoura de Barcelos assumiu o comando da prefeitura.³⁷² Entretanto, em 23 de março de 1946, João de Oliveira Lima foi reconduzido ao cargo de prefeito do município e permaneceu até a eleição do médico pessedista, presidente do diretório municipal, Rubens Rosa em 1937.³⁷³ O Coronel João Vargas foi eleito vereador e neste

³⁶⁸ Telegrama do juiz de direito Francisco Tacques para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

³⁶⁹ Telegrama do juiz de direito Francisco Tacques para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

³⁷⁰ Telegrama do juiz de direito Francisco Tacques para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 23 de novembro de 1945. Classificado como: “RESERVADO E URGENTE”. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

³⁷¹ Valter Cintra foi um dos fundadores do PTB, em 1946, em Caçapava do Sul. Telegrama do juiz de direito Francisco Tacques para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁷² Telegrama do juiz de direito Francisco Tacques para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva, em 27 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁷³ *Diário de Notícias*, 23 de março de 1946, p. 05.

mesmo período como presidente da Câmara dos vereadores, na ausência do prefeito Rubens Rosa, foi o seu substituto.

No mês de julho de 1945, foi estruturado o núcleo do PSD em Lavras do Sul, pelo prefeito Belmiro Paulo Guterres³⁷⁴ o qual, como presidente de honra do partido, participou da campanha eleitoral por todo o município, e ainda, prestou especial colaboração aos municípios de Bagé e São Gabriel, na região da campanha, participando de suas caravanas.³⁷⁵ O juiz de direito desse município, Cipriano Álvares Lacerda, no mês de novembro deste mesmo ano, em telegrama ao Samuel Figueiredo da Silva, acusou o prefeito Belmiro Paulo Guterres de participar “ostensivamente de atividades partidárias”.³⁷⁶ Assim, no dia 21 deste mesmo mês, em vista do Decreto-Lei nº 8.188, de 20 de novembro, que previa o afastamento de funcionários que fizessem parte de diretórios municipais até outubro do mesmo ano, a interventoria solicitou ao juiz Cipriano Álvares Lacerda que indicasse uma pessoa idônea para assumir a prefeitura de Lavras do Sul.³⁷⁷

Do mesmo modo, no município de Pinheiro Machado, o prefeito João Pedro dos Santos, em julho de 1945, foi o responsável por organizar o diretório local do partido governista.³⁷⁸ Ainda, no mês de agosto, tentou cooptar o antigo diretório do Partido Republicano Riograndense local para ampliar as bases do PSD no município. Para tanto, promoveu, juntamente com o Coronel Hipólito, representante da antiga comissão executiva do antigo PRR, uma reunião no município. No encontro, os pessedistas afirmaram que Borges de Medeiros era um dos poucos republicanos a discordar do apoio ao PSD,

³⁷⁴ Ainda, fizeram parte da comissão executiva do diretório municipal de Lavras do Sul: Cel. José Linhares de Macedo e Major Belmiro Paulo Guterres (presidentes de honra), Arcanjo Arleu Petrarca (presidente), Ricardo Malater Kluwe (1º vice-presidente), Ramiro José Machado (2º vice-presidente), João Candido Saraiva (3º vice-presidente), Gaspar Vicente da Silveira (1º secretário), Walter Schmidt (2º secretário), Ibsem Rosa Pons (1º tesoureiro), Jaime Montim Teixeira (2º tesoureiro), João Olímpio de Souza (orador), Fernando Pacheco de Andrade (orador); *Correio do Povo*, 05 de agosto de 1945, p. 03; Telegrama do interventor federal Ernesto Dornelles para o prefeito Belmiro P. Guterres em 19 de julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

³⁷⁵ O presidente do diretório municipal Arcanjo Arleu Petrarca era também presidente de honra do núcleo de São Gabriel. Da mesma forma, Francisco Menna Barreto, membro do diretório municipal de Lavras do Sul, ainda era presidente de honra do partido em São Gabriel; *Correio do Povo*, 05 de agosto de 1945, p. 03; *Diário de Notícias*, 10 de agosto de 1945, p. 08; *Correio do Povo*, agosto de 1945.

³⁷⁶ Telegrama do juiz de direito Cipriano Álvares Lacerda para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

³⁷⁷ Telegrama do juiz de direito Cipriano Álvares Lacerda para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 23 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁷⁸ Telegrama do interventor federal Ernesto Dornelles para o prefeito João Pedro dos Santos em 31 de julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

apontando que o antigo diretório municipal do PRR, de forma unânime, apoiava este partido. Compareceram a essa reunião 50 membros do partido republicano, no entanto, apenas 6 pessoas apoiaram a organização do partido governista. Os outros 44 enviaram um telegrama a Borges de Medeiros solidarizando-se com a sua decisão de apoio a Eduardo Gomes, ou seja, a UDN.³⁷⁹

O envolvimento do prefeito na campanha eleitoral do PSD tornou-se público, pois participou de comícios pessedistas, até mesmo em Bagé.³⁸⁰ Desse modo, várias acusações contra o administrador de Pinheiro Machado foram enviadas a Samuel Figueiredo da Silva e entre elas encontrava-se a do presidente do diretório municipal da UDN Álvaro Pinto Araújo e do presidente do PL, Manuel Dias, solicitando, junto à interventoria, a substituição do prefeito João Pedro dos Santos por ter empenhado “excessivos esforços” em prol do PSD no município.³⁸¹ Por isso, no início de novembro, o juiz eleitoral Sizino Bastos solicitou ao interventor que esclarecesse de forma urgente, ao povo, que não são obrigatoriamente “eleitores ou filiados ao partido do governo” e que os governos “não tem partidos nem candidatos”. Pediu, ainda, a autorização para que os próprios juízes fizessem essas declarações ao eleitorado.³⁸²

Respondendo ao pedido de informações do interventor gaúcho, em meados deste mesmo mês, o juiz Sizino Bastos, revelou que o prefeito “somente dia 14 deste passou a outrem a presidência do Partido Social Democrático”. Essa atitude,

aliada a sua atividade partidária anterior a 30 de outubro levou dirigentes locais da União Democrática Nacional e do Partido Libertador a prestarem a este juízo um protesto contra a permanência do mesmo frente à administração municipal até a data das eleições. Não confiam, sinceramente, que ele tome medidas eficientes para a completa liberdade do voto nas eleições do dia 2.³⁸³

³⁷⁹ *Diário de Notícias*, 15 de agosto de 1945, p. 02.

³⁸⁰ *Diário de Notícias*, 10 de agosto de 1945, p. 08.

³⁸¹ Telegrama do presidente do diretório municipal da UDN Álvaro Pinto Araújo para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do presidente do PL Manuel Dias para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 13 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁸² Telegrama do juiz eleitoral Sizino Bastos para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 09 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

³⁸³ Telegrama do juiz eleitoral Sizino Bastos para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

Outra denúncia partiu do presidente da Associação Rural Hipólito Ribeiro que, em telegrama a Samuel Figueiredo da Silva, afirmou que o prefeito participou da venda de gasolina, entregue pela CAERGS, irregularmente.³⁸⁴ Somente no dia 19 de novembro, o prefeito João Pedro dos Santos repassou a prefeitura para o juiz eleitoral Sizinio Bastos, mas, em 08 de dezembro, a convite da interventoria, reassumiu o cargo de prefeito em Pinheiro Machado.³⁸⁵

Em Piratini, o prefeito José Mario Silveira, um dos fundadores do PSD local, assumiu a administração do município ainda no ano de 1941 pois, por determinação da Comissão Mista, Luiz Oliveira Lessa, foi mantido no cargo até junho de 1941. A partir deste ano ficou responsável pela administração do município José Maria Silveira. No ano de 1945 várias acusações foram encaminhadas a interventoria, descrevendo o favorecimento prestado por esse prefeito ao PSD no município.³⁸⁶ No mês de novembro de 1945, o presidente do Partido Libertador, João Lino Antunes e o secretário, Humberto Bacchieri, coletaram assinaturas de mais de 200 cidadãos descontentes com as práticas do prefeito e enviaram-nas a Samuel Figueiredo da Silva.

Os representantes dos partidos opositores sempre salientaram que as várias denúncias encaminhadas a interventoria foram arquivadas e que o “prefeito é discípulo da ditadura, obreiro de desmandos administrativos, perseguições e atentados contra o direito e a liberdade”. Ainda, em conjunto com os sub-prefeitos, “assediam incessantemente” os eleitores do interior. Solicitavam, então, o afastamento do prefeito, mesmo que provisoriamente.³⁸⁷ Entretanto, somente a partir do Decreto-Lei nº 8.177, de 16 de novembro, que permitiu aos juizes assumir também o cargo de prefeito, José Maria Silveira foi afastado, tendo o seu posto sido ocupado pelo juiz de direito Dilon Gomes.

³⁸⁴ Telegrama do presidente da Associação Rural Hipólito Ribeiro para o interventor federal Samuel da Silva Figueiredo em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

³⁸⁵ Telegrama do prefeito João Pedro dos Santos para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito João Pedro dos Santos para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 11 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁸⁶ **GTG 20 de setembro.** Histórico do Município de Piratini. Piratini, s/d.

³⁸⁷ Telegrama do presidente do Partido Libertador João Lino Antunes e secretário do Partido Libertador Humberto Bacchieri para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 02 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

Depois de algumas substituições na administração do município, José Maria Silveira foi reconduzido ao cargo de prefeito de Piratini, em fevereiro de 1946.³⁸⁸

Em Canguçu o fundador do diretório local do PSD, Jaime Farias, era prefeito desde 1938, quando a Comissão Mista, realizando uma análise mais detalhada para escolher um novo administrador, indicou-o em substituição a Conrado Ernani Bento.³⁸⁹ O prefeito Jaime Farias, com apoio de Oscar Carneiro da Fontoura, secretário da Fazenda e Herófilo Azambuja, estruturou o núcleo pessedista neste município, no início do mês de julho de 1945. Na solenidade de inauguração desse diretório “compareceram destacados elementos dos antigos partidos locais” e os prefeitos dos municípios vizinhos de Pelotas e Piratini, além da participação de mais de 200 munícipes.³⁹⁰ Em virtude das atividades eleitorais desempenhadas pelo prefeito Jaime Farias no mês de novembro, o juiz de direito Oswaldo Muller Bérlem passou a administrar Canguçu, mas, em 16 de fevereiro de 1946, Jaime Farias reassumiu a prefeitura do município, sendo ainda eleito vice-prefeito em 1947.³⁹¹

No município de São Lourenço do Sul, a situação política já estava tensa desde 1944, pois vários comerciantes, pertencentes à LDN, foram vítimas de perseguição por terem votado contra a chapa da situação, na eleição da diretoria da Aristocrática Sociedade Soirée Familiar, em 10 de julho, na qual disputaram cargos o prefeito municipal Nestor Jost, o juiz municipal, funcionários da prefeitura e do fórum. Depois de um comício da LDN no município, várias casas comerciais e residenciais de cidadãos “tidos como adversários da chapa oficial” foram pichadas, entre as quais estavam as de Carlos Joelms Companhia, João Christ, Gustavo Reissig, Rodolfo Nickorn, Augusto Sealfedl, Guilherme Franke, Arno Eyler e Carlos Hermes Filho. Além disso, tais pessoas foram ameaçadas de terem suas casas depredadas caso se realizasse mais algum comício da LDN.³⁹²

No mês de fevereiro de 1945, Arno Eyler, futuro udenista, em telegrama ao interventor federal Ernesto Dornelles, salientou a “conveniência absoluta e urgente

³⁸⁸ Telegrama do prefeito Dácio Ávila para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 13 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

³⁸⁹ BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história:** em exemplo de reconstituição de memória comunitária. Porto Alegre: IEL, 1983; *O Estado*, 02 de março de 1939, p. 07.

³⁹⁰ *Diário de Notícias*, 04 de julho de 1945, p.02.

³⁹¹ BENTO, op.cit.; *Diário de Notícias*, 17 de fevereiro de 1946, p.05.

³⁹² Telegrama de Carlos Hermes Filho para o interventor federal Ernesto Dornelles em 23 de agosto de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158; Telegrama de Arno Eyler para o Interventor federal Ernesto Dornelles em 23 de agosto de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158.

substituição do prefeito deste município por administrador capaz de reunir simpatia gerais, demonstrativa de prestígio pessoal, político e funcional”. Alegou que o “atual prefeito Nestor Jost não poderá presidir qualquer pleito como representante direto de V. Exa”, devido a

falta de prestígio já evidenciada no memorável pleito da Aristocrática Sociedade Soirée Familiar em que mesmo o juiz municipal e outros funcionários que estavam fazendo parte da chapa oficial sofreram inapelável derrota. Releva notar que a referida sociedade reúne os elementos de projeção e prestígio político deste município. Urge assim integrar comuna com administrador para que possa reunir em torno de sua pessoa aqueles elementos e apoio popular o que não será difícil.³⁹³

Ainda assim, o prefeito Nestor Jost, que administrava São Lourenço do Sul desde 1940, foi mantido no cargo.³⁹⁴ No mês de julho de 1945, coordenou, no Cine Teatro Central, a convenção local de fundação do PSD. A solenidade de instalação do núcleo pessedista contou com a participação de uma caravana da cidade de Pelotas, composta por Silvio Echenique, Antero Moreira Leivas e Hipólito Amaral Ribeiro. Além disso, foram escolhidos como representantes do município na primeira convenção estadual do partido, o prefeito Nestor Jost, José Crespo e Idalino Campos da Luz Filho.³⁹⁵

O prefeito Nestor Jost participou da campanha eleitoral pessedista por todos os distritos do município, promovendo “comícios relâmpagos” pelo interior, e ainda colaborou na estruturação de núcleos do PSD em vários municípios do estado.³⁹⁶ Com o Decreto-Lei nº 8.164, de 09 de novembro, que determinava a investigação das atividades políticas dos funcionários públicos, Nestor Jost, foi afastado do cargo de prefeito de São Lourenço do Sul.

A substituição do prefeito causou uma intensa mobilização de munícipes que se identificavam com o PSD. No mês de dezembro, Samuel Figueiredo da Silva solicitou ao juiz de direito, Reissoli Santos, que indicasse alguém para assumir a prefeitura. No entanto,

³⁹³ Telegrama de Arno Eyler para o interventor federal Ernesto Dornelles (S.I.) em 08 de fevereiro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 160.

³⁹⁴ Em fins de julho de 1945 Cylon Rosa, enquanto interventor Substituto, autorizou a secretaria da Fazenda a conceder o auxílio de 40.000 cruzeiros para a assistência de flagelados no município. Concedeu este mesmo auxílio para Rosário do Sul, General Vargas e Arroio Grande; Telegrama do interventor federal Substituto Cylon Rosa para o prefeito Nestor Jost em 26 de julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

³⁹⁵ *Correio do Povo*, 08 de julho de 1945, p. 04.

³⁹⁶ *Correio do Povo*, 28 de novembro de 1945, p. 08; *Diário de Notícias*, 01 de agosto de 1945, p. 04.

sem saber que o juiz havia convidado Antonio Curi para ocupar o cargo,³⁹⁷ nomeou Notário Passos, como administrador do município.³⁹⁸ Porém, Nestor Jost foi reconduzido ao cargo de prefeito de São Lourenço do Sul, em início de fevereiro de 1946.³⁹⁹

No município de Pelotas, antes da estruturação oficial do diretório municipal pessedista, no mês de julho de 1945, já existia uma comissão preliminar do comitê pelotense do PSD que buscava apoio à candidatura Dutra, coordenado pelo prefeito Silvio Cunha Echenique. Este prefeito assumiu a prefeitura em 1944, pois a Comissão Mista, em 1937, propôs um estudo mais detalhado para nomear um novo prefeito, e então, o administrador Silvio Barbedo foi substituído, em 1938, por José Julio de Albuquerque Barros, que permaneceu no cargo até 1944.⁴⁰⁰

O núcleo do partido foi oficialmente empossado no início do mês de julho de 1945, sendo a solenidade de instalação aberta pelo prefeito do município, Silvio Cunha Echenique.⁴⁰¹ Nessa sessão, estiveram presentes, defendendo a candidatura de Dutra, o secretário da fazenda, Oscar Carneiro da Fontoura, o diretor do Colégio Pelotense e os candidatos à Câmara dos Deputados, Antero Moreira Leivas e Herophilo Azambuja.⁴⁰²

No mês de novembro, o interventor federal convidou Sérgio Alves da Silveira para assumir a prefeitura do município,⁴⁰³ mas o diretório municipal do PSD, em telegrama a

³⁹⁷ Telegramas do presidente da Associação Comercial de São Lourenço do Sul, Jaime Rodrigues Vignolo e do presidente da Associação Rural de São Lourenço do Sul Octacílio Fiorami para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 03 de novembro e 08 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

³⁹⁸ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o juiz de direito de São Lourenço em 19 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; Telegrama de Antonio Jesus dos Passos para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 21 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

³⁹⁹ *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1946, p. 12.

⁴⁰⁰ PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Pelotas**. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1940. Telegrama de Silvio Cunha Echenique para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 12 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

⁴⁰¹ O município contava com uma ala jovem, chamada de Mocidade Social Democrática e com um Comitê Pró-candidatura Getúlio Vargas, fundando no mês de julho e com segmentos em vários distritos. Este movimento também contava com uma “Ala Feminina ‘do queremos Getúlio Vargas’”. *Correio do Povo*, 21 de julho de 1945, p. 02; *Correio do Povo*, 28 de agosto, p. 12.

⁴⁰² O PSD de Alegrete contava com o apoio de entidades importantes do município, entre as quais a Ordem dos Advogados. Telegrama do presidente da comissão executiva do Partido Social Democrático Joaquim Duval para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 09 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; Telegrama de Silvio Cunha Echenique para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 12 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; *Correio do Povo*, 04 de julho de 1945, p.08.

⁴⁰³ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para Sérgio Alves da Silveira em 12 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

Samuel Figueiredo da Silva, afirmou que Sérgio Alves da Silveira não devia permanecer na prefeitura pois, “sofre influência de amigos políticos, nossos adversários”.⁴⁰⁴ Entretanto, o interventor argumentou que Sérgio já havia assumido oficialmente o cargo, o que não impediu que fosse exonerando no início de fevereiro de 1946.⁴⁰⁵ Por sua vez, o ex-prefeito Silvio Echenique não aceitou reassumir a prefeitura, levando o diretório municipal pessedista a indicar Procópio Durval Gomes, que tomou posse como prefeito em meados de fevereiro.⁴⁰⁶

Em Arroio Grande, no ano de 1944, Mario Luiz Corrêa passou a administrar o município.⁴⁰⁷ O diretório municipal do PSD deste município foi inaugurado em julho de 1945, tendo como presidente de honra esse prefeito, e como vice-presidente, o ex-prefeito Aimoré Carriconde (1939-1941).⁴⁰⁸ Com base no Decreto-Lei nº 8.188, de 20 de novembro, que previa o afastamento de prefeitos membros de diretórios municipais até o mês de outubro, Mario Luiz Corrêa, solicitou exoneração do cargo de prefeito de Arroio Grande e repassou a administração do município para o sub-prefeito do 1º distrito, João José Machado.⁴⁰⁹ Por outro lado, o juiz de direito José Moreira Leivas indicou, à interventoria, o nome do advogado e criador Lauro de Medeiros Albuquerque, o qual permaneceu no cargo por três meses repassando novamente a prefeitura a João José Machado.⁴¹⁰

Em Herval, no ano de 1945, o prefeito Luis Aquiles de Araújo Abreu foi um dos grandes articuladores do partido governista, em nível local. No início do mês de novembro

⁴⁰⁴ Telegrama de Joaquim Durval para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 18 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

⁴⁰⁵ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para Joaquim Durval em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; *Diário de Notícias*, 01 de fevereiro de 1946, p. 06.

⁴⁰⁶ *Diário de Notícias*, 21 de fevereiro de 1946, p. 10.

⁴⁰⁷ Telegrama de representantes do município para o interventor federal Ernesto Dornelles em 12 de setembro de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158.

⁴⁰⁸ Com a estruturação oficial da UDN no município, Aimoré Carriconde tornou-se o presidente do núcleo udenista. Lista das comissões executivas dos diretórios municipais da União Democrática Nacional do Rio Grande do Sul do ano de 1947. Núcleo de Pesquisa e Documentação de Política Rio-grandense, Arquivo Flores Soares; *Correio da Noite*, 02 de julho de 1945, p. 08.

⁴⁰⁹ Telegrama do prefeito Mario Luiz Corrêa para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 22 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴¹⁰ Telegrama do juiz de direito José Moreira Leivas para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 25 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Lauro Medeiro de Albuquerque para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de fevereiro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

deste mesmo ano, João Leite Filho informou ao desembargador Alves Nogueira que o prefeito conduziu o município com “absoluto critério político-partidário”, visto que, o prefeito “é o atual presidente do Partido Social Democrático, motivo pelo qual está incompatibilizado para o exercício do cargo segundo as últimas deliberações governamentais”.⁴¹¹

Conforme as denúncias, além de ter realizado “as reuniões políticas na prefeitura”, percorreu o município, “com amigos”, utilizando-se do automóvel da prefeitura, fazendo propaganda eleitoral de forma “franca e ostensiva. Por essa forma, estão completamente descurados interesses administrativos, relegados a segundo plano, constituindo sua preocupação única e absorventes os interesses políticos partidários”.⁴¹² Assim, nos meses de dezembro e janeiro, administraram este município, o sub-prefeito do 1º distrito, Epaminondas Augusto e Mario Silveira Haubmann, porém, em de fevereiro de 1946, Luis Aquiles de Araújo Abreu foi reconduzido ao cargo de prefeito.⁴¹³

No município de Jaguarão, no mês de outubro de 1945, udenistas encaminharam, ao interventor gaúcho, várias acusações contra atitudes tomadas pelo prefeito. Entre elas havia o caso de Vivaldino Prates de Melo, funcionário do departamento de saúde, que foi transferido para Santa Maria “sem solicitar, sem ser consultado e sem motivo plausível que justifique a transferência, salvo motivo político, visto ser declarado leal adversário da situação política dominante”.⁴¹⁴ Com a posse de Samuel Figueiredo da Silva, em 01 de novembro, o prefeito Ernesto Marques Rocha Filho colocou seu cargo à disposição, porém este interventor solicitou que continuasse na administração do município.⁴¹⁵ Ainda assim, a partir do início do mês de novembro, esteve à frente da prefeitura o sub-prefeito do 1º

⁴¹¹ Telegrama de João Leite Filho para o desembargador Alves Nogueira em 11 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴¹² Telegrama de João Leite Filho para o desembargador Alves Nogueira em 11 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴¹³ Telegrama do sub- prefeito do 1º distrito Epaminondas Augusto para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 11 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de Mario Silveira Haubmann para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de janeiro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164. *Diário de Notícias*, 21 de fevereiro de 1946, p. 12.

⁴¹⁴ Telegrama da junta municipal da UDN para o interventor federal Ernesto Dornelles em 08 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

⁴¹⁵ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o prefeito Ernesto Marques Rocha Filho em 04 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; *Correio do Povo*, 08 de novembro de 1945, p. 08.

distrito, Paulo Machado.⁴¹⁶ Entretanto, as denúncias dos udenistas continuaram, pois, Ernesto Marques Rocha Filho, mesmo não sendo mais prefeito, seguiu usufruindo o prestígio político de seu antigo cargo, utilizando-se de “funcionários e bens municipais em benefício do partido político a que pertence”.⁴¹⁷

Em conformidade com o Decreto-Lei nº 8.164, de 09 de novembro, que determinava que os juízes investigassem as atividades políticas dos prefeitos, o juiz José Moreira Leivas, de Jaguarão, por sua vez, declarou a Samuel Figueiredo da Silva que o novo prefeito Paulo Machado,

como era de meu conhecimento, havia tomado atitude política em favor do PSD e que se encontrava cada vez mais integrado em seu partido, adiantando que isso declarou pessoalmente a Vossa Excelência. Com relação aos funcionários municipais informou-me que não expediu nenhuma recomendação especial, pois os mesmos não tinham atividade política. Lembrei-lhe que alguns funcionários haviam trabalhado em favor do alistamento eleitoral do PSD, conforme meu testemunho pessoal, disse-me o Dr. prefeito que isso não acontece atualmente e que procuraria cumprir recomendação do governo.⁴¹⁸

Em decorrência de tais fatos, no dia 18 de novembro, o prefeito Paulo Machado foi afastado de seu cargo, passando a administrar o município o juiz de direito José Moreira Leivas. Entretanto, encerrado o processo eleitoral, já no início do mês de dezembro, Paulo Machado foi empossado, novamente, como prefeito do município de Jaguarão, tendo sido indicado pelo próprio juiz.⁴¹⁹

Em toda a Região da Serra do Sudeste os administradores municipais, no ano de 1945, atuaram na fundação dos diretórios locais pessedistas, bem como na sua campanha eleitoral. Em alguns municípios o apoio de sub-prefeitos, juízes e delegados de polícia

⁴¹⁶ Telegrama do sub-prefeito Paulo Machado para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 04 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

⁴¹⁷ Telegrama de representantes do município para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; Lista das comissões executivas dos diretórios municipais da União Democrática Nacional do Rio Grande do Sul do ano de 1945. Núcleo de Pesquisa e Documentação de Política Rio-grandense, Arquivo Flores Soares

⁴¹⁸ Telegrama do juiz de direito José Moreira Leivas para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁴¹⁹ Telegrama do prefeito Paulo Machado para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 18 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do juiz de direito José Moreira Leivas para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 05 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

suscitou o envio de muitas denúncias à interventoria gaúcha sobre o envolvimento dessas autoridades nas eleições em prol do PSD. Os partidos oposicionistas informaram ao interventor gaúcho que os prefeitos se valeram de recursos financeiros da prefeitura para propaganda política do referido partido e ainda utilizaram funcionários públicos como cabos eleitorais, como se evidenciou nos municípios de Tapes e Jaguarão.

Contudo, os únicos municípios noticiados pelo jornal *Diário de Notícias* foram Canguçu, para destacar a presença do secretário da Fazenda, Oscar Carneiro da Fontoura, como o fundador do núcleo local, e Pinheiro Machado, que informou, com destaque, o fato do PRR ter aderido à UDN e não ao partido governista.⁴²⁰ Portanto, mesmo com as intensas movimentações oposicionistas, informando a interventoria sobre a ação desses prefeitos, grande parte deles foi afastada somente a partir dos Decretos-Leis de meados do mês de novembro.

Apenas em Jaguarão e Encruzilhada os prefeitos foram retirados de seus cargos no início do mês de novembro e foram substituídos por pessedistas até o prazo limite de 20 de novembro. Assim sendo, nessa região 10 prefeitos foram reconduzidos aos seus cargos e em 3 municípios outros pessedistas assumiram as prefeituras. Na tabela a seguir pode-se verificar, de forma mais sistematizada, a participação desses prefeitos pessedistas na estruturação de seu partido no ano de 1945.

⁴²⁰ *Diário de Notícias*, 04 de julho de 1945, p.02; *Diário de Notícias*, 15 de agosto de 1945, p. 02.

Tabela 5:
Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região da Serra do Sudeste (5ª Zona)

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Tapes	prefeito (desde 1944)	prefeito, funcionários públicos e sub-prefeitos	percorreu todo o município em campanha violência física a partidários opositoristas (prefeito)	último prazo legal (20/11/1945)	após o término do pleito eleitoral
Camaquã	prefeito (desde 1943)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
Encruzilhada do Sul	prefeito	prefeito, delegado de polícia e juiz de direito	percorreram todo o município em campanha e intimidando eleitorado opositorista	início de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
Caçapava	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro pessedista
Lavras do Sul	prefeito	prefeito	percorreu todo o município e região em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	assumiu o cargo outro pessedista
Pinheiro Machado	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha e uso dos recursos públicos	um dia antes do último prazo legal (19/11/1945)	após o término do pleito eleitoral
Piratini	prefeito (desde 1941)	prefeito e sub-prefeitos	percorreram todo o município em campanha, intimidando eleitorado opositorista	em meados de novembro de 1945	início de 1946
Canguçu	prefeito (desde 1938)	Prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	início de 1946
São Lourenço do Sul	prefeito (desde 1940)	prefeito e funcionários públicos	percorreram todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	início de 1946

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Pelotas	prefeito (desde 1944)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista
Arroio Grande	prefeito (desde 1944)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	início de 1946
Herval	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha e uso dos recursos públicos	em meados de novembro de 1945	início de 1946
Jaguarão	prefeito	prefeito, sub-prefeitos, funcionários públicos e juiz de direito	percorreu todo o município em campanha fazendo alistamento eleitoral, transferência de funcionário público opositorista e uso de recursos públicos (prefeito)	início de novembro de 1945	após o término do pleito eleitoral

2.1.6. Região da Campanha (6º Zona)

Na Região da Campanha o PSD também estruturou-se em todos os municípios, sendo que dessa 6º zona faziam parte os municípios de Uruguaiana, Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul, São Gabriel, Santana do Livramento, Dom Pedrito e Bagé. No ano de 1945, em Uruguaiana o prefeito Aristóteles Bayard Lucas Lima atuou intensamente na campanha política do PSD, estando à frente dessa prefeitura desde 1944 pois, no ano de 1937, a Comissão Mista indicara-o, neste município em substituição do médico Arnóbio Nunes de Miranda, eleito em 1935. Assim, de 1937 a 1939, o prefeito foi o Coronel Flodoardo Martins da Silva, e Eurico de Souza Rodrigues interinamente ocupou o cargo.

Já em agosto de 1939, Francisco Maria Piquete assumiu o comando do executivo municipal, permanecendo até outubro de 1944, quando a prefeitura passou a ser administrada por Aristóteles Bayard Lucas Lima.⁴²¹

Esse prefeito fazia parte da comissão executiva do núcleo pessedista que, desde a sua fundação, prestou apoio à candidatura de Eurico Gaspar Dutra.⁴²² Juntamente com a comissão executiva do PSD local organizou, a partir do mês de julho de 1945, inúmeras atividades pelo município, e até mesmo caravanas para participar dos comícios promovidos pelo prefeito Pedro Oliveira Palma em Alegrete.⁴²³ As intensas atividades desenvolvidas pelo prefeito Aristóteles Bayard Lucas Lima, na campanha eleitoral do PSD, resultou em seu afastamento, a partir dos Decretos-Leis do mês de novembro, sendo nomeado, como o seu substituto, Ivânio Pacheco.⁴²⁴

Em Alegrete, Pedro Pinto Palma, foi nomeado como prefeito para organizar a campanha eleitoral do PSD, no ano de 1945. Neste município, a Comissão Mista, manteve Alexandre da Silva Lisboa como prefeito mas, em 1940, tomou posse desse cargo, Ciro de Andrade.⁴²⁵ No ano de 1945, Arthur Bento Hormaim governou o município de Alegrete por alguns meses, pois, ainda no mês de julho deste mesmo ano, o interventor Ernesto Dornelles solicitou, em telegrama, ao ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra, que o Major Pedro Oliveira Palma fosse colocado à disposição do governo estadual, para que pudesse assumir o cargo de prefeito em Alegrete.⁴²⁶

⁴²¹ Telegrama do presidente da Associação Comercial Edalmiro Jacques, presidente do Sindicato do Comércio Varejista Aguinaldo Fernando Tarrago, presidente da Associação Comercial Varejista Omar Amaro Gomes para o interventor federal Ernesto Dornelles em 04 de outubro de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158.

⁴²² Um grupo de pessedistas que se identificava com Getúlio estruturou um núcleo, no mês de setembro, já caracterizado, como quemista (Álvaro Paim, Valdemar da Silva, Mario Pinto, Adail Peçano, Carlos Aimoré e outros). *Correio do Povo*, 28 de agosto de 1945, p. 05; *Diário de Notícias*, 04 de outubro, p.02; *Diário de Notícias*, 09 de setembro, p. 02.

⁴²³ A comissão executiva do PSD de Uruguiana, empossada em julho de 1945, era formada por: Aristóteles Bayard Lucas Lima José Vicente da Maia, Manoel M. Pacheco Prates, Newton Luzardo Uleich, Walter Roschke, Hermars Michel, José Caffarate, Nemeso Fabrício, Antonio Martins Bastos e Ney Faria Corrêa. *Correio do Povo*, 10 de Julho de 1945, p. 07; *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1945, p. 02 e *Correio do Povo*, 04 de outubro de 1945, p. 02.

⁴²⁴ *Diário de Notícias*, 10 de fevereiro de 1946, p. 05.

⁴²⁵ PORTELLA, Victorino de Carvalho. **Alegrete, capital Farroupilha**. 1º Centenário – 1857-1957. Alegrete, s/d.

⁴²⁶ Telegrama do interventor federal Ernesto Dornelles para o ministro da guerra Eurico Gaspar Dutra em 07 de julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

Assim, no dia 23 de julho de 1945, Pedro Pinto Palma assumiu a prefeitura e, desde o início desse mês já estava inaugurado o diretório municipal do PSD.⁴²⁷ Ainda em fins do mês de agosto de 1945, foi fundada por Odila Palma, a ala feminina do PSD no município.⁴²⁸ O envolvimento do prefeito Pedro Oliveira Palma na campanha eleitoral do PSD era público pois, desde que havia assumido a prefeitura não somente estruturou a campanha eleitoral deste partido, como também participou das atividades, entre as quais os vários comícios realizados pelo interior de Uruguaiana.⁴²⁹

Atendendo ao pedido do interventor gaúcho, para investigar a postura do prefeito e demais autoridades municipais e também em respeito ao Decreto-Lei 8.164, de 09 de novembro, o juiz de direito, Álvaro Moraes Vieira, encaminhou-lhe informações sobre a ligação do prefeito com o PSD.⁴³⁰ Álvaro Moraes salientou que Pedro Oliveira Palma, por intermédio dos sub-prefeitos, promoveu e participou de vários comícios, afixando “cartazes de propaganda partidária dentro do edifício da própria prefeitura e empregou funcionários e bens do município a serviço do seu partido”.⁴³¹ Em decorrência, Pedro Oliveira Palma foi afastado do seu cargo de prefeito no dia 19 de novembro.⁴³²

O PSD de Quaraí foi igualmente organizado pelo prefeito Bento Lima Junior, que administrou o município desde 1937. No início do Estado Novo, a Comissão Mista determinou que Álvaro de Souza Tubino assumisse a administração do município em substituição a Aldo Pereira Guiudice. Contudo, ainda no ano de 1937, Bento Lima Junior tomou posse como prefeito⁴³³ e, em julho de 1945, inaugurou o diretório do PSD em

⁴²⁷ *Correio do Povo*, 24 de julho de 1945 p. 04; *Correio do Povo*, 08 de julho de 1945, p. 04; *Diário de Notícias*, 19 de agosto de 1945, p. 07.

⁴²⁸ Telegrama do interventor federal Ernesto Dornelles para a presidente da ala feminina do PSD Odila Palma em 25 de agosto de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

⁴²⁹ *Correio do Povo*, julho a outubro de 1945.

⁴³⁰ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para juizes de direito do Rio Grande do Sul em 11 de novembro de 1945. Classificado como “CIRCULAR RESERVADA”. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159

⁴³¹ Telegrama do juiz de direito Álvaro Moraes Vieira para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁴³² Telegrama do prefeito Major Pedro Palma para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴³³ CHEGUEM, Sonia Silveira. **Quaraí** – histórico. V. 1. Quaraí: Prefeitura Municipal, 1991.

Quaraí.⁴³⁴ Segundo o juiz de direito, Almiro Cauduro, apenas um funcionário público do município, Mauro Rodrigues que se encontrava licenciado desde o dia 03 de novembro, exerceu atividade política na administração desse prefeito, e Bento Lima Junior, apesar de ser filiado ao PSD, “não manteve nenhuma atividade partidária”.⁴³⁵

Entretanto, com o afastamento do prefeito, em 15 de novembro, o juiz Almiro Cauduro indicou, para tomar posse na prefeitura de Quaraí, vários pessedistas do município. Um dos nomes sugeridos era o do médico Saul Brum Saldanha, que concorreu a vice-prefeito do município pelo PSD em 1947 e foi eleito prefeito, pelo mesmo partido, em 1951 e 1959. Logo após o pleito eleitoral, de 02 de dezembro de 1945, o presidente da UDN, Ascanio Tubino e o presidente do núcleo libertador, Bernardo Simões Fernandes, denunciaram o juiz ao interventor gaúcho pela ocorrência de fraude durante a “retirada dos títulos eleitorais”. Mesmo assim, o prefeito Bento Lima Junior foi reconduzido ao seu cargo de prefeito após o encerramento das eleições, no mês de dezembro.⁴³⁶

No município de Rosário do Sul, a Comissão Mista manteve o prefeito João Prates de Araújo, eleito em 1935. De 1939 a 1944, Rafael Barcelos Gonçalves esteve à frente da prefeitura e, Clemente Duarte atuou como seu substituto, em caso de ausência. A partir de março de 1944 o engenheiro Mário Ortiz de Vasconcellos passou a administrar o município, porém, em julho do mesmo ano solicitou sua exoneração do cargo.

Em agosto de 1944, Amadeu Rodrigues Antunes foi nomeado para administrar o município de Rosário do Sul, sendo que o substituto era ainda Clemente Duarte.⁴³⁷ Fundamentando-se nos Decretos-Lei baixados no mês de novembro, que proibiam o envolvimento político das autoridades municipais, o juiz de direito Gino Luiz Servi

⁴³⁴ O advogado Luis Pacheco Prates também foi um dos fundadores deste partido em Quaraí, sendo o presidente do diretório local. Foi um pessedista de destaque em nível estadual, fazendo parte do diretório regional do PSD ainda na década de 1950. *Correio do Povo*, 22 de julho de 1945, p. 04; *Correio do Povo*, 01 de julho de 1945, p. 04; Lista do diretório regional do Partido Social Democrático eleito em convenções de 21 e 22 de dezembro de 1957 e 28 de julho de 1958. Núcleo de Pesquisa e Documentação de Política Rio-grandense, Arquivo Flores Soares.

⁴³⁵ Telegrama do juiz de direito Almiro Cauduro para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁴³⁶ Telegrama do juiz de direito Almiro Cauduro para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163; Telegrama do presidente da UDN Ascanio Tubino e presidente do diretório libertador Bernardo Simões Fernandes para ao interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164. CHEGUEM, op. cit.; *Correio do Povo* de 1945 a 1960.

⁴³⁷ DUARTE, Clemente. **Rosário do Sul**. Rosário do Sul: Prefeitura Municipal, 1976.

solicitou o afastamento do prefeito Amadeu Rodrigues Antunes. Em seguida, por indicação desse mesmo juiz, o secretário da prefeitura, Clemente Duarte, tomou posse no cargo de prefeito em fins de dezembro de 1945.⁴³⁸

Em São Gabriel, o prefeito Torquato Petrarca fazia parte da comissão executiva do diretório municipal do PSD, no ano de 1945, administrando o município desde 1944. A Comissão Mista havia decidido nomear um novo prefeito em São Gabriel, com a instauração do Estado Novo, assim, Antonio Coimbra Gonçalves fora empossado na prefeitura, substituindo Alfredo Farias. Em setembro de 1944, o prefeito Antonio Coimbra Gonçalves repassou o cargo a Torquato Petrarca.⁴³⁹

Desde o mês de julho de 1945, o prefeito Torquato Petrarca havia colaborado na organização de uma comissão municipal de apoio à candidatura de Walter Jobim ao governo do estado, sendo também um dos fundadores do diretório municipal do PSD em São Gabriel no mês de setembro. Para a inauguração do núcleo pessedista desse município, ainda durante o mês de setembro, foi organizada uma grande convenção do partido, que contou com a presença de Ernesto Dornelles, Walter Jobim e alguns representantes do diretório estadual pessedista. Além disso, nessa reunião, organizou-se um conselho de propaganda, formado por cerca de “cem representantes de todos os distritos e representantes de todas as atividades municipais”.⁴⁴⁰

Atendendo ao Decreto-Lei nº 8.164, de 09 de novembro, que pretendia fiscalizar as atividades políticas dos prefeitos, Samuel Figueiredo da Silva solicitou ao juiz de direito, Telmo Jobim, informações sobre o prefeito e demais autoridades municipais. Em resposta, o juiz afirmou que havia procurado o prefeito e este respondera que “imediatamente tomou providências para afastar o sub-prefeito de Catucaba, que desenvolvia atividades partidárias”.

⁴³⁸ Telegrama do juiz de direito Gino Luiz Servi para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 18 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴³⁹ Telegrama de Antonio Coimbra Gonçalves para o interventor federal Ernesto Dornelles em 29 de setembro de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158.

⁴⁴⁰ O diretório municipal tinha como presidentes de honra: Getúlio Vargas, Ernesto Dornelles, Walter Jobim, Cylon Rosa, Fabio Azambuja, Francisco Menna Barreto, Arcanjo Petrarca, Rubens Rodrigues Cunha; presidente: Octacílio Moraes; vice-presidentes: Orozimbo Menezes, Apolônio Flores, Fernando Vieira Macedo, Domingo Santana Mascarenhas, Oscar Henrique Chagas; secretário geral Hélio Carlomagno; 1º secretário: Ernani Astarita Duarte; 2º secretário: Olmiro Lock; tesoureiro geral: Abir Diehl; 1º tesoureiro: Índio Bugre Brasil; 2º tesoureiro: Francisco Barreto Filho; conselho fiscal: José Lisboa Neto, Egídio Brener e Fernando Oliveira Gonçalves. *Correio do Povo*, 25 de setembro de 1945, p. 09.

O juiz informou que o promotor público, mesmo sendo membro do diretório local do PSD, tratava-se “de um moço de elevado valor moral, incapaz de valer-se do cargo em favor de seu partido, sendo discreta a sua atividade política”.⁴⁴¹ No dia 22 de novembro o prefeito Torquato Petrarca repassou a administração do município ao juiz Pedro Soares Munhoz.⁴⁴² Porém, no início do mês de dezembro, por insistência de Samuel Figueiredo da Silva, Torquato retornou ao cargo de prefeito de São Gabriel.⁴⁴³

No município de Santana do Livramento o PSD começou a ser organizado no mês de julho de 1945, mas já durante o mês de agosto do mesmo ano, iniciaram as divergências entre dutristas e getulistas, pois alguns pessedistas não queriam a permanência do dutrista Jarbas Pinheiro na presidência do núcleo municipal do partido preferindo que o antigo prefeito, João Jacinto Costa, que prestava apoio a Vargas, assumisse a direção do partido.⁴⁴⁴ Essa disputa resultou na saída de vários pessedistas do diretório local para organizarem um diretório municipal do PTB, no mês de outubro.⁴⁴⁵

O prefeito Rivarol Padilha, desde a fundação do núcleo pessedista de Santana do Livramento, esteve envolvido em sua campanha eleitoral, estando presente até mesmo em alguns comícios do PSD em Bagé.⁴⁴⁶ Apenas depois dos Decretos-Leis, do mês de novembro, de contenção dos prefeitos envolvidos em atividades políticas, foi que o juiz, Darcy Pinto, informou à interventoria sobre as atividades políticas de Rivarol Padilha. Dessa forma, Samuel Figueiredo da Silva solicitou ao juiz a indicação de um novo administrador para o município.⁴⁴⁷

Por conseguinte, o juiz organizou uma reunião com todos os representantes de partidos políticos na qual foi lembrado, por unanimidade, o nome do delegado do imposto de renda, Armando Flores Saldanha, que, segundo o juiz Darcy Pinto, “encontra-se

⁴⁴¹ Telegrama do juiz de direito Telmo Jobim para o interventor Federal Samuel Figueiredo da Silva em 12 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁴⁴² Telegrama de Torquato Petrarca para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 22 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴⁴³ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para Torquato Petrarca em 10 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; Telegrama de Torquato Petrarca para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 13 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴⁴⁴ *Diário de Notícias*, 19 de agosto de 1945, p.07.

⁴⁴⁵ *Correio do Povo*, 10 de outubro, p. 12.

⁴⁴⁶ *Diário de Notícias*, 10 de agosto de 1945, p. 08; *Correio do Povo* de agosto a outubro de 1945.

⁴⁴⁷ Telegrama do prefeito Rivarol Padilha para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 18 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

afastado de atividades partidárias”.⁴⁴⁸ Em fins do mês de novembro, Armando Flores Saldanha aceitou o convite para ser prefeito, permanecendo no cargo até fins do mês de dezembro, quando foi empossado na administração da prefeitura, Flávio Mena Barreto Mattos, que havia sido prefeito de Venâncio Aires de 1939 até ser afastado da prefeitura por atividades políticas em novembro de 1945.⁴⁴⁹

O Partido Social Democrático foi organizado em Dom Pedrito, em julho de 1945, tendo como presidente do diretório o prefeito Ataliba Coutinho da Rocha.⁴⁵⁰ Em outubro deste mesmo ano, o prefeito já informou, ao interventor Ernesto Dornelles, que “apesar da UDN julgar este município seu quartel general, podemos assegurar que nosso partido alcançou magnífica maioria” de eleitores no alistamento eleitoral.⁴⁵¹ Devido a sua atuação na campanha eleitoral do partido governista, o prefeito repassou o seu cargo ao juiz Cipriano Fernandes Lacerda no dia 19 de novembro. Dessa forma, no mês de dezembro, Ataliba Coutinho Rocha, reassumiu a prefeitura de Dom Pedrito, atendendo ao convite de Samuel Figueiredo da Silva.⁴⁵²

O núcleo do PSD em Bagé foi estruturado pelo prefeito Jerônimo Mércio Silveira, no início do mês de julho de 1945. A Comissão Mista determinara a permanência do prefeito eleito em 1935, Luiz Mércio Teixeira, que permaneceu frente à administração do município até 1942.⁴⁵³ Na estruturação desse partido, o prefeito Jerônimo Mércio Silveira tentou fortalecer o seu diretório local, buscando apoio de antigos libertadores. Assim, no

⁴⁴⁸ Telegrama do juiz de direito Darcy Pinto para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴⁴⁹ Telegrama do juiz de direito Darcy Pinto para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 24 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Flávio Mena Barreto Mattos para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 24 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴⁵⁰ Telegrama de Floribal Jardim para o interventor federal Ernesto Dornelles em 08 de janeiro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 160; Telegrama do prefeito Ataliba Coutinho da Rocha para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 03 de março de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 160;

⁴⁵¹ Telegrama do prefeito Ataliba Coutinho da Rocha para o interventor Ernesto Dornelles em 15 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴⁵² Telegrama do prefeito Ataliba Coutinho da Rocha para o Interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de Ataliba Coutinho da Rocha para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴⁵³ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o presidente do PSD de Bagé Jerônimo Mércio Silveira em 11 de julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

mês de julho, quando o PL ainda não havia se estruturado no município, foi organizado “na residência de Luiz Mércio Teixeira”, presidente de honra do diretório pessedista da localidade, uma reunião com vários membros do antigo diretório municipal libertador. Esse encontro foi presidido por Carlos Kluwe, sendo recomendado aos libertadores do município a filiação no PSD.⁴⁵⁴

Desde o mês de agosto, o prefeito já promovia grandes comícios pelo município com a participação de várias autoridades locais e dos prefeitos de Dom Pedrito (Ataliba Coutinho), de Lavras do Sul (Belmiro P. Guterrez), de Livramento (Rivarol Padilha) de Pinheiro Machado (João Pedro dos Santos) e a havia ainda a presença de representantes do diretório estadual do partido.⁴⁵⁵ O pessedista Jerônimo Mércio Silveira, também colaborou na organização de uma Ala Moça no município, ficando decidido que Jaime da Silva Tavares seria seu presidente.⁴⁵⁶ O núcleo pessedista de Bagé igualmente ao que ocorreu em outros municípios, enfrentou desgastes internos pelas divergências entre dutristas e getulista, resultando no afastamento de alguns integrantes do partido, para organizarem, um núcleo municipal do PTB no mês de setembro.⁴⁵⁷

No início do mês de outubro, o jornalista João Hugo Kopp, como vice-presidente do diretório municipal petebista de Bagé encaminhou denúncias ao chefe de polícia local, sobre a abertura de casas de jogos por parte do delegado de polícia Yvens Pacheco.⁴⁵⁸ Como a sua acusação não foi levada em consideração, o jornalista dirigiu-se a Samuel Figueiredo da Silva, afirmando que até agora não havia dado publicidade ao caso, mas, se alguma medida não fosse tomada por parte da interventoria, não poderia mais evitar um escândalo.⁴⁵⁹

⁴⁵⁴ *Correio do Povo*, 11 de julho de 1945, p. 02.

⁴⁵⁵ *Diário de Notícias*, 10 de agosto de 1945, p. 08; *Jornal Diário de Notícias*, 12 de agosto de 1945, p. 08.

⁴⁵⁶ *Diário de Notícias*, 16 de setembro, p. 08.

⁴⁵⁷ Num comício petebista, em início de setembro, “terminada a sessão, o povo percorreu” as principais ruas da cidade e os manifestantes dirigiram-se “à residência do Dr. Luiz Mércio Teixeira, o qual assomando à sacada, recebeu delirante salva de palmas, ouvindo-se vivas ao dr. Getúlio Vargas”. Mesmo sendo apoiador de Getúlio Vargas Luiz Mércio Teixeira permaneceu no PSD, sendo eleito deputado federal por esse partido em 1945. *Correio do Povo*, 11 de setembro de 1945, p. 04, *Diário de Notícias*, 24 de novembro, p.05.

⁴⁵⁸ Telegrama de João Hugo Kopp para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; Telegrama de João Hugo Kopp para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

⁴⁵⁹ Telegrama de João Hugo Kopp para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; Telegrama de João Hugo Kopp para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

No final do mesmo mês, as casas de jogos foram fechadas em Bagé, após o que João Hugo Kopp alertou o interventor gaúcho pois, considerava que a permanência de Yvens Pacheco como delegado seria “fator de derrota do PSD” no município.⁴⁶⁰ No mês seguinte, Jerônimo Mércio Teixeira pediu demissão do cargo de prefeito por ser presidente do diretório Municipal do PSD e Samuel Figueiredo da Silva nomeou o médico Mário Araújo para ocupar o cargo de prefeito em Bagé.⁴⁶¹

Nessa Região da Campanha percebeu-se que os prefeitos colaboraram na estruturação do partido governista, sendo que a maior parte já administrava o município antes de 1945. Com a intensa mobilização desses administradores, promovendo até mesmo caravanas, o *Diário de Notícias* deu ênfase à articulação em torno do PSD apenas dos prefeitos de Uruguaiana, Alegrete, e Bagé. Nesse último município, bem como em Santana do Livramento, esse jornal cobriu intensivamente apenas as divergências entre dutristas e getulistas.⁴⁶²

Semelhante ao que ocorreu nas outras regiões, os prefeitos da Campanha contaram com a colaboração de juízes e de outras autoridades municipais para desenvolverem a campanha eleitoral do PSD. Nessa região, após o encerramento do processo eleitoral, 5 prefeitos foram substituídos por outros pessedistas e outros três foram reconduzidos aos seus cargos de administradores como se verifica na tabela a seguir.

⁴⁶⁰ Telegrama de João Hugo Kopp para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 22 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

⁴⁶¹ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para Mario Araújo em 08 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; *Correio do Povo*, 13 de novembro de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 01 de fevereiro de 1946.

⁴⁶² *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 04 de outubro de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 19 de agosto de 1945, p. 07; *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 10 de agosto de 1945, p. 08; *Diário de Notícias*, 12 de agosto de 1945, p. 08.

Tabela 6:
Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região da Campanha (6º Zona)

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Uruguaiana	prefeito (desde 1944)	Prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista
Alegrete	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito, sub-prefeitos e funcionários públicos	percorreu todo o município em campanha e uso de recursos públicos	um dia antes do último prazo legal (19/11/1945)	assumiu o cargo outro possedista
Quaraí	prefeito (desde 1937)	prefeito, funcionários públicos e juiz de direito	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
Rosário do Sul	prefeito (desde 1944)	Prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista
São Gabriel	prefeito (desde 1944)	prefeito, sub-prefeitos e promotor público	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	depois do último prazo legal (22/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral
Santana do Livramento	prefeito	Prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista
Dom Pedrito	prefeito	Prefeito	percorreu todo o município em campanha	um dia antes do último prazo legal (19/11/1945)	após o término do pleito eleitoral
Bagé	prefeito	prefeito, sub-prefeitos e delegado de polícia	percorreram todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista

2.1.7. Região da Depressão Central (7º Zona)

Na Região da Depressão Central o PSD estruturou-se em todos os municípios de modo similar ao que aconteceu em outras regiões do estado, sendo que esta Zona era formada por 15 municípios, a saber: General Vargas, Cacequi, São Pedro do Sul, Santa Maria, São Sepé, Cachoeira do Sul, Rio Pardo, General Câmara, Triunfo, São Jerônimo, Guaíba, Canoas, Gravataí, Porto Alegre e Viamão. No município de General Vargas o prefeito Lauro Pillar Prestes fazia parte do diretório municipal do PSD desde a sua fundação, em início do mês de julho de 1945, como vice-presidente.⁴⁶³

No dia 23 de novembro, para atender o Decreto-Lei nº 8.188, de 20 de novembro, que determinava o afastamento de prefeitos ligados a diretórios locais até mês de outubro deste mesmo ano, Lauro Pillar Prestes transmitiu o seu posto ao juiz de direito Camerindo Teixeira. Ainda no mês de novembro, Jacinto Antonio da Luz assumiu a prefeitura do município, entretanto, já no início de dezembro, Lauro Pillar Prestes foi nomeado pela interventoria para reassumir o cargo de prefeito, deste município.⁴⁶⁴

O núcleo do PSD de Cacequi foi organizado no início do mês de julho de 1945, tendo como presidente o prefeito Roberto Ranquetat Guimarães.⁴⁶⁵ Desde o início, esse diretório possuía uma ala de ferroviários, que promovia comícios em prol da possível candidatura de Diogo Brochado da Rocha a governador do estado.⁴⁶⁶ No mês de outubro, o prefeito retornou às suas “funções na D.P.M”, mas continuou como presidente efetivo do partido neste município, sendo que o juiz de direito José Cachapus de Medeiros assumiu o cargo de prefeito.⁴⁶⁷

Por acumular o cargo de prefeito, juiz e até de escrivão, no início do mês de dezembro, José Cachapus de Medeiros informou à interventoria a sua saída da prefeitura, indicando para seu lugar o bacharel em Ciências Políticas e Econômicas, Jacyr Castilhos,

⁴⁶³ *Correio do Povo*, 10 de julho de 1945, p 07; *Correio do Povo*, 17 de agosto de 1945, 1945.

⁴⁶⁴ Telegrama do prefeito Lauro Pillar Prestes para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 24 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Lauro Pillar Prestes para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 04 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1945, p. 05; *Correio do Povo*, 05 de dezembro, p. 08.

⁴⁶⁵ Este município foi criado pelo Decreto-Lei nº 715, de 28 de dezembro de 1944.

⁴⁶⁶ *Correio do Povo*, 11 de julho de 1945, p.02.

⁴⁶⁷ Telegrama do interventor federal Ernesto Dornelles para Julio Marinho Carvalho (prefeitura municipal) em 07 de julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; *Correio do Povo*, 06 de outubro de 1945, p. 08.

“atual secretário da prefeitura e cidadão afastado de qualquer corrente política”.⁴⁶⁸ Desconsiderando a sugestão de José Cachapus, Paulo Osório Assis Brasil, sub-prefeito do 1º distrito, foi nomeado para o cargo de prefeito e em seguida, José Rodrigues foi indicado pelo interventor para tomar posse como prefeito de Cacequi.⁴⁶⁹

O prefeito Eduardo Lima, do município de São Pedro do Sul, no princípio do mês de junho de 1945, participou da fundação de um núcleo pessedista em Santa Maria. Dias após, com a colaboração do delegado de polícia Gaspar Molina, organizou o diretório do PSD em São Pedro do Sul. Na reunião de fundação do partido, realizada no Cine Coliseu, compareceram “Walter Jobim, secretário de Obras Públicas; Cylon Rosa, secretário do Interior e o Tenente-coronel José Diogo Brochado da Rocha, diretor geral da Viação Férrea”. Neste encontro foi eleita uma comissão executiva, constituída por representantes do PRR, do PL e do PRL.⁴⁷⁰

Nos meses seguintes, com a posterior reestruturação dos núcleos locais desses outros partidos a direção do núcleo pessedista foi redefinida⁴⁷¹, mas o prefeito Eduardo Lima continuou integrando a comissão executiva deste núcleo. Somente foi afastado da administração do município em meados do mês de novembro, passando o seu cargo ao juiz Augusto Pereira da Silva, e em 21 de dezembro de 1945, assumiu a prefeitura Balbino Simor, que exercia funções como escrivão civil e crime naquele município. Entretanto, conforme ocorreu na maioria dos municípios gaúchos, Eduardo Lima foi reconduzido ao cargo de prefeito de São Pedro do Sul.⁴⁷²

⁴⁶⁸ Telegrama de José Cachapus de Medeiros para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 09 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; Telegrama de José Cachapus de Medeiros para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

⁴⁶⁹ Telegrama de José Cachapus de Medeiros para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 21 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de José Rodrigues para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 23 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴⁷⁰ *Correio do Povo*, 06 de junho de 1945, p. 04.

⁴⁷¹ A ala feminina do PSD de São Pedro do Sul foi fundada em agosto de 1945, sendo composta por: Augusta Trein Keller, Erna Schnaedelbach, Maria José Pena da Rosa, Leontina Belo, Nair Ferrar Beylouni e Wena K. Doeler. *Correio do Povo*, 19 de junho de 1945, p. 10; *Correio do Povo*, 23 de agosto de 1945, p. 08.

⁴⁷² Telegrama do prefeito Eduardo Lima Filho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Correio do Povo*, 21 de dezembro de 1945, p. 04. RODRIGUES, Leal Cândido Rodrigues. **São Pedro do Sul, antigos registros históricos**. Santa Maria: INFOGRAPH, s/d

No início do mês de junho de 1945, em Santa Maria, “congregando elementos representativos da cidade foi organizado”, pelo prefeito o comitê local do PSD.⁴⁷³ Esta primeira reunião aconteceu no “palacete do Coronel Ernesto Marques da Rocha”. Participaram do encontro “representantes do comércio, da indústria, das profissões liberais”, José Diogo Brochado da Rocha, Francisco Brochado da Rocha, Gabriel Obino, João Nonoay e o prefeito, em caravana, do município de São Pedro.⁴⁷⁴ Dias após, cerca de 200 estudantes, criaram a “ala estudantil do PSD” neste município, apoiando Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Walter Jobim.⁴⁷⁵ Ainda no mesmo mês, foi organizado no município, por José Pippi, Rafael Saraiva e Elpídio Menezes, um Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas à presidência da República.

Com a posse do novo interventor, no início do mês de novembro, Miguel Meireles de Andrade Neves, que era prefeito em Santa Maria desde o Estado Novo, pediu exoneração de seu cargo, mas Samuel Figueiredo da Silva insistiu para que continuasse a administrar o município. Mesmo tendo sido afastado, a partir dos Decretos-Leis do mês de novembro, o prefeito Miguel Meireles de Andrade Neves foi reconduzido ao seu cargo, nos primeiros dias do mês de dezembro.⁴⁷⁶

No município de São Sepé, o PSD foi organizado por Camerino Corrêa, que ocupou o cargo de prefeito desde 1944. Com o Estado Novo, a Comissão Mista decidiu manter o prefeito João Antonio Simões Pires, eleito em 1935. No ano de 1941 Francisco Simões Pires, passou a administrar o município, e em julho de 1944 tomou posse Camerino Corrêa.⁴⁷⁷ Quando Samuel Figueiredo da Silva assumiu a interventoria do estado, no início do mês de novembro de 1945, o prefeito colocou o seu cargo a disposição mas, somente no dia 14 de novembro, em cumprimento aos Decretos-Leis proibindo atividades políticas dos

⁴⁷³ *Diário de Notícias*, 07 de junho de 1945, p.08.

⁴⁷⁴ Como presidente do diretório municipal pessedista foi eleito Hêlvio Jobim e Ernesto Marques da Rocha foi aclamado como presidente de honra. Ainda, faziam parte da comissão executiva do partido: Domingos Crosseti, vice-presidente; José Marques da Rocha e Guilherme Groismann, secretários e Luiz Colick, tesoureiro. *Correio do Povo*, 06 de junho de 1945, p. 04; *Diário de Notícias*, 07 de junho de 1945, p.08.

⁴⁷⁵ *Correio do Povo*, 14 de julho de 1945, p.08.

⁴⁷⁶ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para prefeito Miguel Meirelles em 05 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; *Correio do Povo*, 08 de novembro de 1945, p. 08; *Correio do Povo*, 05 de dezembro de 1945, p. 08.

⁴⁷⁷ Telegrama do prefeito Francisco Simões para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de julho de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158

prefeitos, o interventor solicitou que Adolfo Kieling⁴⁷⁸ assumisse a administração municipal em substituição a Camerino Corrêa.⁴⁷⁹

Ainda assim, dias mais tarde, o juiz de direito Francisco Tacques, em resposta ao telegrama da interventoria, do dia 11 de novembro solicitando informações sobre as possíveis atividades políticas do prefeito, informou que Camerino Corrêa exercia atividades político-partidárias em favor do PSD, sendo o secretário do diretório municipal e seu representante na primeira convenção estadual do partido, tendo também, se utilizado do automóvel da prefeitura e de alguns funcionários durante o período de alistamento eleitoral.⁴⁸⁰

Os prefeitos que administraram Cachoeira do Sul durante o Estado Novo, também foram os organizadores do PSD local. A Comissão Mista estudou, por algum tempo, a indicação de um novo prefeito para administrar este município. Dessa forma, em janeiro de 1938, Reinaldo Roesch foi nomeado como prefeito, e no mês de outubro de 1939, Cyro da Cunha Carlos assumiu este cargo.⁴⁸¹ Neste município o partido governista estruturou o seu núcleo local com a participação de antigos representantes do PRR e do PRL. Como principais articuladores desse partido atuaram o advogado Glicério Alves, que fazia parte do antigo diretório republicano do município, o também advogado, liberal, Mário Godoy Ilha, o antigo republicano e ex-prefeito Reinaldo Roesch, o prefeito Cyro da Cunha Carlos e Liberato Salzano Vieira da Cunha. Contudo, outro grupo de republicanos, que não apoiou o partido governista, ingressou no diretório municipal da UDN.⁴⁸²

Com o encaminhamento de muitas denúncias de suas atividades políticas à interventoria o prefeito Cyro da Cunha Carlos, no início do mês de novembro, solicitou, em caráter irrevogável, a sua exoneração, assumindo como administrador de Cachoeira do

⁴⁷⁸ Camerino Corrêa foi candidato a vice-prefeito do município pelo PSD na eleição de 1947. Telegrama do prefeito Camerino Corrêa para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 05 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Francisco Simões para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 25 de julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; MOTTA, José do Patrocínio. **São Sepé, de ontem, de hoje e de amanhã**. Santa Maria: Palotti, 1986.

⁴⁷⁹ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para Adolfo Kieling em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

⁴⁸⁰ Telegrama do juiz de direito Francisco Tacques para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁴⁸¹ SCHUH, Ângela Schumacher. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991; GERTZ, op. cit.

⁴⁸² *Correio do Povo*, 08 de julho de 1945, p. 08.

Sul, o juiz de direito Alfeu Escobar.⁴⁸³ De dezembro de 1945 a março de 1946, por sugestão de Reinaldo Roesch e Mário Godoy Ilha, o município foi administrado pelo sub-prefeito, Jacinto Dias Filho.⁴⁸⁴ Mas, no mês de março de 1946, Cyro da Cunha Carlos foi empossado, novamente, como prefeito de Cachoeira do Sul.⁴⁸⁵

O diretório municipal do PSD de Rio Pardo foi organizado pelo prefeito Ernesto Protásio Wunderlich no mês de julho de 1945. Para a solenidade de fundação do núcleo, “no Estádio Municipal” chegou a Rio Pardo, uma caravana composta por Glicério Alves, Firmino Paim Filho, Walter Jobim, José Diogo Brochado da Rocha, Osvaldo Vergara, o ex-prefeito de Sarandi Volmar Franco, e o presidente do diretório municipal de Santa Maria Hélivio Jobim com vários acadêmicos, e representantes de Santa Cruz. Além de discursos pró-Dutra, os presentes aclamaram como presidente do núcleo pessedista o prefeito Ernesto Protásio Wunderlich.⁴⁸⁶

Mesmo com todo o envolvimento político do prefeito em torno do PSD, o juiz de direito, Danilo Frasca, em resposta à solicitação do interventor gaúcho, no dia 11 de novembro, sobre as atividades políticas do prefeito, informou que

já me entendi junto ao prefeito, no sentido de serem afastados os funcionários que tiveram atuação partidária. O delegado de polícia já se comunicou, no sentido também de afastar o sub-delegado nas mesmas condições. Posso informar que não houve nenhuma queixa contra a atuação do prefeito e de demais autoridades.⁴⁸⁷

Somente no dia 19 de novembro, o prefeito foi afastado, tendo tomado posse do cargo de administrador, o juiz Danilo Frasca. Entretanto, ainda no mês de dezembro, a

⁴⁸³ Telegrama do prefeito Cyro da Cunha Carlos para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 03 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴⁸⁴ Telegrama de Reinaldo Roesch e Mário Ilha para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 06 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; Telegrama de Jacinto Dias Filho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴⁸⁵ Mario Godoy Ilha foi nomeado prefeito de Cachoeira do Sul em abril de 1947 e Liberato Salzano da Cunha foi eleito prefeito no ano de 1947. *Correio do Povo*, 19 de junho de 1945, p. 07; *Correio do Povo e Diário de Notícias* de 1945 a 1960; SCHUH, op. cit.

⁴⁸⁶ *Correio do Povo*, 07 de julho de 1945, p. 02.

⁴⁸⁷ Telegrama do juiz de direito Danilo Frasca para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

convite do interventor, Ernesto Protásio Wunderlich retornou ao cargo de prefeito de Rio Pardo.⁴⁸⁸

Desde 1935, Orphelino Azambuja Reichel era prefeito de General Câmara e, no mês de julho de 1945, “em solene sessão, realizada no salão nobre da prefeitura” coordenou as atividades de fundação do diretório municipal pessedista, sendo eleito o presidente desse núcleo. Ainda, no mesmo mês, o prefeito foi o representante local deste partido na primeira convenção estadual do PSD, ocorrida em Porto Alegre.⁴⁸⁹

No início do mês de novembro, udenistas do município solicitaram ao interventor gaúcho a substituição deste prefeito, pois “na qualidade de presidente executivo do Partido Social Democrático faz valer sua função pública em prol de sua corrente partidária”.⁴⁹⁰ Porém, somente em 23 de novembro, em atendimento ao Decreto-Lei nº 8.188, de 20 de novembro, que determinava o afastamento de prefeitos que houvessem participado de diretórios partidários até outubro, Orphelino Azambuja Reichel repassou o seu cargo ao juiz Nelson de Faria Dornelles, sendo reconduzido, entretanto, no dia 05 de dezembro, ao cargo de prefeito de General Câmara.⁴⁹¹

O núcleo pessedista em Triunfo, no ano de 1945, tinha como presidente o prefeito, e juiz aposentado, Marino Josetti de Almeida, que estava a frente da prefeitura desde 1944. Nesse município, a Comissão Mista substituiu o prefeito, eleito em 1935, João Alves Borba. Depois de algumas negociações assumiu a prefeitura, em agosto de 1938, o escrivão distrital Horácio Antonio de Souza, que permaneceu neste cargo até novembro de 1940. No ano de 1941, o engenheiro agrônomo Nicolau Köhler Neto governou Triunfo e, no ano seguinte, foi nomeado, Hermes Silveira de Ávila, permanecendo como prefeito até

⁴⁸⁸ Telegrama do prefeito Ernesto Protásio Wunderlich para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de Ernesto Protásio Wunderlich para o interventor federal Samuel da Silva Figueiredo em 05 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Jornal Correio do Povo*, 05 de dezembro de 1945, p. 08.

⁴⁸⁹ PEREIRA, Rodrigues, Francisco. **Uma história rio-grandense** (Santo Amaro – General Câmara). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989; *Correio do Povo*, 04 de julho de 1945, p.08; *Correio do Povo*, 18 de julho, p. 08.

⁴⁹⁰ Telegrama do presidente do diretório municipal da UDN, Franklin Correa Peres, do vice-presidente Nero Pereira de Freitas e do secretário Ivalino José para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 06 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴⁹¹ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o prefeito Orphelino Azambuja Reichel em 23 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; Telegrama do juiz de direito Nelson de Faria Dornelles para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 05 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

novembro de 1944 quando, “por injunções políticas locais, foi exonerado”,⁴⁹² sendo Marino Josetti de Almeida empossado em seu lugar, em novembro de 1944.

Este prefeito, como presidente do núcleo pessedista, estruturou diversos diretórios distritais em Triunfo⁴⁹³, no entanto, com a instauração dos Decretos-Leis, baixados no início do mês de novembro, o prefeito Marino Josetti de Almeida solicitou ao interventor a sua exoneração. Dessa forma, em 17 de novembro, o advogado José Luiz Freitas assumiu a administração da prefeitura, permanecendo até fevereiro de 1946, quando foi reconduzido ao cargo de prefeito do município o pessedista Marino Josetti de Almeida.⁴⁹⁴

Em São Jerônimo, o prefeito também era o presidente do núcleo pessedista local, no ano de 1945. Ao iniciar o regime estadonovista, Carlos Alfredo Simch já era prefeito deste município, visto que, a Comissão Mista decidiu mantê-lo no cargo. Por razões de saúde este prefeito afastou-se da prefeitura em fins de julho de 1944, assumindo a administração do município, o sub-prefeito, Horácio Almeida Prates. No início do mês de outubro de 1944 o prefeito Carlos Alfredo Simch retornou ao cargo, mas, no mês de abril de 1945, devido à “uma crise aguda de angina” retirou-se pela segunda vez da administração municipal e, a exemplo do afastamento anterior, Horácio de Almeida Prates reassumiu novamente como seu substituto. Alguns meses depois, o prefeito Carlos Alfredo Simch voltou a administrar o município.⁴⁹⁵

⁴⁹² FREITAS, Fernando Castro. **Triunfo** – História, Gente e Legendas. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. p.70; FREITAS, José L. **Triunfo na história do Rio Grande do Sul**. V. 1. Porto Alegre: Fotogravura Sul, 1963.

⁴⁹³ Depois de encerrado o alistamento eleitoral, em início do mês de outubro, o PSD deste município ainda não fazia a sua campanha eleitoral defendendo o candidato oficial do partido. Em cartazes, afixados pela cidade, afirmou que tinha como “chefe Getúlio Vargas” e incluía no seu programa, comprometendo-se a cumprir a “elevação das condições de vida dos funcionários, melhoria das condições de aposentadorias, substituição do regime de pecúlios pelo de pensões e estabelecimento do salário da família”, sem mencionar o nome de Eurico Gaspar Dutra. *Correio do Povo*, 11 de julho de 1945, p.02; *Correio do Povo*, 30 de agosto de 1945, p.08; *Diário de Notícias*, 17 de outubro de 1945, p. 07.

⁴⁹⁴ Telegrama do prefeito Marino Josetti de Almeida para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de José Luiz Freitas para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; FREITAS, Fernando, op. cit.

⁴⁹⁵ Telegrama do prefeito Alfredo Simch para o interventor federal Ernesto Dornelles em 25 de julho de 1944 e em 02 de outubro de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158; Telegrama de Horácio Almeida Prates para o interventor federal Ernesto Dornelles em 12 de abril de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158; SIMCH, Carlos Alfredo. **Monografia do São Jerônimo**. Edição Especial-Comemorativa do Primeiro Centenário da instalação da 1º Câmara Municipal em 30 de setembro de 1861. São Jerônimo: Prefeitura Municipal, 1961.

O diretório municipal pessedista de São Jerônimo foi fundado no início do mês de julho de 1945, pelo prefeito Carlos Alfredo Simch.⁴⁹⁶ Depois de participar, por vários meses, da campanha eleitoral do partido governista, no início do mês de novembro, este prefeito informou a Samuel Figueiredo da Silva que havia se afastado das atividades partidárias, repassando a direção local do PSD ao coronel João Rodrigues Carvalho, dedicando-se “a exclusiva função administrativa” do município.⁴⁹⁷ Porém, devido às exigências contidas nos Decretos-Leis, instaurados no mês de novembro, o prefeito Carlos Alfredo Simch foi afastado de seu cargo, em 17 de novembro, assumindo temporariamente a administração do município, o juiz de direito Theodoro Appel, visto que, nos primeiros dias do mês de dezembro, Carlos Alfredo Simch foi nomeado, novamente, como prefeito de São Jerônimo.⁴⁹⁸

O principal pessedista de Guaíba, no ano de 1945, era o prefeito Otero Paiva Guimarães, que ocupava este cargo desde 1944. Neste município, a Comissão Mista determinou a substituição do acadêmico de direito, Mário Fernandes da Cunha, eleito prefeito em 1935. Assim, no mês de dezembro de 1937, passou a administrar o município Otaviano Manuel de Oliveira e, com o seu falecimento, em novembro de 1940, tomou posse no cargo de prefeito, Nazário Leitão dos Santos.⁴⁹⁹

No mês de agosto de 1944, depois de algumas disputas locais, assumiu a prefeitura Otero Paiva Guimarães que, em julho de 1945, fundou o núcleo municipal do PSD em

⁴⁹⁶ Ainda, faziam parte do diretório municipal os seguintes pessedistas: Carlos Xavier da Costa, Demétrio Carvalho, Zeferino Dornelles Ferreira, Rubens Carvalho, Antenor Sampaio, Américo Minass, João Ferreira da Silva, Nei Azambuja, João Luiz da Rocha, João Mozart de Melo, João Carlos Fonseca Ferreira, Horácio de Almeida Prates, Artur Hoff, Italo Lena, Otávio Steigleder, Eugenio Guntzel, Arnaldo Maurmann, Constantino Picareli, Rosalvo Gonçalves, Jader Pereira Lopes e Mário Coutinho. *Correio do Povo*, 05 de julho de 1945, p. 08, *Correio do Povo*, 20 de julho de 1945, p.04; *Correio do Povo*, 25 de julho de 1945, p.04.

⁴⁹⁷ Telegrama do prefeito Alfredo Simch para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164. *Correio do Povo*, maio a outubro de 1945.

⁴⁹⁸ No fim do mês de dezembro Carlos Alfredo Simch solicitou afastamento por razões de saúde, indicando para substituí-lo Horácio Almeida Prates. Telegrama do juiz de direito Theodoro Appel para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Alfredo Simch para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 21 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁴⁹⁹ Maiores detalhes sobre as disputas locais para a indicação deste novo prefeito pode ser encontrada em COLUSSI, op. cit., p.128; CIBILS, Luis Alberto. **Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro**. Contribuição para o estudo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1959.

Guaíba.⁵⁰⁰ Com a posse do interventor, Samuel Figueiredo da Silva, em 01 de novembro, assumiu a administração do município, o bacharel João Alfredo Soares Pitrez, mas, em fevereiro de 1946, Otero Paiva Guimarães foi reconduzido ao cargo de prefeito de Guaíba.⁵⁰¹

No início do mês de julho de 1945, em Canoas, numa reunião promovida pelo Comitê-Riograndense de União Nacional, presidida pelo prefeito Aluizio Palmeira Escobar, foi fundado o diretório municipal do PSD. Este município foi criado no ano de 1939, e no início de 1940 Edgard Braga da Fontoura foi nomeado como primeiro prefeito, mas “sofreu tais pressões políticas que se viu forçado a pedir demissão”.⁵⁰² Assim, no mês de março de 1941, tomou posse do cargo Aluizio Palmeira Escobar. O secretário do interior, Cylon Rosa, no mês de julho, encaminhpu Candido Machado Carrion a Canoas para dirigir os trabalhos de organização de um núcleo pessedista no município. Várias autoridades estiveram presentes, entre elas, o juiz municipal Nelson Paim Terra e o delegado de polícia Carlos Simões Pires.

Nessa reunião, Cândido Machado Carrion “apresentou à assembléia, a fim de ser apreciada e aprovada, a chapa oficial com a formação do diretório municipal do Partido Social Democrático, a qual recebeu calorosos aplausos sendo aprovada por aclamação”.⁵⁰³ O prefeito Aluizio Palmeira Escobar, além de ter sido indicado à presidente de honra do partido, foi também escolhido para representar o diretório local na primeira convenção estadual, em Porto Alegre, em fins do mês de julho. O prefeito ainda informou o recebimento de um telegrama, da Comissão Pró-Candidatura Walter Jobim de São Gabriel, convidando os “elementos locais” para aderirem “em torno do candidato apontado”. Sendo assim, foi lançado, por Aluizio Palmeira Escobar, o apoio do núcleo pessedista de Canoas à candidatura Walter Jobim, para o cargo de governador do estado.⁵⁰⁴

⁵⁰⁰ Telegrama do interventor federal Ernesto Dornelles para o secretário geral do PSD, Walter A. Pinto, em 05 de julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Correio do Povo*, julho a outubro de 1945.

⁵⁰¹ Telegrama do prefeito Otero Paiva Guimarães para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 05 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; CIBILS, op. cit.

⁵⁰² SILVA, João Palma. **Pequena história de Canoas**. Cronologia. Canoas: Prefeitura Municipal, 1978. p. 102.

⁵⁰³ Ata da Sessão de fundação e instalação do diretório municipal do PSD de Canoas em 08 de julho de 1945. TROIS FILHO, Canabarro. **História de nossos prefeitos** – Aluísio Palmeira de Escobar (período de 03/3/1941 a 15/8/1945). Canoas: Prefeitura Municipal, 1999. p. 150.

⁵⁰⁴ TROIS FILHO, op. cit., p.151.

A divergência entre dutristas e getulistas em Canoas, levou à exoneração do prefeito, no mês de julho. Alguns líderes e representantes de diretórios distritais e sub-diretórios de bairros, comunicaram ao presidente do PSD, Cylon Rosa, seus afastamentos do núcleo pessedista, em protesto à exoneração de Aluizio Palmeira Escobar. Dessa forma, no mês de agosto, foi nomeado para o cargo de prefeito Nelson Paim Terra, que no final do mesmo mês, empossou uma nova comissão executiva no diretório municipal do PSD, de Canoas. No mês de setembro, inaugurou e reorganizou vários diretórios distritais e sub-diretórios por todo o município, sendo que a maioria deles contavam com uma ala feminina.⁵⁰⁵

Com a posse do novo interventor gaúcho, o prefeito Nelson Paim Terra, o informou que

segundo o ponto de vista deste diretório, exposto pessoalmente no dia 3 do corrente, por Vossa Excelência ao diretório deste e vários prefeitos do interior do estado, no sentido de afastamento do prefeito das atividades, a fim de propiciar um clima necessário de lisura nas próximas eleições, acabo de afastar-me da direção do diretório político local no intuito de colaborar com os máximos esforços do governo de Vossa Excelência. Informo, outrossim, que nenhum funcionário municipal exerce atividades políticas neste município.⁵⁰⁶

Na seqüência, assumiu a prefeitura de Canoas, o juiz de direito Paulo Ribeiro. No entanto, no início do mês de dezembro, a convite de Samuel Figueiredo da Silva, Nelson Paim Terra foi reconduzido ao cargo de prefeito do município.⁵⁰⁷

Em Gravataí, com a instauração do Estado Novo, a Comissão Mista determinou a posse de um novo prefeito, assumindo este cargo, no ano de 1938, Ari Tubbs.⁵⁰⁸ No mês de julho de 1945, foi instalado o diretório municipal do PSD neste município, tendo como presidente o prefeito do município. A partir do mês de agosto, com o apoio de sub-prefeitos, o prefeito Ari Tubbs organizou vários núcleos distritais, possuindo, a maioria deles, uma ala moça. Em setembro, o partido já possuía um posto próprio no centro da

⁵⁰⁵ *Diário de Notícias*, 18 de agosto de 1945, p. 02; *Correio do Povo*, 31 de agosto de 1945, p.02; *Correio do Povo*, 02 de setembro de 1945, p.04; *Diário de Notícias*, 09 de setembro de 1945, p. 16; *Correio do Povo*, 09 de setembro de 1945, p.04; *Correio do Povo*, 20 de setembro de 1945, p. 05.

⁵⁰⁶ Telegrama do prefeito Nelson Paim Terra para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 05 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

⁵⁰⁷ Telegrama de Nelson Paim Terra para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 06 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Correio do Povo*, 05 de dezembro de 1945, p. 08.

⁵⁰⁸ ROSA, Jorge. **História de Gravataí**. Porto Alegre: EDIGAL, 1987.

cidade para o alistamento eleitoral.⁵⁰⁹ Com os Decretos-Leis, prevendo a investigação e denúncia de prefeitos que estivessem envolvidos em atividades de campanha eleitoral de algum partido, o prefeito Ari Tubbs foi afastado de seu cargo, reassumindo, no início do mês de dezembro, a prefeitura de Gravataí.⁵¹⁰

O prefeito de Porto Alegre, no ano de 1945, Clovis Pestana, foi um dos grandes articuladores políticos do partido governista. Neste município, Alberto Bins foi afastado de seu cargo de prefeito, no mesmo mês em que o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho tomou posse como interventor gaúcho, sendo que José Loureiro da Silva assumiu a prefeitura de Porto Alegre, no mês de outubro de 1937. Em setembro de 1943, passou a administrar esse município, Antonio Brochado da Rocha, permanecendo até início do ano de 1945, quando Clóvis Pestana foi nomeado para prefeito.⁵¹¹

No salão nobre da prefeitura de Porto Alegre, no início do mês de julho de 1945, foi realizada a solenidade de fundação do núcleo pessedista local. O prefeito Clovis Pestana foi escolhido como presidente do diretório municipal e representante deste na primeira convenção estadual do partido. Ainda, a comissão executiva aprovou apoio a Walter Jobim como candidato a governador do estado.⁵¹² Desde o mês de junho de 1945, Clovis Pestana colaborava com José Diogo Brochado da Rocha, na organização de vários diretórios, por Porto Alegre, entre eles os do Menino Deus, Paternon, Belém Novo, Cidade Baixa, Navegantes, e outros.⁵¹³ Na maioria dos núcleos pessedistas, fundados em Porto Alegre, o prefeito foi escolhido como o presidente de honra.⁵¹⁴

No mês de agosto, alguns pessedistas do diretório municipal que prestavam apoio a Getúlio Vargas sendo pertencentes à ala trabalhista, começaram a participar mais

⁵⁰⁹ *Correio do Povo*, 11 de julho de 1945, p.02; *Correio do Povo*, 24 de agosto de 1945, p. 08; *Correio do Povo*, 07 de setembro de 1945, p. 12; *Correio do Povo*, 04 de outubro de 1945, p. 03; *Correio do Povo*, 05 de outubro de 1945, p. 24.

⁵¹⁰ Telegrama do prefeito Ari Tubbs para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama de Ari Tubbs para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 07 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵¹¹ PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Porto Alegre**. V. 2. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial de Porto Alegre, 1945.

⁵¹² *Correio do Povo*, 08 de julho de 1945, p. 18.

⁵¹³ Muitos destes diretórios possuíam uma ala moça.

⁵¹⁴ *Correio do Povo*, 29 de junho de 1945, p. 10; *Correio da Noite*, 02 de julho de 1945, p. 08; *Correio do Povo*, 15 de julho de 1945, p. 04; *Correio do Povo*, 17 de julho de 1945, p. 10; *Correio do Povo*, 14 de agosto de 1945, p. 03; *Correio do Povo*, 14 de agosto de 1945, p. 04; *Correio do Povo*, 17 de agosto, p. 04; *Correio do Povo*, 22 de agosto de 1945, p. 08.

ativamente, das programações do Comitê Pró-candidatura Getúlio Vargas, ou seja, do grupo queremista, em Porto Alegre. Muitos destes, no mês seguinte, filiaram-se ao diretório municipal do PTB.⁵¹⁵ Desse modo, no ano de 1946, assumiu a prefeitura de Porto Alegre, o então pessedista Egídio Costa.

Em Viamão, o prefeito Carlos Velho Monteiro organizou o diretório Municipal do PSD no início do mês de julho de 1945, e foi eleito como presidente e representante deste núcleo na primeira convenção estadual do partido, em Porto Alegre. “Na mesma ocasião, por deliberação unânime do diretório”, ficou decidido “adotar-se a candidatura Walter Jobim para a presidência do estado, sendo transmitido pelo presidente do diretório um telegrama de apoio ao comitê pró-candidatura Walter Jobim”.⁵¹⁶ No entanto, no mês seguinte, foi convocada uma reunião à revelia do prefeito

com prévios convites a paredros do Partido Social Democrático desta Capital, os quais, aliás, compareceram, sendo que o convite ao prefeito o foi à última hora, o que determinou a recusa formal por parte dele e de outros membros, por entender que a iniciativa deveria partir dele, como presidente.⁵¹⁷

O prefeito Carlos Velho Monteiro conseguiu adiar por alguns dias essa reunião, alegando estarem ainda de luto pelo falecimento do correligionário Cel. Acrisio Martins Prates. Porém, no início do mês de setembro, Carlos Velho Monteiro foi exonerado pela interventoria, pois o vice-presidente da comissão executiva do PSD estadual, Cylon Rosa, havia recebido um telegrama com a assinatura da direção do núcleo pessedista de Viamão, solicitando a substituição do atual prefeito.⁵¹⁸

⁵¹⁵Em fins de outubro, alguns representantes do Comitê Pró-candidatura Getúlio Vargas e da ala feminina do diretório regional Pró-Getúlio Vargas, encaminharam um telegrama ao interventor federal Ernesto Dornelles, protestando contra “a atitude arbitrária” da chefia de polícia por ter mandado “policiais retirarem faixas de propaganda da candidatura de Getúlio Vargas, no momento em que desfilavam na rua dos Andradas a caravana do Gal. Gaspar Dutra” com os “dizeres ‘não há nada mais forte que a vontade do povo e o povo quer constituinte com Getúlio Vargas’”. *Diário de Notícias*, 25 de agosto de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 1945, p. 16; *Diário de Notícias*, 25 de setembro de 1945, p. 02; *Correio do Povo*, 30 de agosto de 1945, p. 01; *Correio do Povo*, 31 de agosto de 1945, p. 04; Telegrama do Comitê Pró-candidatura Getúlio Vargas - Antonio C. A. Chemale, Prof. Cardoso Filho, Prof. Raul Silva Gudole, Marne de Castilhos, Egnon Campagni, Gabriel Camargo, Antonio A. Pinto e Avelino Maya Teixeira - para o interventor Federal Ernesto Dornelles em 23 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; Telegrama da presidente da ala feminina do diretório regional Pró-Getúlio Vargas, Nair Martins de Araújo e vice-presidente, Aseyla Correa Rodrigues para o interventor federal Ernesto Dornelles em 20 e outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

⁵¹⁶ *Correio do Povo*, 08 de julho de 1945, p. 04.

⁵¹⁷ *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1945, p. 02.

⁵¹⁸ *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1945, p. 02.

Na seqüência de tais eventos, vários pessedistas de Viamão, que discordavam da exoneração de Carlos Velho Monteiro, pediram demissão do núcleo afirmando que já haviam declarado perante Cylon Rosa, que “nenhum telegrama ou ofício assinamos indicando, o Dr. Napoleão Almeida para o cargo de prefeito municipal, sendo que, o que assinamos na sede da Associação Rural, em confiança e sem ler, foi-nos dito ser um telegrama de pêsames para a viúva do Cel. Acristo”.⁵¹⁹ Mesmo com a intensa mobilização do restante do núcleo pessedista, em torno da permanência do prefeito, as divergências entre dutristas e getulistas levaram ao afastamento do prefeito Carlos Velho Monteiro, que foi exonerado do cargo em 19 de setembro, sendo nomeado para substituí-lo, o engenheiro agrônomo Napoleão Almeida que se manteve como prefeito durante o pleito eleitoral.⁵²⁰

Portanto, visualizou-se na Região da Depressão Central que quase todos os seus municípios tiveram os prefeitos reconduzidos aos seus cargos depois de organizarem, em suas localidades os diretórios do PSD, tendo contado com o apoio, em alguns casos, dos juizes, delegados de polícia, sub-prefeitos e secretários do governo estadual. Contudo, somente ocuparam um espaço destacado no jornal *Diário de Notícias* as divergências entre dutristas e getulistas ocorridas em Canoas e Viamão.⁵²¹ Os municípios de Santa Maria, Rio Pardo e Triunfo foram noticiados por este jornal apenas quando os secretários do governo Ernesto Dornelles colaboraram com os prefeitos na fundação de seus núcleos pessedistas.⁵²² Na tabela a baixo, pode-se visualizar de forma mais detalhada a atuação das autoridades municipais desta região na fundação desse partido e durante a campanha eleitoral no ano de 1945.

⁵¹⁹ *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1945, p. 02.

⁵²⁰ *Correio do povo*, 19 de setembro de 1945, p. 08; *Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1945, p. 04; *Correio do Povo*, 05 de dezembro de 1945, p. 08.

⁵²¹ *Diário de Notícias*, 18 de agosto de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 09 de setembro de 1945, p. 02 e 16; *Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1945, p. 04; *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1945, p. 02.

⁵²² *Diário de Notícias*, 07 de julho de 1945, p. 08; *Diário de Notícias*, 04 de julho de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1945, p. 07.

Tabela 7:
Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e
na sua campanha eleitoral em 1945 na Região da Depressão Central (7º Zona)

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
General Vargas	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
Cacequi	prefeito	prefeito e juiz de direito	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	em outubro assumiu outro cargo público (prefeito)	assumiu o cargo outro possedista
São Pedro do Sul	prefeito	prefeito e delegado de polícia	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	em meados de novembro de 1945	início de 1946
Santa Maria	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
São Sepé	prefeito (desde 1944)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista
Cachoeira do Sul	prefeito (desde 1939)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	início de novembro de 1945	início de 1946
Rio Pardo	prefeito	prefeito, sub-prefeitos e delegado de polícia	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	um dia antes do último prazo legal (19/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral
General Câmara	prefeito (desde 1937)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral
Triunfo	prefeito (desde 1944)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	início de 1946
São Jerônimo	prefeito (desde 1937)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
Guaíba	prefeito (desde 1944)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	início de novembro de 1945	início de 1946
Canoas	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Gravataí	prefeito (desde 1938)	prefeito e sub-prefeitos	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
Porto Alegre	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista
Viamão	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	foi mantido no cargo	foi mantido no cargo

2.1.8. Região da Encosta da Serra (8º Zona)

O partido governista também conseguiu se estruturar por toda a 8ª Zona, ou Região da Encosta da Serra, que era formada por Sobradinho, Santa Cruz do Sul⁵²³, Candelária, Venâncio Aires, Lajeado, Estrela, Arroio do Meio, Encantado, Garibaldi, Bento Gonçalves, Veranópolis, Guaporé⁵²⁴, Nova Prata, Antonio Prado, Flores da Cunha, Caxias do Sul, Farroupilha, Canela, Taquara, Santo Antonio da Patrulha, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Taquari, São Sebastião do Caí e Montenegro.

No município de Sobradinho, em fins do mês de junho um “representante credenciado pelo advogado Mario Ilha” tentou organizar um diretório municipal, mas “em face das dificuldades de toda a ordem que encontrou para levar a termo seu objetivo”, retornou à capital e, oficialmente, o núcleo foi empossado apenas no início do mês de julho, contando com o apoio do prefeito.⁵²⁵ Disputas entre getulistas e dutristas ocasionaram a saída de alguns possedistas do núcleo local. Ainda no mês de novembro,

⁵²³ Neste município existia um núcleo do PSD, no entanto, não se encontrou maiores informações. *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1945, p.04.

⁵²⁴ Guaporé também esteve entre os 28 municípios em que a Comissão Mista estabeleceu a troca do prefeito de forma mais imediata. Nesse sentido, Agilberto Maia foi substituído, em 1938, por Manuel Francisco Guerreiro que permaneceu administrando o município até o mês de novembro de 1945. No entanto, não se tem informações substanciais do PSD neste município.

⁵²⁵ O Padre Benno Vissel foi escolhido como presidente de honra do diretório local. *Correio do Povo*, 08 de julho de 1945, p. 04; *Diário de Notícias*, 29 de junho de 1945, p. 08.

frente aos Decretos-Leis que supostamente diminuiriam a atuação política do funcionalismo público, o prefeito foi afastado, tomando posse o juiz de direito Garibaldi Almeida. Mas a partir do início do mês de dezembro, a prefeitura de Sobradinho passou a ser administrada pelo pessedista Otaviano Paixão Coelho.⁵²⁶

Em Candelária, no começo do mês de julho de 1945, “realizou-se no Cine-Teatro Coliseu, a reunião convocada pelo Sr. Albino Lenz, prefeito municipal, para a fundação do PSD”. Este primeiro encontro foi presidido pelo advogado Mario Godoy Ilha, representante da comissão executiva estadual do PSD, que organizou a comissão executiva do diretório local e empossou o prefeito, como o seu presidente.⁵²⁷ Entretanto, Albino Lenz, no início do mês de novembro, solicitou exoneração do cargo de prefeito, em caráter irrevogável pois, “fazendo parte do PSD, como presidente de honra, quer tomar parte ativa na propaganda do gal. Dutra”.⁵²⁸

Dessa forma, o município passou a ser administrado pelo sub-prefeito Odorico Ultor Graeff, sendo que, o juiz de direito Silvio Fonseca Pires alertou ao interventor que este prefeito substituto era do PSD, tendo participado inclusive da primeira convenção estadual do partido em Porto Alegre.⁵²⁹ O juiz Silvio Fonseca Pires assumiu, então, a prefeitura de Candelária e, no mês de janeiro de 1946, indicou para este cargo, Antonio Lorenzoni, que tomou posse em seguida.⁵³⁰

O presidente da Associação Rural de Venâncio Aires, Alcides Bueno, no início do mês de novembro de 1945, informou, ao novo interventor gaúcho, que o prefeito Flávio Mena Barreto Mattos, que ocupava este cargo desde 1939, era presidente do PSD local, sugerindo ainda, que este fosse substituído pelo juiz de Encruzilhada do Sul, Pedro

⁵²⁶ Telegrama do juiz de direito Garibaldi Almeida para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 05 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do prefeito Otaviano Paixão Coelho para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 27 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵²⁷ *Correio do Povo*, 08 de julho de 1945, p.04;

⁵²⁸ *Correio do Povo*, 14 de novembro de 1945, p. 04.

⁵²⁹ Telegrama do sub-prefeito Odorico Ultor Graeff para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do juiz de direito Silvio Fonseca Pires para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 12 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵³⁰ Telegrama do prefeito Antonio Lorenzoni para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de janeiro de 1946. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

Marques da Rocha.⁵³¹ Os acontecimentos evoluíram para o afastamento desse prefeito no dia 19 de novembro, sendo nomeado para administrar o município o escrivão Carlos Julio Sperb.⁵³² Encerrado o processo eleitoral, Flávio Mena Barreto Mattos, assumiu como prefeito, porém, em Santana do Livramento.

Ruy Azambuja assumiu a prefeitura de Lajeado em março de 1945 e, no mês de junho, com a colaboração de várias autoridades daquela municipalidade, organizou uma comissão que percorreu “os estabelecimentos comerciais e industriais angariando assinaturas para o PSD, num livro que apresentam”.⁵³³ Depois da fundação deste núcleo, Ruy Azambuja tornou-se o seu presidente no município.⁵³⁴ Segundo o presidente do diretório municipal da UDN, Esmeraldo R. Silva, e o secretário Astrogildo Cunha, o “grupo queremista local, através do atual prefeito”, que é presidente do Partido Social Democrático, continua se utilizando dos “poderes do governo municipal”. A partir disso, os demais partidos demonstraram desconfianças em relação ao pleito eleitoral e solicitaram a indicação de uma pessoa idônea para assumir a prefeitura local.⁵³⁵

Dessa forma, o juiz de direito, Edgard Ramos, informou ao interventor, que seguindo as instruções recebidas, orientou os sub-prefeitos, afastou os funcionários envolvidos em atividades partidárias e comunicou também que o prefeito pediu exoneração do cargo de presidente do PSD.⁵³⁶ Como consequência disso, em fins do mês de novembro, o prefeito Ruy Azambuja transmitiu o seu cargo ao juiz de direito do

⁵³¹ Telegrama de representantes do município para o interventor federal Ernesto Dornelles em 11 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; Telegrama de Alcides Bueno para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵³² Telegrama de representantes do município para o secretário da interventoria Álvaro Batista Magalhães em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163. Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para Carlos Julio Sperb em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

⁵³³ *Diário de Notícias*, 26 de junho de 1945, p. 03.

⁵³⁴ Telegrama do prefeito José Juvenal Pinto para o interventor Ernesto Dornelles em 13 de janeiro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 160.

⁵³⁵ Telegrama do presidente do diretório municipal da UDN Esmeraldo R. Silva e do secretário Astrogildo Cunha para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 160.

⁵³⁶ Telegrama do juiz de direito Edgard Ramos para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

município, tendo porém, em fevereiro de 1946 sido reconduzido à frente da administração de Lajeado.⁵³⁷

Em Estrela, o prefeito Augusto Frederico Markus foi um dos principais articuladores do PSD no ano de 1945. A Comissão Mista, neste município, também se decidiu por manter o mesmo prefeito, permanecendo então, Edmundo Alfredo Steyer à frente da administração municipal até 1940, quando João Sabino Mena Barreto assumiu e foi mantido até 1941. Desse ano a 1943, Cláudio de Toledo Mércio administrou a prefeitura e, em seguida, Acilino Pauletti passou a comandar o município, permanecendo até meados do ano de 1945, quando foi nomeado Augusto Frederico Markus.⁵³⁸

Devido ao envolvimento desse prefeito com o partido governista no município, no mês de novembro de 1945, o juiz de direito Luiz Amado de Figueiredo, respondendo a solicitação do interventor gaúcho, informou que Augusto Frederico Markus havia se afastado das atividades políticas, sendo apenas membro honorário do PSD e que o delegado de polícia já havia deixado o diretório municipal desse partido.⁵³⁹ Frente ao Decreto-Lei nº 8.188, de 20 de novembro, que determinava o afastamento de seus cargos, de prefeitos que fossem membros de diretórios políticos até o mês de outubro, Augusto Frederico Markus repassou a chefia da prefeitura ao juiz Luiz Amado de Figueiredo, sendo que, em 1946, foi novamente nomeado prefeito de Estrela.⁵⁴⁰

Em Arroio do Meio as forças governistas também foram utilizadas para estruturar o PSD, no ano de 1945. Neste município, a Comissão Mista manteve o prefeito após o golpe do Estado Novo, permanecendo Gustavo Wienandts, até o ano de 1938, quando assumiu a prefeitura Hailliot Tavares. De 1941 a 1944, Jaime Trindade Coimbra esteve respondendo pela prefeitura de Arroio do Meio e Armando Otávio de Oliveira administrou-a até o mês de junho de 1945, quando Werner Bruno Fritz tomou posse no cargo.⁵⁴¹

⁵³⁷ Telegrama do prefeito Ruy Azambuja para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1946, p.12.

⁵³⁸ HESSEL, Lothar Francisco. **O município de Estrela**; história e crônica. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

⁵³⁹ Telegrama do juiz de direito Luiz Amado de Figueiredo para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁵⁴⁰ HESSEL, op. cit.

⁵⁴¹ THOMÉ, Lauro Nelson Formari. **Arroio do Meio**: ano 50 (1934-1984). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 1984; *Correio do Povo*, 15 de julho de 1945, p. 02.

O Partido Social Democrático, nesse município, encontrou muitas dificuldades para estruturar um diretório municipal, e, ainda no mês de julho de 1945, Cylon Rosa informou ao ministro da Fazenda Souza e Costa que o

o delegado fiscal propôs ontem, prezado amigo, a remoção do coletor federal Caetano Reginato de Prata para Arroio do Meio. Peço ilustre ministro que possa encaminhar com máxima urgência a medida proposta, que é de fundamental à organização do PSD naquele importante município. Afastando com presteza aquele funcionário, obteremos quase unanimidade eleitoral na comuna.⁵⁴²

Assim, em fins deste mesmo mês, o diretório municipal do PSD de Arroio do Meio foi empossado, mas por uma comissão de Lajeado.⁵⁴³ Mais tarde, o novo prefeito, Werner Bruno Fritz foi eleito como o presidente desse núcleo no município. Com os Decretos-Leis, no mês de novembro, o juiz de direito Edgard Ramos, informou a Samuel Figueiredo da Silva, que a partir das orientações recebidas, interveio junto aos sub-prefeitos, afastando um destes e também “os funcionários envolvidos em atividades partidárias”, e que o prefeito havia pedido exoneração do cargo de presidente do diretório municipal do PSD.⁵⁴⁴ Mesmo tendo sido afastado das funções de prefeito, Werner Bruno Fritz, foi reconduzido ao cargo, no ano de 1946.⁵⁴⁵

No município de Encantado, o PSD também estruturou um diretório municipal no ano de 1945. Nesse, o prefeito eleito em 1935, Zeferino Demétrio foi mantido pela Comissão Mista com a instauração do Estado Novo, mas, no ano de 1938, foi nomeado para o cargo Sabino Menna Barreto e ainda, no mesmo ano, foi empossado Adalberto Pio Souto, que permaneceu até o ano de 1944. De maio de 1944 a março de 1945, Sodrino Mário Freda administrou Encantado e em seguida, João Batista Marchese assumiu a prefeitura.⁵⁴⁶

Desde a fundação do diretório municipal do PSD em Encantado, em julho de 1945, o prefeito foi escolhido como o presidente de honra do partido. A partir dos Decretos-Leis do mês de novembro, que tentavam controlar as atividades políticas dos prefeitos, João

⁵⁴² Telegrama do interventor federal substituto Cylon Rosa para o ministro da fazenda Souza e Costa em julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁴³ *Correio do Povo*, 19 de Julho de 1945, p. 08.

⁵⁴⁴ Telegrama do juiz de direito Edgard Ramos para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁵⁴⁵ THOMÉ, op. cit.

⁵⁴⁶ FERRI, Gino. **Encantado**: sua história, sua gente. Encantado: Editora B.G. Ltda, 1985.

Batista Marchese, segundo o juiz de direito Armando de Figueiredo, “absteve-se de atividades políticas”, apesar de ainda participar como “membro honorário” do partido.⁵⁴⁷ Após ter sido afastado do cargo, João Batista Marchese foi reconduzido à prefeitura de Encantado, no mês de fevereiro de 1946.⁵⁴⁸

Em Garibaldi, desde o mês de julho já havia um diretório pessedista. A partir do mês de agosto foram inaugurados vários núcleos distritais, todos organizados pelo prefeito Olinto Fagundes Oliveira Freitas.⁵⁴⁹ Em novembro, depois dos Decretos-Leis que procuravam, tardiamente, afastar os prefeitos envolvidos em campanhas políticas, o prefeito de Garibaldi foi exonerado de sua função.⁵⁵⁰ Com uma intensa mobilização de pessedistas locais o prefeito foi reconduzido ao seu cargo em fevereiro de 1946.⁵⁵¹

No município de Bento Gonçalves, o Prefeito, João Dentice era o presidente de honra do diretório pessedista fundado no ano de 1945.⁵⁵² Segundo o juiz João Pinheiro Ribeiro, próximo ao pleito eleitoral de dezembro de 1945, tanto o prefeito quanto os funcionários municipais de Bento Gonçalves mantiveram uma atuação normal nos assuntos políticos, colaborando com a justiça eleitoral em tudo que lhes foi solicitado.

No entanto, udenistas do município afirmaram que “a máquina eleitoral neste município está montada em pleno funcionamento com a atividade partidária ostensiva das autoridades municipais, quer na cidade, quer no interior, onde o prefeito e os sub-prefeitos são elementos orientadores do diretório do Partido Social Democrático”.⁵⁵³ Ficou evidenciado que desde o mês de julho a prefeitura e o PSD desenvolviam atividades públicas em conjunto, como recepções e inaugurações de obras públicas, ocasionando o afastamento do prefeito pessedista no mês de novembro de 1945.⁵⁵⁴

⁵⁴⁷ Telegrama do juiz de direito Armando de Figueiredo para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁵⁴⁸ FERRI, op. cit.

⁵⁴⁹ Telegrama do interventor federal Ernesto Dornelles para Adalberto Setck em 13 de agosto de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; *Correio do Povo*, julho a outubro de 1945.

⁵⁵⁰ Telegrama de Fortunato Chesini para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de janeiro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁵⁵¹ *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1946, p. 12.

⁵⁵² *Correio do Povo*, 10 de julho de 1945, p. 07 e *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1945, p. 02.

⁵⁵³ Telegrama do presidente da UDN Erny Dreher e do secretário Alberto Alice para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁵⁴ *Correio do Povo*, julho a outubro de 1945; *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1945, p. 02.

Em Veranópolis, a Comissão Mista determinou a substituição imediata do prefeito Saul Irineu Farina por Rogério Galeazzi, no início do ano de 1938.⁵⁵⁵ Esse prefeito apoiou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República, desde o seu lançamento oficial, em março de 1945.⁵⁵⁶ No mês de julho de 1945,

com a presença do dr. Juvenal José Pinto, representante do dr. Cylon Rosa, secretário do interior, e emissário especial da comissão executiva do PSD, na sala de honra da prefeitura municipal, foi organizado e empossado o diretório municipal desse partido, o qual ficou assim constituído: presidente de honra, dr. Juvenal Pinto; presidente, sr. Rogério Galeazzi, prefeito municipal; vice-presidente, Egídio Martini, diretor da cooperativa Viti-vinícola local; 1º secretário, Guilherme Pessato, secretário da prefeitura; 2º secretário, Daicir Rodrigues da Silva, oficial do registro geral; 1º tesoureiro, Gomercidno C. Roche, exator federal; 2º tesoureiro, Fabiano Reschke, do comércio.⁵⁵⁷

Menos de um mês antes do pleito eleitoral, de 02 de dezembro, o prefeito Rogério Galeazzi comunicou ao interventor Samuel Figueiredo da Silva “que eu e todos os funcionários municipais, abandonamos quaisquer atividades políticas para nos dedicarmos, exclusivamente, na administração” do município.⁵⁵⁸ Pelo fato de ter atuado intensamente na campanha eleitoral do PSD, o prefeito foi afastado, em 17 de novembro, e em seu lugar o juiz de direito Fábio Martins de Souza assumiu a prefeitura de Veranópolis, permanecendo até meados do mês de dezembro, quando o prefeito anterior Rogério Galeazzi foi reconduzido ao seu cargo.⁵⁵⁹

A Comissão Mista em Nova Prata decidiu-se por manter o prefeito Adolpho Scheneider, após a instauração do regime estadovinista, sendo esse administrador, no ano de 1945, um dos fundadores do núcleo pessedista no município.⁵⁶⁰ Algumas denúncias sobre suas atividades políticas, em prol do PSD foram encaminhadas a Samuel Figueiredo da Silva, dentre as quais constava, a acusação de alguns udenistas de “torpe perseguição administrativa e política local” pela transferência de Olacy Oliveira, guarda fiscal da

⁵⁵⁵ FARINA, Geraldo. **História de Veranópolis**. Veranópolis: SMEC, 1992.

⁵⁵⁶ Telegrama do prefeito Rogério Galeazzi para o interventor federal Ernesto Dornelles em 26 de março de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 160.

⁵⁵⁷ *Correio do Povo*, 08 de julho de 1945, p.04; Telegrama do prefeito Rogério Galeazzi para o interventor federal Ernesto Dornelles em 25 de julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

⁵⁵⁸ Telegrama do prefeito Rogério Galeazzi para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 10 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁵⁹ FARINA, op. cit.

⁵⁶⁰ **Resumo histórico e estatístico comemorativo ao cinquentenário da emancipação política do município de Nova Prata**. Nova Prata: Prefeitura Municipal, s/d.

coletoria do estado para General Vargas.⁵⁶¹ Em meados de novembro, o juiz de direito, Manoel Erustvloni Martins, recomendou ao interventor, que o contador da prefeitura Demétrio Lenzi assumisse o cargo de prefeito do município, pois, segundo o juiz, esse funcionário encontrava-se afastado de atividades políticas. Assim sendo, o prefeito Adolpho Scheneider foi mantido no cargo até meados do ano de 1946, quando Demétrio Lenzi tomou posse nesse cargo.⁵⁶²

No município de Antonio Prado o prefeito, também esteve envolvido na campanha eleitoral do PSD, no ano de 1945. A Comissão Mista optou por nomear, de imediato, um novo prefeito. Assim, de 1938 a 1942 assumiu a prefeitura o Cap. Waldemar Alves Miranda e em seguida, até 1944, esteve neste cargo o jornalista Felisberto Monteiro. Na sequência, tomou posse o prof. Alberto Zanardi e, em março de 1945, foi o substituído por Carlos Rota.⁵⁶³

O envolvimento do prefeito com o partido governista suscitou o encaminhamento de várias acusações por parte do PL ao juiz João Batista Marchese, tais denúncias só foram enviadas à interventoria depois de terem sido investigadas pelo interventor, no dia 11 de novembro. O juiz comunicou também que o coletor federal havia se recusado “a aceitar a presidência da mesa para a qual fora nomeado, alegando ser membro do diretório do PSD”.⁵⁶⁴ Como resultado desses fatos, no dia 17 de novembro, Carlos Rotta passou a administração do município ao juiz de direito, no entanto, no ano de 1946 foi reconduzido ao cargo de prefeito de Antonio Prado.⁵⁶⁵

Em Flores da Cunha, em 1941, foi nomeado para administrar o município o advogado Otto Bélgica Trindade. No ano de 1945 este prefeito foi um dos fundadores do

⁵⁶¹ Telegrama de representantes do município para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 04 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

⁵⁶² Telegrama do juiz de direito, Manoel Erustvloni Martins para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Jornal *Correio do Povo* 05 de dezembro de 1945, p. 08; Resumo histórico e estatístico comemorativo ao cinquentenário da emancipação política do município de Nova Prata, op. cit.

⁵⁶³ Telegrama do prefeito Carlos Rotta para o interventor federal Ernesto Dornelles em 21 de março de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 160; BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Antonio Prado e sua história**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

⁵⁶⁴ Telegrama do juiz eleitoral da 6ª Zona Julio Martin Porto para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁵⁶⁵ Telegrama do prefeito Carlos Rotta para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Diário de Notícias*, 26 de fevereiro de 1946, p. 05.

diretório municipal do PSD tornando-se o seu presidente. Por isso, atuou como representante do diretório local do partido na primeira convenção estadual do PSD.⁵⁶⁶ Desse modo, Otto Bélgica Trindade, no mês de novembro, solicitou ao interventor gaúcho a exoneração de seu cargo de prefeito para se dedicar exclusivamente às atividades partidárias.⁵⁶⁷ Terminado o pleito eleitoral, foi reconduzido ao cargo de prefeito de Flores da Cunha no mês de dezembro.⁵⁶⁸

No município de Caxias do Sul, a exemplo do que aconteceu em outros municípios, a Comissão Mista requereu a nomeação imediata de um novo prefeito mas, devido à pressão política local manteve no cargo o então prefeito, Dante Marcussi.⁵⁶⁹ Esse prefeito, no ano de 1945, foi um dos articuladores do PSD no município, sendo escolhido como o seu presidente de honra e como representante do núcleo na primeira convenção estadual do partido. No ato de instalação do diretório pessedista, no mês de junho, foi encaminhado um telegrama a Cylon Rosa, no qual, a comissão executiva se posicionou a favor de uma “continuidade da patriótica e grandiosa obra administrativa do preclaro presidente da República, Dr. Getúlio Vargas”.⁵⁷⁰

Nos meses seguintes, o apoio da direção do núcleo pessedista caxiense a Getúlio Vargas e não a Eurico Gaspar Dutra, gerou inúmeras desavenças dentro do partido. Ainda em setembro, a imprensa tornou públicas as disputas entre dutristas e getulistas, principalmente as divergências entre a Ala Moça dutrista e o prefeito Dante Marcussi, um dos representantes do grupo varguista.⁵⁷¹ No dia 21 de novembro, o juiz de direito Eduardo Ruiz Caravantes inquiriu ao interventor se, a partir do Decreto-Lei nº 8.188, de 20 de novembro, que estabeleceu o afastamento de seus cargos de prefeitos que faziam parte de algum diretório de partido político até o mês de outubro do mesmo ano, deveria determinar a saída de Dante Marcussi da prefeitura de Caxias do Sul, visto que, esse prefeito era

⁵⁶⁶ *Correio do Povo*, 24 de junho de 1945, p. 20.

⁵⁶⁷ Telegrama do prefeito Otto Bélgica Trindade ao interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁶⁸ BOSCATTO, Claudino Antonio. **Memórias de um neto de imigrantes pioneiros de Nova Trento**. Flores da Cunha: O Florense, 1994.

⁵⁶⁹ GERTZ, op. cit

⁵⁷⁰ *Correio do Povo*, 15 de junho de 1945, p. 06; *Correio do Povo*, 08 de julho de 1945, p. 04; *Correio da Noite*, 03 de julho de 1945, p.08; *Correio do Povo*, 02 de agosto de 1945, p. 08.

⁵⁷¹ *Diário de Notícias*, 09 de setembro de 1945, p. 02 e 16.

presidente honorário do PSD no município.⁵⁷² O interventor gaúcho comunicou ao prefeito o seu afastamento, para atender ao Decreto-Lei nº 8.188, e deliberou a posse do juiz na administração municipal.⁵⁷³ Entretanto, no mês de dezembro de 1945, Dante Marcussi foi nomeado novamente para o cargo de prefeito de Caxias do Sul.⁵⁷⁴

O fundador do PSD de Farroupilha no ano de 1945 foi o prefeito Raul Cauduro que administrou o município desde 1944. Para este município, a Comissão Mista, ainda em 1937, indicou o capitão Eudoro Lucas de Oliveira, em substituição a Armando Antonelo, para assumir o cargo de prefeito. No ano de 1940, administraram este município o tenente Januário Dutra e Nelson T. Schenieder. De 1942 a 1944, Antonio Pedroso Pinto foi o responsável pela administração de Farroupilha e, em seguida, foi a vez de, Raul Cauduro, antigo administrador de Torres (1942-1944) tornar-se prefeito.⁵⁷⁵

O prefeito Raul Cauduro foi afastado apenas na data limite, ou seja, depois do Decreto-Lei nº 8.188, de 20 de novembro, pois como presidente do núcleo pessedista não poderia continuar administrando o município.⁵⁷⁶ No dia 23 de novembro, o juiz de direito Alfredo Cidade assumiu a prefeitura de Farroupilha mas, encerradas as eleições, no início do mês de dezembro, Raul Cauduro foi reconduzido ao cargo de prefeito deste município pela interventoria.⁵⁷⁷

O município de Canela foi criado pelo Decreto-Lei nº 717, de 28 de dezembro de 1944, e instalado no ano de 1945, tendo Nelson Tooley Schneider como seu primeiro prefeito mas, no mês de abril deste mesmo ano, assumiu a administração municipal Pedro Sander.⁵⁷⁸ Esse último foi o responsável pela organização do diretório municipal do PSD, sendo escolhido como o seu presidente desde a fundação do núcleo, no mês do julho de

⁵⁷² Telegrama do juiz de direito Eduardo Ruiz Caravantes para o Interventor Federal Samuel Figueiredo da Silva em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁷³ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o prefeito Dante Marcussi em 21 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁷⁴ *Correio do Povo*, 05 de dezembro de 1945, p. 08.

⁵⁷⁵ GASPERIN, Alice. **Farroupilha**: ex-Colônia Particular Sertorina. Caxias do Sul: Ed. do autor, 1989.

⁵⁷⁶ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o prefeito Raul Cauduro em 23 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

⁵⁷⁷ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o juiz de direito Alfredo Cidade em 23 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159; Telegrama do juiz de direito Alfredo Cidade para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 03 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁷⁸ REIS, Antonio Olmiro. **Canela**: por muitas razões. Porto Alegre: EST, 2000.

1945. Por ter sido um membro atuante dentro do partido foi afastado de seu cargo pelo interventor gaúcho, em fins do mês de novembro.⁵⁷⁹

Desde a fundação do diretório municipal pessedista em Taquara, em junho de 1945, o prefeito Franciso Holmer fazia parte do PSD, sendo o seu presidente de honra. No início do mês de novembro, vários udenistas deste município solicitaram, ao interventor, a exoneração de Francisco Holmer do cargo de prefeito, pois ele, além de ser membro honorário do partido

tem desenvolvido intensa atividade partidária e fundado pessoalmente núcleos distritais do PSD e orientado politicamente seus sub-prefeitos. Até a presente data não oculta suas convicções partidárias, declarando que uma vez afastado do cargo irá trabalhar com maior ardor para o triunfo de seus ideais políticos.⁵⁸⁰

O juiz de direito Aristides Dutra Boeira, respondendo ao interventor, sobre o comportamento político do prefeito, afirmou “estar em contato freqüente com todas as correntes políticas” do município e, portanto, não encontrou nada que desabonasse a conduta de Francisco Holmer.⁵⁸¹ Em 20 de novembro, o prefeito foi afastado do cargo, tendo sido reconduzido no mês de dezembro pelo interventor.⁵⁸²

Em Santo Antonio da Patrulha, o prefeito Teodorico Machado da Silva, como presidente de honra do PSD local, foi um dos principais articuladores deste partido, sendo denunciado ao interventor federal pelos udenistas por estar desenvolvendo “intensa campanha política” e pelo fato da prefeitura manter vários cabos eleitorais “patrocinados pelos cofres públicos”.⁵⁸³ Além disso, em meados do mês de novembro, o juiz Júlio Machado comunicou, em telegrama a Samuel Figueiredo da Silva, que o prefeito era presidente do PSD local, mas estava afastado de qualquer atividade partidária e havia determinado que todos os funcionários também se afastassem, sob pena de serem

⁵⁷⁹ Assumiu como prefeito Kroef Fleck. *Correio da Noite*, 03 de julho de 1945, p.08; Telegrama do prefeito Pedro Sander para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva, em 20 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁸⁰ Telegrama de udenistas de Taquara para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 11 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁸¹ Telegrama do juiz de direito Aristides Dutra Boeira para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁵⁸² Telegrama do prefeito Francisco Holmer para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 20 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁸³ *Jornal Correio do Povo*, 15 de junho de 1945, p. 06; Telegrama do presidente da UDN para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

exonerados de seus cargos. Entretanto, ainda no mesmo mês, o prefeito foi afastado da administração do município.⁵⁸⁴

No município de Novo Hamburgo, a Comissão Mista indicou mais tardiamente um novo prefeito, assim, Ângelo Provenzano deixou a prefeitura em dezembro de 1937, tomando posse no cargo Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro. De outubro de 1942 a março de 1944 administrou o município Nelson Tooney Schneider e, posteriormente, foi nomeado Alberto Severo. No mês de julho de 1945 esse prefeito já havia organizado um núcleo local do PSD.⁵⁸⁵ Encerrado o pleito eleitoral, no início do mês de dezembro, Alberto Severo foi mantido no cargo de prefeito de Novo Hamburgo.⁵⁸⁶

Em São Leopoldo, a Comissão Mista manteve o prefeito Theodomiro Porto da Fonseca, que, em julho de 1944, entrou em licença, sendo substituído no mês de novembro desse mesmo ano por Carlos de Souza Moraes.⁵⁸⁷ No ano de 1945, com a colaboração de Damasso Rocha e do ex-prefeito Theodomiro Porto da Fonseca, o prefeito Carlos organizou o diretório local do PSD e ainda fundou vários diretórios distritais em São Leopoldo.⁵⁸⁸ No início do mês de novembro, esse prefeito foi substituído por Arthur Ebbeling.⁵⁸⁹

No município de Taquari o prefeito Nestor Azambuja Guimarães foi o fundador do núcleo no ano de 1945. Para tanto, contou com a cooperação de Gabriel Obino, representante da comissão executiva estadual do PSD.⁵⁹⁰ Faziam parte da direção desse núcleo o prefeito, como presidente de honra, além de alguns republicanos do município,

⁵⁸⁴ Telegrama do juiz de direito para o interventor federal em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁵⁸⁵ No mês de agosto foi inaugurada em Novo Hamburgo uma ala trabalhista do PSD. SCHUTZ, Liene M. Martins. **Novo Hamburgo: sua história, sua gente.** Santa Maria: Palotti, 1976; *Correio do Povo*, 21 de agosto de 1945, p. 04; *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1945, p. 04; *Correio do Povo*, 29 de novembro de 1945, p.04.

⁵⁸⁶ *Correio do Povo*, 05 de dezembro de 1945, p. 08.

⁵⁸⁷ Telegrama do prefeito Theodomiro Porto da Fonseca para interventor federal Ernesto Dornelles em 25 de julho de 1944. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158; MOEHLECKE, Germano Oscar. **São Leopoldo era assim: o passado pela imagem.** São Leopoldo, 1982.

⁵⁸⁸ *Correio do Povo*, 04 de julho de 1945, p. 08; Telegrama do prefeito Theodomiro Porto da Fonseca para Interventor Federal Samuel da Silva Figueiredo em 11 de outubro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

⁵⁸⁹ Telegrama de Arthur Ebbeling para Interventor Federal Samuel Figueiredo da Silva em 08 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161.

⁵⁹⁰ Taquari foi um dos 28 municípios em que a Comissão Mista estabeleceu a troca imediata do prefeito Lauro Viana. De dezembro de 1937 a abril de 1938, esteve respondendo pela administração municipal, o sub-prefeito do 1º distrito José Garibaldi da Silva e em seguida foi nomeado para o cargo Nestor Azambuja Guimarães. SILVA, Riograndino da Costa. **São José de Taquari: a história de minha terra.** Edições Flama, 1972.

que já no início do mês de julho, enviaram um telegrama ao “presidente da comissão dissidente do Partido Republicano Riograndense”, José Diogo Brochado da Rocha, prestando apoio ao PSD.⁵⁹¹

Quinze dias antes das eleições, o juiz João Didonet Neto, em resposta a uma circular reservada enviada pelo interventor gaúcho no dia 13 de novembro, afirmou que o prefeito Nestor Azambuja Guimarães o divulgou que

no exercício de seu cargo se absterá, e fará seus subordinados se absterem, de qualquer atividade política partidária, cumprindo rigorosamente determinações expedidas por Vossa Excelência e eu, conhecendo o caráter do referido prefeito, estou convencido de que para o futuro na vigilância que me cabe, para que sejam asseguradas todas as garantias eleitorais, só terei a constatar e poderei informar a Vossa Excelência que ele cumpriu sua palavra.⁵⁹²

Como previa a legislação, em 19 de novembro, o prefeito repassou a administração municipal ao juiz de direito. Encerrado o processo eleitoral, o sub-prefeito Ricardo Azambuja Guimarães assumiu a prefeitura por indicação da interventoria.⁵⁹³

Em São Sebastião do Caí o articulador do diretório municipal do PSD no ano de 1945 foi o prefeito Luiz Clóvis Kroeff, que ocupava esse cargo desde março de 1944.⁵⁹⁴ No entanto, em fins desse mês, devido a divergências internas dentro do diretório municipal pessedista, Clóvis Kroeff exonerou-se do cargo de prefeito, tomando posse, em seu lugar, Cezar Pestana. Ainda no mês de setembro, o ex-prefeito Clóvis Kroeff, solicitou o seu afastamento do cargo de prefeito substituto e de vice-presidente do núcleo pessedista de São Sebastião do Caí, passando a defender o candidato Eduardo Gomes.⁵⁹⁵

O envolvimento do prefeito Cezar Pestana, na campanha eleitoral do PSD, resultou no seu afastamento da administração municipal em meados do mês de novembro,

⁵⁹¹ *Correio da Noite*, 02 de julho de 1945, p. 08; *Correio do Povo*, 01 de julho de 1945, p. 04.

⁵⁹² Telegrama do juiz de direito João Didonet Neto para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 16 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁹³ Telegrama do prefeito Nestor Azambuja Guimarães para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 19 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; Telegrama do juiz de direito João Didonet Neto para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 11 de dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164.

⁵⁹⁴ *Correio do Povo*, 10 de julho de 1945, p. 07; *Correio do Povo*, 15 de julho de 1945, p. 04; Telegrama do prefeito Clóvis Kroeff para interventor federal Ernesto Dornelles em 18 de julho de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 158.

⁵⁹⁵ *Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1945, p. 02; *Correio do Povo*, 11 de outubro de 1945, p. 02.

assumindo o seu cargo, o juiz Mario Boa Nova Rosa. Porém, no começo do mês de dezembro, com o encerramento das eleições, Cezar Pestana foi reconduzido ao cargo de prefeito de São Sebastião do Caí.⁵⁹⁶

No município de Montenegro, o prefeito pessedista Jacinto F. Rosa foi empossado ainda em julho de 1944. Em novembro de 1945, foi informado pelo juiz Rui Gertun Carneiro da necessidade de afastar da prefeitura os funcionários que exerciam atividades políticas.⁵⁹⁷ Udenistas do município também solicitaram ao interventor gaúcho a substituição do prefeito, devido ao apoio prestado ao PSD.⁵⁹⁸ Então, apenas em 20 de novembro o interventor informou a Jacinto F. Rosa que “em vista dos acontecimentos de sábado sou forçado a modificar a minha anterior decisão, sentido-me obrigado a alterar a administração desse município. Em consequência aceitei seu pedido de exoneração designando para substituí-lo o Cel. Waldemar Ferras”.⁵⁹⁹ Em consequência disso, no ano de 1946 foi nomeado um outro pessedista para administrar o município.⁶⁰⁰

A partir de tais relatos percebe-se que na Região da Encosta da Serra todos os administradores municipais articularam a estruturação do PSD em suas localidades, normalmente, fazendo parte da comissão executiva desses núcleos. Ainda assim, foram pouco noticiados pelo jornal *Diário de Notícias*, a não ser nos casos em que os diretórios encontraram dificuldades para se organizar como em Estrela e Arroio do Meio, ou ainda devido às divergências internas como em Caxias do Sul e São Sebastião do Caí. Mesmo com o envio constante de informações para a interventoria, sobre o uso de recursos financeiros e humanos na campanha eleitoral pessedistas, a maioria desses prefeitos foi afastada apenas a partir de meados do mês de novembro, sendo posteriormente reconduzida e/ou remanejada no cargo de prefeito como se evidencia na tabela a seguir.

⁵⁹⁶ Telegrama do juiz de direito Mario Boa Nova para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 161; Telegrama do prefeito Cezar Pestana para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 17 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164; *Correio do Povo*, 05 de dezembro de 1945, p. 08.

⁵⁹⁷ Telegrama do juiz de direito Rui Gertun Carneiro para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 14 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 163.

⁵⁹⁸ Telegrama de udenistas para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 164

⁵⁹⁹ Telegrama do interventor federal Samuel Figueiredo da Silva para o prefeito Jacinto F. Rosa em 15 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentação dos Governantes, Maço 159.

⁶⁰⁰ *Diário de Notícias*, 07 de fevereiro de 1946, p. 10.

Tabela 8:
Participação dos representantes do poder público na fundação do PSD e na sua campanha eleitoral em 1945 na Região da Encosta da Serra (8º Zona)

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Sobradinho	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista
Candelária	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	início de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista
Venâncio Aires	prefeito (desde 1939)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	um dia antes do último prazo legal (19/11/1945)	assumiu o cargo outro possedista
Lajeado	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito, sub-prefeitos e funcionários públicos	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	em meados de novembro de 1945	início de 1946
Estrela	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito e delegado de polícia	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	último prazo legal (20/11/1945)	início de 1946
Arroio do Meio	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito, sub-prefeitos e funcionários públicos	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	em meados de novembro de 1945	início de 1946
Encantado	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	início de 1946
Garibaldi	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	início de 1946
Bento Gonçalves	prefeito	prefeito, sub-prefeitos, funcionários públicos e juiz de direito	percorreu todo o município em campanha e uso de recursos públicos	em meados de novembro de 1945	-
Veranópolis	prefeito (desde 1938)	prefeitos e funcionários públicos	percorreram todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	após o término do pleito eleitoral
Nova Prata	prefeito (desde 1937)	prefeito	transferência de funcionário público opositor	em meados de novembro de 1945	após o término do pleito eleitoral

Municípios	Articuladores e/ou fundadores do PSD	Envolvidos na campanha eleitoral do PSD	Práticas na campanha eleitoral do PSD	Afastamento dos prefeitos envolvidos com o PSD	Recondução dos prefeitos
Antonio Prado	prefeito (nomeado em 1945)	Prefeito e coletor federal	percorreram todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	início de 1946
Flores da Cunha	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
Caxias do Sul	prefeito (desde 1937)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral
Farroupilha	prefeito (desde 1944)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral
Canela	prefeito (nomeado em 1945)	prefeito	percorreu todo o município em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	assumiu o cargo outro possedista
Taquara	prefeito	prefeito, sub-prefeitos e juiz de direito	percorreu todo o município em campanha	último prazo legal (20/11/1945)	logo após o término do pleito eleitoral
Santo Antonio da Patrulha	prefeito	prefeito, sub-prefeitos e juiz de direito	percorreu todo o município em campanha e uso dos recursos públicos	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
Novo Hamburgo	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
São Leopoldo	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	início de novembro de 1945	assumiu o cargo outro possedista
Taquari	prefeito	prefeito e juiz de direito	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	um dia antes do último prazo legal (19/11/1945)	assumiu o cargo outro possedista
São Sebastião do Caí	prefeito	prefeito	percorreu todo o município em campanha	em meados de novembro de 1945	logo após o término do pleito eleitoral
Montenegro	prefeito (desde 1944)	prefeito e funcionários públicos	percorreu todo o município em campanha (prefeito)	último prazo legal (20/11/1945)	assumiu o cargo outro possedista

Analisando as tabelas observa-se que ocorreu a manutenção, por parte do interventor do Rio Grande do Sul, da maioria dos prefeitos gaúchos em seus cargos ou o seu remanejamento para outros municípios, em todas as regiões do estado, após o término do pleito eleitoral de 02 de dezembro de 1945. Esse fato demonstrou que todas as medidas, tardiamente tomadas pelo governo federal, de baixar Decretos-Leis no mês de novembro, não pretendiam barrar efetivamente a atuação política desses administradores. Percebe-se também que as raízes desse partido, no Rio Grande do Sul, remeteram-se à máquina administrativa montada pelo próprio Estado Novo. Desde o início desse processo de abertura democrática, a Lei Eleitoral garantiu a articulação das forças locais e o uso do seu poder, como se verificou em relação aos prefeitos gaúchos.

A maior parte desses administradores do Rio Grande do Sul, no ano de 1945, esteve envolvido diretamente na fundação do PSD em seus municípios, utilizando, em muitos casos, as verbas e a infra-estrutura das prefeituras. Estes prefeitos mobilizaram também várias autoridades locais, contando, em alguns casos, com apoio do juiz eleitoral. O grau de identificação política dos juízes, com determinado partido, se refletia na intensidade das denúncias e nas medidas tomadas por estes.⁶⁰¹

Os principais articuladores dessas forças locais foram, os secretários do governo Ernesto Dornelles, que em sua grande maioria, percorreram o estado orientando a organização dos diretórios municipais do PSD. No entanto, vários núcleos enfrentaram cisões entre dutristas e getulistas que em municípios, como Bagé, Sobradinho, Caxias e Cruz Alta, resultaram na saída de pessedistas do núcleo local. Em casos mais drásticos, como em Santa Rosa, Ijuí, Santana do Livramento, Canoas e Viamão, essas divergências somente foram encerradas com o afastamento do prefeito.

Ainda, conforme as especificidades da política municipal, alguns pessedistas getulistas fundaram comitês “pró-Getúlio Vargas” depois de saírem do partido, ou como no caso de Cruz Alta, esse comitê era apenas o responsável pelo alistamento eleitoral pessedista. Enquanto que, na maioria do estado, os Comitês pró-Getúlio Vargas eram queremistas. Contudo, depois de formados esses núcleos pessedistas, por todo estado, o grande desafio do PSD foi lidar com as divergências entre dutristas e getulistas, estimuladas bastante pelo *Diário de Notícias* como se verá no item a seguir.

⁶⁰¹AZEVEDO, Tupinambá Pinto de. **Cachoeira do Sul, comarca:** 150 anos. Porto Alegre: Gráfica Jacuí, p. 44.

2.3. O PSD e *Diário de Notícias*: a campanha eleitoral em 1945

Enquanto agente histórico do processo, o *Diário de Notícias*, no Rio Grande do Sul, defendeu determinados projetos políticos, seguindo, nesse período, uma aversão ao getulismo. As reações deste jornal, dentro das contradições do jogo político, são percebidas através do tratamento que o seu editorial, os artigos de Assis Chateaubriand, e as notícias políticas dispensaram ao candidato da UDN, à organização do PSD no Rio Grande do Sul e aos conflitos entre getulistas e dutristas.

As intensas adesões ao partido governista de personalidades ligadas à administração estadual e municipal foram o alvo constante de denúncias de vários partidos na imprensa. Dentre elas as do udenista Flores da Cunha que em entrevista ao jornal *Correio da Manhã*, no mês de julho, acusou Ernesto Dornelles de utilizar-se da máquina pública estatal para estruturar o PSD gaúcho, tendo promovido, uma “derrubada de prefeitos e funcionários, visando fins exclusivamente eleitorais”, realizado “negociatas de vagões na estrada de ferro e concedido gasolina para atividades políticas”.⁶⁰²

A primeira acusação contra esse partido governista a se tornar pública, no Rio Grande do Sul, foi apresentada pelo jornal *Diário de Notícias*, através dos artigos de Assis Chateaubriand, que o intitulava como “o partido do oficialismo”.⁶⁰³ O PSD gaúcho, desde o início de sua organização, enfrentou inúmeras críticas por parte deste jornal, pois Assis Chateaubriand defendeu o retorno ao regime democrático, reiniciando, nesse período, uma campanha contra Getúlio Vargas, o que representaria, naquele momento, um ataque as suas bases políticas: o PSD e mais tarde o PTB.

Desde o mês de março de 1945, com o lançamento de Eurico Gaspar Dutra como candidato oficial do PSD, o *Diário de Notícias*, através de seu editorial, mostrou-se favorável à UDN, salientando a “responsabilidade do Rio Grande” em apoiar um candidato sensato, ou seja, Eduardo Gomes. O editorial do *Diário de Notícias* seguiu a orientação traçada por seu proprietário, Assis Chateaubriand e aplicada a toda a sua cadeia, que foi a de defender “um candidato cuja vida de lidador é todo um programa”.⁶⁰⁴ Portanto, avisou aos seus leitores que os “Diários Associados, colocados desde a primeira hora ao lado da

⁶⁰² *Correio do Povo*, 22 de julho de 1945, p. 10.

⁶⁰³ *Diário de Notícias*, 06 de abril de 1945, p. 04.

⁶⁰⁴ *Diário de Notícias*, 21 de março de 1945, p. 04.

candidatura Eduardo Gomes, porão suas colunas à disposição do candidato contrário para sua propaganda, desde que vazada em termos elevados e dignos”.⁶⁰⁵

Ainda no mês de março, Assis Chateaubriand, em discurso na Rádio Farroupilha, também publicado na primeira página do *Diário de Notícias*, ressaltou uma dívida histórica do Rio Grande do Sul com Eduardo Gomes por ser um representante das forças democráticas de longa data.⁶⁰⁶ A partir daquele momento, o jornal passou a reconstruir “a legenda heróica que ostentou o Major Brigadeiro Eduardo Gomes”, tentando demonstrar, constantemente, o seu passado de “glória”.⁶⁰⁷ O jornalista Assis Chateaubriand envolveu-se pessoalmente na campanha de Eduardo Gomes, acompanhando esse candidato em alguns estados e participando de alguns comícios.⁶⁰⁸

Em contrapartida, teceu, constantemente, críticas ao partido governista, pois acreditava que o

programa do PSD é continuar tudo para ver como fica. O programa dos elementos oficiais, que lideram o partido situacionista é, como eles próprios dizem, dar ‘continuidade administrativa a obra do presidente Vargas’, segundo afirmou no Rio, um dos governadores que figuram no Estado Maior.

O PSD vive em função das situações estaduais, não possui autonomia orgânica. Seu cordão umbilical está ligado ao governo federal. No dia em que este porventura resolvesse cortar o cordãozinho, era uma vez o PSD – agremiação que nasceu de cima para baixo, imposta ao eleitorado como manobra tendente à prolongar a vida do estado de coisas vigentes no país. A UDN, ao contrário, resultou do sentimento democrático do Brasil. Não reúne governantes, altas autoridades civis, figurões da administração nem homens comprometidos com a situação.⁶⁰⁹

A campanha veiculada no *Diário de Notícias* contra um dos representantes do partido governista, Getúlio Vargas, tomou força em junho de 1945, quando o presidente decidiu baixar o Decreto Lei nº 7.666, mais conhecido como Lei Malaia ou Lei anti-trust. Esta Lei foi estruturada por Agamenon Magalhães, tentando combater atos considerados contrários aos interesses da economia nacional, ou seja, procurava proteger as empresas nacionais da ação dos grandes trustes, tanto nacionais quanto estrangeiros. Entretanto, Assis Chateaubriand

⁶⁰⁵ *Diário de Notícias*, 25 de março de 1945, p. 16.

⁶⁰⁶ *Diário de Notícias*, 25 de março de 1945, p. 01.

⁶⁰⁷ *Diário de Notícias*, 29 de março de 1945, p. 01.

⁶⁰⁸ MORAIS. op. cit., p. 455.

⁶⁰⁹ *Diário de Notícias*, 09 de agosto de 1945, p. 04.

tinha outra interpretação: achava que havia sido feita sob encomenda para destruir os Associados, pois proibia que empresas jornalísticas de um mesmo dono pudessem ser acionistas de outras do mesmo ramo, ou que se fundissem entre si, ou se organizassem em associação ou agrupamento sob um só controle. Ou seja, a Lei impedia tudo aquilo que os Associados faziam.⁶¹⁰

Desse modo, o jornalista investiu na defesa de seus interesses, afirmando que suas empresas não formavam nenhum “trust” e, por isso, a “Lei ridícula que aí está” não atingiria a sua cadeia, pois “monopólio pressupõe arranjos e atos de comércio para aumentar os preços e abusando do consumidor” e isto a cadeia *Associada* não faria. Culpava, portanto, Agamenon Magalhães de sustentar essa “tese acadêmica de um ‘trust’”.⁶¹¹ O Decreto-Lei foi assinado em julho, entretanto, as discussões do projeto já haviam iniciado há vários meses. Os enfrentamentos entre governo e Assis Chateaubriand, que tinham como foco o apoio dos *Diários Associados* a Eduardo Gomes, levaram ao fechamento da Radio Farroupilha do Rio Grande do Sul.

A rádio pertencia à cadeia de veículos de comunicação de propriedade de Assis Chateaubriand desde fins de 1942. Em julho de 1945, expirou-se a concessão de dez anos de exploração e, argumentando que “nem um pedido de renovação tinha sido protocolado”, em 9 de julho de 1945, o governo ordenou o desligamento dos transmissores da rádio.⁶¹² O editorial do *Diário de Notícias* passou a acusar Dutra de “vingança política”⁶¹³ e, por vários dias, o jornal procurou mostrar que este era o primeiro exemplo da aplicabilidade da Lei Malaia. Alegando ter encaminhado o pedido de renovação da concessão da emissora, Assis Chateaubriand, através do *Diário de Notícias*, iniciou uma intensa campanha no Rio Grande do Sul contra essa Lei, mesmo assim, a rádio Farroupilha voltou a funcionar somente no mês de outubro daquele ano.

Por vários meses, os jornais da Cadeia Associada afirmaram que o propósito do governo foi “provocar dissensões, criar intranquilidade, ameaçar os partidos políticos e os seus candidatos, promover distúrbios demagógicos, vingar-se dos que não o apóiam, alarmar a nação, difundir temores, perturbar, enfim o pleito presidencial” e “torná-lo

⁶¹⁰ MORAIS. op. cit., p. 456.

⁶¹¹ *Diário de Notícias*, 25 de agosto de 1945, p. 04.

⁶¹² FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20 30 e 40)**: dos pioneiros a emissoras comerciais. Canoas. Editora da ULBRA, 2002.

⁶¹³ *Diário de Notícias*, 13 de julho de 1945, p. 04; *Diário de Notícias*, 13 de julho de 1945, p. 01.

impossível para que a sua continuidade se imponha como recurso extremo”. Ainda defendeu, com insistência, que a Lei Malaia foi “uma arma partidária e somente como tal o governo está empedernido de executá-la”, sendo, dessa forma, uma “ponta de lança do ‘queremismo’”.⁶¹⁴

As críticas do *Diário de Notícias* à oposição, também se concentraram na estruturação do PSD no Rio Grande do Sul. Desde o mês de maio o jornal evidenciou uma tática pessedista de estruturação partidária no estado. Cobriu intensamente as viagens do secretariado do governador pelo interior, salientando, constantemente, através de seus correspondentes de vários municípios, que ao percorrer o Rio Grande do Sul, estes secretários tinham como objetivo exclusivo, organizar, em nível municipal, os diretórios do partido governista.⁶¹⁵

O *Diário de Notícias* divulgou amplamente a estruturação em todos os municípios dos diretórios udenistas, sempre tentando demonstrar a força desse partido no Rio Grande do Sul. Portanto, no processo de estruturação dos núcleos pessedistas no estado, deu publicidade a poucos prefeitos, mesmo quando eram os presidentes dos diretórios municipais e exerciam intensa campanha eleitoral. Ainda, tentou salientar a fragilidade organizacional desse partido no estado ao enfatizar, significativamente, apenas os municípios onde existiam divergências entre os grupos dutristas e getulistas.

Após a formação da ala trabalhista e da primeira convenção do PSD gaúcho, no mês de julho, o *Diário de Notícias* investiu na tese de que Getúlio Vargas queria trair o PSD, valendo-se, para tanto, do fato de Getúlio não ter assumido a presidência do diretório local e do queremismo. Durante vários dias noticiou que Getúlio discursava aos quemistas sem fazer “nenhuma alusão ao candidato do PSD”, afirmando ainda, desconhecer como o PSD gaúcho estava vendo a movimentação quemista no estado, pois contava com simpatizantes do grupo até mesmo na sua direção. Assim, aquele jornal advertia intensamente aos seus leitores sobre a força do movimento quemista no Rio Grande do Sul.⁶¹⁶

⁶¹⁴ *Diário de Notícias*, 04 de setembro de 1945, p.04.

⁶¹⁵ *Diário de Notícias*, maio a outubro de 1945.

⁶¹⁶ *Diário de Notícias*, 25 de agosto de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 31 de agosto de 1945, p. 08; *Diário de Notícias*, agosto a outubro de 1945; *Diário de Notícias*, maio a outubro de 1945.

A partir de agosto, o *Diário de Notícias*, de forma destacada e contínua, noticiou a tensão entre dutristas e getulistas gaúchos, no entanto, sempre salientando que, no plano nacional, haviam se intensificado as críticas da comissão executiva do PSD em relação ao quererismo.⁶¹⁷ Essas cisões dentro do partido influenciaram os diversos setores pessedistas como o grupo feminino e de jovens (ala acadêmica e ala moça), causando sérias discordâncias e, inclusive, a formação de movimentos dissidentes nesses grupos.⁶¹⁸

As divergências entre esses dois grupos dentro do PSD, tanto no plano nacional como regional, vão ao encontro das táticas utilizadas por Vargas que, “manobra diversamente, mas com o mesmo fim, jogando com as forças oligárquicas situacionistas e com parte do exército representado por Góes Monteiro” e, ainda, com toda força da constituinte defendida pelo movimento quererista e pelos comunistas.⁶¹⁹ Portanto,

a pressão da oposição, externa e civil, aliá-se a interna e militar, que é governamental, e em outubro, as posições getulistas e as de Góes Monteiro são questionadas, mas freqüentemente e radicalmente, até que outubro último percebendo a mudança aceita liderar definitivamente a corrente eleitoral, para não ser despojado do poder, como será o caso de Getulio Vargas.⁶²⁰

Um mês depois de deposto, Getúlio recebeu várias cartas de pessedistas gaúchos o alertando das pretensões de João Neves de candidatar-se à presidência da República e rumores de não apoio deste a candidatura Dutra.⁶²¹ O que esses pessedistas não sabiam é que o próprio Getúlio teria tentado lançar esta candidatura pelo PTB, possivelmente, tenha sido a última tentativa para retirar, do pleito eleitoral, o candidato Eurico Gaspar Dutra. Em carta a João Neves, Getúlio descreve como teria se dado a sua indicação:

fui procurado pelos representantes de vários municípios da região serrana riograndense. Estavam todos muito intransigentes no propósito de encontrar um candidato civil para o problema da sucessão presidencial. Não querendo decepcioná-los com uma negativa procurei oferecer-lhes oportunidades para um exame direto da questão. Se essa tentativa

⁶¹⁷ *Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 06 de setembro de 1945, p. 02; *Diário de Notícias*, 09 de setembro de 1945, p. 16; *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1945, p. 08; *Diário de Notícias*, agosto a outubro de 1945.

⁶¹⁸ Jornal oficial da Ala Moça do Rio Grande do Sul: *O Debate*, 25 de março de 1946, p.01. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Coleção Tancredo Fernandes de Mello. Vol. 1 (POA: A-D).

⁶¹⁹ Outra manobra divisionista do governo foi a tentativa de marcar as eleições dos governadores dos estados em conjunto com a dos deputados e senadores, bem como a do presidente da República.

⁶²⁰ CARONE, op. cit., 1988, p. 344.

⁶²¹ Carta de Protásio Dornelles a Getúlio Vargas em 13 de novembro de 1945. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1945.11.13.

obtivesse êxito (e lembrei para isso o teu nome) eu estaria pronto para lançar-me na luta correndo qualquer risco e empenho todo o esforço, com tanto mais autoridade, não sendo eu candidato a qualquer função pública.⁶²²

Durante este mês de novembro de 1945, João Neves escreveu várias cartas a Getúlio tentando convencê-lo da inconveniência de sua candidatura e da importância de apoio a Dutra.⁶²³ Logo após a queda de Getúlio, em 29 de outubro de 1945, João Neves pediu demissão do cargo de Embaixador do Brasil em Portugal e passou a se dedicar à campanha Dutra. Foi o representante do grupo pessedista gaúcho, solidário com um candidato militar, não necessariamente contrário a Getúlio, por isso, tentou convencer o ex-presidente a prestar apoio a Dutra.

Portanto, esgotadas as possibilidades, Getúlio Vargas, no mês de novembro, sugeriu aos petebistas que votassem no candidato do PSD. Antes mesmo de seu afastamento da presidência da República, Getúlio Vargas foi pressionado por pessedistas gaúchos, entre os quais Cylon Rosa e Walter Jobim, para prestar um apoio formal ao PSD, isto é, que aceitasse a presidência estadual do partido. Protásio Vargas também solicitou que repensasse a posição de não ser o presidente desta comissão executiva, salientando ainda, o momento difícil que o PSD gaúcho enfrentava com os artigos de Assis Chateaubriand, no *Diário de Notícias*, sendo “ferozmente” contrário a Vargas.⁶²⁴ Mesmo assim, Getúlio comprometeu-se apenas em aceitar a candidatura Walter Jobim ao governo do Estado e não a presidência do partido.⁶²⁵ Assim, com a saída de Vargas do poder, o PSD gaúcho buscou incessantemente o seu respaldo para conseguir ao menos o apoio eleitoral do PTB.⁶²⁶

Dessa forma, poucos dias antes das eleições, Getúlio Vargas posicionou-se sobre o candidato que prestaria apoio, pois

⁶²² Carta de Getúlio a João Neves em 18 de novembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 14.

⁶²³ Cartas entre Getúlio e João Neves de 14 a 24 de novembro de 1945. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1945.11.

⁶²⁴ Carta de Protásio Dornelles Vargas a Getúlio Vargas em 15 de julho de 1945. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1945.07.15.

⁶²⁵ Bilhete de Dinarte Dornelles a Getúlio Vargas de 03 de novembro de 1945. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1945.03/2.

⁶²⁶ *Diário de Notícias*, 16 de outubro de 1945, p. 04; *Diário de Notícias*, 17 de outubro de 1945 p. 08; *Correio do Povo*, 16 de outubro de 1945, p. 14.

constantemente solicitado de todos os pontos do Brasil, por amigos, representantes das classes trabalhadoras, elementos do PSD e, principalmente, por diretórios estaduais e municipais do Partido Trabalhista Brasileiro, a me pronunciar sobre a questão presidencial, dentro dos quadros legais, isto é, dos candidatos inscritos no pleito, quebrando, de novo, o silêncio que me havia imposto [...] respondendo a essa consulta:

Brasileiros

A abstenção é um erro. Não se vence sem luta, mas se participa da vitória [...].O momento não é de nomes, mas de programas e de princípios. Recentemente, em mensagens, aconselhei os trabalhadores que cerrassem fileiras em torno do Programa do Partido Trabalhista Brasileiro, representante e defensor dos seus interesses.

O General Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, em repetidos discursos e, ainda de agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das idéias do programa trabalhista e assegurou a esse partido, garantias de apoio, de acordo com as suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, o nosso sufrágio.⁶²⁷

As eleições, em 02 de dezembro, apenas confirmaram o prestígio eleitoral de Getúlio Vargas, pois se elegeu senador com 74% dos votos, levando consigo o ex-interventor Ernesto Dornelles que com o uso da máquina pública, mobilizou praticamente todas as prefeituras do estado em prol de seu partido, como vimos nesse capítulo. A maciça votação alcançada pelo peso getulista, no PSD, não se repetiria novamente, pois a saída da Ala Trabalhista pessedista, que ingressou no PTB, deu origem a um processo de abandono de pessedistas gaúchos apoiadores de Getúlio Vargas, desse partido. Segundo Miguel Bodea, esta desgetulização “afetaria simultaneamente, a natureza e as bases sociais” tanto do PSD, quanto do PTB gaúcho, e “configuraria, no Rio Grande do Sul, um quadro bastante distinto no contexto nacional da época, inviabilizando, o famoso ‘pacto populista’ PTB-PSD”.⁶²⁸ Esse processo, de desgetulização do PSD gaúcho foi lento e gradual, ocorrendo em meio a processos eleitorais assunto que será abordado no próximo capítulo.

⁶²⁷ *Correio do Povo*, 28 de novembro de 1945, p. 05.

⁶²⁸ BODEA, op. cit , p. 30-31.

3. A desgetulização do PSD gaúcho (1945-1950) nas “páginas” do *Diário de Notícias*

O afastamento de pessedistas gaúchos partidários de Getúlio Vargas do PSD do Rio Grande do Sul, ou seja, a sua desgetulização iniciou com a fundação desse partido em 1945 e se estendeu até início da década de 1950.⁶²⁹ Este foi um período decisivo na formação da base política do PSD gaúcho, tornando-se muito conflituoso com a grande campanha anti-varguista dos *Diários Associados*. A primeira etapa da desgetulização do PSD do estado foi a formação da Ala Trabalhista ainda no ano de 1945; a segunda, no ano de 1946, foi a saída de duas personalidades importantes do partido, José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha, que lideraram uma vertente formadora do PTB gaúcho, a “pragmática-getulista”.⁶³⁰

Ainda tem-se uma terceira etapa na desgetulização que foi a formação do PSD autonomista (PSDA) a partir de 1949. Todo esse processo aconteceu em meio a períodos eleitorais, ou seja, as eleições para governador do estado em janeiro, para prefeito em novembro do ano de 1947 e para presidente da República no ano de 1950. Com as disputas tanto para escolha dos candidatos, quanto para a realização de coalizões, o PSD gaúcho foi cindindo lentamente e se desgetulizando como veremos a seguir.

3.1. O “fim” da Ala Trabalhista pessedista

O PSD gaúcho esteve dividido desde a sua fundação em dois grupos, pois os que não apoiaram Eurico Gaspar Dutra (PSD) para a presidência da República no ano de 1945, acompanharam o posicionamento de Getúlio Vargas que inicialmente não se solidarizou com o candidato pessedista. Parte deste grupo divergente dentro do PSD gaúcho e,

⁶²⁹ O PSD do Rio Grande do Sul muitas vezes foi reconhecido, por alguns autores, como “udenizado”, pelo seu distanciamento do próprio partido e maior identificação com os idéias udenistas. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O Governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; HIPOLITO, Lúcia. **De raposas a reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; CORTÉZ, op. cit.

⁶³⁰ BODEA, op.cit., p. 28-29.

portanto, apoiador de Getúlio Vargas foi se afastando do partido de forma gradual. O primeiro grupo a se distanciar ficou conhecido, ainda no ano de 1945, como Ala Trabalhista.⁶³¹

Alguns autores afirmam que essa Ala Trabalhista foi o resultado mais imediato das divergências ocorridas na primeira convenção do PSD gaúcho, ocorrida no dia 09 de julho de 1945.⁶³² No entanto, é importante ressaltar que essa ala já havia sido fundada oficialmente antes mesmo da primeira convenção no estado. O jornal pessedista *Correio da Noite*, de Porto Alegre, no início do mês de julho noticiava a intensificação dos preparativos, iniciados há algum tempo, para a instalação oficial da Ala Trabalhista do PSD no Rio Grande do Sul por parte da sua comissão organizadora.

Os “motivos que justificam o entusiasmo” de alguns pessedistas para fundarem essa ala estavam na “obra administrativa” de Getúlio Vargas. Para estes,

salário mínimo, melhor participação social na distribuição das riquezas, em bases que venham a enaltecer a participação do trabalho nas atividades econômicas, proteção à infância desvalida e à mulher operária, a lei da estabilidade e da indenização por despedida injusta, e tantas outras realizações no campo social, são os títulos de benemerência do presidente Vargas e que lhe conquistaram a sincera amizade da classe proletária.⁶³³

A solenidade de lançamento oficial dessa Ala Trabalhista pessedista ocorreu no dia 07 de julho, coordenada pelo presidente do PSD estadual, Protásio Vargas e ainda, foi escolhido como presidente de honra, o então presidente da República Getúlio Vargas. Dessa forma, quando ocorreu a primeira convenção estadual do PSD gaúcho, no dia 09 de julho de 1945, as suas bases de apoio e a direção do partido já estavam divididas. No mês de setembro, deste mesmo ano, este grupo se desligou oficialmente do PSD gaúcho e

⁶³¹ Jornal oficial do PSD gaúcho: *Correio da Noite*, 03 de julho de 1945, p. 08. Anexo 1. Coleção Tancredo Fernandes de Mello. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, vol. 1 (POA: A-D).

⁶³² BODEA, op. cit., p. 19 e CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 104.

⁶³³ Jornal oficial do PSD gaúcho: *Correio da Noite*, 03 de julho de 1945, p. 08. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Coleção Tancredo Fernandes de Mello. Vol. 1 (POA: A-D); *Correio do Povo*, 07 de julho de 1945, p. 08; *Correio do Povo*, 08 de julho de 1945, p. 18.

participou da fundação do PTB no estado.⁶³⁴ Porém, muitos integrantes desta ala permaneceram no PSD, entre eles José Diogo Brochado da Rocha.

No mês de abril de 1946, em reunião na sede do PSD de Porto Alegre, “com o comparecimento de grande número de operários, comerciários, bancários e demais classes trabalhistas” foi reativada a Ala Trabalhista do PSD gaúcho. A reestruturação dessa ala se deu em meio à saída do partido de Loureiro da Silva que, desde o mês de janeiro, começou a reestruturar o PTB por todo o estado sob a orientação de Getúlio Vargas, “conclamando aos trabalhistas entrarem para esse partido”. A Ala Trabalhista pessedista realizou várias atividades pelo estado, entre elas, um congresso na cidade de Rio Grande.⁶³⁵

Por Consequente, no mês de junho de 1946 a comissão executiva do PSD gaúcho enviou uma carta a Getúlio Vargas convidando-o para o Primeiro Congresso Estadual de Trabalhadores que ocorreu em julho, em Rio Grande, para homenagear “a figura marcante do homem trabalhador”. Na programação oficial do evento foi ressaltado o seu caráter de “autêntico conclave trabalhista de cunho nitidamente estadual, verdadeira assembléia de afirmação democrática”, sendo, portanto, um evento muito representativo, dado que, “o Rio Grande, pela sua singular condição de cidade-proletária, centro de fecunda atividade de quase vinte por cento da população operária” era “o local naturalmente indicado para a sede da magna reunião”.⁶³⁶

Na tentativa de manter o cunho “trabalhista” esse partido tornou essa ala apenas uma ferramenta de apoio a candidatura Walter Jobim, e portanto, não possuindo o mesmo caráter autônomo da ala oficial de 1945. Durante todo o ano de 1946 os vários segmentos dentro do partido, como a Ala Moça, que contava com o seu o jornal *O Debate*, e Ala

⁶³⁴ Os pessedistas da Ala Trabalhista que foram oficialmente para o PTB são: Augusto Diniz (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Trigo, Milho e Mandioca), Antero Veigas Rodrigues (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Arroz), Bernardino Caetano Fraga (presidente do Sindicato dos Padeiros), Darcy Gross (presidente do Sindicato dos Comerciários), Edson Moreira Chagas (membro do Sindicato dos Alfaiates), João Gregório do Nascimento (diretoria do Sindicato da Carris), José Francisco Vanini (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Pão, Biscoitos e Massas), José Vecchio (presidente do Sindicato da Carris), Sadi Soares Machado (representante dos Portuários), Silvio Sanson (diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre), Vigo Tonson Collin (presidente do Sindicato dos Alfaiates).

⁶³⁵ *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1946, p.02; *Diário de Notícias*, 30 de julho de 1946, p.04;

⁶³⁶ O congresso ofertou hospedagem para dois representantes de cada diretório municipal por conta da comissão organizadora do evento. Carta do PSD (Rio Grande do Sul) a Getúlio Vargas em 07 de junho de 1946. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1946.06.07/2](#); *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1946, p.02; *Diário de Notícias*, 30 de julho de 1946, p.04.

Feminina⁶³⁷, tentaram demonstrar, por todo o estado, que o candidato Walter Jobim também era um trabalhista autêntico.⁶³⁸

O “peso” do ideal trabalhista ainda estava em parte no PSD devido ao grupo getulista que permanecia desde 1945 no partido. No entanto, as disputas eleitorais para a escolha do governador do estado em janeiro de 1947 desencadearam uma nova fase no processo de desgetulização pois, duas personalidades getulistas que, Segundo Miguel Bodea, completaram a estruturação do PTB no Rio Grande, deixaram o partido durante o ano de 1946 conforme será apresentado na seqüência.⁶³⁹

3.2. Ingresso de José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha no PTB: cisão municipal

No mês de janeiro de 1946, Getúlio Vargas optou por assumir a cadeira do senado (PSD) e não a de deputado federal (PTB). Esta decisão acirrou uma disputa ainda maior entre petebistas e pessedista pois, esses dois partidos já competiam pela filiação e o apoio de Vargas desde 1945. Na imprensa os dois partidos também disputaram a opinião pública tentando convencer a todos que Vargas já havia tomado uma posição no ano de 1946.⁶⁴⁰ O ingresso de Loureiro da Silva no PTB, a partir de um convite oficial de Vargas para reestruturar o PTB no estado, em fins de janeiro, foi uma oportunidade para o *Diário de Notícias* investir, novamente, numa campanha anti-varguista pois, investigou a repercussão da saída desse pessedista dentro do partido, demonstrando a permanência de quadros getulistas no PSD gaúcho, o qual afirmou serem “queremistas”.⁶⁴¹

Com as viagens de Loureiro da Silva, pelo estado, muitos partidários pelo interior se solidarizaram a Getúlio, o que levou o *Diário de Notícias*, a criticar, constantemente, a

⁶³⁷ No mês de janeiro o “Movimento Feminino Pró-Candidatura Dr. Walter Jobim” publicou na imprensa uma lista com aproximadamente duas mil apoiadoras do comitê feminino Pró-candidatura Walter Jobim em todo o estado. *Diário de Notícias*, 12 de janeiro de 1947, p. 15.

⁶³⁸ Jornal oficial da Ala Moça do Rio Grande do Sul: *O Debate*, 01 de abril de 1946, p.04. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Coleção Tancredo Fernandes de Mello. Vol. 1 (POA: A-D); Jornal *O Debate*, 25 de março de 1946. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Coleção Tancredo Fernandes de Mello. Vol. 1 (POA: A-D).

⁶³⁹ BODEA, op.cit., p. 28-29.

⁶⁴⁰ *Diário de Notícias*, 06 de janeiro de 1946, p.01; *Diário de Notícias*, 08 de janeiro de 1946, p.05; *Diário de Notícias*, 22 de janeiro de 1946, p.02; *Diário de Notícias*, 23 de janeiro de 1946, p.10.

⁶⁴¹ *Diário de Notícias*, 25 de janeiro de 1946, p.02; *Diário de Notícias*, 24 de janeiro de 1946, p.02; *Diário de Notícias*, 27 de janeiro de 1946, p.18; *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1946, p. 02.

inércia do PSD frente a essa organização “queremista”. Como solução para barrar o avanço getulista o jornal propôs uma “arrancada dutrista”. Dessa forma, ganhou força novamente na empresa de Assis Chateaubriand uma desmoralização pública da figura de Getúlio, através de sua atitude com o PSD. Conseqüentemente, o jornal publicou periodicamente “novos indícios que o Sr. Getúlio abandona o PSD” ou ainda “traí” esse partido, afirmando que Getúlio estaria tentando frustrar a candidatura pessedista ao governo do estado, lançando Loureiro da Silva como candidato oficial a esse cargo e Walter Jobim apenas como candidato a senatoria.⁶⁴²

No mês de fevereiro de 1946, no concurso das disputas entre PSD e PTB, os pessedistas tentaram demonstrar que não havia um rompimento de Getúlio com o PSD gaúcho. Walter Jobim foi um dos pessedistas que declarou na imprensa que as diretrizes tomadas no churrasco em São Borja, ainda no mês de janeiro, provaram que existia harmonia entre Getúlio Vargas e o PSD. Em seguida, os pessedistas, em matéria paga ao *Diário de Notícias*, publicaram um depoimento de Getúlio prestando apoio a esse candidato e afirmando que tanto o PSD, quanto o PTB, deveriam apoiar Dutra. Em resposta, a essa publicação pessedista, os petebistas publicaram no *Diário de Notícias* uma foto da ficha de filiação de Vargas ao PTB.⁶⁴³

Em fins de fevereiro o *Diário de Notícias* passou a investir ainda mais numa ruptura de Vargas com o PSD. Frente à informação de Loureiro da Silva, em uma entrevista, de que todos os de “mentalidade trabalhista” deveriam entrar no PTB segundo Vargas, “o jornalista só podia tirar uma conclusão: o Sr. Getúlio Vargas rompia tacitamente com o PSD, e, portanto, com a candidatura do Sr. Valter Jobim a presidência do Estado”. O repórter do *Diário de Notícias*, ainda afirmou que essa polêmica entre o PTB e o PSD iniciou com uma primeira entrevista de Loureiro da Silva conquistada por esse jornal.⁶⁴⁴

Devido à repercussão dessas entrevistas na imprensa o PSD enviou uma comissão para falar com Getúlio Vargas em São Borja, formada por Ernesto Dorneles, Francisco Brochado da Rocha e Luiz Pacheco Prates.⁶⁴⁵ Em nota oficial do PSD, publicada no

⁶⁴² *Diário de Notícias*, 27 de janeiro de 1946, p.18; *Diário de Notícias*, 30 de janeiro de 1946, p.07.

⁶⁴³ *Diário de Notícias*, 01 de fevereiro de 1946, p. 05; *Diário de Notícias*, 05 de fevereiro de 1946, p. 06. *Diário de Notícias*, 06 de fevereiro de 1946, p. 10.

⁶⁴⁴ *Diário de Notícias* 15 de fevereiro de 1946, p. 05; *Diário de Notícias* 15 de fevereiro de 1946, p. 10; *Diário de Notícias*, 23 de fevereiro de 1946, p. 10.

⁶⁴⁵ *Diário de Notícias*, 22 de fevereiro de 1946, p.02.

Correio do Povo, o partido esclareceu que o resultado deste encontro foi o incondicional apoio de Getúlio a candidatura Walter Jobim e que os trabalhadores deveriam “escolher livremente” para se filiar no PTB ou no PSD, desde que optassem por esses partidos.⁶⁴⁶ Ainda assim, o *Diário de Notícias* continuou cedendo espaço a Loureiro da Silva a fim de que a disputa continuasse, a ponto, dos próprios constituintes pessedistas exigirem de Vargas um posicionamento claro frente à agitação na imprensa. Desse modo, o PSD formulou uma nota oficial, e a submeteu a aprovação de vários pessedistas e inclusive a Getúlio Vargas onde este confirmou o apoio a candidatura Walter Jobim.⁶⁴⁷

Em continuidade a disputa entre o PSD e o PTB, no mês de abril, Loureiro da Silva fortaleceu pelo interior do estado a reestruturação dos diretórios municipais petebistas e Walter Jobim impulsionou ainda mais a sua campanha pelo Rio Grande do Sul, até mesmo porque, como se visualizou no capítulo anterior, em fins do mês de junho de 1945, muitos diretórios do PSD gaúcho já haviam prestado apoio à candidatura Walter Jobim como futuro governador gaúcho. O núcleo pessedista de São Gabriel foi o primeiro a organizar, em 1945, um comitê exclusivo para promover a campanha de Walter Jobim, estruturando uma intensa mobilização nos diretórios municipais por todo estado para que esses se pronunciassem a favor desse candidato.

Com a campanha de Walter Jobim e as viagens de Loureiro da Silva pelo interior, no ano de 1946, muitos comitês municipais pessedistas e petebistas entram em cisão. Em alguns diretórios municipais pessedistas, a dissidência se retirou e filiou-se no PTB como em São Pedro, São Francisco de Paula, Cruz Alta, Jaguarão e Uruguaiana.⁶⁴⁸ Em Uruguaiana, por exemplo, as alas da mocidade, de comerciantes e trabalhistas do PSD local, que ao todo contavam com quase dois mil associados, enviaram um telegrama a Getúlio Vargas criticando as declarações de Loureiro da Silva quando esteve no município para reestruturar o PTB. O petebista afirmou publicamente ser uma boa estratégia dos partidos políticos criarem alas trabalhistas.⁶⁴⁹

Em contrapartida, outros pessedistas desse diretório optaram por não prestarem mais apoio à candidatura Walter Jobim e tentaram o afastamento do prefeito. Esse grupo dissidente chegou a organizar listas de apoio com assinaturas de eleitores do município. No

⁶⁴⁶ *Correio do Povo*, 22 de fevereiro de 1946; *Diário de Notícias*, 23 de fevereiro de 1946, p. 10.

⁶⁴⁷ *Diário de Notícias*, 05 de março de 1946, p.02; *Diário de Notícias*, 09 de março de 1946, p.05.

⁶⁴⁸ *Diário de Notícias*, 07 de abril de 1946, p. 20.

⁶⁴⁹ *Diário de Notícias*, 19 de abril de 1946, p. 08.

início do mês de maio o presidente do PSD, José Vicente de Maia, declarou a imprensa que as divergências haviam sido controladas, no entanto, em meados desse mesmo mês a dissidência se retirou oficialmente do partido.⁶⁵⁰ Em outros diretórios, como o de Farroupilha, os pessedistas se transpuseram integralmente para o PTB. Ainda houve casos em que os sub-diretórios, ou diretórios distritais, mesmo sem concordância do diretório municipal, aderiram ao PTB, como foi o caso do sub-diretório de Cornelios em Osório.⁶⁵¹

O PTB também enfrentou algumas dissidências, pois em alguns diretórios municipais como no de Novo Hamburgo, Rio Grande, Taquari e Bagé, entre outros, vários membros aderiram ao PSD. Em Bagé, por exemplo, uma ala desse partido prestou apoio a candidatura Walter Jobim frente à atitude de Loureiro da Silva de nomear uma nova direção para o núcleo petebista local, sem a ocorrência de eleição dos membros como determinava o estatuto do partido.⁶⁵² Também, existiram casos como o de Soledade, onde os trabalhistas do PTB “apoiariam a candidatura do Sr. Walter Jobim desde que fosse dado a este município a subvenção pedida para a construção do ginásio, velha aspiração popular”.⁶⁵³ Mas, a maior parte dos núcleos petebistas do Rio Grande do Sul se mostrou decidida a abandonar o PSD caso esse prestasse apoio a Walter Jobim.⁶⁵⁴

Em suas viagens pelo estado, Loureiro da Silva conseguiu o apoio de muitos diretórios municipais por serem getulistas e não dutristas. Mas, só o fato de serem dutristas não foi suficiente para que esses diretórios ingressassem no PTB porque, os getulistas dos núcleos locais, que permaneceram no PSD, o fizeram devido a intensa campanha pessedista em torno do apoio de Getúlio Vargas à candidatura do “trabalhista” Walter Jobim. Inclusive já no mês de junho, em visita ao estado, Getúlio Vargas afirmou que continuava “pensando que o Sr. Walter Jobim é um bom candidato” pois, desde que foi apresentando seu nome ao cargo de governador do estado o apoiou, mesmo sendo solidário ao PTB, como declarou em discurso aos trabalhadores em 01 de maio. Dessa forma, a

⁶⁵⁰ *Diário de Notícias*, 30 de abril de 1946, p. 14; *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1946, p. 02; *Diário de Notícias*, 12 de maio de 1946, p. 20; *Diário de Notícias*, 22 de maio de 1946, p. 02.

⁶⁵¹ *Diário de Notícias*, 03 de dezembro de 1946, p. 02; *Diário de Notícias*, 03 de dezembro de 1946, p. 12; *Diário de Notícias*, 28 de novembro de 1946, p. 16; *Diário de Notícias*, 29 de novembro de 1946, p. 10; *Diário de Notícias*, 23 de novembro de 1946, p. 02; *Diário de Notícias*, 29 de novembro de 1946, p. 10.

⁶⁵² *Diário de Notícias*, 13 de abril de 1946, p. 02; *Diário de Notícias*, 18 de abril de 1946, p. 02; *Diário de Notícias*, 08 de dezembro de 1946, p. 08.

⁶⁵³ *Diário de Notícias*, 08 de março de 1946, p.02.

⁶⁵⁴ Carta de Dinarte Dornelles a Manuel Antônio Vargas em 25 de fevereiro de 1946. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1946.02.25/1](#).

saída de Loureiro da Silva do PSD, com a respectiva estruturação do PTB pelo estado, não conseguiu absorver todo o quadro getulista do PSD gaúcho.⁶⁵⁵

Para atingir os seus objetivos de cindir os núcleos municipais pessedistas Loureiro da Silva, via imprensa, também atacou o partido de todas as formas, criticando as dissidências, as alas, e denunciou até mesmo o uso de recursos provenientes da receita “secreta do jogo, arrecadada pela polícia, de onde são custeadas as despesas com viagens, propaganda em jornais, estações de rádio, impressão daqueles, confecções de faixas e cartazes” para a campanha de Walter Jobim.⁶⁵⁶ Além disso, mesmo tendo iniciado oficialmente em meados de maio de 1946 as viagens da campanha eleitoral pelo estado, este candidato pessedista, havia investido numa propaganda de forma indireta, inclusive desde 1945.⁶⁵⁷

Enquanto secretário de Obras Públicas, Walter Jobim, no ano de 1945 e parte do ano de 1946, colocou em prática por todo o estado um plano de saneamento básico com melhorias na rede de água e esgoto e acompanhou o interventor por vários municípios, visitando escolas e obras. Ainda promoveu intensa campanha em prol do reajustamento do salário do funcionalismo estadual e da maior parte dos municípios. Desde 1945 foram previstas, e em alguns casos realizadas, muitas obras em nível municipal por todo o estado com o apoio financeiro do governo estadual. Em Porto Alegre, por exemplo, foi elaborado um “plano da prefeitura” em colaboração financeira com estado, para a construção de oito mil casas populares.⁶⁵⁸

Em contrapartida, o *Diário de Notícias*, através de seu editorial e dos comentários políticos, alertou, concomitantemente, a população gaúcha sobre as dificuldades enfrentadas nas finanças dos municípios e o pauperismo das populações tanto em nível regional, quanto nacional, sugerindo uma rigorosa economia nos gastos administrativos do governo do estado e dos municípios. Este jornal cedeu constantemente espaço para artigos que abordassem a crise financeira no estado e a necessidade de peritos do governo federal

⁶⁵⁵ *Diário de Notícias*, 01 de maio de 1946, p. 14; *Diário de Notícias*, 08 de junho de 1946, p. 02.

⁶⁵⁶ *Diário de Notícias*, 03 de maio de 1946, p. 10.

⁶⁵⁷ *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1946, p. 02.

⁶⁵⁸ *Diário de Notícias* de 1945; *Diário de Notícias*, 06 de abril de 1946, p. 10; *Diário de Notícias*, 28 de abril de 1946, p. 07; *Diário de Notícias*, 12 de abril de 1946, p. 10.

investigarem diversos departamentos da administração pública.⁶⁵⁹ Ainda assim, o candidato do PSD, Walter Jobim, continuou com a mesma estratégia, intensificando, a partir de novembro, seu roteiro de caravanas com comícios pelo interior de todo o estado e em alguns casos até inaugurando obras.⁶⁶⁰

Outra estratégia utilizada por Walter Jobim foi uma tentativa de coalizão partidária no Rio Grande do Sul que também veio como orientação do plano nacional pois, desde o início do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) formou-se o Acordo Interpartidário, que buscou, além de entendimentos políticos em nível parlamentar e eleitoral com outros partidos como PSD, UDN e PRP, e também a elaboração de um plano econômico e financeiro.⁶⁶¹

A tentativa frustrada do governo federal de uma coalizão para a administração refletiu-se também nas alianças do processo eleitoral, principalmente porque as negociações com o PTB perpassaram por um acordo primeiramente com Getúlio Vargas. Antes do PTB lançar candidato próprio ao cargo de governador do estado, houve tentativas, por parte de Getúlio Vargas, de uma aliança entre pessedistas e petebistas. No mês de setembro Oscar da Fontoura, inicialmente do grupo getulista, procurou Vecchio para tentar um acordo com o PTB. Após as negociações o *Diário de Notícias* publicou o fato como se o PTB houvesse procurado o PSD para negociar um acordo eleitoral. Assim, alguns líderes petebistas, como Loureiro da Silva, se manifestaram contrários a qualquer aproximação e por fim, o grupo dutrista do PSD se opôs também, inviabilizando a tentativa de coalizão.⁶⁶²

No mês de outubro Dinarte Dornelles e Vecchio persuadiram Loureiro da Silva a aceitar um possível acordo com o PSD. Neste mesmo mês Oscar da Fontoura e Protásio Vargas reiniciaram as negociações com o PTB, visto que, o diretório estadual pessedista

⁶⁵⁹ *Diário de Notícias*, 10 de abril de 1946, p. 04; *Diário de Notícias*, 11 de abril de 1946, p. 08; *Diário de Notícias*, 18 de abril de 1946, p. 12; *Diário de Notícias*, 21 de abril de 1946, p. 05.

⁶⁶⁰ *Diário de Notícias*, outubro a dezembro de 1946.

⁶⁶¹ No governo Dutra, seguiu-se uma orientação internacional, pois, os Estados Unidos procuraram levar o mundo capitalista a fechar suas relações com a Rússia, fazendo com que no Chile, Itália e França os deputados comunistas fossem cassados. No Brasil, no contexto da guerra fria, foram adotadas medidas de contenção social, onde se fechou o PCB e rompeu-se com a Rússia.

⁶⁶² Carta de Afonso de Assunção Viana em 28 de setembro de 1946. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1946.09.28](#).

havia decidido por 13 votos a 10 que se recebesse uma proposta do PTB a avaliaria.⁶⁶³ Por este mesmo tempo, Alberto Pasqualini, em nome do PTB encaminhou uma proposta ao PSD onde esses dois partidos

estabelecem um sistema de cooperação eleitoral e administrativa nas bases seguintes:

- a) chapa comum para as eleições à Assembléia, com a inclusão de 15 nomes do PTB;
- b) atribuição ao PTB de duas secretarias de Estado: secretaria de educação e assistência social (a ser criada);
- c) candidato a terceira senatoria do PTB. Na hipótese de haver pleito a senatoria, o número de candidatos a serem incluídos na chapa a deputação estadual será de 20;
- d) atribuição do PTB da terça parte das prefeituras onde os prefeitos forem de nomeação, devendo o PTB escolher uma e o PSD duas, sucessivamente.⁶⁶⁴

No entanto, o PSD concluiu serem essas “condições por demais onerosas” para o partido e assim, propôs novas possibilidades para o partido tais como:

- a) entrega de uma secretaria de estado ou a entrega de duas secretarias de estado, caso o contingente eleitoral do PTB alcance a proporção de votos necessária;
- b) dois lugares na mesa da Assembléia, inclusive uma vice-presidência;
- c) nomeação imediata de prefeitos trabalhistas nos municípios onde sua legenda for vitoriosa nas próximas eleições;
- d) nomeação de autoridades policiais de acordo com o PTB nesses mesmos municípios;
- e) Exame pelo PSD e seu candidato das sugestões programáticas do PTB para o plano de administração do novo governo;
- f) apoio do PTB a candidatura de Walter Jobim a presidência do estado.⁶⁶⁵

Como o PTB recusou a proposta, no mês de novembro, Gaston Englert, Ernesto Dorneles, Marcial Terra e Luiz Pacheco Prates, representando o PSD gaúcho, foram a fazenda Santo Reis, apresentar uma contra-proposta a Getúlio Vargas que consistia em “uma secretaria do estado após o pleito, outra secretaria caso o PTB obtenha mais de 200 mil votos, as prefeituras onde o PTB vença, uma chapa única para deputados estaduais,

⁶⁶³ Carta de Dinarte Dornelles a Manoel Antônio Sarmanho Vargas em 27 de outubro de 1946. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1946.10.27/1](#).

⁶⁶⁴ Carta de Oscar Carneiro da Fontoura a Getúlio Vargas em 28 de outubro de 1946. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1946.10.28/4](#).

⁶⁶⁵ Carta de Oscar Carneiro da Fontoura a Getúlio Vargas em 28 de outubro de 1946. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1946.10.28/4](#).

com quinze indicações do PTB” mas, sem compromisso “formal com a preferência do eleitorado” e ainda, vinte delegacias de polícia para o PTB”. Contudo, novamente o PTB recusou a oferta, entretanto, neste mesmo mês Getúlio Vargas seguiu a Porto Alegre para a convenção estadual do PTB e deu prosseguimento aos debates em torno de uma acordo entre o PTB e o PSD.⁶⁶⁶

Após ter negociado várias vezes com os dois partidos, em momentos distintos, Vargas não firmou uma aliança tácita entre esses. Por isso, na convenção estadual do PTB em dezembro de 1946 foi lançado oficialmente Pasqualini como candidato ao governo do estado. Como a candidatura de Pasqualini surgiu à revelia de Vargas não restou outra possibilidade ao PSD gaúcho a não ser a de tentar novas alianças. No entanto, a UDN gaúcha, adepta da linha “histórica” do partido, ou seja, contrária ao acordo com o governo Dutra agiu com cautela frente à proposta pessedista. O seu presidente, Flores da Cunha, afirmou: “se não tenho, na tribuna parlamentar, criticado mais dura e assiduamente esse estado de coisas, é porque não desejo aumentar as dificuldades atuais, nem dificultar o clima de cooperação e confiança no atual governo”.⁶⁶⁷

Logo, a UDN gaúcha optou por uma coligação com o PL, que se mantinha anti-getulista. A intenção tanto da UDN, quanto do PL, era a de aproveitar a divisão das forças majoritárias, e para tanto, o candidato escolhido foi o libertador Décio Martins Costas. Restou ao PSD gaúcho buscar o apoio do PRP e do PCB. O apoio desses dois partidos foi definido segundo seus próprios interesses, visto que o PRP queria impedir a penetração pasqualinista sobre as camadas médias e baixas das zonas de colonização alemã e italiana, e o PCB evitar a consolidação do trabalhismo no movimento sindical e operário gaúcho.

Com o lançamento formal, no mês de dezembro, da candidatura de Pasqualini a governador do estado aumentaram os embates entre PSD e Vargas. Desde o mês de outubro o PSD passara a demonstrar publicamente suas desavenças com Getúlio pois, cobrou uma adesão ao partido e não somente a candidatura Walter Jobim. Somente em fins

⁶⁶⁶ *Diário de Notícias*, 01 de novembro de 1946, p. 10; *Diário de Notícias*, 03 de novembro de 1946, p. 20; *Diário de Notícias*, 05 de novembro de 1946, p. 02; *Diário de Notícias*, 08 de novembro de 1946, p. 10; *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1946, p. 14.

⁶⁶⁷ Ata da Sessão Extraordinária do Diretório Estadual da UDN, seção gaúcha, 21.4.47, p. 49-50, arquivo Flores Soares, NUPERGS; OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. “**O preço da liberdade é a eterna vigilância**”: a UDN no Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PUC/RS (Dissertação de Mestrado), 2001.

de novembro, num comício com Pasqualini, é que Vargas declarou seu apoio formal ao PTB.

Segundo Celito de Grandi “Serenio Chaise, então estudante, membro da Ala Moça” do PTB

foi testemunha ocular do episódio. Ele havia se colocado logo atrás de Getúlio e acompanhava por cima do ombro do senador a leitura do texto. A certa altura, Getúlio leu um parágrafo: ‘Alberto Pasqualini apresentou seu programa de candidato à altura das necessidades do Rio Grande’. Fez uma pausa, vieram os aplausos, Getúlio lançou um olhar para a multidão e, antes de ler o próximo trecho do discurso, fez a frase: ‘É o candidato que eu indico’. Terminado o comício, os líderes do PTB resolveram que o texto, acrescido da frase, seria levado aos jornais. Um grupo liderado por Dinarte Dornelles foi ao *Correio do Povo* e outro com o Dr. Loureiro à frente foi ao *Diário de Notícias*. Breno Caldas, bem ao seu feitio, foi enfático: ‘não está escrito não se publica’. Já o *Diário de Notícias* fez da frase manchete: ‘É o candidato que eu indico’, o que acabou provocando enorme debate, já que os dirigentes do PSD, tendo nas mãos o discurso previamente distribuído, não aceitavam a versão.⁶⁶⁸

Por fim, o apoio ao PTB, causou um grande descontentamento no grupo de pessedistas dutrista que passou a exigir que Getúlio abandonasse a sua cadeira no senado. Em campanha anti-varguista o *Diário de Notícias* cedeu espaço às discussões, afirmando que “com o apoio do presidente Dutra e da bancada gaúcha, o PSD se prepara para expulsar o Sr. Getúlio Vargas de suas fileiras”.⁶⁶⁹ Frente às declarações de Vargas a ala dutrista do PSD reuniu-se no início do mês de dezembro, sob a liderança de Osvaldo Vergara, e publicou no *Correio do Povo* um comunicado de que

a palavra do Sr. Getúlio Vargas, definindo-se finalmente, a favor do Partido Trabalhista Brasileiro, o afastou livre e espontaneamente, por ato exclusivo seu, do nosso convívio. Não mais, portanto, pertence ele ao Partido Social Democrático.⁶⁷⁰

A partir deste momento, o PSD quase que diariamente pagou anúncios de páginas inteiras no *Diário de Notícias*, que explicaram, além das suas atividades de campanha e as propostas de administração, que o pronunciamento de Getúlio Vargas, definindo-se, pelo PTB o afastava, inevitavelmente do PSD. No entanto, esclareceram que não haviam abandonado os “princípios” do programa partidário formulados sob a orientação de Vargas. A decisão de rompimento com Vargas desse grupo foi respaldada por quase toda a

⁶⁶⁸ DE GRANDI, Celito. **Loureiro da Silva**: o charrua. Porto Alegre: Literalis, 2004. p. 146.

⁶⁶⁹ *Diário de Notícias*, 04 de dezembro de 1946, p. 14.

⁶⁷⁰ *Correio do Povo*, 06 de dezembro de 1946, p. 12.

comissão executiva do PSD. No entanto, alguns getulistas, entre eles, José Diogo Brochado da Rocha, que desde o mês de novembro estava em campanha pelo interior e nos maiores centros ferroviários em prol de Pasqualini, desligaram-se oficialmente do PSD.⁶⁷¹

3.3. A máquina pública em ação na Campanha Walter Jobim: o *Diário de Notícias* denuncia

No mês de janeiro de 1947 a campanha eleitoral para governador do estado intensificou-se no Rio Grande do Sul. O pessedista Walter Jobim, contou com uma grande estrutura organizacional do PSD, já que, desde o mês de outubro contava com 84 diretórios municipais funcionando no estado.⁶⁷² A comissão de propaganda do diretório municipal do PSD de Porto Alegre foi a responsável por criar um “plano de propaganda que servisse para os diferentes municípios do Rio Grande do Sul, respeitando as peculiaridades de cada zona e a situação política de cada município”.⁶⁷³ Desde o mês de dezembro de 1946 o PSD realizava grandes “convenções regionais”, que eram encerradas com um comício de Walter Jobim. Em Ijuí, por exemplo, foi a sede do encontro das regiões da Encosta da Serra, da Serra do Sudeste, do Planalto Médio e das Missões.⁶⁷⁴

Contudo, o elemento decisivo na campanha eleitoral de Walter Jobim foi o uso da máquina pública municipal. Até mesmo porque, assim que tomou posse como interventor do Rio Grande do Sul, em início do ano de 1946, Cylon Rosa iniciou a substituição dos prefeitos que foi finalizada apenas no mês de abril.⁶⁷⁵ Durante todo ano a imprensa discutiu as medidas legais a serem tomadas frente aos prefeitos que seriam candidatos mas, apenas em fins de novembro alguns prefeitos candidatos foram afastados de seus cargos e em muitos casos foram substituídos por pessedistas.⁶⁷⁶

⁶⁷¹ *Correio do Povo*, 06 de dezembro de 1946, p. 12; *Diário de Notícias*, 04 de dezembro de 1946, p. 14; *Diário de Notícias*, 06 de dezembro de 1946, p. 08 e 12.

⁶⁷² O pároco de Montenegro era presidente de honra do diretório municipal pessedista e o pároco de Tapes era membro do conselho consultivo do núcleo local do PSD. *Diário de Notícias*, 05 de dezembro de 1946, p. 12.

⁶⁷³ *Diário de Notícias*, 23 de outubro de 1946, p. 02; *Diário de Notícias*, 24 de outubro de 1946, p. 10.

⁶⁷⁴ *Diário de Notícias*, 01 de dezembro de 1946, p. 22; *Diário de Notícias*, 03 de dezembro de 1946, p. 12.

⁶⁷⁵ *Diário de Notícias*, 05 de fevereiro de 1946, p. 12; *Diário de Notícias*, 07 de fevereiro de 1946, p. 10.

⁶⁷⁶ *Diário de Notícias*, setembro, outubro e novembro de 1946; *Diário de Notícias*, 24 de novembro de 1946, p. 24; *Diário de Notícias*, 13 de dezembro de 1946, p. 02.

Até a realização das eleições, em 19 de janeiro de 1947, o *Diário de Notícias* publicou constantemente, através de seus correspondentes pelo interior, na seção de política, denúncias do uso de recursos públicos de alguns municípios, por parte do PSD, em prol de Walter Jobim. Em Lagoa Vermelha, por exemplo, o jornal noticiou que o prefeito municipal, “acompanhado do presidente do PSD, anda a fazer desenfreada propaganda política no automóvel da prefeitura” e ainda, “Roque Aita Junior, que há pouco exerceu as funções de chefe de polícia, anda em excursão política num automóvel de chapa oficial, guiado por um guarda civil”.⁶⁷⁷

O *Diário de notícias* denunciou também o caso de São José do Norte, aonde no mês de janeiro chegou uma circular do ministro da justiça autorizando a solicitação do prefeito pessedista Otto Brodt Filho de ceder o mobiliário da prefeitura para a sede do PSD. O prefeito ainda liberou o funcionamento da usina durante o dia “para que os autofalantes possam amplificar um comício do referido partido, quando a usina local só costuma funcionar à noite”.⁶⁷⁸ Outra acusação foi em relação ao prefeito de Quaraí, Bento Lima Junior, que continuou “militando ativamente na política partidária aliciando eleitores e discursando em praça pública nos comícios que se realizam pelo interior do município e na cidade”.⁶⁷⁹

Ainda nessa seção de política, o jornal acusou o pessedista Francisco Brochado da Rocha de colocar um funcionário da secretaria de educação à disposição do PSD para realizar uma viagem de três dias à fronteira do estado, em carro especial, tendo um alto custo para os cofres públicos.⁶⁸⁰ Cobrindo os debates na Assembléia Legislativa, o *Diário de Notícias* também noticiou as declarações de Raul Pilla, acusando Cilon Rosa de abrir “o comício do prefeito de Osório” e encerrar “o do prefeito de Santo Antonio” da Patrulha. Salientando que o caminhão da prefeitura de Osório realizou o transporte de pessoas para o comício ocorrido do mês de dezembro de 1946.⁶⁸¹

O líder do PL ainda trouxe a público, via imprensa, que no orçamento de 1946 havia uma verba de valor altíssima intitulada “contribuições, subvenções e auxílios” que foi várias vezes suplementada, dobrando de valor, sendo gasta principalmente nos dois meses que antecederam as eleições. Da mesma forma, alega que o caminho deste dinheiro

⁶⁷⁷ *Diário de Notícias*, 12 de dezembro de 1946, p. 02; *Diário de Notícias*, 27 de dezembro de 1946, p. 08.

⁶⁷⁸ *Diário de Notícias*, 03 de janeiro de 1947, p. 09.

⁶⁷⁹ *Diário de Notícias*, 04 de janeiro de 1947, p. 02.

⁶⁸⁰ *Diário de Notícias*, 19 de janeiro de 1947, p. 06.

⁶⁸¹ *Diário de Notícias*, 26 de março de 1947, p. 02.

foi velado, sendo possível identificar apenas, através das listas de subvenções, “generosos” repasses para alguns lugares, entre eles os círculos operários e a paróquia de Frederico Westphalem. Afirmou ainda:

a contra-partida desta subvenção, encontrei-a em um boletim do Vigário Padre Batistela, datada de 15 de janeiro e no qual se diz simplesmente isto: o caminho está traçado. Quem votar nos candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro e da União Democrática Nacional ou Partido Libertador, votará contra a Santa Igreja Católica Apostólica Romana. Católicos! Unidos todos por um nome e um por todos, com Walter Jobim, com o Partido Social Democrático para a felicidade do Rio Grande do Sul, contra o comunismo sanguinário e perverso.⁶⁸²

Raul Pilla ainda acusou o PSD de imprimir o jornal oficial do seu partido na gráfica do estado.⁶⁸³ Por sua vez, o diretório libertador de São Leopoldo também denunciou uma reunião ocorrida no dia 13 de janeiro,

realizada no salão nobre da prefeitura, presidida pelo prefeito Dr. Moraes, o Dr. Oscar da Fontoura com a palavra apelou para o prefeito no sentido do mesmo trabalhar com mais eficiência pela vitória do PSD local. O prefeito declarou que não podia imiscuir-se em política devido á circular do ministro da Justiça, declarando então o Dr. Oscar da Fontoura que a referida circular proibia apenas que agissem os prefeitos como se fazia antigamente, isto é, levar o eleitor a uma urna à ponta de faca ou a cabresto. Diante dessa explicação e da *sui generis* interpretação dada aquela circular o prefeito resolveu empregar-se a fundo na campanha pela vitória do partido chamado majoritário. Neste momento, os alto-falantes da cidade convidam o povo para um grande comício que vai se realizar hoje à noite no salão nobre da prefeitura.⁶⁸⁴

Poucos dias antes das eleições, devido às denúncias publicadas no *Diário de Notícias*, o secretário do Interior Octacílio Moraes enviou um “telegrama circular aos prefeitos”, informando que

de ordem do senhor interventor e reiterando as instruções transmitidas a respeito da absoluta imparcialidade durante a propaganda política e o pleito de 19 do corrente, renovo essas recomendações por este telegrama circular, no sentido de observar-se rigorosamente as referidas instruções, insistindo na necessidade de que as autoridades municipais mantenham-se na atitude recomendada pelo senhor ministro da justiça. O senhor interventor está empenhado em presidir as próximas eleições dentro de um ambiente de correção e imparcialidade que até agora não foi perturbado, solicita a vossa prestimosa colaboração nesse sentido.⁶⁸⁵

⁶⁸² *Diário de Notícias*, 26 de janeiro de 1947, p. 02.

⁶⁸³ *Diário de Notícias*, 26 de janeiro de 1947, p. 02.

⁶⁸⁴ *Diário de Notícias*, 15 de janeiro de 1947, p. 02.

⁶⁸⁵ *Diário de Notícias*, 12 de janeiro de 1947, p. 11.

Em 1947, após a abertura de uma sindicância o secretário do Interior Octacílio Morais apresentou um relatório a Cylon Rosa ressaltando alguns “esclarecimentos”:

é verdade que, em comício realizado por populares em Tramandaí, o Sr. prefeito municipal de Santo Antonio usou da palavra. Fê-lo, porém, acidentalmente, a convite de pessoas que promoveram o referido comício, visto como se achava de passagem naquela localidade, a fim de entrevistar-se com Vossa Excelência que por ali transitaria, com destino as praias, e tão somente para tratar com Vossa Excelência de assuntos da administração municipal.⁶⁸⁶

O secretário do Interior prestou outras informações em relação ao fato do prefeito de Osório ter

permitido a utilização de um caminhão de propriedade da prefeitura para transportar pessoas para comícios políticos, tenho a informar a Vossa Excelência que, realmente, a pedido da direção do PSD, foi o referido veículo cedido, correndo, todavia, as despesas de gasolina por conta daquela agremiação partidária. Motivou o empréstimo a falta de transporte naquele município e a qualquer outro partido político teria sido cedido o veículo, nas mesmas condições em que o foi para o PSD.⁶⁸⁷

Nos debates ocorridos na Assembléia, no ano de 1947, as denúncias continuaram, principalmente, a de que

automóveis oficiais, em propaganda política, singravam o solo gaúcho, o solo riograndense, em todas as direções. Passagens e diárias eram fornecidas a pessoas interessadas na propaganda partidária. O próprio chefe de polícia fez a campanha eleitoral recebendo diária da polícia. [...] Em dois núcleos do PSD de municípios da fronteira, as respectivas delegacias de polícia fizeram entrega de grandes quantias de dinheiro.⁶⁸⁸

Algumas prefeituras foram utilizadas como moeda de troca em favor de apoio a candidatura Walter Jobim, e entre elas estava a prefeitura de Carazinho, que foi oferecida ao PTB numa tentativa de apoio partidário ainda no mês de julho de 1946. No entanto, devido a grande mobilização do PSD local o acordo não pode ser realizado.⁶⁸⁹ Durante toda a campanha eleitoral o PTB, em suas propagandas pagas na imprensa, afirmou constantemente desconhecer de onde saía o dinheiro com que o PSD sustentava a sua campanha eleitoral, afirmando estar certo de que não era do bolso dos pessedistas.⁶⁹⁰

⁶⁸⁶ *Diário de Notícias*, 26 de março de 1947, p. 02.

⁶⁸⁷ *Diário de Notícias*, 26 de março de 1947, p. 02.

⁶⁸⁸ *Diário de Notícias*, 15 de outubro de 1947, p. 08.

⁶⁸⁹ *Diário de Notícias* de julho de 1946; *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1946, p. 12.

⁶⁹⁰ *Diário de Notícias* de janeiro a dezembro de 1946.

Quando o Partido Comunista sinalizou apoio a Walter Jobim, em início de janeiro de 1947, o PTB, via imprensa, passou a denunciar uma “tenebrosa e sinistra aliança”.⁶⁹¹ O *Diário de Notícias*, por sua vez, deu grande publicidade à visita de Luis Carlos Prestes a Porto Alegre em início do mês de janeiro por ele ter declarado apoio oficial do Partido Comunista a candidatura Walter Jobim. O Jornal ainda salientou com grande ênfase que desde o mês de outubro Walter Jobim havia aceitado tal apoio.⁶⁹²

Com as declarações públicas de Luis Carlos Prestes de apoio ao candidato pessedista, a comissão executiva estadual do PSD e seu candidato, Walter Jobim, esclareceram a opinião pública “que não fizeram, nem farão, acordo de qualquer espécie com a corrente comunista”. Muito embora “não possam impedir o voto de qualquer eleitor a um candidato, o apoio, ora oferecido, pelo PCB, não foi de nenhuma forma solicitado” e “expressamente o recusam em face dos princípios doutrinários que formam o programa” do partido. “Se por ventura se tornasse necessária a colaboração do Partido Comunista do Brasil, prefeririam a derrota a ver o governo do Rio Grande do Sul sob a influência da orientação comunista”.⁶⁹³

Em propaganda paga no *Diário de Notícias*, o PSD afirmou seguidamente que não aceitava “os votos e o apoio dos comunistas contrários à sua índole democrata e cristã”, ressaltando que o partido possuía um compromisso com o anticomunismo e se mantinha em “alerta pela democracia e pelo cristianismo”. Nessas matérias pagas a LEC também reafirmava constantemente o seu apoio a Walter Jobim como a todos os outros candidatos, deixando livre o seu eleitorado. As vésperas da eleição Walter Jobim, em matéria no jornal, manifestou, “mais uma vez, minha repulsa aos princípios e processos comunistas geradores da anarquia social. Ainda agora, em manobra condenável, o Partido Comunista declara e insiste num apoio á minha candidatura, que recusei, de logo, com meu partido”.⁶⁹⁴

No cômputo final da eleição a coligação Walter Jobim (PSD-PRP-PCB) atingiu 41% dos votos, enquanto que a união PL-UDN, que não foi tão frutífera quanto se esperava, atingiu apenas 19% dos votos para governador do estado, e Aberto Pasqualini do PTB, fez 38%. Na Assembléia Legislativa o PSD obteve 16 cadeiras, o PTB conseguiu 23,

⁶⁹¹ *Diário de Notícias*, 05 de janeiro de 1947, p. 20; *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1947, p. 13; *Diário de Notícias*, 15 de janeiro de 1947, p. 05.

⁶⁹² *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1947, p. 06.

⁶⁹³ *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1947, p. 16.

⁶⁹⁴ *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1947, p. 08; *Diário de Notícias*, 18 de janeiro de 1947, p. 01.

a UDN 4, o PL 5, o PRP 4, e o PCB 3. A vitória do candidato pessedista a governador do estado demonstrou a força eleitoral que o uso da máquina pública pôde representar, aliada a pouca estruturação eficiente do PTB pelo interior do estado, ao apoio do clero em muitos municípios, e a aliança com PRP.

Encerradas as eleições o *Diário de Notícias* não cessou as denúncias, pois deu publicidade através de seus correspondentes do interior, às várias acusações de fraudes no resultado eleitoral. Raul Pilla, nas páginas do jornal, comprovou que várias autoridades locais e filiadas ao PSD abandonaram os seus cargos no dia da eleição para atuarem como fiscais do pleito.⁶⁹⁵ O PTB ainda solicitou a impugnação da eleição em Santa Cruz porque segundo o advogado Rony Lopes de Almeida, incumbido de interpor o recurso legal,

84 urnas foram eletricamente apuradas com um tempo médio de 14 minutos, coisa que causa espanto a todo o Rio Grande do Sul, porque em nenhum outro município, nem no próprio Tribunal do estado, até hoje, foi possível realizar isso.⁶⁹⁶

Com a eleição do governador pessedista para o Rio Grande do Sul foi assegurada, mais uma vez, a máquina pública para o pleito eleitoral que ocorreria no mesmo ano, no mês de novembro de 1947 para a escolha dos prefeitos gaúchos. No entanto, algumas disputas internas no PSD e competições por cargos no governo dificultaram a sua organização de forma mais eficaz.⁶⁹⁷ Em início de fevereiro de 1947, Oscar da Fontoura, general Firmino Paim Filho e Protásio Vargas formaram uma comissão para organizar a convenção estadual do PSD que se realizaria no mês de março para então eleger uma nova direção da comissão executiva do PSD estadual.⁶⁹⁸

No mês de abril de 1947 dois grupos lançaram candidatos para a disputa da presidência do partido, estando de um lado, o getulista Protásio Vargas e do outro, o dutrista Firmino Paim Filho. Na convenção estadual do partido, no mês de maio, Protásio foi eleito presidente e Firmino Paim Filho vice-presidente.⁶⁹⁹ Essa disputa interna entre dutristas e getulistas refletiu nos diretórios municipais por todo do estado, dado que, durante os meses iniciais do ano esses núcleos locais estavam se organizando para

⁶⁹⁵ *Diário de Notícias*, janeiro de 1947. *Diário de Notícias*, 26 de janeiro de 1947, p. 18.

⁶⁹⁶ *Diário de Notícias*, 25 de janeiro de 1947, p. 02.

⁶⁹⁷ No mês de fevereiro e março houve uma intensa disputa pela presidência da mesa diretora da Assembléia Legislativa. Aliaram-se PSD, PL, UDN, PRP e PCB contra o PTB, resultando em 32 parlamentares contra 23. *Diário de Notícias*, 11 de março de 1947, p. 12.

⁶⁹⁸ *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1947, p. 10; *Diário de Notícias*, 05 de março de 1947, p. 03.

⁶⁹⁹ *Diário de Notícias*, abril de 1947; *Diário de Notícias*, 06 de maio de 1947, p. 12

lançarem os seus candidatos a prefeito para a eleição no dia 19 de novembro como será apresentado a seguir.

3.4. Eleição para prefeito em 1947

O responsável por reestruturar os diretórios pessedistas do interior do estado para atuarem no processo eleitoral foi o pessedista Cândido Machado Carrion.⁷⁰⁰ No entanto, por todas as regiões do estado, desde início do mês de abril de 1947, vários prefeitos solicitaram demissão para concorrerem a eleição no mês de novembro pois, o Tribunal Superior Eleitoral previu que “para eleições ao cargo de prefeito não poderão candidatar-se aqueles que desempenharam essa função nos últimos seis meses anteriores ao pleito”.⁷⁰¹ A exoneração dos prefeitos ocorreu sob o comando de Otacílio Moraes, secretário do Interior do governo gaúcho, todavia, alguns prefeitos foram impedidos de concorrer ao pleito eleitoral em seus diretórios locais justamente pelas divergências entre dutristas e getulistas ou então pelos acordos com outros partidos, visto que, o PSD e a UDN tentaram a formação de uma “frente comum” para as eleições.⁷⁰²

No fim do mês de julho de 1947, devido a essas disputas entre dutristas e getulistas, muitos diretórios não haviam indicado um candidato a prefeito. Assim, o presidente estadual do partido Protásio Vargas, e o vice-presidente Paim Filho, conjuntamente com outros líderes pessedistas, estabeleceram atividades para resolver esses “casos municipais”. Como as eleições municipais ainda continuaram durante todo esse ano eleitoral, bem como, as divergências na direção do partido no Rio Grande do Sul, o dutrista Paim Filho, em carta a um desses diretórios municipais, que se tornou pública via imprensa, demonstrou a “posição do partido”, ou seja, da maioria que ocupava a direção do PSD gaúcho neste momento. Nesta carta, depois de descrever a função do partido político e de seus participantes, indagou:

O que se dizer de proselitor de um partido, quando, ao aproximar-se o deflagrar da luta eleitoral, componente ou componentes seus, sob a égide de pretextos sibilinos, acobertados sob a expressão ‘dissidência’ abandonam suas fileiras para engrossar a daqueles que se encontram em campo oposto ao do seu partido. A resposta é fácil e simples: nada mais é

⁷⁰⁰ *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1947, p. 02; *Diário de Notícias*, 31 de julho de 1947, p. 14.

⁷⁰¹ *Diário de Notícias*, 10 de outubro de 1947, p. 02.

⁷⁰² *Diário de Notícias*, 26 de julho de 1947, p. 12.

do que caracterização de negra traição, qual é praticada pelo soldado que, em pleno fragor da batalha se passa com armas e bagagens para as tropas inimigas. [...] Ante as ponderadas razões ora invocadas esperamos que os dignos companheiros, melhor reexaminando essa delicada matéria retornarão a sua verdadeira posição partidária. Senão obstante, permanecerem no ponto de vista adotado, a direção do Partido Social Democrático, seção do Rio Grande do Sul, desautoriza e condena a atitude assim assumida, que reputada rebeldia, considerando-os, bem como aos que vos acompanharem, desligados do partido.⁷⁰³

Em meio a divergências entre dutristas e getulistas, muitos prefeitos conseguiram se manter nos seus cargos, sendo sufragados nas eleições em 1947. Em Itaqui, por exemplo, na Região das Missões (1º Zona), o prefeito eleito em novembro de 1947, Togo Lima Barbosa, já administrava o município desde 1945, sendo um dos fundadores do núcleo pessedista local. Assim como no município de Palmeira das Missões, onde o prefeito pessedista Pompílio Gomes Sobrinho se exonerou do seu cargo no mês de abril de 1947 para concorrer ao pleito eleitoral no mês de novembro desse mesmo ano e foi eleito prefeito, voltando, portanto, ao seu antigo cargo.⁷⁰⁴ Com o uso das forças políticas garantidas desde o encerramento do Estado Novo em 1945 o PSD na Região das Missões elegeu oito prefeitos e nove vice-prefeitos do total de onze municípios, como se pode visualizar na tabela a baixo.⁷⁰⁵

⁷⁰³ Carta aos dissidentes de Taquara. *Diário de Notícias*, 23 de outubro de 1947, p. 14.

⁷⁰⁴ *Diário de Notícias*, 03 de abril de 1947, p. 12; *Diário de Notícias*, 03 de abril de 1947, p. 12.

⁷⁰⁵ *Correio do Povo*, novembro de 1947; *Diário de Notícias*, novembro de 1947.

Tabela 9:
Candidatos a prefeito e vice-prefeito do PSD em 1947:
Região das Missões (1º Zona)

Municípios	Candidatos	Partidos/ coligações	Votos	Resultados
	prefeitos e vice-prefeitos			
Palmeira das Missões	Pompílio Gomes Sobrinho	PSD	5553	eleito
	Darci Kurtz	PSD	5751	eleito
Iraí	Israel Farrapo Machado	PSD	1456	eleito
	Antonio Luciano Martins	PSD	1404	eleito
Três Passos	José Pazzini	PSD	3467	eleito
	Alfredo Kither	PSD	3241	eleito
Santa Rosa	José Oliveira	PSD	-	não foi eleito
	João Rigon	PSD	-	não foi eleito
Santo Ângelo	Pio Fontana	PSD	4478	eleito
	José Carlos Kitz	PSD	4236	eleito
São Luiz Gonzaga	Justino Marques de Oliveira	PSD	5396	eleito
	Eugenio Franz	PSD	5164	eleito
São Borja	Valério Lacerda	coligação	-	eleito
	-	coligação	-	eleito
Santiago	Otaviano Pereira	PSD	-	não foi eleito
	-	PSD	-	não foi eleito
Itaqui	Togo Lima Barbosa	PSD	1281	eleito
	Dinarte Moreno Pinto	PSD	1306	eleito
São Francisco de Assis	José Dutra	PSD/UDN	876	não foi eleito
	Clotário Fouchard	PSD/UDN	908	eleito
Jaguari	Guilherme João Goelzer	PSD	1212	eleito
	Vergilio Maria Calegaro	PSD	1191	eleito

Na Região do Planalto Médio (2º Zona) no município de Carazinho o candidato a prefeito pelo PSD nas eleições de 1947 foi Romeu Scheibe que já administrava o município desde 1945. No entanto, o prefeito eleito foi Albino Hillebrand (PTB), que também havia sido um prefeito pessedista mas, devido a disputas com Romeu Scheibe desligou-se do PSD e ingressou no PTB. Há registro de fraudes nas atas eleitorais para dar vitória ao PSD. Depois de uma longa investigação confirmou-se a vitória do candidato

petebista.⁷⁰⁶ No município de Sarandi o prefeito eleito pelo PSD em novembro de 1947 foi Mario Azambuja, que já administrava o município desde 1945 e havia pedido demissão em abril de 1947 para concorrer ao pleito eleitoral no mês de novembro.⁷⁰⁷

Em outro município desta região, Passo Fundo, no início do mês de abril de 1947 organizou-se uma dissidência do PSD que se coligou com o PRP e com o PL para indicar Carlos Galvez como candidato a prefeito, levando o PL a desfazer a tradicional coligação com a UDN sendo que essa por sua vez, coligou-se com o PTB. A ala dissidente do PSD foi estruturada e coordenada pelo deputado Bitencourt Azambuja e contou com o apoio do clero local. Em contrapartida, o deputado Nicolau Vergueiro reestruturou o diretório oficial do PSD que numa convenção em fins do mês de abril indicou Dionísio Langaro como candidato a prefeito.

No mês de abril o PSD de Passo Fundo ainda encontrava-se cindido e buscou uma declaração oficial do governador Walter Jobim. Publicamente o governador declarou não fazer “nenhuma distinção política entre os candidatos Carlos Galvez e Dionísio Langaro, acolhendo com igual satisfação cívica a vitória eleitoral de qualquer um deles”.⁷⁰⁸ Mesmo assim, o dutrista Paim filho continuou a declarar na imprensa que havia apenas um candidato pelo PSD em Passo Fundo, ou seja, Dionísio Langaro e não o candidato da dissidência Carlos Galvez.⁷⁰⁹ Em fins de maio o diretório pessedista local cogitou um plebiscito para escolha do candidato a prefeito. Mas, com a política de ataques à dissidência partidária, encampada por Paim Filho, o candidato escolhido pelo PSD foi Dionísio Langaro, que também ocupava o cargo de vice-presidente do diretório local.⁷¹⁰

Nesta Região o PSD conquistou o cargo de prefeito em 8 municípios de um total de 11, tendo cedido espaço para outros partidos nos cargos de vice-prefeito em apenas dois municípios, sendo um deles, Cruz Alta, onde se coligou com a dissidência do PTB. Em Julio de Castilhos apoiou o candidato a prefeito da coligação UDN/PL como se percebe na tabela a baixo.

⁷⁰⁶ *Diário de Notícias*, 06 de dezembro de 1947, p. 12.

⁷⁰⁷ *Diário de Notícias*, 26 de abril de 1947, p. 12; *Diário de Notícias*, 16 de outubro de 1947, p. 02.

⁷⁰⁸ *Diário de Notícias*, 06 de novembro de 1947, p. 03.

⁷⁰⁹ *Diário de Notícias*, 06 de novembro de 1947, p. 12.

⁷¹⁰ *Diário de Notícias*, 24 de maio de 1947, p. 06; *Diário de Notícias*, 22 de junho de 1947, p. 24.

Tabela 10:
Candidatos a prefeito e a vice-prefeito do PSD em 1947:
Região do Planalto Médio (2º Zona)

Municípios	Candidatos	Partidos/ coligação	Votos	Resultados
	prefeitos e vice-prefeitos			
Marcelino Ramos	Modesto De Grandi	PSD	2002	eleito
	Anselmo O. Lermem	PSD	2246	eleito
Erechim	Angelo Emilio Grande	PSD/UDN	7621	eleito
	Aldo Arioli	PSD/UDN	7934	eleito
Sarandi	Mario Azambuja	PSD	2561	eleito
	Etelvino Prestes	PSD	2509	eleito
Getúlio Vargas	Manoel Lacerda	PSD	2311	eleito
	-	-	-	-
Passo Fundo	Dionisio Langaro	PSD	5393	não foi eleito
	Ivo Pio Brum	PSD	5309	não foi eleito
Carazinho	Romeu Scheibe	PSD	3973	não foi eleito
	Artur Graeff	PSD	3828	eleito
Cruz Alta	Aristides Morais Gomes	PSD/PTBi	-	eleito
	Aristides B. Campos	PSD/ PTBi	-	eleito
Ijuí	Solon Gonçalves da Silva	PSD	1995	não foi eleito
	Edwino Schoer	PSD	2011	não foi eleito
Soledade	Olmiro P. Porto	PSD	4631	eleito
	-	-	-	-
Tupanciretã	Protásio Lima Morais	PSD	1721	eleito
	Estácio N. da Silva	PSD	518	não foi eleito
Julio de Castilhos	Jorge S. Mascarenhas	UDN/PL/PSD	-	eleito
	-	-	-	-

Nos municípios da Região do Planalto do Nordeste (3º Zona) o PSD elegeu 3 candidatos a prefeito nos 4 municípios existentes. Em Lagoa Vermelha o prefeito eleito Abelardo M. Nacul exonerou-se em maio de 1947 e no mês de setembro foi lançado pelo PSD como candidato a prefeito no pleito eleitoral deste mesmo ano.⁷¹¹ Na tabela que

⁷¹¹ *Diário de Notícias*, 09 de maio de 1947, p. 10; *Diário de Notícias*, 24 de setembro de 1947, p. 05.

segue, percebe-se que apenas em Bom Jesus o PSD não concorreu com candidato próprio para vice-prefeito, realizando um acordo com a UDN.

Tabela 11:
Candidatos a prefeito e a vice-prefeito do PSD em 1947:
Região Planalto do Nordeste (3º Zona)

Municípios	Candidatos	Partidos/ coligação	Votos	Resultados
	prefeitos e vice-prefeitos			
Bom Jesus	Plínio M. de Almeida	PSD/UDN	646	não foi eleito
	Martinho Frank	PSD/UDN	456	não foi eleito
Lagoa Vermelha	Abelardo Maciel N.	PSD	3250	eleito
	Hugo Pires	PSD	3358	eleito
Vacaria	Luiz Schiller	PSD	3938	eleito
	-	PSD	-	não foi eleito
São Francisco de Paula	Zeferino de O. Teixeira	PSD	1960	eleito
	Edmundo Furtado	PSD	-	eleito

A cisão entre dutristas e getulistas nos diretórios municipais do PSD na Região do Litoral (4º Zona) abalou muito o partido e causou muitos pedidos de demissões nos núcleos. No diretório de Rio Grande, por exemplo, o deputado Tarso Dutra foi designado para harmonizar o partido local, visto que, durante a indicação de um sub-prefeito, quando ainda administrava o município (Miguel de Castro Moreira), o diretório municipal cindiu-se, dando origem a duas alas, uma sendo apoiada pelo getulista Oscar da Fontoura e outra pelo dutrista Paim Filho. Com a disputa, muitos membros pessedistas do município abandonaram o partido, inclusive o prefeito Fernando Eduardo Freire.⁷¹²

No mês de julho de 1947, “um grupo de próceres” dissidentes, “derrubou o diretório, assumindo a direção” do partido. “A comissão diretora estadual do PSD enviou “a esta cidade, como emissário especial, o Dr. Pacheco Prates, que tentou uma reconciliação das duas facções”. Contudo, não tendo solucionado o caso, “depois de se comunicar com Porto Alegre, deu posse aos antigos membros do diretório, depondo, portanto, os dissidentes”. Da mesma forma, a posse da antiga direção causou o abandono de vários pessedistas dissidentes.⁷¹³ No município de Torres, no mês de outubro organizou-

⁷¹² *Diário de Notícias*, 01 de julho de 1947, p. 14.

⁷¹³ *Diário de Notícias*, 09 de agosto de 1947, p. 02; *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1947, p. 08.

se também uma ala dissidente do PSD que fundou um diretório próprio. Este grupo não aprovou o lançamento do presidente do diretório oficial do núcleo, Severiano Rodrigues da Silva, ainda no mês de julho, para candidato a prefeito do município e prestou apoio ao candidato udenista.⁷¹⁴ Por sua vez, em São José do Norte o PSD elegeu o prefeito e o vice-prefeito como observa-se na tabela.

Tabela 12:
Candidatos a prefeito e a vice-prefeito do PSD em 1947:
Região do Litoral (4º Zona)

Municípios	Candidatos	Partidos/ coligação	Votos	Resultados
	prefeitos e vice-prefeitos			
Torres	-	PSD	-	-
	-	PSD	-	-
Osório	Diumer Schneider	PSD/PI	1785	não foi eleito
	-	PSD/PL	-	não foi eleito
São José do Norte	Edgardo Velho	PSD	1747	eleito
	Aparício Silva Costa	PSD	1665	eleito
Rio Grande	-	PSD	-	não foi eleito
	-	-	-	não foi eleito
Santa Vitória do Palmar	Francisco Osvaldo Anselmi	PSD	1229	não foi eleito
	Theonildo Costa	PSD	1225	não foi eleito

Na 5 ° Zona ou Região da Serra do Sudeste, como em outras regiões, o PSD lançou candidato a prefeito em todos os municípios tendo sido eleitos 7 dos seus 13 candidatos. Em Caçapava o candidato pessedista eleito foi o médico Rubem Guedes, um dos fundadores desse núcleo no ano de 1945 e substituto do prefeito João de Oliveira Lima.⁷¹⁵ No município de Encruzilhada do Sul o prefeito eleito, o pessedista Zeferino Pereira Luz, exonerou-se do seu cargo em fins do ano de 1946 para concorrer as eleições em novembro de 1947.⁷¹⁶

⁷¹⁴ *Diário de Notícias*, 03 de junho de 1947, p. 02; *Diário de Notícias*, 18 de outubro de 1947, p. 02.

⁷¹⁵ *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1947, p. 08.

⁷¹⁶ *Diário de Notícias*, 29 de setembro de 1947, p. 14.

Outro exemplo desta prática foi no município de Tapes, onde o candidato pessedista a prefeito em 1947, Hermínio José Soares, era prefeito do município desde 1944. Como vimos no capítulo anterior, esse administrador foi afastado apenas alguns dias antes do pleito eleitoral em 1945, sendo acusado de várias irregularidades, entre elas, a de utilizar-se da máquina pública para propaganda durante a campanha. No início do ano de 1946, entretanto, foi reconduzido ao cargo. Em abril de 1947, Hermínio solicitou exoneração para concorrer ao cargo de prefeito no mês novembro quando foi eleito conforme se pode observar na tabela a baixo.⁷¹⁷

Tabela 13:
Candidatos a prefeito e a vice-prefeito do PSD em 1947:
Região da Serra do Sudeste (5º Zona)

Municípios	Candidatos	Partidos/ coligação	Votos	Resultados
	prefeitos e vice-prefeitos			
Tapes	Hermínio José Soares	PSD/PRP/ PTBi	1214	Eleito
	-	-	1185	-
Camaquã	Volnei Ribeiro	PSD	1419	não foi eleito
	Nei Azambuja Filho	PSD	1426	não foi eleito
Encruzilhada do Sul	Zeferino Pereira Luz	PSD	3069	Eleito
	Carlos Correa Silveira	PSD	2869	Eleito
Caçapava	Rubem Rosa Guedes	PSD	2293	Eleito
	Antônio D. dos Santos	PSD	2141	Eleito
Lavras do Sul	Francisco Ribeiro Lemos	PSD	-	não foi eleito
	Ademar Chaves Teixeira.	PSD	-	-
Pinheiro Machado	Celso Pereira Sobrinho	PSD	1058	não foi eleito
	Ademar Aruto Lucas	PSD	998	não foi eleito

⁷¹⁷ *Diário de Notícias*, 03 de abril de 1947, p. 12; *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1947, p. 10.

Municípios	Candidatos	Partidos/ coligação	Votos	Resultados
	prefeitos e vice-prefeitos			
Piratini	- -	PSD PSD	- -	não foi eleito -
Canguçu	Jaques da Rosa Machado João Francisco Goulart	PSD PSD	3344 2576	Eleito Eleito
São Lourenço do Sul	Américo Soares Ferreira	PSD -	1538 -	não foi eleito -
Pelotas	Joaquim Duval Gomes da Silva Junior	PSD PSD	8616 -	Eleito -
Arroio Grande	Dionísio Magalhães Arlindo Silveira	PSD PSD	1352 1285	eleito não foi eleito
Herval	Aquiles Abreu Felipe Pereira	PSD PSD	1129 1127	eleito eleito
Jaguarão	Mirabeau Baltar Stefano Roncatto	PSD PSD	1412 1270	não foi eleito não foi eleito

Na Região da Campanha (6° Zona) o PSD concorreu em todos os municípios ao cargo de prefeito e vice-prefeito, sendo a metade dos vice-prefeitos de outros partidos conforme será apresentado na tabela 14. Apenas em Rosário do Sul o PSD indicou como candidato a prefeito um ex-administrador do município.⁷¹⁸ Em Santana do Livramento o candidato pessedista a vice-prefeito era Flávio Mena Barreto Matos, antigo prefeito de Venâncio Aires durante o Estado Novo e que havia sido afastado por denúncias de uso de recursos públicos na campanha eleitoral em 1945.⁷¹⁹

⁷¹⁸ Mario Ortiz Vasconcelos foi prefeito de Rosário do Sul durante o Estado Novo.

⁷¹⁹ *Diário de Notícias*, 19 de abril de 1947, p. 05.

Tabela 14:
Candidatos a prefeito e a vice-prefeito do PSD em 1947:
Região da Campanha (6º Zona)

Municípios	Candidatos	Partidos/ coligação	Votos	Resultados
	prefeitos e vice-prefeitos			
Uruguaiana	Raul Valls	PSD	2776	não foi eleito
	Raul Ferrarri	PSD	2721	não foi eleito
Alegrete	Francisco Zune	PSD/UDN	1978	não foi eleito
	Nilo Milano	PSD/UDN	1970	não foi eleito
Quarai	Roberto Osório Junior	PSD	2500	Eleito
	Saul Saldanha	PSD	2080	não foi eleito
Rosário do Sul	Mario Ortiz Vasconcelos	PSD/UDN/ PRP	2232	Eleito
	Elésio Josende	PSD/UDN/ PRP	2233	eleito
São Gabriel	Anibal de Lia Machado	PSD	1961	Eleito
	Vespusiano Silva	PSD	1763	não foi eleito
Santana do Livramento	Silvio Cademartori	PSD-PSP	3744	Eleito
	Flávio Mena Barreto Matos	PSD-PSP	3824	eleito
Dom Pedrito	-	PSD	-	não foi eleito
	-	PSD	-	-
Bagé	Carlos Kluwe	PSD/PRP/PSP	5534	Eleito
	Atila Taborda	PSD/PRP/PSP	5230	não foi eleito

A Região da Depressão Central (7º Zona), contava com 15 municípios mas, Porto Alegre e Canoas por serem bases militares e Gravataí, por estar entre bases militares, tiveram seus prefeitos indicados pelo governo estadual. Como ocorreu em outras regiões, no município de Guaíba, o prefeito Otero Paiva Guimarães exonerou-se no mês de abril, pois foi candidato a esse mesmo cargo pelo PSD no pleito de novembro de 1947.⁷²⁰

A disputa entre dutristas e getulista na indicação de um candidato a prefeito gerou muitos conflitos nos diretórios locais dessa Região. No município de São Sepé, uma cisão no núcleo pessedista levou alguns partidários a se desligarem do diretório, inclusive todo o

⁷²⁰ *Diário de Notícias*, 16 de abril de 1947, p. 05.

núcleo distrital de formigueiro. Depois de muita disputa e uma demora muito grande no lançamento oficial do candidato, foi escolhido pelo diretório Fabio Brum para prefeito e Camerino Corrêa, ex-prefeito durante o Estado Novo, para vice-prefeito. Em Viamão, uma dissidência organizada pelo ex-prefeito Napoleão Almeida acirrou as divergências entre dutristas e getulistas, retardando ainda mais a indicação do candidato pessedista a prefeito.⁷²¹

Ainda houve casos como o de São Pedro em que o PSD, em acordo eleitoral, concorreu apenas para vice-prefeito, sendo o candidato a prefeito um udenista, ou como o de São Jerônimo onde o PSD desistiu do triunvirato devido a não concordância com a nomeação de um sub-prefeito.⁷²² Assim, na Região da Depressão Central o PSD teve eleito um número reduzido de prefeitos como pode ser observado na sistematização dos dados na tabela.

Tabela 15:
Candidatos a prefeito e a vice-prefeito do PSD em 1947:
Região da Depressão Central (7º Zona)

Municípios	Candidatos	Partidos/ coligação	Votos	Resultados
	prefeitos e vice-prefeitos			
General Vargas	Jeronimo Silveira Brum	PSD/PL/UDN	1210	não foi eleito
	José Erculano Sobrinho	PSD/PL/UDN	1287	eleito
Cacequi	- -	- -	- -	- -
São Pedro do Sul	Pedro Guilherme Maurer	UDN/ PSD	1049	eleito
	Plauto Abreu	UDN/ PSD	1092	eleito
Santa Maria	-	PSD	-	eleito
	-	-	-	-
São Sepé	Fabio Brum	PSD	267	não foi eleito
	Camerino Corrêa	PSD	660	não foi eleito

⁷²¹ *Diário de Notícias*, 03 de abril de 1947, p. 12; *Diário de Notícias*, 04 de setembro de 1947, p. 08; *Diário de Notícias*, 08 de novembro de 1947, p. 02.

⁷²² *Diário de Notícias*, 07 de junho de 1947, p. 05; *Diário de Notícias*, 09 de agosto de 1947, p. 02.

Municípios	Candidatos	Partidos/ coligação	Votos	Resultados
	prefeitos e vice-prefeitos			
Cachoeira do Sul	Liberato Vieira da Cunha	PSD	5871	não foi eleito
	Luiz Machado	PSD	-	eleito
Rio Pardo	-	PSD	-	eleito
	-	-	-	-
General Câmara	-	PSD	-	não foi eleito
	-	-	-	-
Triunfo	-	-	-	-
	-	-	-	-
São Jerônimo	-	PSD	-	não foi eleito
	-	PSD	-	não foi eleito
Guaíba	Otero Paiva Guimarães	PSD	2390	eleito
	Francisco R. Neumann	PSD	2255	eleito
Canoas	base militar – prefeito nomeado	-	-	-
Gravataí	entre bases militares – prefeito nomeado	-	-	-
Porto Alegre	base militar – prefeito nomeado	-	-	-
Viamão	Mario Veiga	PSD	1335	não foi eleito
	Pompeu Vaz Ferreira	PSD	-	-

Na Região da Encosta da Serra (8° Zona), o PSD de Bento Gonçalves inicialmente apresentou como candidato, no mês de setembro de 1947. O prefeito que ainda administrava o município como não havia se licenciado do cargo para concorrer encaminhou um hábeas-corpus ao tribunal de justiça na intenção de garantir sua candidatura. Seu pedido foi indeferido não conseguindo candidatar-se, pois deveria ter se afastado seis meses antes das eleições.⁷²³

No município de candelária Albino Lens, um dos fundadores do PSD em 1945 e o administrador desde esse período, exonerou-se do cargo de prefeito no mês de maio de 1947 para candidatar-se ao pleito em novembro de 1947.⁷²⁴ O PSD em Canela indicou como vice-prefeito Pedro Sander, um dos fundadores do PSD no município e ex-prefeito.

⁷²³ *Diário de Notícias*, 27 de setembro de 1947, p. 12.

⁷²⁴ *Diário de Notícias*, 09 de maio de 1947, p. 10.

Em taquari, o candidato a vice-prefeito pelo PSD, Ricardo Azambuja Guimarães, também foi o prefeito no ano de 1946.⁷²⁵

Em Encantado, João Batista Marquesi, que administrava o município desde a fundação do diretório local do PSD e havia sido afastado no período eleitoral (1945), exonerou-se do cargo em abril de 1947 para concorrer às eleições em novembro desse mesmo ano, sendo eleito pelo PSD.⁷²⁶ Da mesma forma, o candidato pessedista a prefeito de Lajeado, Rui Azambuja, foi um dos fundadores do PSD local e prefeito até ser afastado por se utilizar da máquina pública durante o pleito eleitoral de 1945.⁷²⁷

O município que apresentou uma ruptura mais séria entre dutristas e getulista desta região foi São Leopoldo, onde uma ala dissidente do PSD, coordenada pelo deputado Frederico Guilherme Schmidt, apoiou a candidatura de Mário Sperb. Firmino Paim Filho e Cylon Rosa enviaram um telegrama a este deputado informando-o que a comissão executiva estadual do PSD não havia aprovado esse acordo. Ainda assim, a ala se solidarizou a esse candidato.⁷²⁸ Portanto, no início do mês de novembro Oscar da Fontoura aconselhou o eleitorado pessedista de São Leopoldo a votar em Mario Sperb. No entanto, depois de pressionado pela comissão estadual, declarou que esteve no comício de Mario Sperb em caráter estritamente pessoal devido a laços afetivos com o deputado Frederico Guilherme Schmidt.⁷²⁹

Oficialmente o PSD local registrou a candidatura de Mario Fonseca e como vice Artur Ferreira Filho, antigo prefeito de Passo Fundo durante o Estado Novo e prefeito de São Leopoldo no ano de 1947. Mesmo assim, a ala dissidente prestou apoio a Mario Sperb que foi eleito prefeito.⁷³⁰ No ano de 1949, numa reunião da comissão executiva do PSD estadual tentou cooptar a ala dissidente do partido, entretanto, a solução adotada foi a constituição de um novo diretório municipal composto por vereadores eleitos por ambas as correntes. Contudo, as duas alas não aceitaram o acordo de pacificação.⁷³¹

⁷²⁵ *Diário de Notícias*, 10 de outubro de 1947, p. 02; *Diário de Notícias*, 31 de outubro de 1947, p. 05; *Diário de Notícias*, 02 de novembro de 1947, p. 03.

⁷²⁶ *Diário de Notícias*, 24 de abril de 1947, p. 02.

⁷²⁷ *Diário de Notícias*, 03 de setembro de 1947, p. 02.

⁷²⁸ *Diário de Notícias*, 02 de setembro de 1947, p. 06; *Diário de Notícias*, 02 de setembro de 1947, p. 18.

⁷²⁹ *Diário de Notícias*, 08 de novembro de 1947, p. 02.

⁷³⁰ *Diário de Notícias*, 04 de julho de 1947, p. 08.

⁷³¹ *Diário de Notícias*, 06 de janeiro de 1949, p. 12; *Diário de Notícias*, 12 de janeiro de 1949, p.02.

No município de Taquara, desde o início do ano de 1947, uma corrente do PSD “dissentindo da orientação do diretório municipal, passou a apoiar o candidato a prefeito das oposições coligadas”. Entretanto, o diretório local oficial indicou como prefeito Franciso Homel que administrou o município durante o Estado Novo e havia sido afastado pelo uso de recursos públicos na campanha eleitoral no ano de 1945.⁷³² O diretório pessedista de Caxias do Sul também esteve dividido entre getulistas e dutristas desde o início do ano de 1947.⁷³³ Apesar de todas essas divergências, o PSD concorreu a prefeito em todos os municípios da Região da Encosta da Serra, tendo eleito 14 do total de 25 prefeitos.

Tabela 16:
Candidatos a prefeito e a vice-prefeito do PSD em 1947:
Região da Encosta da Serra (8º Zona)

Municípios	Candidatos	Partidos/ coligação	Votos	Resultados
	prefeitos e vice-prefeitos			
Sobradinho	Domingos Lazzari	PSD/PL/PTB	1367	não foi eleito eleito
	Valdemar Mundstock	PSD/PL/PTB	2267	
Candelária	Albino Lenz	PSD	1801	eleito
	Estacio P. de Oliveira	PSD	1633	eleito
Venâncio Aires	Hermes Jorge Pereira	PSD	2760	eleito
	Augusto Hansel	PSD	2629	eleito
Lajeado	Rui Azambuja	PSD	3147	não foi eleito eleito
	Emilio Fretter	PSD	3150	
Estrela	Oscar Leopoldo Kasper	PSD/PRP	3673	eleito
	Augusto Driheimar	PSD/PRP	3567	eleito
Arroio do Meio	Antônio Fornári	PSD	1616	eleito
	Werner Bruno Fritz	PSD	1813	eleito

⁷³² *Diário de Notícias*, 23 de outubro de 1947, p. 14.

⁷³³ *Diário de Notícias*, 28 de maio de 1947, p. 02; *Diário de Notícias*, 04 de setembro de 1947, p. 08; *Diário de Notícias*, 23 de setembro de 1947, p. 02.

Municípios	Candidatos	Partidos/ coligação	Votos	Resultados
	prefeitos e vice-prefeitos			
Veranópolis	César Pestana Fabiano Resck	PSD PSD	- -	não foi eleito não foi eleito
Encantado	João Batista Marquesi Miguel Luiz Primo	PSD PSD	3235 2450	eleito eleito
Garibaldi	Heitor Mazzini Leonel Farson	PTB/PSD PTB/PSD	3211 2024	eleito eleito
Bento Gonçalves	Carlos Dreher -	PSD -	1812 -	não foi eleito -
Nova Prata	- -	PSD PSD	- -	eleito não eleito
Antonio Prado	Ernesto Caetano Muraro -	PSD -	737 -	não foi eleito -
Flores da Cunha	Ernesto Muraro -	PSD -	737 -	não foi eleito -
Caxias do Sul	Dario Granja Santana João Zanelis Spinato	PSD PSD	2948 2762	não foi eleito não foi eleito
Farroupilha	Giacomo V. Luchesi -	PSD -	1505 -	não foi eleito -
Canela	Danton Corrêa Pedro Sander	PSD PSD	1064 1109	eleito eleito
Taquara	Franciso Homel Lauro Hampe Millar	PSD PSD	3615 4000	eleito eleito
Santo Antonio da Patrulha	- -	PSD -	- -	eleito -
Novo Hamburgo	Carlos Armando Koch Guilherme Becker	PSD/PL/UDN PSD/PL/UDN	2076 2537	eleito eleito
São Leopoldo	Mario Fonseca Artur Ferreira Filho	PSD PSD	3438 2876	não foi eleito não foi eleito
Taquari	Leonel Teodoro Alvim Ricardo A. Guimarães	PSD PSD	1933 1838	não foi eleito não foi eleito
São Sebastião do Caí	Bruno Cassel José Otto Neumann	PSD PSD	3897 4109	eleito eleito
Montenegro	- -	PSD -	- -	eleito -
Guaporé	Josué Ponzi Osvaldo Ribeiro	PSD PSD	2364 3377	não foi eleito não foi eleito
Santa Cruz do Sul	Alfredo J. Kliemann Arnoldo Gorelling	PSD PSD	6332 6036	eleito eleito

Analisando os dados apresentados nas tabelas pode-se observar que no universo compreendido pelas oito regiões do estado, 3 municípios tiveram os prefeitos indicados pelo governo estadual, enquanto que na grande maioria representada por 89 municípios o PSD conseguiu estruturar novamente seus diretórios locais a fim de que pudessem lançar os seus candidatos a prefeitos no pleito de novembro de 1947. Durante todo o ano eleitoral muitos partidos opositoristas ao PSD dessas regiões denunciaram o fato de vários prefeitos, que não haviam se desvinculado do cargo para concorrerem as eleições, trabalharam ativamente na campanha eleitoral do PSD.⁷³⁴

No mês de setembro Paim Filho, respondendo na imprensa a essas acusações, salientou que a atividade política era proibida, pela Constituição Federal, apenas aos juízes e não aos prefeitos.⁷³⁵ Da mesma forma, muitas autoridades estaduais, como Adil Moraes, secretário do governo, percorreram o estado participando de comícios e carreatas, sendo essas práticas denunciadas até mesmo pelo deputado udenista Flores Soares na Assembléia Legislativa do estado.⁷³⁶

Em grande parte dos municípios do estado a campanha eleitoral desses prefeitos no ano de 1947 foi retardada, visto que, um grande número de prefeitos pessedistas registrou-se legalmente, só no fim do mês de setembro e início de outubro devido às disputas entre dutristas e getulistas e às negociações para as coligações. Mesmo assim, a intensa publicidade eleitoral, possibilitada pelo uso dos cofres públicos, garantiu ao PSD a conquista de 50 prefeituras, de um total de 89. Após terem se encerrado as eleições municipais no Rio Grande do Sul as divergências entre getulistas e dutristas continuaram, principalmente, na direção do partido na retomada do Acordo Interpartidário.⁷³⁷

⁷³⁴ *Diário de Notícias*, setembro a novembro de 1947.

⁷³⁵ *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1947, p. 02

⁷³⁶ *Diário de Notícias*, 22 de outubro de 1947, p. 04; *Diário de Notícias*, 16 de outubro de 1947, p.02; *Diário de Notícias*, 01 de novembro de 1947, p. 03.

⁷³⁷ *Diário de Notícias*, 02 de novembro de 1947, p. 03.

3.5. O Acordo Interpartidário no Rio Grande do Sul

Na tentativa de entendimentos políticos em nível parlamentar e eleitoral com outros partidos o presidente pessedista Eurico Gaspar Dutra, desde 1946, buscou efetivar uma coalizão interpartidária. Inicialmente, no plano nacional, as alianças apresentaram-se frágeis, indicando uma aproximação entre o PSD e o PTB. A participação do PTB no governo foi relativamente pequena, entretanto, o PSD possuía 11 ministérios, enquanto os petebistas somente detinham a pasta do trabalho ocupada por Octacílio Negrão de Lima que era mais identificado ao PSD do que ao trabalhismo e os udenistas eram responsáveis por apenas 3 administrações.

O *Diário de Notícias*, em apoio ainda a UDN criticou constantemente o pouco espaço cedido a este partido, sempre salientando que os udenistas haviam estendido “a mão a Dutra”, dando um “crédito de boa vontade” ao presidente não sendo reconhecidos por isso.⁷³⁸ No entanto, a UDN neste momento estava dividida, pois uma parte pretendia formar uma aliança com o PSD para que este não se coligasse ao PTB, e outro segmento preferiu manter uma identidade própria, não se posicionando em definitivo como oposição ao governo Eurico Gaspar Dutra.

O Acordo Interpartidário representou a conciliação, mesmo que fosse obrigatória, entre os governadores eleitos no ano de 1947 em coligações com o PSD ou PSD dissidentes, pois os estados eram dependentes do governo federal.⁷³⁹ A partir de 1948 Dutra tentou articular de forma mais eficiente o Acordo Interpartidário com vistas à sucessão presidencial de 1950. Ainda assim, tal como acontece com o sistema partidário, uma aliança parlamentar não é a reprodução da aliança eleitoral, até mesmo porque, a lógica de todo o processo político leva a uma alteração das alianças, podendo ser incorporados novos aliados ou desfazer-se de outros.⁷⁴⁰ Na formação das alianças parlamentares podem formar-se grandes acordos interpartidários, que abrangem as maiorias governamentais no Congresso, e as alianças que são formadas apenas para votar

⁷³⁸ *Diário de Notícias*, 31 de janeiro de 1946, p.02; *Diário de Notícias*, 02 de fevereiro de 1946, p. 03.

⁷³⁹ DULCI, Octávio. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1886, p. 38.

⁷⁴⁰ Muitos estudos brasileiros sobre partidos políticos e sistemas partidários já analisaram de forma detalhada as alianças eleitorais, portanto, maiores informações ver em: SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estados Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983; SOARES, Glaucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia, 1973; CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

determinadas matérias. Os grandes acordos interpartidários são gerenciados pelo governo federal, em sua maioria e, portanto, não consideram as especificidades partidárias regionais, por isso, sua efetivação se dá de forma precária.

No Rio Grande do Sul houve várias tentativas de organizar um governo de colisão ainda no ano de 1946, entre elas, a escolha de um novo titular na secretaria de Obras Públicas, o que implicaria num acordo entre os partidos na seleção de um nome em comum para este cargo, pois Clovis Pestana havia assumido o ministério da Aviação e Obras Públicas. Além disso, teria sido recomendado pelo governo federal um convite aos “três outros partidos democráticos: Libertador, UDN e PTB” para participarem do secretariado estadual. Contudo, essa tentativa não se efetivou pois, foi nomeado José Batista Pereira, sem a concordância do PL.

O PTB somente participaria de uma coalizão se Cylon Rosa fosse destituído do cargo de interventor.⁷⁴¹ Até mesmo os pessedistas gaúchos mostravam-se divididos em realizar um governo de coalizão, pois alguns membros da comissão executiva do partido eram dutristas a saber: Cândido Machado Carrion, Miguel Lopes de Almeida, Osvaldo Vergara e Paim Filho, entre outros. Outros integrantes da executiva eram getulistas como Oscar Fontoura, Gabriel Obino, Protásio Vargas, Francisco Brochado da Rocha, João Neves da Fontoura e Batista Luzardo.⁷⁴²

No ano de 1948, o PSD gaúcho, mais uma vez, tentou ajustar as correntes partidárias nos moldes do acordo federal que contaria com apoio da UDN e do PR. Por terem uma posição minoritária na Assembléia gaúcha, os pessedistas procuraram estender a outros partidos uma proposta de formar um bloco parlamentar.⁷⁴³ Mas, esse acordo não foi consenso dentro do partido, visto que, o próprio vice-presidente do PSD gaúcho, General Paim Filho, aconselhou o acordo apenas no âmbito federal, pois os partidos nos estados deveriam ter “ampla e livre ação programática”.⁷⁴⁴ Depois da convenção estadual, ocorrida em fins de janeiro, com a maioria dutrista fazendo parte da direção do partido, o PSD se posicionou formalmente contrário ao Acordo Interpartidário no Rio Grande do Sul.

O posicionamento público de Paim Filho, em entrevistas especiais ao *Diário de Notícias*, não foi bem recebido pelos udenistas gaúchos. Daniel Kreiger, representando a

⁷⁴¹ *Diário de Notícias*, 03 de julho de 1946, p. 03; *Diário de Notícias*, 17 de outubro de 1946, p. 10; *Diário de Notícias*, 25 de outubro de 1946, p. 10.

⁷⁴² *Diário de Notícias*, 05 de julho de 1946, p. 10; *Diário de Notícias*, 06 de julho de 1946, p. 03.

⁷⁴³ *Diário de Notícias*, 27 de janeiro de 1948, p. 16.

⁷⁴⁴ *Diário de Notícias*, 30 de janeiro de 1948, p. 12.

UDN em discurso na Assembléia Legislativa do estado afirmou, em relação à coligação, que seu partido

se a não podia rejeitar, também não podia solicitar. A sua atitude devia ser, como foi, necessariamente de retraída expectativa. Desta posição de natural retraimento só se afastou a União Democrática em face do convite que o Sr. Governador do estado endereçara ao professor Salgado Martins para um cordial entendimento.⁷⁴⁵

Ainda no mês de fevereiro Walter Jobim tentou reiniciar a articulação com a UDN, convidando o presidente do partido para um novo encontro no Palácio do governo. No entanto, Salgado Martins não aceitou o convite do governador alegando que a reunião seria inútil “em vista da atitude radical assumida pela comissão executiva do PSD, que é contrária a qualquer acordo”. Numa última tentativa, em fins de fevereiro, o governo estadual ofereceu a secretaria de educação para a UDN a fim de concretizar o Acordo Interpartidário no Rio Grande do Sul.⁷⁴⁶

Com os debates em torno do acordo partidário o PSD gaúcho cindiu-se ainda mais. A bancada federal do partido ignorou a decisão da executiva estadual sobre este acordo e considerou a sua decisão como a opinião pessoal do General Paim Filho.⁷⁴⁷ Durante os meses de fevereiro e março vários diretórios municipais se solidarizaram com Paim Filho ou com o governador Walter Jobim. Contudo, no início de março os líderes do PSD, PTB e UDN reuniram-se para efetivar o Acordo Interpartidário.⁷⁴⁸

Durante o mês de abril os parlamentares pessedistas e o secretariado do governo Walter Jobim formularam um plano administrativo pautado nesse acordo. No entanto, nenhuma grande mudança do planejamento anterior foi efetivada.⁷⁴⁹ A atuação conjunta dos partidos, previstas pelo Acordo Interpartidário, não se concretizou de forma efetiva no estado, nem mesmo para a criação do cargo de vice-governador, já que desde o ano de 1947 negociava-se primeiramente o candidato e não a criação do cargo.⁷⁵⁰

⁷⁴⁵ *Diário de Notícias*, 04 de fevereiro de 1948, p. 10; *Diário de Notícias*, 10 de fevereiro de 1948, p. 12.

⁷⁴⁶ *Diário de Notícias*, 27 de fevereiro de 1948, p. 12.

⁷⁴⁷ *Diário de Notícias*, 06 de fevereiro de 1948, p. 03.

⁷⁴⁸ *Diário de Notícias*, 12 de março de 1948, p. 12.

⁷⁴⁹ *Diário de Notícias*, 03 de abril de 1948, p. 12.

⁷⁵⁰ No mês de agosto de 1947 iniciou, oficialmente, na Assembléia Legislativa do estado a discussão para a criação do cargo de vice-governador, no entanto, desde o mês de julho começou a articulação pessedista para lançar Protásio Vargas como vice-governador do estado. Para tanto, o PSD buscou o apoio do PTB mas, os petebistas indicaram Dinarte Dorneles. Depois da impossibilidade de ter um candidato em comum para este cargo a Assembléia Legislativa não aprovou a criação do cargo de vice-governador do estado no ano de 1947. *Diário de Notícias*, 02 de agosto de 1947, p. 10; *Diário de Notícias*, 06 de agosto de 1947, p. 02.

No plano nacional, no início do ano de 1949 o Acordo Interpartidário já demonstrava sinais de fragilidade e acabou por se desintegrar pois, pois Eurico Gaspar Dutra fomentou e direcionou a discussão interna em todos os partidos para a sucessão presidencial e não somente entre PSD, UDN e PRP desde que o futuro candidato fosse do PSD e anti-varguista como se perceberá a seguir.

3.6. A Fórmula Jobim: um novo “Acordo Interpartidário”

No início do mês de janeiro de 1949 começaram as negociações para a indicação dos candidatos a sucessão presidencial que ocorreria no mês de outubro de 1950. O PSD por ser majoritário no Congresso supunha ter o direito de indicar um candidato de consenso.⁷⁵¹ Alguns diretórios regionais do PSD, entre os quais constava, a ala getulista gaúcha, indicaram já no mês de julho de 1948, o presidente do partido no plano nacional, Nereu Ramos como sucessor de Dutra contando com o apoio de Getúlio Vargas.

O deputado federal pessedista João Neves da Fontoura em carta a Getúlio Vargas, ressaltou que o PSD riograndense já havia informando ao diretório nacional que se reservava o direito de escolher o seu candidato a presidência do país e que, portanto, deveria ser alguém “articulado dentro do partido e ilustre dentro dele. Excluem-se assim os presidentes estranhos ao partido e as imposições dentro do partido”.⁷⁵² Informou também que o PSD gaúcho “abrirá as *demarches* sobre a sucessão presidencial em torno do nome de Nereu, o que tenho por conveniente. Sei que Dutra é contra essa candidatura”, visto que, defendia um candidato mineiro, cogitando os pessedistas Bias Fortes, Carlos Luz ou Cristiano Machado e não o presidente nacional do partido Nereu Ramos.⁷⁵³

A ala getulista do PSD gaúcho, desde o início do ano de 1949 trabalhou no lançamento da candidatura Nereu Ramos, buscando inicialmente o apoio de Getúlio Vargas. Em março deste mesmo ano João Neves da Fontoura, Walter Jobim e Marcial Terra decidiram defender junto às demais seções do partido no âmbito nacional o candidato Nereu Ramos para a presidência da República. O pessedista Francisco Brochado

⁷⁵¹ OLIVEIRA, op. cit., 1973; HIPOLITO, op.cit.

⁷⁵² Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 22 de dezembro de 1948. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1948.12.22](#).

⁷⁵³ Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 22 de dezembro de 1948. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1948.12.22](#).

da Rocha foi enviado ao Rio de Janeiro pela comissão executiva estadual do PSD para declarar o posicionamento dos pessedistas gaúchos e dar início às negociações com os outros diretórios estaduais, encontrando-se com Dutra, Nereu Ramos, Góis Monteiro e outros membros da direção do PSD nacional.⁷⁵⁴

Como representante dessa ala getulista gaúcha, Francisco Brochado da Rocha, ainda no mês de março, informou a Getúlio que

pretende o PSD local que a campanha sucessória se encaminhe visando três objetivos iniciais:

- 1º- manter até o humanamente possível, as boas graças do Catete;
- 2º- procurar a solução do candidato único, mantendo o acordo interpartidário e procurando uma solução aceita pela UDN;
- 3º- procurar o apoio do Sr. para esse candidato, se isso for possível, sem a quebra do 1º objetivo.

Dentro desse rumo geral é propósito do PSD impor a candidatura Nereu, hoje muito fortalecida dentro do PSD oficial (diretorias) através de um trabalho lento e seguro de mais de dois anos, oferecendo a vice a UDN.⁷⁵⁵

Ainda salientou a organização do partido para lançar futuramente a chamada “Fórmula Jobim” afirmando que

“se o Nereu for absolutamente inviável, pelo repúdio da UDN e do Catete, os nossos representantes procurarão manobrar para o Walter, apresentando-o como um homem sem ardor partidário, acomodador e tolerante, qualidades que faltam no Nereu – caudilho e faccioso – para ser candidato de acordo. Em qualquer caso só aceitarão fórmula em que o candidato seja pessedista de confiança, não aceitando sequer o candidato fora das correntes partidárias”.⁷⁵⁶

Por fim, ressaltou que se Getúlio prestasse apoio a Nereu os pessedistas “estariam dispostos a oferecer” muitas coisas “talvez a prefeitura do Distrito Federal - mas mediante um pacto secreto, para não desgostar o Dutra enquanto ele estiver no Catete”.⁷⁵⁷ Enquanto isso, muitos pessedistas ligados a linha dutrista, liderados por Paim Filho, desencadearam na imprensa uma campanha contrária a negociações com outros partidos, afirmando que “o

⁷⁵⁴ *Diário de Notícias*, 05 de abril de 1949, p. 02.

⁷⁵⁵ Carta de Brochado da Rocha a Getúlio Vargas em 27 de março de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.03.27](#)

⁷⁵⁶ Carta de Brochado da Rocha a Getúlio Vargas em 27 de março de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.03.27](#)

⁷⁵⁷ Carta de Brochado da Rocha a Getúlio Vargas em 27 de março de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.03.27](#)

PSD terá seus candidatos à margem de fórmulas mistas ou transacionais”. “Acordo, não; entendimento, sim”.⁷⁵⁸

A ala getulista, porém, continuou as articulações em torno de Nereu Ramos. Depois da primeira viagem de Francisco Brochado da Rocha como emissário do PSD gaúcho, a seção gaúcha planejou a partida de Walter Jobim ao Rio para entender-se com Dutra, mas, previamente ajustado e autorizado por todos os governadores do PSD aos quais seriam contatados por emissários enviados pelo próprio governador gaúcho. Walter Jobim depois dessa conversa com Dutra daria uma “entrevista a imprensa sustentando que a escolha cabe aos partidos e não aos governos, que o PSD do Rio Grande não aceitaria candidato super-partidário e que deveria haver eleições livres como as de 1945. E mais algumas coisas de menor importância”. No entanto, Eurico Gaspar Dutra viajou no mês de maio de 1949 para os Estados Unidos.⁷⁵⁹

Enquanto isso, Walter Jobim manteve “conversas preliminares” com Ademar de Barros, líder do PSP (Partido Social Progressista), pois entendiam que o Acordo Interpartidário deveria ter continuidade para que a UDN apoiasse Nereu Ramos. Devido à ausência de Dutra os udenistas preferiram não se posicionar e o PSD gaúcho optou por não mandar emissários para “entender-se com outros governadores do PSD e direções políticas estaduais”.⁷⁶⁰ Dutra retornou em meados do mês de junho, e um dia antes de partir para as discussões com o presidente, Walter Jobim lançou na imprensa uma fórmula conciliadora, chamada pelo *Diário de Notícias* de “Fórmula Jobim”, que como se percebeu, vinha desde o início do ano sendo traçada pelo PSD gaúcho.

A proposta oficial do governador gaúcho previa que todos os partidos registrados deveriam ser previamente consultados a respeito da sucessão presidencial, salientando consultas feitas a Getúlio Vargas enquanto era o líder do PTB, e ao presidente do PSP, Ademar de Barros, para a escolha de um candidato de consenso. Mas extra-oficialmente falava-se em um candidato pessedista e de preferência Nereu Ramos.⁷⁶¹ Em sua viagem, no dia 20 de junho de 1949, o governador gaúcho reuniu-se inicialmente com Batista Luzardo,

⁷⁵⁸ *Diário de Notícias*, 09 de abril de 1949, p. 16 e 07; *Jornal Diário de Notícias*, 29 de janeiro de 1949, p. 24.

⁷⁵⁹ Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 13 de maio de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.05.13](#).

⁷⁶⁰ Carta de Glicério Alves a João Neves da Fontoura em 05 de maio de 1949. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 14.

⁷⁶¹ Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 24 de junho de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.06.24](#); *Diário de Notícias*, 10 de maio de 1949, p. 02.

Carlos Cirilo Junior, presidente da Câmara, e Benedito Valadares. Em seguida encontrou-se com Dutra, que aprovou a proposta, salientando apenas que preferia afastar-se das negociações.

Desde o início dos debates para escolha do candidato de consenso, Dutra tentou fortalecer uma imagem pública, através da imprensa, de distanciamento do processo eleitoral, sempre reforçando que havia entregado “o problema da sucessão aos partidos”, “eles é que dirão a última palavra”.⁷⁶² Ao mesmo tempo em que, aparentemente, Dutra “conformou-se com a Fórmula” Jobim,⁷⁶³ Assis Chateaubriand encontrou na mesma uma oportunidade de fortalecer a sua campanha anti-varguista.

Constantemente o pessedista João Neves alertava Vargas sobre críticas dos *Diários Associados* informando-o, de maneira irônica, que “Chateaubriand continua a ser o teu maior propagandista”.⁷⁶⁴ A cadeia *Associada*, nesse processo, iniciou a sua nova campanha anti-Vargas pelos ataques a João Neves da Fontoura que era acusado de entregar o PSD gaúcho a Getúlio Vargas⁷⁶⁵. Para Chateaubriand a retomada desse vínculo com o partido poderia ser o ponto de partida para o lançamento oficial de Getúlio como candidato a presidência da República. Portanto, a Fórmula Jobim, prevendo a consulta de outros partidos e lançando apenas um pessedista como candidato impediria as pretensões de Getúlio Vargas. Desse modo, os jornais dos *Diários Associados* enumeraram, constantemente, os pontos positivos desse acordo, acompanhando todos os encontros que levaram à estruturação formal da Fórmula Jobim.

Após o encontro com Dutra, Walter Jobim, reuniu-se com os Governadores udenistas da Bahia, Otávio Mangabeira e de Minas, Milton Campos. No entanto, Otávio Mangabeira não aprovou na íntegra a tese e iniciou em seguida “o contra-ataque para derrotar a Fórmula Jobim (todos os partidos)”. A UDN passou a exigir: “1º reduzir a escolha dos candidatos aos partidos do acordo em vigor (PSD, UDN, PR); 2º adiar a

⁷⁶² *Diário de Notícias*, 04 de junho de 1949, p. 13.

⁷⁶³ Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 24 de junho de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.06.24](#).

⁷⁶⁴ Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 13 de maio de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.05.13](#).

⁷⁶⁵ Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 13 de maio de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.05.13](#); *Diário de Notícias*, março a julho de 1949.

solução do problema”. Segundo João Neves, para a UDN se a escolha do candidato fosse “agora, eles seriam derrotados. Por isso, desejam protelar a decisão”.⁷⁶⁶

Dias após o lançamento da Fórmula Jobim, ou seja, no dia 24 de junho, em meio a divergências, o Conselho Nacional do PSD, depois de reunir-se e avaliar essa fórmula fez sua

a sugestão dos eminentes correligionários, Walter Jobim e Barbosa Lima Sobrinho, no sentido de serem ouvidos todos os partidos registrados relativamente á escolha de uma fórmula para a sucessão presidencial, capaz de resolver o problema dentro de um clima de harmonia, tendo em vista os interesses superiores da Nação. Com esse objetivo, delibera conferir ao ilustre presidente do partido, Dr Nereu Ramos, os poderes para promover os necessários entendimentos com os presidentes dos partidos que integram o Acordo Interpartidário.⁷⁶⁷

Nesse mesmo dia, com a aprovação da Fórmula Jobim pelo Conselho pessedista, João Neves escreveu a Getúlio Vargas informando-o que Dutra “está nessa corrente”. Em seguida, pressionou-o a

sair da toca, ou do silêncio. Porque se a UDN recusa a Fórmula Jobim (já então fórmula PSD) não poderíamos ir adiante sem saber se tu está por ela ou não. Em suma – pode haver o deslaçamento do Acordo Interpartidário mas, o PSD não poderia ficar só, combatido pela UDN e também pelo PTB.⁷⁶⁸

Dois dias depois de aprovada a Fórmula Jobim pelo PSD no plano nacional surgiu, de maneira informal, a Fórmula Mineira que retomou do Acordo Interpartidário a consulta apenas ao PSD, UDN e PR, prevendo ainda que e o candidato devesse ser mineiro e contar com a aprovação de Dutra. A nova proposta para a sucessão presidencial defendeu o pessedista mineiro José Francisco Bias Fortes como candidato a presidência da República. Nesse mesmo mês Benedito Valadares, sob a orientação de Dutra, negociou o apoio da UDN e do PR de Minas Gerais a essa Fórmula Mineira.

No início do mês de julho, do mesmo ano, ampliaram-se as divergências de Dutra com os idealizadores da Fórmula Jobim pois, João Neves em um discurso pronunciado durante homenagem dos convencionais do PSD a Walter Jobim indagou

⁷⁶⁶ Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 24 de junho de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.06.24](#).

⁷⁶⁷ Desde o início da Fórmula Jobim Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, governador de Pernambuco apoiou Walter Jobim. Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 24 de junho de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.06.24](#).

⁷⁶⁸ Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 24 de junho de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.06.24](#).

qual afinal a substância da Fórmula Jobim? Apenas isso: reunir todos os líderes de todos os partidos, sem exceção alguma, em torno de uma mesa para tentarmos a possibilidade de que a escolha do candidato recaia num homem eminente capaz de, com a sua experiência da política e da administração, ajudar o país a sair das dificuldades de ordem econômica e financeira em que se debate.

Segundo uns aquela sugestão constitui um ataque indireto e calculado contra o presidente Dutra.

Não chegam, porém, a dizer como o presidente de todos os brasileiros possa ser, por eles, conduzido à condição de presidente de apenas alguns brasileiros

Muito menos explicam por que só três agremiações devam entreter os compromissos do chamado Acordo Interpartidário.[...] Mas certos sacerdotes da democracia não querem sequer que sejam ouvidos os demais partidos. Reclamam o monopólio de todas as graças, os terríveis encargos do governo e a pesada cruz dos cargos que vão carregando com tanto sacrifício e tamanha resignação cristã.⁷⁶⁹

O discurso de João Neves também tumultuou o PSD gaúcho pois, desde o lançamento da fórmula do governador Jobim o diretório pessedista gaúcho havia declarado seu apoio formal, embora, parte da direção do partido fosse formada por dutristas. Por sua vez, a bancada gaúcha na Assembléia Legislativa afirmou que esse discurso não representava as idéias do partido e sim as idéias de um homem. Nesse tempo, Dutra solicitou a Nereu Ramos um pronunciamento do PSD federal sobre as palavras de João Neves da Fontoura. Mas, Nereu, que concordava com João Neves, apenas afirmou que o assunto era da alçada estadual e somente a seção estadual do Rio Grande do Sul poderia tomar qualquer atitude. Por fim, depois da insistência de Dutra, o governador gaúcho se comprometeu em encaminhar “as suas queixas” a Souza e Costa, representante do PSD gaúcho no Congresso.⁷⁷⁰ O pessedista Oscar da Fontoura tentou, via imprensa, minimizar o impacto das palavras de João Neves da Fontoura. Mas, os líderes dutristas, entre eles Paim Filho, não apoiaram o discurso e ainda colocaram a culpa no getulista Luis Pacheco Prates, secretário geral do PSD gaúcho pois, esse, sem autorização do partido teria convidado João Neves da Fontoura para se pronunciar.⁷⁷¹

A disputa no PSD gaúcho entre o grupo getulista, apoiando a Fórmula Jobim, e o grupo dutrista, favorável a Fórmula Mineira gerou uma disputa pelo apoio dos diretórios

⁷⁶⁹ *Correio do Povo*, 12 de julho de 1949.

⁷⁷⁰ *Diário de Notícias*, julho a novembro de 1949; *Diário de Notícias*, 14 de julho de 1949, p. 14.

⁷⁷¹ *Diário de Notícias*, julho de 1949; *Jornal Correio do Povo*, julho de 1949.

municipais pelo interior. O pessedista e getulista Francisco Brochado da Rocha foi um dos responsáveis pela

tarefa relativa a reorganização dos nossos quadros. É a penetração no interior. No dia 26, reúnem-se em Venâncio Aires, as representações partidárias de Santa Cruz, Taquari, Soledade, Lajeado, Estrela, Rio Pardo, Triunfo, General Câmara e Arroio do Meio. Pacheco e eu, estaremos presentes. Se nos derem dois meses, ao cabo desse prazo não sobrá um só soldado do Gal. Paim Filho. Ele e os capitães que o cercam não dispõem de tropa para mandar.⁷⁷²

Em julho o grupo getulista do PSD gaúcho continuou insistindo no apoio de Vargas para driblar a Fórmula Mineira.⁷⁷³ Assim, no mês de agosto Cylon Rosa, autorizado pelo presidente do PSD, o getulista Protásio Vargas, pela UDN e pelo PRP foi a São Borja para discutir com Vargas a sucessão presidencial. Por fim, Vargas declarou que via com bons olhos uma conciliação entre as forças políticas nacionais, sem necessariamente se posicionar a favor da tese de Jobim, dado que, preferia inverter a ordem dos “trabalhos”, ou seja, primeiro o PSD deveria criar um programa e por último escolher o “candidato coletivo”.⁷⁷⁴

Contudo, no mês de setembro João Neves da Fontoura, em carta a Getúlio Vargas, novamente o pressionou, afirmando que julgava chagada “a hora de teu regresso e tua decisão. O mesmo escrevi hoje ao Jobim”.⁷⁷⁵ No entanto, somente no mês de outubro do ano em curso, Getúlio afirmou que o seu único compromisso “até o presente é o da aceitação da Fórmula Jobim”, sendo contrário a prorrogação do mandato e a imposição pelo Catete de um candidato oficial.⁷⁷⁶ Segundo Miguel Bodea ,

até o final de 1949, Vargas procurava ganhar tempo e evitar o lançamento de um candidato do PSD, impedindo que se consolidasse, previamente, algum nome ou, talvez, na remota esperança de recompor a aliança PTB-PSD em torno do seu próprio nome.⁷⁷⁷

⁷⁷² Carta de Francisco Brochado da Rocha para João Neves da Fontoura em 22 de julho de 1949. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 14.

⁷⁷³ *Diário de Notícias*, julho de 1949.

⁷⁷⁴ Carta de Walter Jobim a João Neves da Fontoura em 12 de agosto de 1949. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 14.

⁷⁷⁵ Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 13 de setembro de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.09.13](#).

⁷⁷⁶ Carta de Getúlio Vargas a Protásio Dornelles Vargas em 04 de outubro de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV c 1949.10.04](#).

⁷⁷⁷ BODEA, op.cit., p. 61.

Já a partir do mês de setembro o líder da Fórmula Mineira, Benedito Valadares, havia tentado estabelecer com Jobim um acordo. O interlocutor da negociação foi Assis Chateaubriand que ao

conversar longamente com Walter Jobim” afirmou “que não tendo sido possível unir o exército em torno do nome do Canrobert, conforme este mesmo lhe disse, pois o antigo ‘tenentismo’, hoje alguns deles generais, não concordaram com tal candidatura, entre estes, Cordeiro, Estilac, Falconierre, e por isso afastada está a candidatura Canrobert. Disse mais, e aqui está o importante: trazia, em nome de Valadares, uma proposta, sendo como está assentada uma candidatura do PSD. A proposta é a de um destes dois mineiros: Bias ou Ovídio. [...] o chatô também acha que deve ser agora do PSD.”⁷⁷⁸

Posteriormente, no mês de novembro, pressionado pelo diretório nacional a apresentar um posicionamento sobre as fórmulas para a sucessão presidencial, o PSD gaúcho realizou uma reunião da comissão executiva estadual, onde a corrente liderada por Paim Filho, e pelo ministro da justiça Adroaldo Mesquita, apoiadores da Fórmula Mineira, conseguiu mobilizar a maior parte dos votos. O grupo identificado com a Fórmula Jobim conseguiu apenas a inclusão do nome de Nereu Ramos numa lista de candidatos indicados pelo diretório pessedista estadual. Mais tarde, em fins do mês de novembro com a aprovação da Fórmula Mineira pela executiva nacional do PSD Nereu Ramos pediu afastamento da direção nacional do partido, visto que, por não ser mineiro tinha sido excluído “naturalmente” da disputa.⁷⁷⁹

O grupo getulista do diretório do Rio Grande do Sul, que apoiava Nereu Ramos, com a rejeição da Fórmula Jobim, sentiu-se desobrigado a participar das conversações em torno da Fórmula Mineira. A atitude de independência do PSD do Rio Grande do Sul em relação à direção nacional do PSD tornou-se uma ponte para a formação de um grupo dissidente fortalecendo dentro do partido uma frente oficialmente anti-Dutra que se materializou mais tarde na fundação do PSD Autonomista (PSDA), que por sua vez, fortaleceu, novamente mais uma vez, a saída de grupos getulistas do partido como será mostrado a seguir.⁷⁸⁰

⁷⁷⁸ Carta de Luiz Pacheco Prates a João Neves da Fontoura em 21 de setembro de 1949. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 14.

⁷⁷⁹ *Correio do Povo*, novembro de 1949

⁷⁸⁰ Carta de João Neves a Getúlio Vargas em 29 de novembro de 1949. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, [GV_c 1949.11.29/2](#).

3.7. O PSD Autonomista (PSDA): dissidência gaúcha

No ano de 1950, durante a disputa pela sucessão presidencial, iniciada no ano de 1949, fortaleceu-se dentro do PSD gaúcho uma ala mais favorável a Getúlio Vargas. Em janeiro de 1950, o grupo de dutristas do PSD gaúcho, também chamado de ortodoxo, tentou uma reconciliação com o grupo getulista liderado por João Neves da Fontoura. Em carta a Getúlio Vargas esse pessedista afirmou que não participaria de nenhum encontro com o grupo dutrista pois, seria apenas uma ocasião para Cylon Rosa e Paim Filho minarem “o acordo entre os nossos dois partidos”.⁷⁸¹

A organização de um movimento anti-Fórmula Mineira e, portanto, contrário a Dutra, pela ala getulista do PSD gaúcho, iniciou no mês de fevereiro de 1950. Inicialmente, Francisco Brochado da Rocha arregimentou um grupo que ainda se propunha a defender, para a presidência da República a candidatura Nereu Ramos ou a Walter Jobim e o colocou a disposição de João Neves da Fontoura que sugeriu:

1º) ordenar e obter um pronunciamento unânime (em termos naturais) da direção do PSD gaúcho e do governador; 2º) Concertar desde logo a solução governamental do estado; 3º) entrar a fundo em combinações com Getúlio e Ademar. Tudo mais será fácil, preenchida estas premissas.⁷⁸²

Contudo, em início do mês de março Batista Luzardo, em entrevista a imprensa, forneceu os primeiros indícios de que Getúlio seria candidato a presidência da República.⁷⁸³ A partir desse momento os enfrentamentos entre dutristas e getulistas gaúchos aumentaram pois, a ala getulista cogitou a possibilidade de apoio a Getúlio Vargas. Depois de muitos desentendimentos algumas personalidades pessedistas se afastaram lentamente do grupo getulista tornando-se dutristas, entre eles, Oscar da Fontoura, Clovis Pestana, Adroaldo Mesquita, Cylon Rosa e Marcial Terra.

Nesse mesmo mês, a ala ortodoxa do PSD gaúcho ou dutrista iniciou o contra-ataque a ala getulista do partido. Para isso, fundaram, no diretório municipal de Porto

⁷⁸¹ Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas em 24 de janeiro de 1950. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 14.

⁷⁸² Carta de Francisco Brochado da Rocha a João Neves da Fontoura em 09 de fevereiro de 1950. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 14. Carta de João Neves da Fontoura a Francisco Brochado da Rocha em 13 de fevereiro de 1950. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 14.

⁷⁸³ *Diário de Notícias*, 11 de março de 1950, p. 14.

Alegre, um Centro de Estudos Sociais, que possuía como objetivo central impedir o avanço dos getulistas dentro do partido no estado. Numa reunião no diretório municipal de Porto Alegre estiveram representantes pessedistas de vários municípios do estado.⁷⁸⁴ Antes da convenção estadual do partido, que ocorreu no mês de abril, a ala dutrista do partido articulou o lançamento de Cylon Rosa como seu representante para o cargo de governador do estado e de Adroaldo Mesquita como candidato a presidência da República.⁷⁸⁵

Em contrapartida, o grupo getulista indicou João Neves da Fontoura para concorrer a presidente, no entanto, o pessedista não aceitou o convite.⁷⁸⁶ Por fim, como os dois grupos não abriram mão de seus indicados a seção pessedista do Rio Grande do Sul não apresentou nenhum nome a presidência da República na convenção nacional do PSD realizada em meados de abril.

Por este mesmo tempo, Dutra convidou Góes Monteiro para ministro da justiça e o designou para coordenador a escolha de um candidato a sucessão presidencial no PSD, transparecendo de forma “clara a feição oficialista” do processo. Frente a essa medida João Neves da Fontoura informou Vargas de que a única saída para o grupo de pessedistas gaúchos que o acompanhavam era a

cisão. Não há outra coisa a fazer. Devemos nos constituir num PSD Independente. O pessoal do Rio Grande, em Porto Alegre, concordou com minha sugestão. Se tal se der, sairemos uma tropa forte e arrastando quatro ou cinco governos estaduais.⁷⁸⁷

No plano nacional, o PSD até o mês de maio ainda realizava duas tentativas de entendimentos, uma a candidatura do mineiro Afonso Pena Junior e outra um consenso entre PSD/PTB. No entanto, as negociações não se concretizaram, dado que, Vargas não apoiaria alguém indicado pelo Catete e o próprio PTB mantinha grandes expectativas em

⁷⁸⁴ Participaram do encontro: Deputado Tarso Dutra, deputado Reinaldo Roech, Favorino Teixeira Mercio, da executiva do PSD, Honorino de Freitas, presidente do diretório municipal de Cachoeira do Sul, Zeferino P. da Luz, prefeito de Encruzilhada do Sul, Baltazar Vilaverde, prefeito de Santo Antonio, Naio Lopes de Almeida, Liberati Salzano da Cunha, prefeito de Cachoeira, J. J. de Freitas Leal, Mario Azambuja, prefeito de Sarandi, Deputado Candido Machado Carrion, João Almeida Dentice, Carlos Eurico Gomes, presidente do diretório municipal de Porto Alegre, Cristiano Federico B., Gervaso da Luz, Álvaro Azambuja Guimarães, Julio Paim, Alfredo Hoffmeister, vereador municipal, Francisco Machado Carrion, Célio Marques Fernandes, Raymundo Faoro, Edgar Plínio do Nascimento, APulo Bento Lobato, Fernando Degrasia, presidente da Ala Moça do PSD. *Diário de Notícias*, 10 de março de 1950, p. 02.

⁷⁸⁵ *Diário de Notícias*, 15 de março de 1950, p. 14; *Diário de Notícias*, 25 de março de 1950, p. 14; *Diário de Notícias*, 02 de abril de 1950, p.24.

⁷⁸⁶ Carta de João Neves da Fontoura a Walter Jobim em 07 de março de 1950. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 14.

⁷⁸⁷ Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas em 26 de abril de 1950. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 15.

relação a uma futura candidatura do seu presidente. Até mesmo porque, um dia depois de Eduardo Gomes ter sido escolhido como candidato da UDN, numa comemoração de seu aniversário, em 19 de abril, João Goulart apresentou Getúlio Vargas como candidato do PTB, mesmo assim, o líder petebista não assumiu formalmente a sua candidatura.

Desse modo, em 15 de maio alguns dirigentes do PSD nacional, sob a coordenação de Cirilo Junior, definiram Cristiano Machado como candidato do PSD. O pessedista Góes Monteiro deveria comunicar Dutra da efetivação do acordo e depois de lançado oficialmente, Cristiano Machado deveria propor a Vargas a vice-presidência para o PTB. Contudo, o candidato pessedista optou por não procurar Vargas para não pôr em risco o apoio de Dutra.

No entanto, o lançamento de Cristiano Machado como candidato a presidência da República pelo PSD não foi unânime na seção pessedista gaúcha. Desde o mês de abril o grupo getulista e dutrista haviam cindido oficialmente, a ponto de cada um lançar o seu candidato ao governo do estado para as eleições em outubro desse mesmo ano. O PSD dutrista ou ortodoxo efetivou a candidatura de Cylon Rosa na convenção estadual no mês de maio, visto que, mantinha a maioria na direção partidária do estado, contando, portanto, com a aprovação de 67 diretórios, num total de 92 existentes no Rio Grande do Sul.⁷⁸⁸ A ala getulista, por sua vez, tentou desde este mês também articular uma campanha em torno do pessedista Ernesto Dorneles como governador do estado.

Dessa forma, o lançamento de Cristiano Machado como candidato do PSD contou com apenas com o apoio do grupo dutrista do Rio Grande do Sul e não do getulista. Em meio ao processo desgastante entre esses dois grupos, o pessedista Marcial Terra foi lentamente se identificando com o grupo dutrista, acompanhando assim, em poucos meses, os passos de Oscar da Fontoura e outros, citados anteriormente. Nesse sentido, em meados de maio, Marcial Terra foi tido como um “traidor” ao se aliar aos dutristas na indicação de Cristiano Machado a candidato oficial do PSD.

No dia 14 de maio João Neves da Fontoura tentou organizar um encontro entre Walter Jobim, Ernesto Dorneles e Getúlio Vargas, para ocorrer na fazenda de Marcial Terra. No entanto, dias antes Marcial Terra não quis marcar a reunião pois, viajaria para o Rio de Janeiro. Chegando lá solicitou a Walter Jobim sua presença e a de João Neves para

⁷⁸⁸ *Diário de Notícias*, 14 de abril de 1950, p.16; *Diário de Notícias*, 16 de abril de 1950, p.14; *Diário de Notícias*, maio de 1950.

contribuir na escolha de um candidato a presidente e, portanto, “a fim de colaborar com a comissão (Cylon, Oscar e Marcial)”. João Neves em carta a Getúlio comentou que

achou tudo aquilo muito esquisito, mas não tive dúvida em atender ao apelo do Jobim, o qual me reafirmou o seu desejo de que eu viesse aqui (RJ) e votasse ainda essa semana (POA) para irmos juntos ao teu encontro. Mas, a verdade é que Jobim estava iludido em sua boa fé. Na hora em que embarquei, já a trinca riograndina havia atirado as urtigas o nome do Nereu e lançava – ela própria – o nome do Cristiano Machado. [...] Meu compromisso extingue-se com a exclusão do Nereu. Vou procurar o Cristiano, abraçá-lo como amigo e dizer-lhe que, de ora em diante, minha decisão é de que não adotarei nenhum candidato pessedista que não conte como o teu apoio. Assim, firmo definitivamente minha próxima linha de conduta na questão sucessória.⁷⁸⁹

Em fins de maio João Neves da Fontoura chegou ao Rio Grande do Sul com um manifesto do movimento autonomista dissidente, lançando oficialmente no mês de junho, na Câmara o PSDA.⁷⁹⁰ Desse modo, nesse mesmo mês, o “Autonomismo se alastrou no seio do PSD gaúcho” sob a coordenação de Francisco Brochado da Rocha, Glicério Alves e Ernesto Dorneles.⁷⁹¹ Portanto, em fins de junho João Neves aceitou ser o presidente do Comitê Nacional da campanha de Vargas, sendo responsável, até mesmo, por escrever os discursos proferidos pelo futuro presidente pelo país.⁷⁹²

No início do mês de agosto, com a morte de Salgado filho, o pessedista Ernesto Dorneles, á convite de Vargas, tornou-se o candidato oficial do PTB a governador do estado, contando com o apoio do PSDA ou dos “Anjos rebeldes” (sinônimo utilizado pelo *Diário de Notícias* para designar o grupo independente). O *Diário de Notícias* cedeu espaço apenas para o PSD ortodoxo, para tanto, uma coluna chamada “Aspectos da campanha sucessória”, elogiava constantemente o candidato pessedista Cylon Rosa, salientando o pioneirismo deste em relação a forma de abordagem dos problemas do Rio Grande do Sul, demonstrando uma nova educação política quando discutia em seus discursos os problemas e as soluções para cada região do estado.⁷⁹³

⁷⁸⁹ Carta de João Neves da Fontoura para Getúlio Vargas em 17 de maio de 1950. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 15.

⁷⁹⁰ *Diário de Notícias*, 08 de junho de 1950, p.12.

⁷⁹¹ Carta de João Neves da Fontoura para Getúlio Vargas em 07 de junho de 1950. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 15.

⁷⁹² Quando não os escrevia indicava pessoas para isso, depois avaliava e/ou fazia correções para, em seguida, mandar para Vargas. Os discursos eram personalizados por estado. Cartas de João Neves a Getúlio em 23 e 29 de julho de 1950. Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 15.

⁷⁹³ *Diário de Notícias*, setembro de 1950.

Quando o PSDA começou a se estruturar no estado, ainda no mês de março, os *Diários Associados* já os tachavam de “ala queremista”. Depois do lançamento de Getúlio Vargas como candidato a presidência da República pelo PTB o centro das atenções da empresa *Associada* passou a ser a campanha eleitoral de Vargas. O repórter Samuel Weiner foi incumbido pelos *Diários Associados* de acompanhar o candidato durante a campanha eleitoral. Mesmo assim, Assis Chateaubriand o advertiu: “o senhor faz a campanha de Getúlio e eu mando o Marroquim sustentar a oposição a ele. Assim, estaremos bem com qualquer lado que ganhar”.⁷⁹⁴

Durante sua campanha Vargas aproveitou-se da crise pessedista e fez várias alianças com o PSD em outros estados também. Cristiano Machado, por sua vez, não conseguiu nem unir o seu próprio partido em torno de sua candidatura. Restou ao PSD ortodoxo gaúcho coligar com a UDN e o PRP. Ainda assim, com a eleição de Getúlio Vargas o PSDA gaúcho, representado por João Neves da Fontoura, enquanto Ministro das Relações Exteriores, teve um lugar garantido em uma pasta ministerial.⁷⁹⁵

No Rio Grande do Sul a constituição do PSDA completou o processo de desgetulização do PSD gaúcho pois, foi o último grupo getulista a se estruturar dentro do partido. O afastamento desses membros do partido desde o ano de 1945 ocorreu de forma gradual e tumultuada. Como vimos neste capítulo, inicialmente formou-se a Ala trabalhista mais identificada com o varguismo. Ainda no ano de 1946 duas figuras ilustres do PSD, José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha, abandonaram o partido em meio às eleições para a escolha do governador do estado e de prefeitos, no ano de 1947, desestruturando diretórios pessedistas por todo o estado e estimulando uma disputa ainda maior entre dutristas e getulistas.

No Acordo Interpartidário (1946-1949), mais uma vez, pessedistas gaúchos da linha dutrista e getulista entraram em confronto devido às orientações do governo federal e do Conselho Nacional do seu partido. A rivalidade culminou na elaboração da Fórmula Jobim,

⁷⁹⁴ MORAIS, op. cit., p.513.

⁷⁹⁵ Com o resultado das eleições as divergências entre as alas do PSD continuaram. O PSD ortodoxo gaúcho oficializou sua oposição ao governo federal e ao governo do estado (PSDA). As duas alas chegaram a competir pela presidência da comissão executiva estadual no mês de outubro de 1950 mas, não havendo solução para o impasse a presidência foi ocupada simultaneamente por Paim Filho (PSD) e Luis Pacheco Prates (PSDA). No mês de novembro de 1950 os autonomistas passaram a liderar a comissão executiva, no entanto, no computo geral do estado os ortodoxos eram a maioria.

que depois de descartada acirrou a cisão do diretório gaúcho, reforçando a idéia dos getulistas de abandonar o partido através da estruturação de um PSD dissidente.

Por fim, a imposição de um candidato à sucessão presidencial no ano de 1950 fortaleceu mais a organização de um partido autônomo, o PSDA, formalizando um gradual afastamento do último grupo getulista presente na seção gaúcha do partido. Assim, esse longo processo de “desgetulização” abriu caminho para um reconhecimento do PSD gaúcho como o mais dissidente do resto do país pois, marcou a primeira atitude dentro do partido de independência em relação ao diretório nacional pessedista.

4. O PSD como dissidente no plano nacional a partir da década de 1950

A partir da década de 1950 até a de 1960, o PSD gaúcho foi visto como um dissidente político-partidário por todo Brasil, ao não seguir as orientações políticas do diretório nacional nos períodos eleitorais, gerando grandes tensões dentro do diretório nacional. No entanto, contou com o apoio dos *Diários Associados*, visto que, Assis Chateaubriand como parlamentar pessedista, investiu numa tese de união partidária para fortalecimento das bases eleitorais do partido. Neste capítulo se evidenciará a trajetória do partido nessas duas décadas onde o PSD firmou-se tanto na esfera regional, quanto na federal como uma das seções mais dissidentes do país.

Como vimos, no capítulo anterior, o longo processo de desgetulização do PSD gaúcho culminou na imposição de um candidato à sucessão presidencial no ano de 1950, a do pessedista Cristiano Machado, iniciando o reconhecimento dessa seção como uma das mais dissidentes do partido no país. Assim, Vargas se elegeu com o apoio desse grupo dissidente (PSDA), do PTB e do PSP, dividindo ao meio a máquina do PSD e a da UDN. Entretanto, dentro do PSD gaúcho as divergências na década de 1950 tornaram-se mais graves, cindindo o partido de forma definitiva como veremos a seguir.

4.1. A dissidência gaúcha no governo Getúlio Vargas

Com a vitória de Vargas nas eleições presidenciais em 1950, um grupo da UDN, recorreu às Forças Armadas para apoiá-la no impedimento da posse do novo presidente, reivindicando a tese da maioria absoluta. A oposição à Getúlio foi reforçada pelas críticas da cadeia *Associada* que divulgou constantemente em seus jornais, através dos artigos de Assis Chateaubriand, a incredibilidade no regime democrático defendida por Vargas, pois o jornalista não o considerava

membro de qualquer família política. Tanto ele pode ser hoje democrata-liberal como amanhã democrata-autoritário e depois ditador-puro. Tudo depende das circunstâncias numa natureza tão fluída quão circunstancial como é a sua.⁷⁹⁶

⁷⁹⁶ *Diário de Notícias*, 03 de janeiro de 1951, p. 04; *Diário de Notícias*, 17 de janeiro de 1951, p. 04.

Entretanto, com a posse dos militares nacionalistas na diretoria do Clube Militar, o movimento pró-Vargas se fortaleceu. Por fim, os principais representantes desse grupo nacionalista, os generais Góes Monteiro, Estillac Leal e Zenóbio da Costa, apoiaram a posse do novo presidente.⁷⁹⁷ No dia 18 de janeiro Getúlio Vargas foi declarado eleito pela Justiça Eleitoral e Assis Chateaubriand, em seu artigo diário, lembrou a população brasileira de que o novo presidente iria receber “das mãos do seu antecessor o Brasil em condições de uma prosperidade sem precedentes”.⁷⁹⁸

Deste momento em diante, os *Diários Associados* investiram numa retrospectiva positiva do governo de Eurico Gaspar Dutra, afirmando, que “no terreno político, o que a nação espera” de Getúlio Vargas “é que palmilhe o mesmo caminho” do antigo presidente. Além disso, solicitou o respeito “à independência e harmonia dos poderes, honrando a justiça, assegurando a todos os cidadãos as liberdades e prerrogativas outorgadas pela Lei”. Para Chateaubriand esses elementos eram a “grande esperança daqueles que não votaram no Sr. Getúlio Vargas” e que temiam “o seu retorno ao governo, precisamente porque não lhes inspira confiança a sua nova devoção pelo regime democrático”.⁷⁹⁹

Entretanto, o Conselho Nacional do PSD antes mesmo da posse de Getúlio Vargas prestou, publicamente, o seu apoio ao governo federal “dando-lhe colaboração política-administrativa”, o que facilitou a formação de uma aliança partidária proposta pelo presidente a fim de dirimir a pouca representação de seu partido no Congresso, que possuía apenas 51 cadeiras contra 304 da oposição na Câmara dos Deputados.⁸⁰⁰ Por conseguinte, coube ao PSD o maior número de ministérios. Todavia,

a posição majoritária do PSD no ministério não significa apoio total do partido ao governo; trata-se menos de identificações pessedistas do que nomeações baseadas em critérios regionais e/ou pessoais. Assim, Ademar de Barros indica o pessedista e paulista Horácio Lafer para a pasta da fazenda. Juscelino Kubitschek, recém-eleito governador de Minas Gerais, indica dois pessedistas mineiros, Negrão de Lima e Tancredo Neves, que ocuparão sucessivamente o ministério da justiça. Da Bahia vem de os

⁷⁹⁷ Mas no âmbito parlamentar, a UDN defendeu uma postura de enfrentamento ao governo Vargas, passando a partir de 1952, a fazer denúncias de corrupção administrativa, assumindo como bandeira o “moralismo”. A representação desses ideais foi liderada pela “banda de música”, formada por bacharéis e possuindo um alcance político representativo com grande cobertura da imprensa.

⁷⁹⁸ *Diário de Notícias*, 18 de janeiro de 1951, p. 04.

⁷⁹⁹ *Diário de Notícias*, 21 de janeiro de 1951, p. 04.

⁸⁰⁰ *Diário de Notícias*, 28 de janeiro de 1951, p. 06 e 24.

pessedistas Simões Filho e Antonio Balbino, que se sucederão na pasta da educação.⁸⁰¹

A árdua tarefa de apoio ao governo federal, assumida pelos pessedistas, veio acompanhada, no mês de abril, da eleição do genro de Getúlio Vargas, Amaral Peixoto, como presidente do diretório nacional do PSD, dividindo ainda mais as bases do pessedismo por todo o Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul. Após o pronunciamento da direção nacional do PSD, de apoio ao Governo Vargas, a bancada federal pessedista gaúcha, formada em sua maioria por jovens, declarou que não era obrigada “ao cumprimento dessa disposição partidária, tendo em vista, que o PSD do Rio Grande visa salvaguardar a legenda partidária pois, com a solidariedade poderá ocorrer o esfacelamento do partido” mantendo-se, portanto, “numa linha de independência política”.⁸⁰²

Esse grupo era vinculado ao grupo ortodoxo do PSD gaúcho, que tentou fortalecer dentro do partido uma base oposicionista frente ao governo federal e ao estadual. Deste momento em diante, declararam na imprensa a sua contrariedade à indicação do genro de Getúlio Vargas, o então governador do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, para a direção do partido em plano nacional, visto que, defenderam a candidatura de Ademar de Barros.⁸⁰³ Em contrapartida, a “velha guarda” do partido, o PSDA, com a posse de Getúlio Vargas e de Ernesto Dornelles, se solidarizou publicamente com os novos governos e buscou o apoio de todo o partido no Rio Grande do Sul.

Desde o mês de março de 1951, o pessedista autonomista Francisco Brochado da Rocha tentou impedir a inclusão na pauta da convenção gaúcha, a ser realizada no mês de abril, o debate em torno do apoio ao governo Vargas prestado pelo Conselho Nacional do partido. Defendeu junto ao diretório regional que

tal matéria, consoante o disposto no art. 13, letra c e d, dos nossos estatutos, é de privativa competência dos órgãos federais do partido e

⁸⁰¹ HIPOLITO, op. cit., p. 91.

⁸⁰² *Diário de Notícias*, 28 de janeiro de 1951, p. 06 e 24.

⁸⁰³ Uma comissão da mocidade gaúcha (Ari Alcântara, Rafael Perez Borges e Darci Seger) no mês de maio de 1951 convidou o presidente do Conselho Nacional do PSD, Amaral Peixoto, para patrono do “Centro Cívico Amaral Peixoto” fundado em Porto Alegre. Nesse momento, a Ala Moça do PSD estava solidária com a linha do PSDA gaúcho e, portanto, seguindo a orientação do partido para o plano nacional de apoio ao Governo Getúlio Vargas. No mês de junho, Oscar da Fontoura e Luiz Pacheco Prates assumiram a presidência de honra desse centro cívico causando, um descontentamento do grupo “ortodoxo” do PSD gaúcho. *Diário de Notícias*, 27 de maio de 1951, p. 14; *Diário de Notícias*, 20 de junho de 1951, p. 12; Telegrama de Adroaldo Mesquita a Walter Peracchi Barcelos; *Diário de Notícias*, 20 de fevereiro de 1951, p. 02; *Diário de Notícias*, 17 de março de 1951, p. 12.

uma decisão do Conselho Nacional só pode ser revisada pela Convenção Nacional.

A convenção estadual, como órgão partidário, não pode insurgir-se contra a decisão legalmente tomada pelo Conselho, em assunto de sua competência. Aos correligionários nesse caráter reunidos cabe apenas acatá-la, sob pena de intervenção prevista no art. 15.

Certo que não negamos a nenhum companheiro o direito de individualmente discordar das deliberações dos órgãos do partido. [...] Nós demos o exemplo, dissentindo do Conselho e da convenção no caso sucessório, oportunidade em que formamos o movimento Autonomista.

Se agora alguém desejar inconformar-se com a deliberação do Conselho, ou deve promover sua revisão pela Convenção Nacional, ou assumir a responsabilidade de dissidente, como nós desassombradamente o fizemos.⁸⁰⁴

As desavenças entre os pessedistas gaúchos foram mais instigadas com a escolha do presidente da seção gaúcha. Um grupo de ortodoxo articulou-se para lançar Cylon Rosa como candidato à presidência regional do partido, sendo Naio Lopes de Almeida o responsável por coordenar a campanha. Outro grupo de ortodoxos apoiou a candidatura de Ildo Menegheti.⁸⁰⁵ Também foi estruturada a candidatura de Oscar da Fontoura, mas com apoio do PSDA. No entanto, Ildo conseguiu 17 votos e Oscar da Fontoura 15 e como vice-presidente da comissão executiva do partido foi eleito Walter Peracchi Barcellos.⁸⁰⁶

A nova direção do partido, sob a presidência de Ildo Meneghetti, mais identificada com o grupo de ortodoxos, ainda no mês de março, declarou formalmente à imprensa que não apoiava o governo estadual e tão pouco o federal, causando descontentamentos dentro de todo o novo diretório eleito. Dessa forma, Adail Moraes, articulador da candidatura de Oscar da Fontoura, renunciou à vice-liderança da bancada na Assembléia Legislativa do estado e vários membros eleitos da comissão executiva do partido se retiraram em seu apoio.

Com o posicionamento formal da direção do PSD gaúcho, de oposição, tanto no plano regional, quanto nacional, a bancada federal pessedista do Rio Grande do Sul posicionou-se oficialmente como oposição ao governo de Getúlio Vargas. Da mesma forma, a bancada da Assembléia Legislativa, com a maioria dos parlamentares pertencentes ao grupo ortodoxo, optou pela oposição. Na tentativa de não destoar da

⁸⁰⁴ Carta de Francisco Brochado da Rocha a João Neves da Fontoura em 03 de março de 1951. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 10.

⁸⁰⁵ Nesse momento já era cogitado para ser o candidato a prefeito de Porto Alegre pelo PSD no pleito de novembro de 1951.

⁸⁰⁶ *Diário de Notícias*, 27 de março de 1951, p. 15; *Diário de Notícias*, 31 de março de 1951, p. 14; *Diário de Notícias*, 31 de março de 1951, p. 14.

orientação nacional, de coligação com o PTB, alguns deputados estaduais e membros da direção estadual, vinculados ao PSDA, propuseram à comissão executiva estadual uma postura de centro, nem oposição e nem situação, visto que, a mesma era formada por integrantes de duas alas divergentes.⁸⁰⁷

A crise foi minimizada com a oferta do cargo de vice-presidente, da nova comissão executiva do PSD gaúcho, a um representante do PSDA, ou seja, ao invés de assumir o cargo Walter Peracchi Barcellos, tomou posse Gaston Englert, num novo processo eleitoral. Ainda acordaram uma postura de centro e não mais de oposição.⁸⁰⁸ Porém, a bancada gaúcha continuou numa linha de oposição sistemática e intransigente, desagradando lideranças pessedistas como Walter Jobim e Marcial Terra.

Ainda assim, no mês de abril, na convenção nacional do partido, o PSD gaúcho declarou não apoiar “100 por cento” o governo Vargas.⁸⁰⁹ A “discordância gaúcha assume certa relevância, porque é o sinal para que algumas sessões regionais se autonomizem gradativamente da direção nacional, em termos de apoio ao governo”.⁸¹⁰ Essa “autonomia” propiciou também, uma intervenção mais severa da direção pessedista gaúcha em seus diretórios locais na intenção de impedir os futuros acordos eleitorais com o PTB nas eleições municipais. Desse modo, a nova direção do PSD gaúcho, mais identificada com o grupo ortodoxo do partido e, portanto, contrária ao governo petebista, proibiu os diretórios locais de realizarem alianças com o PTB na eleição para prefeitos no ano de 1951.⁸¹¹ No entanto, lideranças petebistas, entre elas, João Goulart tentaram uma aproximação com o PSDA gaúcho que prestava apoio ao Governo Vargas e ao de Ernesto Dorneles.

O encontro público entre o petebista João Goulart e o pessedista Adail Moraes (PSDA) mobilizou a direção da comissão executiva do PSD gaúcho, alinhada aos ortodoxos, que em nota à imprensa, obrigou-se a declarar que

- a) o PSD jamais foi contrário a um entendimento geral no estado, visando propiciar um clima de confiança e tranquilidade;

⁸⁰⁷ *Diário de Notícias*, 17 de abril de 1951, p. 14

⁸⁰⁸ *Diário de Notícias*, 11 de abril de 1951, p. 02; *Diário de Notícias*, 21 de abril de 1951, p. 14.

⁸⁰⁹ *Diário de Notícias* 01 de maio de 1951, p.14.

⁸¹⁰ HIPOLITO, op. cit., p. 93.

⁸¹¹ *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1951, p. 14.

- b) a direção partidária, entretanto, até o momento, não tem conhecimento oficial de qualquer iniciativa do PTB comandando, rigorosamente, aquele superior conselho;
- c) independência sem agressividade e cooperação parlamentar para a solução dos grandes problemas administrativos do estado, tem sido o roteiro do Partido Social Democrático;
- d) essa conduta mereceu, aliás, ratificação plena da última convenção estadual do partido;
- e) a defesa intransigente dos direitos de nossos correligionários, que militam no funcionalismo público, transferidos ou perseguidos por motivos políticos e uma decorrência dos imperativos da própria dignidade partidária, jamais podendo ser interpretada como oposicionismo sistemático;
- f) se, portanto, o Rio Grande não desfruta hoje de um clima de confiança e tranquilidade, como seria de desejar, a culpa não pode ser imputada ao Partido Social Democrático.⁸¹²

No mês de maio deste mesmo ano, o PSDA gaúcho propôs aos pessedistas ortodoxos a desestrutuação da ala autonomista, ou seja, a dissidência deixaria de existir se todo o PSD passasse a apoiar o governo federal e os acordos com o PTB. Caso a proposta de Vitor Isler, presidente dos autonomistas, não fosse aceita, esse grupo aglutinaria, no âmbito municipal, todas as forças dissidentes do estado, inclusive o PTB.⁸¹³ No mês seguinte, João Goulart entrou em contato com Protásio Vargas numa tentativa de articular uma acordo formal entre PTB e PSD, chegando até mesmo a elaborarem cláusulas a serem apresentada aos dois partidos mas, tanto o diretório do PTB, quanto o do PSD, não aceitaram os termos do acordo.⁸¹⁴

Mesmo vigorando a proibição de coligação com o PTB, muitos diretórios municipais do PSD, alinhados ao PSDA, não seguiram a orientação da comissão executiva estadual pessedista e lançaram seus candidatos a prefeitos em conjunto com os petebistas, entre eles, o de Arroio Grande, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Farroupilha, General Câmara, Iraí, Jaguarão, Novo Hamburgo, Pinheiro Machado, Piratini, Quaraí, Rio Pardo, Santa Vitória do Palmar, São Jerônimo, São Sepé, Sobradinho, Soledade, Taquari e Três Passos.⁸¹⁵ Nas vésperas da eleição, o presidente do PSDA, Vitor Isler, em manifesto

⁸¹² *Diário de Notícias*, 24 de maio de 1951, p. 14.

⁸¹³ *Diário de Notícias*, 27 de maio de 1951, p. 02.

⁸¹⁴ Carta de Protásio Dornelles Vargas para Getúlio Vargas em 31 de agosto de 1951. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1951.08.31.

⁸¹⁵ *Diário de Notícias*, 27 de maio de 1951, p. 14; *Diário de Notícias*, 14 de junho de 1951, p. 02; *Diário de Notícias*, 23 de junho de 1951, p. 02; *Diário de Notícias*, 03 de agosto de 1951, p. 02; *Diário de Notícias*, 11 de setembro de 1951, p. 02.

publicado na imprensa, convocou os pessedistas a votarem nos candidatos a prefeito registrados pelo PTB, pois eleitos apoiariam o governo de Ernesto Dorneles e o governo Getúlio Vargas.⁸¹⁶ Encerrado o processo eleitoral, o PTB, contando com a adesão do PSDA, conquistou 40 % das prefeituras do Rio Grande do Sul.

Todavia, foi coligando com outros partidos que o PSD gaúcho conseguiu eleger seus prefeitos em 43% dos municípios gaúchos. Esse pleito eleitoral ocorreu em um período muito conflituoso dentro do pessedismo gaúcho, pois a proibição de acordos com o PTB vinha de encontro à posição do PSDA de apoio ao governo estadual e ao federal. Na esfera regional, o governador Ernesto Dornelles, mesmo tendo sua origem no PSDA, manteve um governo essencialmente alinhado com os petebistas. No plano federal, da mesma forma, a atuação do PSD encontrou vários entraves, entre eles, a organização de uma “frente comum” imposta pelo presidente da República, que tentou durante o seu governo cooptar a UDN, oferecendo-lhes posições nos estados, além de postos no governo, enfraquecendo a posição dos ministros pessedistas.⁸¹⁷

Assim, a UDN se manteve como a grande interlocutora do governo Vargas, enquanto que o PSD usou a tática da "omissão preventiva", visto que não concordou em apoiar um executivo que favorecia a UDN nos estados e permitia que o PTB aliciasse pessedistas, através do ministério do trabalho. Segundo Lúcia Hippolito, a omissão do PSD era parte do cálculo político desse partido pois, se o governo saísse vitorioso, o PSD ganharia porque participava do ministério e ainda da maioria parlamentar. Mas, se o governo perdesse o partido não sofreria as conseqüências.⁸¹⁸

O apoio formal do PSD na “frente comum” não foi suficiente nem mesmo para a sustentação parlamentar do governo Vargas assim,

os seus projetos de reforma dependem, para sua aprovação, da aquiescência das forças políticas não comprometidas com o governo, o que obriga a manobras contínuas - e desagradáveis - para obter este beneplácito. No cômputo deste jogo, Getúlio Vargas sempre exclui os grupos de esquerda, como o PCB e PSB, que não fazem parte de seu

⁸¹⁶ *Diário de Notícias*, 30 de outubro de 1951, p. 18.

⁸¹⁷ Ainda, inúmeros inquéritos atingiram diretamente o PSD como o instaurado no Banco do Brasil, para apurar irregularidades no Cexim (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil). Houve também denúncias sobre irregularidades no processo de encampação da antiga São Paulo Railway (Santos-Jundiaí), ocorrida durante o governo Dutra, que atingiu o ex-ministro da aviação, Clovis Pestana (PSD-RS) fomentando ainda mais as divergências entre o PSD gaúcho e o governo.

⁸¹⁸ HIPPOLITO, op. cit.

projeto político.[...] Alguns temas são polêmicos e dizem respeito à atividades econômicas ou a questões ideológicas. Eles dividem a sociedade civil e as forças armadas, levando-as a defender posições nacionalistas e esquerdistas, de um lado, conservadoras e a favor das capitais estrangeiros, de outro.⁸¹⁹

Uma das suas manobras de Getúlio Vargas para obter o apoio popular foi a aquisição de um meio próprio de comunicação, ainda no ano de 1951, visto que, naquele momento os grandes jornais de circulação nacional, em geral, eram órgãos porta-vozes de partidos de oposição ou com outros interesses, mas todos contrários ao seu governo.

No Rio de Janeiro, é o Correio da Manhã, de propriedade de Edmundo Bittencourt, que alardeia informações e editoriais duros contra Getúlio Vargas; O Globo e O Jornal, um de Roberto Marinho, o outro é de Assis Chateaubriand, eram pilares do anti-getulismo; em São Paulo, e O Estado de São Paulo que atacam o ex-ditador, usando argumentos de um falso moralismo. Em outros estados a orquestração apresenta o mesmo caráter. Para contrabalançar os ataques, o governo empresta dinheiro do Banco do Brasil a Samuel Wainer, para que este funde o jornal Última Hora, que sai em duas edições, a de São Paulo e a do Rio.⁸²⁰

No ano de 1951 Samuel Wainer fundou o jornal *Última Hora* que passou a atuar como “veículo de divulgação da política do presidente”.⁸²¹ Reconhecidamente getulista, nacionalista e infelizmente para Assis Chateaubriand extremamente popular, o jornal de Wainer dificultou ainda mais a campanha anti-nacionalista, como veremos em seguida, além de representar uma ameaça à expansão da cadeia *Associada*.

4.2. Assis Chateaubriand no desgaste do governo Vargas: 1951-1954

A partir da década de 1950 surge na imprensa brasileira o colunismo político. A primeira experiência surgiu em agosto de 1952 no *Diário de Notícias*. A coluna “Conta Gotas”, assinada pelo “Spectador”, que não representava um autor em especial mas toda a redação do jornal, abordava como tema central, a Assembléia Legislativa do estado.

⁸¹⁹ CARONE, Edgard. **República Liberal – II: Evolução Política (1945 - 1964)**. Coleção Corpo e Alma do Brasil. Ed. Difusão Editorial: São Paulo, 1985c. p. 46 e 47.

⁸²⁰ CARONE, op. cit., 1885c. p. 47.

⁸²¹ SILVA, Hélio. **1954: um tiro no coração**. Porto Alegre: L&PM. 2004. pág. 186.

Naturalmente a coluna enfocava mais os pontos negativos na atuação do PTB em torno do debate sobre o petróleo.

Desde dezembro de 1951 estava no Congresso o projeto que propunha a criação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), uma companhia de economia mista que exploraria o petróleo em todo o território nacional. A discussão em torno da criação da Petrobrás despertou uma grande polêmica no Clube Militar e na imprensa. O nacionalismo militar, ainda sob inspiração do pensamento formulado durante a Segunda Guerra Mundial, a “ideologia de segurança nacional”, foi o motor da campanha do petróleo desde 1947 até 1953. Isso porque no contexto da Guerra Fria, o petróleo foi colocado entre os problemas de fonte de abastecimento militar, sendo que, burocratas e intelectuais, sob a direção do grupo militar reivindicaram, mais do que nunca, a nacionalização do petróleo.⁸²²

Ainda no governo Dutra organizou-se uma comissão para elaborar um anteprojeto de Legislação do Petróleo. Essa comissão vinha formada por pessoas ligadas não só ao exército e ao comércio, como também aos interesses estrangeiros, defendendo a abertura aos capitais privados com uma orientação anti-nacionalista. Em torno desse anteprojeto formaram-se na sociedade correntes pró-capitais privados ou pró-estatização, ou seja, de um lado grupos que reivindicaram a iniciativa privada com abertura ao capital estrangeiro (entreguistas, parte do exército e grande burguesia, etc.), de outro, correntes favoráveis à nacionalização do petróleo (os nacionalistas: parte do exército, PCB, grupos nacionalistas da pequena burguesia).

Os partidos, por sua vez, também estavam divididos internamente. Com isso Dutra criou o Estatuto do Petróleo que abriu possibilidade aos capitais estrangeiros e em 1948 o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que representou o primeiro órgão centralizador, para orientar toda a política do petróleo. Mas o CNP foi perdendo espaço aos “particulares”, que segundo a constituição de 1946 deveriam possuir maior privilégio. Nesse momento, Getúlio Vargas criou o projeto de uma empresa com exploração pelo regime de concorrência com economia mista, sob o controle acionário da União.⁸²³ Entretanto, os partidários do monopólio estatal, ligados à campanha do petróleo, se

⁸²² SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

⁸²³ Com o recrudescimento da campanha do petróleo em fins de 1952 e início de 1953, os grupos reacionários e entreguistas do exército reforçaram as prisões arbitrárias com apoio da Aeronáutica e da Marinha. Os vínculos entre UDN e militares se efetivaram a partir de 1953, quando foi nomeado João Goulart para o ministério do Trabalho, pois, para Vargas, esse era o ponto de convergência das classes populares, por isso, civis e militares começaram a criticar Goulart por incentivar a subversão social.

mostraram contrários à proposta do governo, e conseguiram o apoio das esquerdas. A UDN mostrou-se avessa a proposta mista do governo e propôs a criação de uma Empresa Nacional do Petróleo (ENAPE), contra os *trustes* estrangeiros.

O PSD inicialmente apoiou o projeto do governo, mas em seguida, concordou com a emenda do deputado Lúcio Bittencourt, do PTB de Minas Gerais, que proibia a participação de acionistas estrangeiros na Petrobrás. Com a emenda de Olavo Bilac Pinto, da UDN de Minas Gerais, propondo um monopólio estatal sobre a exploração do petróleo, o líder da maioria na Câmara, Gustavo Capanema, conseguiu do PSD a adesão à emenda udenista, e o partido colaborou decisivamente para sua aprovação. Contudo, Vargas posicionou-se a favor do monopólio estatal e, por fim, a UDN aceitou a Petrobrás.⁸²⁴

Durante todo esse processo Assis Chateaubriand promoveu violenta campanha através dos *Diários Associados* contra a tese nacionalista que defendia o monopólio estatal da exploração do petróleo. Para melhor defender suas propostas, além de utilizar-se dos seus meios de comunicação, o jornalista elegeu-se senador do PSD na Paraíba em outubro de 1952. Segundo Fernando Morais

Chateaubriand já havia recusado vários convites para disputar cargos eletivos. Justamente em 1951, quando decidiu que queria ser senador, não era ano de eleições. Nem aquele, nem no próximo, nem no seguinte. Inconformado, resolveu pedir socorro ao amigo Drault Ernanny, que andava de namoro com o presidente Getúlio Vargas.⁸²⁵

O empresário paraibano informou ao jornalista que haveria uma chance caso algum senador

renuncie a seu mandato, e seja imitado nessa decisão por seu suplente. Aí se convocam eleições suplementares. Mas isso me parece impossível e, ainda assim você teria que obter legenda em algum partido, se apresentar como candidato e ganhar as eleições. Ou seja, Chateaubriand, ser senador agora é um sonho remoto demais, depende de muitas variáveis sobre as quais nenhum de nós tem controle.⁸²⁶

⁸²⁴ A mudança da UDN, isto é, um posicionamento contrário aos grupos estrangeiros e o apoio a uma empresa privada, pode ter representado uma tática de sobrevivência, pois o acordo mediador tomado por Vargas poderia fortalecer sua popularidade, e caso a UDN se colocasse contra acarretaria um grande desgaste para o partido, logo, tentaram superar Vargas na sua própria estratégia. DULCI, op. cit.

⁸²⁵ O paraibano Drault além de banqueiro era dono de uma empresa petrolífera e um conhecido defensor dos planos de Vargas de estatizar a exploração de petróleo no país.

⁸²⁶ MORAIS, op. cit., p. 518.

Devido à insistência de Chatô o empresário paraibano levou o “assunto” a Getúlio Vargas que, por sua vez, indicou o “problema” ao seu genro e governador do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. O presidente nacional do PSD tomou todas as providências necessárias. Assim,

convidado a assumir uma cadeira no Tribunal de Contas da União, o senador Vergniaud Wanderley, do PSD da Paraíba, aceitara renunciar o seu mandato. Também em troca de uma prebenda, o suplente Antônio Pereira Diniz repetiu o gesto do titular e renunciou. Declarado vago o cargo, o Tribunal Superior Eleitoral não teve outra alternativa senão convocar eleições suplementares para o dia 9 de março do ano seguinte para a escolha do novo senador.⁸²⁷

Na seqüência dos acontecimentos, foram realizadas eleições suplementares nas quais Chateaubriand foi candidato único. No cargo de senador continuou sua infrutífera campanha anti-nacionalista para impedir a aprovação da Lei que criou a Petrobrás e instituiu o monopólio estatal do petróleo em outubro do ano de 1953.⁸²⁸ O jornalista considerava impossível a exploração petrolífera no Brasil sem auxílio externo devido às condições econômicas do país e do potencial técnico necessário. Afirmava que a fase do colonialismo havia acabado e a atuação dos Estados Unidos pretendia apenas auxiliar o desenvolvimento da América Latina. Portanto, investiu em sua cadeia de veículos de comunicação na desmoralização das teses nacionalistas, chamadas por diversas vezes de "coisa de comunistas", defendendo que o lema "o petróleo é nosso" era apenas um "chavão soviético".⁸²⁹

Um dos principais opositores da campanha anti-nacionalista de Chateaubriand foi o jornal *Última Hora*. A fundação desse jornal por Samuel Wainer, com financiamento do governo federal no ano de 1951, garantiu a Getúlio Vargas um espaço para defesa dos seus projetos e entre eles estava o da Petrobrás.⁸³⁰ Por conseguinte, em pouco mais de um ano de funcionamento a *Última Hora*, além de se tornar um instrumento do getulismo, conseguiu firmar-se como um concorrente significativo do *Diário da Noite* no Rio de Janeiro, de propriedade de Assis Chateaubriand. Contou ainda com uma edição paulista financiada pelo conde Francisco Matarazzo filho e tinha projetos para o ano de 1953 de lançar uma estação de rádio.

⁸²⁷ Id.

⁸²⁸ Além da questão do petróleo o debate em torno da defesa da cultura cafeeira e a luta pela autonomia do Distrito Federal foram temas centrais durante o seu mandato.

⁸²⁹ *Diário de Notícias*.

⁸³⁰ SODRÉ, op.cit.

Quando o jornal *Tribuna da Imprensa*, fundado no ano de 1949, por Carlos Lacerda, denunciou o uso de recursos federais para a estruturação da *Última Hora*, no ano de 1952, a cadeia dos *Diários Associados* engajou-se inteiramente na campanha de acusações contra o jornal situacionista, encampando ainda as pressões para a deposição do presidente da República. Para tanto, Assis Chateaubriand cedeu, de sua cadeia, o jornalista David Nasser para acompanhar Carlos Lacerda na “investigação”. No intuito de que se popularizasse a campanha contra Wainer e por conseqüência, contra Vargas, colocou a disposição dos repórteres as suas estações de televisão do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Numa tentativa de divulgar outros jornais que também haviam contado com empréstimos do governo federal, como foi o caso de Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, que realizaram saques vultosos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, sem prazo para o pagamento, Samuel Wainer sugeriu a organização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). No entanto, a CPI foi instaurada com o objetivo de atingir Getúlio Vargas, visto que, as denúncias de favorecimento ilícito ao jornal foram apresentadas na Câmara pelo deputado Aliomar Baleeiro, da Banda de Música da UDN.⁸³¹

O respaldo no campo parlamentar esperado por Samuel Wainer converteu-se em omissão por parte do PSD pois, o partido queria evitar que aparecesse na investigação o nome de um dos primeiros financiadores do jornal, o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, que “determinou a um banco mineiro o desconto de 3 mil contos em promissórias da Editora Última Hora S/A, a serem pagos futuramente em publicidade. De fato, o nome de Juscelino jamais apareceu durante os trabalhos da comissão” e por fim, o próprio Getúlio Vargas solicitou ao Banco do Brasil que executasse toda a dívida do jornal *Última Hora* em oito dias.⁸³²

A omissão do PSD, no que diz respeito à defesa do governo diante do recrudescimento dos ataques da UDN, como se observou no caso do jornal *Última Hora*, cresceu com a aproximação das eleições de outubro de 1954 pois, alegando compromissos eleitorais, o PSD recolheu-se aos seus estados, fazendo-se escasso no congresso. Essa postura do PSD veio de encontro à posição de Vargas de premiar durante o seu governo o PTB e a UDN. Segundo Tancredo Neves,

⁸³¹ No momento em que a oposição leva adiante o inquérito parlamentar sobre o jornal *Última Hora* o país passa por uma grave situação econômica, tornando agudas as condições de vida das camadas pobres.

⁸³² HIPOLITO, op. cit., p. 96.

desde o momento em que teve que partilhar parte do governo com a UDN, o PSD já se sente lesado. Depois, era um partido que tinha um certo receio de enfrentar a grande imprensa do Brasil naquela ocasião, que era toda anti-Getúlio; de maneira que procurou fazer um jogo de acomodação. O PSD, por esses motivos, não era um partido totalmente identificado com o governo. Em alguns estados houve também um problema muito importante: a UDN se aliara ao PTB e tinha nesses estados todas as prerrogativas de partido do governo, e o PSD era tratado como oposição. Então, era muito difícil nesses estados a gente realmente trazer o PSD para um apoio entusiasta ao presidente Vargas.⁸³³

No Rio Grande do Sul a resistência pessedista ao governo Getúlio Vargas foi sustentada durante muito tempo pelo grupo de ortodoxos eleitos para a diretoria do PSD gaúcho no ano de 1951. O governo federal chegou a propor uma “Entente Cordeale” mas, a seção gaúcha manteve-se contrária a qualquer acordo. Ainda no ano de 1952, com o sucesso de uma coligação entre PSD/PL/UDN, para as eleições municipais em POA no ano anterior, os ortodoxos iniciaram a organização de uma Frente Democrática (FD) sem acordo como o governo estadual ou federal, ou seja, sem a participação do PTB.⁸³⁴ Essa oposição gaúcha ao governo federal sustentada pelo PSD ortodoxo ganhou mais força com o enfraquecimento do PSDA, devido à demissão de João Neves da Fontoura do governo Getulio Vargas.

4.3. Fim do PSDA: rompimento de João Neves da Fontoura com Getúlio Vargas

Em agosto de 1952 João Neves, enquanto ministro das Relações Exteriores, solicitou à Vargas que aceitasse sua renúncia do cargo, pois sairia do governo “daquela forma na melhor harmonia”, sem necessitar ser demitido, já que a imprensa cogitava a troca do ministério. Vargas o contestou respondendo que “os jornais dizem o que querem, atacam os ministros como atacam a mim”.⁸³⁵ Mesmo assim, João Neves sugeriu que fosse repassada a imprensa uma nota desmentindo as especulações, tendo em vista o possível

⁸³³ Id., p.102.

⁸³⁴ *Diário de Notícias* de 1952.

⁸³⁵ Carta João Neves da Fontoura a Glicério Alves em 11 de novembro de 1953. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 08; Carta João Neves da Fontoura a Jorge Taunay em 12 de outubro de 1953. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 09.

prejuízo das atividades dos ministros com tais suposições. No entanto, Vargas afirmou que não o faria, pois “uma nota não aplacaria os boatos e acabaríamos numa polêmica de notas com os jornais”. Depois de 10 meses João Neves foi desligado do ministério, sendo substituído por Vicente Rao. A partir desse momento, o antigo líder do PSDA considerou as “relações definitivamente terminadas” com Vargas e buscou consolidar ainda mais o PSD gaúcho no cenário nacional como oposição ao governo federal.⁸³⁶

Com o rompimento João Neves considerou

cada vez mais urgente que o nosso partido no Rio Grande tome uma deliberação categórica. Ai é que está o princípio de solução. [...] tenho feito o melhor esforço para que Minas se estabeleça numa frente entre os partidos. A meu ver, o meio de darmos um basta nas loucuras trabalhistas é uma sólida ligação entre Minas e o Rio Grande. Tenho a impressão de que a história vai repetir-se, embora esta vez no plano eleitoral, que é o que convém. Precisamos manter o regime sem abalos de força, mas ao mesmo tempo erradicar a influência perturbadora que o Getúlio está exercendo sobre o Brasil. [...] É preciso que o PSD no Rio Grande não só se organize no plano interno, mas atue no plano nacional.⁸³⁷

Conseqüentemente, no mês de dezembro de 1953, João Neves já participava ativamente da solidificação da FD no Rio Grande do Sul. Em carta ao pessedista gaúcho Glicério Alves demonstrou estar em negociação com a UDN a fim de lançar um candidato ao governo do estado pelo PSD, sendo também esse “o pensamento do Pilla”.⁸³⁸ Para João Neves a eleição de pessedistas poria fim

a anarquia que o trabalhismo implantou em nosso estado. Não faço referências pessoais e nem restrições. Refiro-me à má administração daquele partido. Isso vale tanto para o estado, quanto para a União. Considero indispensável encerrar-se a predominância do espírito de aventura do trabalhismo xenófobo, sectário e da confusão que são característicos do PTB.⁸³⁹

⁸³⁶ Carta João Neves da Fontoura a Glicério Alves em 11 de novembro de 1953. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 08; Carta João Neves da Fontoura a Jorge Taunay em 12 de outubro de 1953. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 09.

⁸³⁷ Carta João Neves da Fontoura a Glicério Alves em 31 de dezembro de 1953. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 15.

⁸³⁸ Carta João Neves da Fontoura a Glicério Alves em 30 de dezembro de 1953. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 08

⁸³⁹ Carta João Neves da Fontoura a Glicério Alves em 07 de janeiro de 1954. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 15.

Em início de 1954, João Neves repassou algumas instruções ao pessedista Glicério Alves, entre elas, a escolha de um pessedista que viesse reunir em torno do seu nome o apoio do PSD e dos outros partidos para o cargo de governador do Rio Grande. Para tanto, pensou que “entre esses parece estar sumariamente indicado, o ilustre prefeito de Porto Alegre, Dr. Ildo Meneghetti”.⁸⁴⁰ A indicação de João Neves possivelmente se deu pelo fato de Ildo Meneghetti, como se observou anteriormente, ser mais identificado com o grupo ortodoxo do PSD gaúcho que, por sua vez, não apoiava o governo estadual e tão pouco o federal.

No mês de abril deste mesmo ano João Neves comunicou a Glicério Alves que não participaria da convenção do PSD gaúcho, pois preferia acompanhar de longe, visto que a candidatura de Ildo Meneghetti pela FD com a finalidade de liquidar a “aventura trabalhista” já estava consumada.⁸⁴¹ Formalmente, nesse mesmo mês, foi lançado o protocolo que previa a organização da FD, tendo sido formada uma “Comissão Executiva Central com representação partidária” do PSD, PL e UDN. Essa coligação tinha como objetivo central o lançamento de “candidatos comuns às eleições de governadores e as duas vagas do Senado federal”. Entretanto, o candidato escolhido para governar o estado teria compromisso com a coligação e não somente com o seu partido. Além disso, o protocolo da FD previa a elaboração conjunta de um plano de governo e um esforço coletivo para encontrar “uma solução harmônica do problema da sucessão presidencial”.⁸⁴²

Contudo, neste momento no cenário nacional houve um agravamento da crise econômica, das tensões sociais, bem como um aumento da oposição parlamentar sobre a corrupção administrativa e a tentativa de intervenção dos militares na política.⁸⁴³ O jornal *Diário de Notícias*, como o restante da imprensa, contribui para a sensação de instabilidade nacional através das constantes críticas à administração Vargas. Desde o início do mês de agosto de 1954 o jornal alertava os seus leitores sobre a falta de iniciativa do presidente da República para solucionar os problemas que o país enfrentava.

⁸⁴⁰ Carta João Neves da Fontoura a Glicério Alves em 07 de janeiro de 1954. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 15.

⁸⁴¹ 19.04.1954. cx 9.

⁸⁴² Ata da X sessão do Diretório Estadual da UDN gaúcha em 04 de abril de 1954. Arquivo Flores Soares. NUPERGS.

⁸⁴³ BENEVIDES, op. cit., 1981. Nesse sentido teve-se o “memorial dos coronéis”, que pediram o afastamento do Ministro do Trabalho João Goulart e a condução do inquérito por parte da Aeronáutica de um atentado a Carlos Lacerda.

Em início de agosto daquele mesmo ano aconteceu no Rio de Janeiro um atentado a Carlos Lacerda, proprietário da Tribuna da Imprensa, um dos maiores jornais da oposição, que veio a fortalecer no *Diário de Notícias* o discurso de instabilidade nacional. A partir desse momento descreveu diariamente os avanços no processo de investigação, ligando paulatinamente Getúlio Vargas a essa tentativa de assassinato.⁸⁴⁴ No dia dez de agosto esse jornal lançou a tese de renúncia do presidente da República, noticiando a movimentação das forças armadas. Em seguida, o *Diário de Notícias* propiciou amplo espaço para as palavras do ministro da Guerra Zenóbio da Costa que se propunha a garantir o apoio das forças armadas à constituição.⁸⁴⁵

Para Maria Celina D' Araújo

ao nível ideológico, é através da grande imprensa que se expressam fundamentalmente as críticas dirigidas à política de Vargas. É através dela que as insatisfações e divergências dos grupos dominantes ganham ressonância, transformando os grandes jornais em núcleos poderosos da resistência ao governo. No momento em que o rompimento da imprensa com o governo atinge o clímax, este passa para uma fase de declínio irreversível. [...] O cerco da imprensa torna-se definitivo.⁸⁴⁶

Desse modo, com os altos índices inflacionários e agitações sociais insufladas pela imprensa, o governo getulista enfraqueceu progressivamente, gerando vários ensaios para a sua retirada do poder, visto que civis e militares planejaram o *impeachment*, a renúncia e/ou a licença. O PSD nacional posicionou-se contrário à proposta da retirada do presidente e, de fato, não defendeu a permanência de Getúlio mas sim a sobrevivência das instituições do regime, “daí o consentimento tácito do partido à proposta de afastamento 'voluntário' de Vargas. O que importou no cálculo do PSD foi manter o funcionamento das instituições, administrando politicamente a crise e emprestando a conjuntura à mímica da normalidade”.⁸⁴⁷ Apenas o grupo de pessedistas ortodoxos gaúchos declarou-se publicamente favorável ao processo de *impeachment*.⁸⁴⁸

⁸⁴⁴ *Diário de Notícias*, agosto de 1954.

⁸⁴⁵ *Diário de Notícias*, agosto de 1954.

⁸⁴⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Segundo Governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982. p. 25.

⁸⁴⁷ HIPOLITO, op. cit., p.103.

⁸⁴⁸ *Diário de Notícias*, 16 de junho de 1954, p. 02.

Com o acirramento da oposição ao seu governo, Getúlio Vargas renunciou e suicidou-se em 24 de agosto de 1954.⁸⁴⁹ Neste mesmo dia, no Rio Grande do Sul, manifestantes descontentes com as críticas constantes do *Diário de Notícias*, à figura de Getúlio, destruíram a sede do jornal. Segundo o ex-repórter desse jornal, Rodrigues Till, só foi possível retornar às publicações em início de março de 1955, porque Breno Caldas cedeu por “generosidade” ao *Diário de Notícias* a velha máquina impressora do *Correio do Povo*.⁸⁵⁰ Porém, é importante observar que o equipamento superado que Caldas disponibilizou ao jornal não tinha condições de competir com a moderna e potente *Hoe* do *Correio do Povo*, e ainda serviu para bloquear a vinda de empresas de outros estados que desejassem ocupar o espaço no mercado gaúcho aberto pela destruição do *Diário de Notícias*. Portanto, a “generosidade” de Breno Caldas foi, acima de tudo, um excelente negócio para o *Correio do Povo*.

A destruição da redação do *Diário de Notícias* trouxe grandes enfrentamentos com o futuro governo Ildo Meneghetti. Os *Diários e Emissoras Associadas* fizeram de tudo para obter as indenizações decorrentes do suicídio de Vargas. Após as depredações, o ainda candidato da FD apoiou a atitude do presidente do PSD gaúcho, Peracchi Barcellos, de encaminhar ao Legislativo a instalação de uma Comissão de Inquérito para averiguar a omissão por parte do executivo estadual frente aos atos de vandalismos cometidos no dia 24 de agosto. Todavia, depois de eleito o governador se recusou a pagar as indenizações pleiteadas, o que gerou, segundo Rodrigues Till, “uma guerra secreta da direção dos *Diários Associados* contra Ildo Meneghetti”.⁸⁵¹

Quando o novo governador gaúcho assumiu a administração do estado, em 1955, o seu partido enfrentava mais uma cisão em decorrência dos debates em torno do pleito eleitoral para a presidência de República no mês de outubro. As discussões iniciaram conjuntamente ao debate para a fundação da FD, em fins de janeiro de 1954, quando João Neves direcionou as negociações em torno da sucessão presidencial, efetivando a formação de uma frente com o apoio do PL e da UDN no plano nacional contra a herança varguista. O PSDA enfraquecido não representava mais uma ameaça à unidade pessedista e assim, o

⁸⁴⁹ Com a garantia das Forças Armadas, Café Filho, seu vice, assumiu a presidência da República, sendo seu novo ministério composto, em sua maioria, por membros de tendência udenista. Chateaubriand foi um dos apoiadores do novo governo, alegando que as forças democráticas não deveriam se dividir.

⁸⁵⁰ TILL, Rodrigues. **Say Marques**: o criador da Feira do Livro em 1955. Porto Alegre: EVANGRAF, 2004. p. 75.

⁸⁵¹ TILL, op. cit., p. 98.

anti-varguismo dentro do partido, representado pelo movimento anti-juscelino, fortaleceu uma postura de independência em relação ao diretório pessedista nacional que resultou na dissolução da diretoria do PSD gaúcho, como se observará em seguida.

4.4. Intervenção do PSD nacional na seção gaúcha: eleição presidencial em 1955

Na intenção de coordenar o lançamento pelo PSD de um candidato a presidente da República anti-Vargas, o ex-ministro João Neves organizou o credenciamento, ainda em janeiro de 1954, de “um delegado categorizado do PSD gaúcho junto à política federal, sobretudo, junto aos demais partidos estaduais, no sentido de se encontrar uma solução para a sucessão presidencial”. Acreditava que Getúlio faria “de tudo para impedir isto ou para fazê-lo recair em pessoa dele”,⁸⁵² portanto, com a proximidade da convenção nacional do PSD, no mês de fevereiro de 1954, as seções pessedistas do Rio Grande do Sul, de Pernambuco e Santa Catarina uniram-se numa frente anti-Juscelino, na perspectiva de barrar uma possível herança getulista.

A par das negociações o pessedista Juscelino, durante os meses de novembro e dezembro de 1954, encontrou-se com João Neves em busca de apoio a sua futura candidatura pois, já contava com o aval do PTB. Contrário ao acordo com o PTB, João Neves declarou a Juscelino

que a sua escolha se me afigurava pacífica, mas que o problema de sua eleição ia depender do partido ao qual o PSD se devesse aliar, inclusive destinando a candidatura a vice-presidência. Entendia eu que esse partido deveria ser a UDN [...]. Julgava também, que de nenhum modo será possível que a preferência recaísse no PTB [...]. Porque considerava os elementos mais rubros do PTB como os principais responsáveis pelos desatinos do governo Vargas. Seria reabrir uma questão extremamente grave pretender que a sombra de uma candidatura conveniente, como a de Juscelino, ressurgisse tais elementos, ou pelo menos viesse a flutuar no mundo político, retomando posições que deslustraram de maneira

⁸⁵² Carta João Neves da Fontoura a Glicério Alves em 07 de janeiro de 1954. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 15.

mais do que evidente. Foram essas minhas ponderações, feitas no primeiro encontro com o governador de Minas.⁸⁵³

Poucos dias depois, Juscelino solicitou um novo encontro com João Neves da Fontoura que, por fim, se comprometeu em fazer um

esforço a fim de evitar a luta no seio do PSD e que esse esforço geraria na promoção da escolha do nome do General Cordeiro de Farias para seu companheiro de chapa nas próximas eleições [...]. No final fiz questão de ressaltar ao governador de Minas que, se o PSD do Rio Grande tomasse uma direção contrária à candidatura dele, eu me viria obrigado a acompanhar os meus conterrâneos.⁸⁵⁴

Entretanto, alguns meses antes, quando já se cogitava o apoio do PTB a Juscelino com a condição que o vice-presidente escolhido fosse o petebista João Goulart (Jango), João Neves indagou, em carta “estritamente confidencial”, a Etelvino Lins, governador de Pernambuco, se

por ventura alguém imagina Jango (que tanto fala em forças reacionárias e lugares comuns semelhantes) batendo sola de sapato por esse Brasil a fora em favor da candidatura de um pessedista, e pessedista mineiro? De certo que não. O futuro político do rapaz de São Borja, como de seu chefe, está na demagogia do salário mínimo, do nacionalismo sem limitações do petróleo é nosso e outras fórmulas que enganam as massas, empobrecidas pela inflação na terrível espiral formada de aumentos de salários e preços.⁸⁵⁵

A aliança PSD/PTB desapontou também Assis Chateaubriand, que mesmo apoiando a candidatura de Juscelino Kubitschek não concordava com a indicação de João Goulart a vice-presidente. Quando Chateaubriand tentou a reeleição ao Senado pela Paraíba, com o apoio da coligação PSD/PL no pleito de outubro desse mesmo ano, ou seja, em 1954, João Goulart se posicionou contrário a sua candidatura. Segundo Chatô, Goulart procurou

um homem político da Paraíba e, abertamente, se pronunciou contra a minha reeleição a senador daquele Estado. Deu as suas razões, enumerou os motivos que tinha para combater-me e eu interpretei a sua conduta como inteiramente lógica e razoável. Não encontrei um só elemento para achar que a sua atitude contra mim dentro da Paraíba estivesse, do ponto

⁸⁵³ Carta João Neves da Fontoura a Gouthier em 02 de dezembro de 1954. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 15.

⁸⁵⁴ Carta João Neves da Fontoura a Gouthier em 02 de dezembro de 1954. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 15.

⁸⁵⁵ Carta João Neves da Fontoura a Etelvino Lins em julho de 1954. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 15.

de vista político, desajustada com a realidade dos partidos nacionais, que existem no Brasil.⁸⁵⁶

Entretanto, depois de ser informado sobre a posição de Goulart sobre a sua candidatura, Chateaubriand passou a tratar o então ministro do Trabalho como tema central de seus artigos diários. Chegou até mesmo a perguntar ao leitor se alguém sabia como e quando João Goulart assumiu a direção nacional do PTB, passando a associá-lo aos “soviéticos”.⁸⁵⁷ Nem a saída de João Goulart do ministério, em fevereiro de 1954, aplacaram as críticas do Chateaubriand, tornando-se apenas mais moderadas quando passou a ser oficialmente o vice-presidente de Juscelino no mês de novembro de 1954.⁸⁵⁸

Desse modo, a candidatura oficial de Jango a vice-presidente da República, selando o acordo com o PTB, inviabilizou em definitivo o apoio de algumas seções do PSD a candidatura Juscelino. No início do mês de dezembro de 1954, reuniu-se o diretório nacional do PSD, com a participação do governador Etelvino Lins, Nereu Ramos e Peracchi Barcelos. Como Juscelino não desistiu de sua candidatura e as seções do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco não o aceitaram, o conselho decidiu adiar a escolha do candidato oficial do partido até a “audiência prévia dos demais partidos” e do “estabelecimento de alguns pontos básicos de programa de governo”, criando, por fim, uma “lista de pessedistas para, a respeito desses nomes, auscultarem as direções de outros partidos”.⁸⁵⁹

No Rio Grande do Sul, desde muito antes, a maioria dos diretórios pessedistas municipais se manifestaram contrários à candidatura de Juscelino, dado que, João Neves da Fontoura solicitou a Peracchi Barcellos adesão ao lançamento da candidatura do pessedista Nereu Ramos.⁸⁶⁰ Para tanto, os ortodoxos gaúchos procuraram o apoio da UDN e “demais forças congregadas na legenda da ‘união nacional’, em torno de uma candidatura saída das fileiras do PSD dissidente”, também chamado ortodoxo, sem participação do PTB.⁸⁶¹

⁸⁵⁶ *Diário de Notícias*, 12 de março de 1954, p. 04.

⁸⁵⁷ *Diário de Notícias* de 1954.

⁸⁵⁸ Não sendo eleito Assis Chateaubriand deixou o Senado ao final de seu mandato em janeiro de 1955. Mas usando o mesmo artifício de 1952, obteve a renúncia do senador maranhense Alexandre Bayma e de seu suplente Newton de Barros Belo, o que abriu uma nova vaga no Senado. Assim, elegeu-se pelo Maranhão na legenda do PSD, sendo empossado em junho de 1955.

⁸⁵⁹ Carta João Neves da Fontoura a Gouthier em 02 de dezembro de 1954. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal João Neves da Fontoura, Caixa 15.

⁸⁶⁰ Apenas dezoito diretórios municipais apoiaram, inicialmente, a candidatura de Juscelino. *Diário de Notícias*, 08 de março de 1955, p.03.

⁸⁶¹ *Diário de Notícias*, 24 de março de 1955, p.03.

Frente à negativa de Nereu Ramos de candidatar-se a presidente da República, Peracchi Barcellos, no início de 1955, aderiu à candidatura de Carlos Luz, lançada anteriormente pelo pessedista gaúcho Paim Filho.⁸⁶² O PL e a UDN gaúcha aceitaram a proposta, no entanto, a maior parte da bancada federal do PSD gaúcho, como Nestor Jost, Godoy Ilha, Daniel Faraco, Hermes de Souza e Tarso Dutra não concordaram com o fato do candidato da “união” não ser pessedista.⁸⁶³ Entretanto, como era de se esperar, a comissão executiva nacional do partido desaprovou a possível candidatura de Carlos Luz e manteve a de Juscelino Kubitschek. Desse modo, a ala ortodoxa do PSD gaúcho dividiu-se, visto que um grupo, liderado por Peracchi Barcellos, manteve-se contrário à candidatura de Juscelino e, com a frustração da indicação de Carlos Luz, passou a articular no estado o lançamento de Etelvino Lins a presidente da República. Um segundo grupo, formado pela bancada federal do partido, com apoio de alguns membros que faziam parte do PSDA, fundou no estado o movimento chamado de “juscelinismo”.⁸⁶⁴

A disputa entre “juscelinistas” e dissidentes acentuou-se quando a maior parte do diretório municipal de Porto Alegre mostrou-se mais favorável ao movimento pró-Juscelino. Desde o mês de março de 1955 a direção desse núcleo tentou organizar uma reunião para a escolha da nova direção e para oficializar essa postura frente à sucessão presidencial. No entanto, por intermédio de Peracchi Barcellos “o presidente do diretório pessedista de Porto Alegre, Sr. Oscar Freitas de Castro, vem evitando a reunião do diretório”.⁸⁶⁵ No mês de maio de 1955, o presidente do PSD gaúcho, Peracchi Barcellos, articulou o lançamento do deputado Hélio Carlomagno à direção do núcleo municipal de Porto Alegre. A escolha de um presidente pró-Etelvino Lins poderia reverter o apoio ao movimento “juscelinista” do núcleo de POA, situado num dos maiores colégios eleitorais do estado.⁸⁶⁶

Mas em momento algum Peracchi Barcellos oficializou a dissidência regional, pois se o Diretório Nacional quisesse intervir no Rio Grande do Sul, não encontraria nenhum

⁸⁶² *Diário de Notícias*, 31 de março de 1955, p.03

⁸⁶³ *Diário de Notícias*, 01 de abril de 1955, p.02.

⁸⁶⁴ Como o PTB gaúcho decidiu prestar apoio à Juscelino Kubitschek parte da ala ortodoxa pessedista nem mesmo compareceu aos eventos realizados pela visita desse candidato ao Rio Grande do Sul, tendo vindo oficialmente como convidado do PTB. *Diário de Notícias* de 1955.

⁸⁶⁵ *Diário de Notícias*, 01 de abril de 1955, p.02.

⁸⁶⁶ *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1955, p.03.

documento formal por parte da direção regional do partido. Segundo Tarso Dutra, com essa medida de cautela uma intervenção do plano nacional, do ponto de vista judicial, “seria inoperante”.⁸⁶⁷ Mesmo assim, no início do mês de junho esteve no Rio Grande do Sul, Eurico Salles, como emissário do PSD Nacional. Encontrou-se com representantes das duas correntes do PSD gaúcho para levar à direção nacional do partido as divergências de opiniões do diretório regional e, portanto, se decidir um meio eficaz de unidade nacional do PSD.⁸⁶⁸ Por conseguinte, nesse mesmo mês, a comissão executiva do PSD nacional “sugestionou” a dissolução do diretório pessedista gaúcho, devendo ser retirado da presidência do partido o líder dissidente Peracchi Barcellos e tomar posse uma liderança do grupo “juscelinista”.⁸⁶⁹

Contudo, o líder da dissidência gaúcha retardou a convocação da convenção para a eleição do novo diretório, pois estava em viagens pelo Brasil tentando fortalecer a frente anti-Juscelino. No início do mês de julho, as seções estaduais dissidentes do PSD acordaram com a UDN o lançamento de Juarez Távora como presidente da República e Milton Campos como vice-presidente. Apenas depois de um mês da determinação do conselho nacional do PSD e de ser pressionado pela bancada federal gaúcha o presidente Peracchi Barcellos agendou a convenção para dia 15 de julho.

Na convenção os “juscelinistas” tentaram um acordo com os dissidentes, mas o encontro terminou sem um posicionamento comum entre os dois grupos. Neste mesmo período a dissidência pessedista gaúcha passou a ser pauta da comissão executiva nacional do PSD. Devido ao posicionamento do diretório gaúcho, a direção nacional do partido determinou a intervenção na seção do Rio Grande do Sul pautado pelo Art. 10 dos seus estatutos, o qual permitia a tomada de medidas necessárias nas seções regionais para a manutenção da unidade e da disciplina partidária. Inicialmente o diretório nacional nomeou uma comissão que ficou responsável por eleger o presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiros e auxiliares.⁸⁷⁰

Em seguida, como presidente da Comissão de Reestruturação instaurada pelo diretório nacional, foi nomeado Firmino Paim Filho. Todos os membros restantes que

⁸⁶⁷ *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1955, p.03

⁸⁶⁸ *Diário de Notícias*, 03 de junho de 1955, p.03

⁸⁶⁹ *Diário de Notícias*, junho de 1955.

⁸⁷⁰ *Diário de Notícias*, 17 de julho de 1955, p.14.

compuseram esse grupo pertenciam aos “juscelistas”. Ainda assim, Walter Peracchi Barcelos continuou como vice-presidente em exercício do PSD gaúcho. Com intuito de reunir provas para recorrer ao judiciário contra a intervenção, solicitou ao diretório nacional do partido cópias das duas últimas atas das convenções partidárias, e do acordo com o PTB. Porém, ao analisar o material, o grupo dissidente descobriu que o diretório nacional do PSD não possuía registro oficial no TER e, portanto, não teria validade a sua intervenção no Rio Grande do Sul.⁸⁷¹

Por conseguinte, no mês de agosto o TSE anulou a decisão do TRE gaúcho que atestava a ilegalidade do diretório nacional do PSD. No entanto, como o processo demorou dez dias o grupo dissidente, que estava na direção através de uma liminar, conseguiu registrar os seus candidatos, impedindo que o grupo “juscelinista”, que não havia assumido a direção, fizesse o mesmo. Para isso, em início deste mesmo mês, Peracchi Barcelos encaminhou telegramas aos diretórios municipais aconselhando-os a registrarem imediatamente os candidatos pessedistas aos pleitos municipais.⁸⁷²

Em meados do mês de agosto a seção pessedista gaúcha e a pernambucana publicaram um manifesto de apoio à candidatura Juarez-Milton. Em vista disto, o diretório nacional cogitou o desligamento oficial desses diretórios do partido.⁸⁷³ Frente a essas medidas do grupo dissidente, o movimento “juscelinista”, liderado por Marcial Terra, com participação de Jerônimo Mércio Teixeira, Oscar da Fontoura e Nestor Jost, percorreu diversas regiões do estado orientando os líderes dos diretórios municipais a fim de fortalecer a candidatura de Juscelino à presidência da República.⁸⁷⁴ Mas nem a vitória de Juscelino encerrou o episódio da intervenção na seção do Rio Grande do Sul, pois os pessedistas gaúchos continuaram sustentando a sua linha de independência em relação ao governo federal, como se perceberá na seqüência.

⁸⁷¹ *Diário de Notícias*, 19 de julho de 1955, p.14.

⁸⁷² *Diário de Notícias*, 02 de agosto de 1955, p.04; *Diário de Notícias*, 04 de agosto de 1955, p.04.

⁸⁷³ *Diário de Notícias*, 12 de agosto de 1955, p.02.

⁸⁷⁴ *Diário de Notícias*, 10 de setembro de 1955, p.02; *Diário de Notícias*, 18 de setembro de 1955, p.02.

4.5. Os dissidentes gaúchos durante o governo Juscelino Kubitschek

O resultado eleitoral dando a vitória à coligação PSD/PTB mobilizou a oposição que não aceitou a derrota eleitoral. A UDN, dirigindo esse processo, dividiu-se em duas frentes de ataque para impedir que Juscelino e Goulart assumissem seus cargos. O grupo de “intransigentes” udenistas, adeptos da tática legalista e pertencente à linha “histórica”, pediram a revisão do pleito sob a alegação de fraude e nulidade dos votos dos comunistas. O outro grupo, os “lacerdistas”, que eram favoráveis à tática golpista, contaram com o apoio dos militares ligados à Cruzada Democrática, antigetulistas, à Cruzada Anticomunista e vários setores mais radicais da Aeronáutica e da Marinha.

Com o enfarte de Café Filho, Carlos Luz assumiu a presidência da República. Desse modo, o presidente em exercício contou com o apoio de Carlos Lacerda, o que precipitou seu impedimento pelo Congresso devido à possibilidade de um golpe.⁸⁷⁵ Assim, o “11 de novembro”, dia em que o Congresso se reuniu e declarou o impedimento de Carlos Luz, e o presidente do Senado Nereu Ramos assumiu o governo, sob o prisma militar, fato que foi considerado um “contragolpe”, ou um “contragolpe-preventivo”. Esse “contragolpe” teve como objetivo a deposição de Café Filho e o asseguramento da posse dos eleitos, pois, segundo esses, o “golpe” dos “lacerdistas” e militares, que depois ficou conhecido como “novembrada”, estava sendo articulado desde que se iniciaram os debates para adiamento das eleições. Sob o prisma dos chamados “golpistas” ou ainda, dos “lacerdistas”, o “11 de novembro” estava sendo armado contra as instituições democráticas, e seu dever era proteger o país instaurando um “regime de exceção”.

Somente em início de janeiro de 1956, ainda em “estado de sítio”, foi efetivada a posse dos eleitos conforme previa a Constituição. Durante o governo Juscelino observou-se duas fases políticas bem distintas. A primeira, que vai até meados de 1958, manteve um bom relacionamento com os militares e os partidos, fortalecendo principalmente a aliança PSD/PTB em nível nacional. Nesse governo 16 ministérios eram do PSD e 6 do PTB, mas a UDN não possuiu nenhum, portanto, a “banda de música” concentrou seus ataques nas gestões dos Ministros da Fazenda e nos gastos com a construção de Brasília.

⁸⁷⁵ Em 21 de novembro, já restabelecido, Café Filho tentou reassumir, mas o Congresso concedeu o “estado de sítio” solicitado pelos militares. Café Filho ingressou no Supremo Tribunal Federal com um mandato de segurança, que foi indeferido pela Suprema Corte.

No Rio Grande do Sul a aliança entre PSD/PTB não se efetivou pois, o governo Ildo Meneghetti, adepto da linha dissidente, defendeu um governo alinhado apenas com a coligação pela qual fora eleito, ou seja, com a FD. Além disso, sem um posicionamento formal do PSD gaúcho de apoio ao governo federal, o processo de intervenção na seção gaúcha continuou durante a administração Juscelino. Em fins de fevereiro de 1956 a Comissão de Reestruturação do diretório iniciou o seu trabalho com um primeiro encontro. O seu presidente Paim Filho sugeriu a dissolução dos diretórios municipais solidários com os dissidentes, no entanto, Oscar da Fontoura, um dos líderes da dissidência, concordando com a recomendação de Amaral Peixoto, presidente nacional do PSD, preferiu entrar em entendimento com esses diretórios para não haver mais cisões.⁸⁷⁶

Segundo o boletim dissidente do PSD gaúcho

alguns membros da Comissão Reestruturadora ficaram aturdidos com o pronunciamento dos diretórios municipais e, nesse estado de espírito, pediram o aumento da dita Comissão para 45 membros.[...] A Comissão Reestruturadora esperava, pelo menos, o apoio de 30 diretórios. Em lugar disso obteve a solidariedade de apenas 3, contra 113 que se manifestaram acordes com a atitude assumida por Walter Peracchi Barcellos, isto porque, dos 118 diretórios, 2 não se pronunciaram, nem pela dissidência, nem pela Comissão Amaralista.⁸⁷⁷

Depois de muitas negociações realizou-se um novo encontro entre o grupo ortodoxo, que chefiava a Comissão e o grupo de dissidentes, que ainda respondia pela direção do partido no estado. Como Paim Filho não aceitou nenhuma proposta de reconciliação com o grupo dissidente, toda Comissão decidiu solicitar sua demissão e, portanto, encaminhou ao diretório nacional um pedido de dissolução oficial do grupo.⁸⁷⁸ Em meados de julho a comissão executiva nacional do PSD determinou o encerramento da Comissão de Reestruturação pois, como não atingiu os objetivos propostos no prazo de 180 dias foi designada um novo grupo para reorganizar o partido no estado, declarando extinto o diretório gaúcho do PSD.⁸⁷⁹

⁸⁷⁶ Amaral Peixoto enviou uma carta a Comissão de Reestruturação do PSD gaúcho sugerindo algumas medidas. *Diário de Notícias*, 18 de fevereiro de 1956, p.02.

⁸⁷⁷ *Boletim Informativo do PSD – Dissidência*, 03 de março de 1956, p. 01. Nº3. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal Arthur Ferreira Filho. Caixa 2, Maço 1

⁸⁷⁸ *Boletim Informativo do PSD – Dissidência*, 03 de março de 1956, p. 04. Nº3. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Pessoal Arthur Ferreira Filho. Caixa 2, Maço 1

⁸⁷⁹ *Diário de Notícias*, 17 de julho de 1956. p. 02; *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1956. p. 02.

No entanto, o PSD nacional aceitou a proposta da bancada federal do partido que sugeriu a formação de uma “comissão mediadora” de cinco membros, dois de cada ala (ortodoxa e dissidente), e mais Protásio Vargas, para solucionar o impasse entre os pessedistas gaúchos.⁸⁸⁰ Mas a distribuição de postos federais no estado, durante o mês de agosto, dificultou novamente a pacificação entre as alas. A medida mais enérgica da Comissão foi o afastamento de Peracchi Barcellos da liderança do partido, o que gerou a sua renúncia, no mês de outubro, do cargo de secretário do Interior e Justiça.

Desse modo, foi nomeado como presidente da Comissão de Reorganização do PSD, o secretário do Interior e Justiça Hélio Carlomagno, mas Peracchi Barcellos continuou sustentando uma linha de independência, declarando à imprensa que uma União Nacional seria apenas em torno dos problemas básicos e não em torno de uma candidatura única para as eleições em 1958. Entretanto, o governador Ildo Meneghetti se mostrou favorável a um acordo partidário que não fosse além das fronteiras do estado pois, no Rio Grande do Sul o PTB não era apoiador do PSD.⁸⁸¹ Esse posicionamento do governador resultou na sua eleição para presidente do diretório do PSD no Rio Grande do Sul em fins de 1957, encerrando os dois anos de intervenção do diretório nacional na seção gaúcha. Desse modo, a dissidência gaúcha saiu fortalecida do embate com a direção nacional do partido, visto que, mantinha-se na diretoria. Todavia, o cargo ocupado pelo governador gaúcho agravou ainda mais a relação do estado com o governo Juscelino Kubitschek.⁸⁸²

Durante o governo Ildo Meneghetti, o PTB era majoritário na Assembléia Legislativa, no Congresso Nacional e na capital do estado. Segundo Carlos Cortez, a mágoa do presidente da República foi convertida em boicotes ao Rio Grande do Sul. Desse modo, não coube a estado nenhum dos benefícios do Programa de Metas e quando Ildo Meneghetti iniciou o seu programa de construção de estradas, com recursos gaúchos, o governo federal não concedeu a permissão para a importação do maquinário necessário. Essa polêmica iniciou quando os deputados pessedistas Clovis Pestana e Godoy Ilha denunciaram através do jornal *O Globo*, que o ministro da Fazenda José Maria Alkimin, a pedido de João Goulart e Leonel Brizola, estavam impedindo o processo de importação de máquinas rodoviárias solicitadas pelo governo gaúcho. Salientaram ainda, que no ano anterior o prefeito de Porto Alegre, Leonel Brizola, articulou a importação de máquinas

⁸⁸⁰ *Diário de Notícias*, 14 de julho de 1956, p. 01; *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1956, p. 02.

⁸⁸¹ *Diário de Notícias*, 01 de junho de 1957, p. 01.

⁸⁸² *Diário de Notícias*, 19 de novembro de 1957, p. 04.

para vários municípios do interior e que neste processo obteve comissões ilícitas para utilizar na sua futura campanha eleitoral ao governo do estado.⁸⁸³

Da mesma forma, o governo federal barrou a exportação da lã gaúcha, restando ao estado negociar apenas com São Paulo. Ainda, negou uma licença de importação de animais da Argentina e do Uruguai que fortaleceria um programa de recuperação do estado frente a uma grande estiagem ocorrida no ano de 1957.⁸⁸⁴ Em contrapartida, o prefeito de Porto Alegre, o petebista Leonel Brizola, eleito praticamente depois de um ano do governo Ildo Meneghetti, tornou-se o grande beneficiário do governo federal. Para Carlos Cortez enquanto João Goulart dominava o PTB nacionalmente, coube a Brizola dirigir a máquina estatal do PTB. Até mesmo porque, na busca de recursos federais, muitos empresários utilizaram Brizola como uma ponte. Segundo este autor, Brizola, com o auxílio do cunhado João Goulart, também se serviu amplamente de recursos financeiros federais, principalmente do Ministério do Trabalho.⁸⁸⁵

A imprensa oposicionista denunciou constantemente os inúmeros favorecimentos prestados pelo governo Juscelino. Um caso amplamente abordado pela imprensa foi a nomeação de Assis Chateaubriand para embaixador do Brasil na Inglaterra no ano de 1957. Durante a campanha eleitoral o jornalista apoiou a candidatura de Kubitschek em troca da sua nomeação para a embaixada em Londres. Nos meses seguintes à posse do presidente da República, Chatô passou a cobrar a promessa, visto que, depois de um mês de governo, o novo presidente mantinha Samuel de Souza Leão naquela prometida embaixada. Desse modo, na tentativa de compensar o jornalista, Juscelino o convidou para acompanhá-lo numa viagem ao Rio Grande do Sul e ainda fazer o discurso de encerramento da VI Festa Internacional do Trigo em Erechim.

No final do evento, diante de várias autoridades federais e estaduais, Chateaubriand disse aos gaúchos que o trigo nacional era “um acidente na vida do Brasil e do Rio Grande” pois, o estado possuía “solos demasiados ricos para os desvalorizar com uma cultura pobre como a triticultura, hoje em pleno regime de superprodução no mundo”. Após apontar as inúmeras desvantagens do trigo e constranger a todos os presentes

⁸⁸³ *Correio do Povo*, maio de 1958.

⁸⁸⁴ CORTÉZ, op. cit.

⁸⁸⁵ Id.

encerrou a sua participação elogiando a popularidade do presidente da República no estado gaúcho.⁸⁸⁶ Para Fernando Morais somente naquele instante

Juscelino percebeu a armadilha em que havia caído e entendeu, com clareza meridiana, que precisava nomear Chateaubriand com urgência para a embaixada do Brasil em Londres. Se não por outras razões, pelo menos para mantê-lo a distância e se poupar de outra afronta como aquela. A nomeação só acabaria saindo no *Diário Oficial* no começo de 1957.⁸⁸⁷

Desse modo, Chateaubriand renunciou ao seu mandato de senador para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Inglaterra, a convite de Juscelino Kubitschek.⁸⁸⁸ A grande repercussão dessa nomeação trouxe a público, o acordo realizado com o jornalista gerando inúmeras críticas na imprensa pelos métodos de “apoio” político utilizados pelo presidente da República. Nesse momento, a inflação se tornou um problema cada vez mais sério e o número de greves e movimentos das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais o pressionaram ainda mais, marcando o início de uma segunda fase no governo Juscelino. As crises de natureza econômica e as inúmeras tentativas de reverter a imagem negativa das suas estratégias políticas deram a tônica a essa segunda fase. Assim, restou a Juscelino buscar incessantemente a consolidação de acordos e coligações com vários partidos, com vistas às eleições estaduais, no ano de 1958 e à presidência da República, em 1960.

No estado gaúcho, em fins de novembro de 1957, o grupo dissidente, mantendo-se na oposição ao governo Juscelino, reorganizou os diretórios municipais do PSD pelo estado e ao mesmo tempo iniciou a campanha de Peracchi Barcellos a governador do Rio Grande do Sul pela FD.⁸⁸⁹ Entretanto, O *Diário de Notícias*, prestando apoio ao governo federal e amargurado com a negativa do governador de pagar as indenizações pleiteadas pela destruição do jornal em 1954, propiciou amplo espaço apenas aos pessedistas do grupo “juscelinista” do Rio Grande do Sul, através da coluna política “E a taquigrafia não registrou” até 1958 e a “Raio X” a partir de 1959.

⁸⁸⁶ *Diário de Notícias*, 25 de outubro de 1956, p. 04.

⁸⁸⁷ MORAIS, op. cit., p. 582.

⁸⁸⁸ Depois de apresentar suas credenciais ao governo britânico Assis Chateaubriand declarou que não seria um embaixador de gabinete e sim, um defensor da abertura de novos mercados para as matérias primas tropicais. Com esse intuito participou, como chefe da delegação brasileira, da II Conferência Internacional do Açúcar, em 1958, em Genebra, na Suíça, e da XVII, XVIII e XIX sessões plenárias do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, realizadas respectivamente em 1958, 1959 e 1960, em Londres, Washington e cidade do México.

⁸⁸⁹ Desde 1956 ficou decidida a instauração de uma secretaria geral em “local certo” e a “confecção de um regimento interno da Comissão Interpartidária da FD. Ata da XVI Sessão do Diretório Estadual da UDN, seção gaúcha, NUPERGS. 7/6/56. p. 45 -47. *Diário de Notícias*, 19 de novembro de 1957. p. 04.

No início de 1958 o diretório nacional do PSD aceitou a possível candidatura de Peracchi Barcellos a governador pela FD.⁸⁹⁰ Essa frente centrou sua campanha eleitoral no Rio Grande do Sul na proposta de continuidade do governo Ildo Meneghetti e nos ataques ao PTB, principalmente pelo demasiado favorecimento à prefeitura municipal de Porto Alegre. Alguns temas periféricos como a aliança PTB-PRP e o apoio dos comunistas a essa coligação, perpassaram também por toda a campanha da FD no estado.⁸⁹¹ Desse modo, Peracchi Barcellos (FD) alcançou 41% dos votos e o candidato do PTB-PRP, Leonel Brizola, atingiu 55% do total dos votos.⁸⁹² Para as eleições legislativas o PTB ampliou o seu quadro na Câmara Federal, passando de 11 cadeiras para 14. O PSD manteve as suas 7 cadeiras, enquanto o PL, UDN e PRP perderam uma cadeira cada. Na Assembléia Legislativa o PTB ficou com 24 cadeiras e o PSD com 13.⁸⁹³

Durante o ano de 1959, o PSD gaúcho manteve ainda a sua postura de independência em relação ao diretório nacional. Neste mesmo ano iniciaram as negociações políticas em torno das eleições para prefeitos nos municípios, em outubro, e para presidente da República no ano de 1960. Ainda em março de 1959, na administração Brizola (1959-1963), a direção pessedista estadual comunicou aos diretórios municipais que, na intenção de preservar a FD, estavam desaconselhados novamente os acordos com o PTB para as eleições municipais. Portanto, as coligações em nível municipal não deveriam ser realizadas sem consulta prévia ao diretório regional pessedista, pois este deviria avaliar as propostas.⁸⁹⁴

Depois de quase um ano de administração brizolista no estado, o PTB foi o partido que conquistou o maior número de prefeituras na eleição de 03 de outubro de 1959, vencendo em 84% dos municípios gaúchos (em 10% desse total coligado com outros partidos). Desse modo, restou a FD a conquista de apenas 14% das prefeituras.⁸⁹⁵ Para entender o que representaram esses índices, é necessário relacioná-los com a dinâmica nacional, e conseqüentemente regional, ou seja, evidenciar o processo de desgaste dos partidos liberais-conservadores nesse período.

⁸⁹⁰ *Diário de Notícias*, 19 de janeiro de 1958. p. 01.

⁸⁹¹ *Diário de Notícias*, agosto a outubro de 1958.

⁸⁹² Desde 1956 o PTB e o PRP negociaram uma aliança, que só se oficializou em início de 1958.

⁸⁹³ CÁNEPA, op. cit., p. 255.

⁸⁹⁴ *Diário de Notícias*, 14 de março de 1959. p. 01.

⁸⁹⁵ Dados extraídos da comparação das eleições de 1959 e 1963, realizadas pelo *Diário de Notícias* de 17.11.1963, p. 5.

A tentativa destes partidos de permanecer no poder em aliança com outros se deu em função do sistema populista ter instaurado uma política econômica voltada para a industrialização e integração operária, o que fez com que os grupos agro-exportadores entrassem num gradativo decréscimo e tentassem recuperar o controle da política econômica. Esta disputa acarretou uma grande instabilidade no âmbito político, ainda que convertida num “compromisso” entre esses dois grupos, o que propiciou o avanço progressivo do populismo. Nesse sentido, houve no Brasil um decréscimo, em nível eleitoral, dos partidos anti-populistas; mesmo em acordo com partidos populistas como foi o caso do PTB/PSD, no âmbito nacional, esses partidos liberais-conservadores não se sustentaram.⁸⁹⁶

No Rio Grande do Sul, tanto para a Assembléia Legislativa quanto para a Câmara Federal houve um “crescimento do PTB” e um “declínio do PSD”.⁸⁹⁷ Para Sueli Bastos, no cenário estadual, caso se comparasse as “proporções de aumento do eleitorado votante com a dos partidos”, no período de 1945-1962, se perceberia que o PSD possuiu “uma porcentagem de crescimento sempre inferior à do eleitorado votante, enquanto que o PTB a tem inferior somente em 1962”.⁸⁹⁸ Além disso, os pequenos partidos, como PRP e UDN, “mantêm durante todo o período um crescimento partidário inferior à taxa de crescimento do eleitorado votante, ou seja, mantêm um declínio contínuo”.⁸⁹⁹

Mesmo se tendo identificado nas eleições para governador do estado uma grande alternância entre essas duas forças, em nível municipal, pode-se verificar, num processo mais lento e gradual, a tendência de declínio dos partidos liberais-conservadores. Assim sendo, em 1947, devido à pouca organização do PTB no estado gaúcho, houve vitória do PSD na maior parte das prefeituras, entretanto, apesar da vitória do PSD, em 1951, a diferença de números de municípios conquistados entre PSD e PTB foi muito pequena. A partir de 1955 a preponderância do PTB em relação aos partidos liberais-conservadores se efetivou, da mesma forma que em 1959, quando o PTB obteve 84% de vitória nos municípios contra 14% da FD. Contudo, em 1963, com a crise do populismo, a ADP venceu em 65% do estado, enquanto que o PTB venceu apenas em 28%.

⁸⁹⁶ Para maiores informações sobre esse processo, ver: SOARES, op. cit., FLEISCHER, op. cit., CAMPELLO, op. cit. e TRINDADE, op. cit. 1975.

⁸⁹⁷ BASTOS, op. cit., p. 60.

⁸⁹⁸ Id., p. 62.

⁸⁹⁹ A autora ainda afirmou que, “em termos mais gerais, o sistema partidário gaúcho revela-se ao nível das eleições legislativas estaduais em todo o período como dotado de uma mecânica de alternativas múltiplas e não bipartidária”. Ibid., p. 62-65.

O PSD, enquanto um partido liberal-conservador, de bases eleitorais em zonas de pequenas e médias propriedades rurais, chegou ao pleito eleitoral de 1960 com pouca representatividade governamental no âmbito municipal e estadual. No cenário nacional até ao final do governo Kubitschek, o PSD ocupou um grande espaço no governo, possuindo a maioria no congresso e fornecendo o maior número de ministros de estado, entretanto, a ajuda eleitoral do PTB para a vitória do presidente Juscelino foi decisiva e, por conseguinte, a aliança entre esses dois partidos foi muito mais importante em nível eleitoral do que propriamente de governo.⁹⁰⁰

4.6. Esgotamento da dissidência pessedista (1960-1965)

Compreendendo esse processo plenamente, o PSD, desde 1959, tentou articular um acordo eleitoral com o PTB para, em conjunto, lançarem candidato ao pleito presidencial em 1960. No entanto, essa proposta não era unânime dentro do partido. Um grupo defendia a escolha de um candidato extra-partidário e outro grupo desejava um candidato partidário, sendo lançado inicialmente José Maria Alkimim, depois Tancredo Neves e, por fim, Teixeira Lott. Essa alternância na escolha de um candidato se deu em decorrência de uma estratégia de Juscelino para garantir a sua futura volta.

Para Lúcia Hippolito, o presidente percebeu que era “preciso impedir que, nas eleições presidenciais de 1960, o PSD - em caso da recusa da candidatura de 'união nacional' - lance um candidato saído de suas próprias fileiras”. Ressalta que o candidato natural seria Amaral Peixoto, presidente nacional do partido desde o 1951 e “principal avalista da candidatura de Juscelino em 1955, junto à oligarquia pessedista”. Por isso, Juscelino o mantém como embaixador em Washington até meados de 1959. “Quando Amaral volta para assumir o ministério da Viação, o PSD já terá escolhido candidato inexpressivo, sem condições de vitória”.⁹⁰¹

Como Amaral Peixoto permaneceu em Washington até julho de 1959 não conseguiu fortalecer no PSD a escolha de um candidato e assim,

Juscelino vai desmontando, uma após outra, as candidaturas articuladas por Amaral; Tancredo Neves é recusado por que será candidato ao governo de Minas, Alkmim porque provocaria uma cisão em Minas Gerais (onde Alkmin e Tancredo disputam há tempos o controle de fato

⁹⁰⁰ BENEVIDES, op. cit.

⁹⁰¹ HIPPOLITO, op. cit., p. 202- 203.

do PSD). O próprio Amaral é recusado por causa de um legado veto militar (ainda que os resquícios do anti-getulismo!). Ao mesmo tempo, Juscelino negocia através do deputado Último Carvalho (PSD-MG), seu porta-voz não ostensivo, uma candidatura apartidária, a ser patrocinada em caso de fracasso da 'união nacional'.⁹⁰²

Ainda no PSD, Cid Carvalho e José Joffily, membros da Ala Moça, lançaram a candidatura do ministro da Guerra, general Lott, com apoio da Frente Parlamentar Nacionalista. Desse modo, a aliança PSD/PTB lançou o General Lott para presidência e Goulart para vice. A escolha recaiu sobre Lott por ser considerado

‘a-político’, surgia como o candidato ‘natural’ das forças nacionalistas do Exército e de amplos setores médios, parlamentares ou não, considerados de ‘esquerda’. O PSD, no entanto, mais uma vez ‘cristianizaria’ seu candidato; este, além de não despertar entusiasmo popular, afugentava o PSD conservador que, em termos de política econômica, confiava nas propostas de Jânio Quadros. Aos setores mais radicais do PTB, por sua vez, repugnavam os aspectos ‘direitistas’ do General Lott, com seu anticomunismo extremado.⁹⁰³

Conseqüentemente, Peracchi Barcellos, João Dentice e Francisco Carrion, enquanto representantes da linha dissidente do PSD gaúcho, pertencentes a grupo ortodoxo, foram contrários a esse acordo. Entretanto, um outro grupo de ortodoxos, entre eles, Hélio Carlomagno e Naio Lopes de Almeida (secretário do PSD gaúcho) aprovaram a coligação com o PTB.⁹⁰⁴ Em julho o presidente do diretório regional, Ildo Meneghetti, indicou Naio Lopes como seu substituto do PSD gaúcho numa reunião no diretório nacional para decidir os rumos do partido em vista do pleito eleitoral. Naio Lopes de Almeida levou a posição do pessedismo gaúcho de apoiar a escolha de um candidato partidário, contudo, esse posicionamento não era unânime no partido.⁹⁰⁵ Mesmo sendo solicitada por vários diretórios uma reunião para discutir esse posicionamento, Ildo Meneghetti considerou finalizada a discussão, iniciada por Peracchi Barcellos, sobre a eleição presidencial.

⁹⁰² Id., p. 204.

⁹⁰³ BENEVIDES, op. cit., p. 109.

⁹⁰⁴ *Diário de Notícias*, julho de 1959.

⁹⁰⁵ *Diário de Notícias*, 05 de julho de 1959. p. 01.

Ainda assim, Peracchi Barcellos continuou declarando à imprensa: “estarei com Jânio e contra Lott” se mostrando favorável a um candidato próprio mas, sem acordo com o PTB.⁹⁰⁶ Em contrapartida, Ildo Meneghetti, presidente do PSD gaúcho, afirmou publicamente que o partido mantinha o propósito de permanecer unido e coeso para a “luta sucessória de 1960” esclarecendo que não haveria hipótese de a seção gaúcha cindir pois não estavam apoiando o nome de Marechal Lott.⁹⁰⁷

No mês de outubro desse mesmo ano, foi organizada uma “comissão de atrito” com representantes do PSD e do PTB gaúcho para tentar um acordo com vistas à eleição presidencial. Na intenção de tomar medidas efetivas para facilitar essa aproximação, o presidente da seção gaúcha, Ildo Meneghetti, repassou o seu cargo ao deputado Hermes Pereira de Souza que sempre defendeu a aproximação dos dois partidos, inclusive a aproximação com o governo de Leonel Brizola.⁹⁰⁸ No entanto, sem a realização de um acordo, a dissidência pessedista gaúcha apoiou oficialmente a candidatura de Jânio Quadros relegando à seção gaúcha, mais uma vez, o título de dissidente em nível nacional, procurando afinar-se mais com a UDN em alguns momentos do que com o próprio partido.

A decisão do grupo de dissidentes gaúchos, apoiada pela FD, repercutiu em toda a imprensa nacional principalmente nos órgãos da cadeia *Associada* pois, Assis Chateaubriand sempre defendeu um acordo entre a UDN e o PSD. Mesmo criticando constantemente Jânio Quadros, chamado muitas vezes pelo jornalista de “anarquista partidário”, solicitou constantemente uma real aproximação entre os dois partidos, visto que os considerava ideologicamente compatíveis. Entretanto, Chatô sempre se mostrou contrário a um acordo com o PTB devido à “forte herança trabalhista”, alertando constantemente sobre os pontos de atrito entre os pessedistas e os petebistas.⁹⁰⁹

Em outubro de 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente da República com 5.636.623 votos, o que correspondia a 48% da votação, Lott obteve 32% e Ademar de Barros (PSP) 20%. Na escolha do vice-presidente ocorreu um fato inédito na história da República, porque o eleito João Goulart era da chapa contrária à do presidente. Com a

⁹⁰⁶ O candidato Jânio Quadros atraiu alguns setores populares, sempre hostis à UDN, ao mesmo tempo mobilizou os setores médios, cooptando ainda o apoio da FD gaúcha. *Diário de Notícias*, 16 de julho de 1959. p. 22

⁹⁰⁷ *Diário de Notícias*, 16 de julho de 1959. p. 22.

⁹⁰⁸ *Diário de Notícias*, 18 de outubro de 1959. p. 11.

⁹⁰⁹ *Diário de Notícias* de 1959 e *Correio do Povo* de 1959.

vitória de Jânio Quadros, a cadeia de Assis Chateaubriand tentou mostrar que Jânio não merecia ter a confiança do eleitor pois, estava fadado a um governo derrotista. No entanto, foi o PSD que passou a ser visto pela maior parte da imprensa como um partido derrotado.⁹¹⁰

Durante os sete meses do mandato de Jânio Quadros, o PSD se colocou quase sempre como oposição. Entretanto, Jânio tentou atrair as seções estaduais do PSD que discordaram da orientação da direção nacional do partido. Desse modo, nomeou para a pasta da Viação e Obras Públicas o pessedista Clóvis Pestana (RS) e solicitou a Daniel Faraco (RS) e Etelvino Lins (PE) apoio ao seu governo. Ainda transformou em projeto de Lei uma proposta sobre a reforma agrária, de autoria do deputado da Ala Moça José Joffily (PB).

Para Lucia Hippolito o único e ameno apoio do PSD ao governo federal ocorreu em

10 de março, quando o partido lança nota oficial aprovando a política externa de Jânio Quadros. Na verdade, a atitude do PSD é gerada por desentendimentos com o PTB quanto à 'política externa independente'. Os petebistas, em sua grande maioria, apóiam as iniciativas de Jânio e as esquerdas. O presidente Amaral Peixoto aprova 'com ressalvas' a política externa independente, como forma de coibir ao mesmo tempo uma excessiva e esquerdização do PTB e uma aproximação entre este e o presidente da República. A posição do PSD era bastante delicada, comprimido entre Jânio e Jango.⁹¹¹

Durante o seu curto governo, Jânio não conseguiu se relacionar politicamente com nenhum partido. A UDN se afastou gradativamente do presidente, até identificar-se com a oposição. Por sua vez, vários deputados do PSD ingressaram na Ação Democrática Parlamentar (ADP), criada na Câmara dos Deputados no primeiro semestre de 1961, como contraponto à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). A ADP defendia uma linha de política conservadora, sendo composta em sua grande maioria por deputados da UDN, do PR, do PSP, do PL, do PTN, do PRP e um do PTB. Desse modo, o dispositivo militar que prestava apoio ao governo passou a apoiar Lacerda, retirando de Jânio os recursos de uma contra-ofensiva. Para Hélio Jaguaribe, sem possibilidades de forças para remanejar o dispositivo militar e sustentar uma mobilização popular, o presidente renunciou.⁹¹²

⁹¹⁰ *Diário de Notícias e Correio do Povo* 1960.

⁹¹¹ HIPPOLITO, op. cit., página 107.

Assim, começou a se estruturar uma intervenção militar, porém ao contrário de 1955, não conseguiu coesão militar suficiente, além de outros núcleos legalistas. O contra-ataque legalista foi organizado pelo governador Leonel Brizola que assumiu um movimento pela posse de Goulart. “A atitude de diversos setores sociais e políticos foi clara. Os estudantes - em um dos seus mais bem articulados pronunciamentos políticos-, a hierarquia da Igreja, a imprensa, a maior parte do Congresso, além de praticamente todos os governadores” foram contra o golpe. “Com isso adotou-se um compromisso razoável para todos, a adoção do regime parlamentarista”.⁹¹³

No dia 7 de setembro de 1961 João Goulart tomou posse na presidência da República, e o PSD, enquanto partido majoritário, indicou como primeiro-ministro Tancredo Neves (MG) que foi eleito por 259 votos contra 22. Entretanto, depois de várias divergências com o seu partido, devido à realização do plebiscito para a escolha do regime, Tancredo renunciou, assumindo em seu lugar o gaúcho Francisco Brochado da Rocha eleito por 215 votos contra 58.⁹¹⁴ Ainda assim, a pressão exercida de Juscelino sobre o PSD e a de Leonel Brizola sobre o Congresso para a antecipação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963 levou a renúncia de Brochado da Rocha, sendo indicado para chefiar o novo gabinete o socialista Hermes Lima (BA).

Durante o processo de decisão do novo regime político brasileiro ocorreram as eleições estaduais e municipais. No Rio Grande do Sul a FD, no intuito de manter-se como oposição e aumentar sua força, iniciou em fins de 1961 negociações para instauração de “Ação Democrática Popular” (ADP).⁹¹⁵ A ADP possuía uma Comissão central, formada por Tarso Dutra (PSD), Artur Bachini (UDN), Décio Martins Costa (PL), Alberto Hoffmann (PRP) e José Zachia (PDC). Todas as sub-comissões (Comissão Executiva, Comissão de Finanças, Comissão de Roteiros, Comissão de Propaganda e Comissão Eleitoral) eram formadas por um ou mais membros, conforme a disponibilidade de cada

⁹¹² JAGRUARIBE, Hélio, “Renúncia do presidente Quadros e a crise política brasileira”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, 1961. nº 1.

⁹¹³ DULCI, op. cit., p. 172.

⁹¹⁴ No dia seguinte a sua posse, João Goulart se manifestou contrário ao parlamentarismo propondo a realização de um plebiscito para decidir o regime a ser adotado pelo país. A incompatibilidade dos interesses entre os proprietários rurais, a burguesia industrial, as classes médias e das classes populares fortificou a decisão de instauração do plebiscito para escolher o regime presidencialista ou parlamentarista.

⁹¹⁵ Ala dissidente do PTB, desde o final da década de 1950 converteu-se em partido. O MTR não participou da coligação, por não se adequar aos acordos previamente estabelecidos entre a Comissão central da ADP. Maiores informações sobre esse partido ver: BASTOS, op. cit.

partido. Como a FD, a ADP foi além da ação conjunta administrativa, prevendo também o apoio parlamentar das representações partidárias coligadas.

O acordo estabelecido pela formação da ADP selou uma nova aliança entre PSD, UDN e PL, que resultou na eleição para governador, mais uma vez, de Ildo Meneghetti.⁹¹⁶ O Rio Grande do Sul foi o único estado onde o PSD elegeu governador. Coligando com outros partidos, contribuiu para a eleição dos udenistas Virgílio Távora, no Ceará (UDN/PSD/PTN), e Petrônio Portela, no Piauí (PSD/UDN/PDC), em São Paulo aliado ao PSP elegeu Ademar de Barros e em Sergipe elegeu João de Seixas Dória (PSD/ PRT).

O PSD ainda participou de alguns ministérios, no entanto, no intuito de barrar as reformas, sobretudo a agrária, vários setores do PSD alinharam-se à UDN, gerando um grande desgaste da coligação PSD/PTB e um progressivo distanciamento do presidente da República.⁹¹⁷ Em entrevista a Lúcia Lippi de Oliveira, Amaral Peixoto declarou que João Goulart nomeou para seu ministério membros do PSD que não correspondiam a uma indicação oficial por parte do partido.⁹¹⁸ Desse modo, com o presidencialismo escolhido como regime, em janeiro de 1963, e com o crescimento das divergências em torno da sucessão presidencial, o PSD, em de março de 1964, rompeu em definitivo com o governo federal. Nesse mesmo mês instalou em Brasília a X Convenção Nacional do partido que tinha como objetivo maior o lançamento da candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da República em 1965.

Portanto, “quando o processo político adquiriu nítido revestimento ideológico, é que a idéia de derrubada de Goulart encontrou condições mais propícias no meio militar, envolvendo membros do Alto Comando do Exército”, bem como chefes influentes da Marinha e da Aeronáutica.⁹¹⁹ Muitos grupos isolados mantiveram vínculos com esse núcleo central. Na esfera civil, a aglutinação se deu através de políticos contrários ao governo, a maioria pertencente à UDN, de membros do clero, de empresários, estudantes e intelectuais.

⁹¹⁶ Em nível municipal a ADP, em 1962, conquistou cerca de 65% das prefeituras

⁹¹⁷ O PSD ocupou as pastas da Justiça (Abelardo Jurema de 18/6/1963 a 4/4/1964), da Viação e Obras Públicas (Expedito Machado de 21/6/1963 a 31/3/1964), da Saúde (Paulo Pinheiro Chagas de 24/1/1963 a 17/6/1963), da Indústria e Comércio (Antônio Balbino de 24/1/1963 a 27/6/1963) e de Minas e Energia (Antônio Oliveira Brito de 18/6/1963 a 4/4/1964).

⁹¹⁸ OLIVEIRA, op. Cit.

⁹¹⁹ DULCI, op. cit., p. 194.

No Rio grande do Sul ‘os dirigentes da burguesia industrial, comercial e rural foram convocados a mobilizar o público contra o governo, em suporte à projetada ação militar’, no círculo político os parlamentares, desde 1963, mantinham estreitos contatos com os militares, entre esses políticos estiveram os parlamentares gaúchos Daniel Krieger, Poty de Medeiros e como representantes do PSD Peracchi Barcellos e Ildo Meneghetti.⁹²⁰

Desde o início desse processo Chateaubriand fez de sua residência, em São Paulo, a chamada "casa amarela", um dos centros de conspiração contra o governo pois, acreditava que Goulart estava próximo demais da esquerda. Ao mesmo tempo preparava a opinião pública, através de seus artigos diários para a eclosão de um movimento político-militar. Segundo Nelson Werneck Sodré

em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda a grande imprensa, articulada em coro participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão. Os editoriais do *Correio da Manhã*, nos últimos dias de março – aqui à guisa de exemplo – foram esclarecedores até nos títulos: “basta!” e “fora!”, indicando ao presidente João Goulart a saída, como se fora ele, não o mandatário do povo, mas empregado relapso.⁹²¹

Assim, em de abril de 1964 o Congresso Nacional declarou vago o cargo de presidente da República e novamente Ranieri Mazzilli (PSD/SP), presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente a presidência do país. Neste mesmo mês, foi eleito como presidente e vice-presidente, pelo Congresso Nacional, Humberto de Alencar Castelo Branco e José Maria Alkmin. Depois de empossado na presidência da República, Castelo Branco nomeou um ministério formado essencialmente por udenistas civis e militares e técnicos de tendência "udenizante".

Nenhum membro do PSD participou do governo e ainda no mês de junho, ao aproximar-se a extinção do prazo dado pelo Ato Institucional ao Executivo para cassar mandatos, o ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, pediu a cassação de Juscelino.⁹²² Mesmo depois de mobilizar a opinião pública ao seu favor, discursando da

⁹²⁰ Id., p. 198.

⁹²¹ SODRÉ, op. cit., p.409.

tribuna do Senado, Juscelino Kubitschek teve seu mandato cassado, e seus direitos políticos foram suspensos por dez anos. Em seguida, o PSD retirou-se do bloco parlamentar de apoio ao governo. Ainda em julho desse mesmo ano o Congresso aprovou uma emenda que prolongava o mandato de Castelo até 15 de março de 1967, marcando as eleições presidenciais para novembro de 1966.

Com a intenção de controlar a futura campanha, o governo federal aprovou no Congresso uma emenda constitucional que declarava inelegíveis todos os ministros do governo João Goulart que tivessem exercido a função após a realização do plebiscito. A partir disso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) impugnou em vários estados os candidatos pessedistas e ainda assim, o partido conseguiu eleger cinco governadores entre eles o da Guanabara e o de Minas Gerais.⁹²³

A derrota do movimento de 1964 nos dois estados de maior importância política (Guanabara e Minas Gerais) e o retorno de Juscelino do exílio fortaleceram a decisão do governo Castelo Branco de decretar o Ato Institucional n.º 2 (AI-2) em 27 de outubro de 1965, que veio acompanhado de vários atos complementares. Desse modo, transformou em indiretas as eleições presidenciais de 1966 e as eleições para os governos estaduais, restabeleceu o direito do presidente da República de cassar mandatos e suspender direitos políticos e declarou extintos todos os partidos políticos em funcionamento no país, prevendo a formação de um sistema bipartidário.

Portanto, foi em abril de 1966 que a maior parte dos pessedistas uniu-se oficialmente à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), a qual escolheu como presidente nacional o udenista Daniel Krieger, e como presidente do diretório regional no Rio Grande do Sul, o pessedista Ildo Meneghetti. Entretanto, no ano de 1966, um grupo da ARENA gaúcha, entre eles alguns pessedistas, não prestou apoio a candidatura Peracchi Barcellos para governador do estado nas eleições indiretas no mês de setembro. Esse grupo aliou-se ao MDB, gerando a cassação do mandato de alguns parlamentares. Em decorrência disso, foi criado o Ato Complementar n.º 16, de 18 de julho, que impôs a disciplina e fidelidade partidária, impedindo a ocorrência de votos dissidentes no âmbito federal e estadual. Por fim, este Ato encerrou a longa trajetória de cisões que marcaram a história do PSD no Rio

⁹²² OLIVEIRA, op. cit.

⁹²³ Mato Grosso (Pedro Pedrossian), Minas Gerais (Israel Pinheiro), Rio Grande do Norte (monsenhor Valfredo Gurgel), Guanabara (Negrão de Lima PSD/PTB), Santa Catarina (Ivo Silveira PSD/PTB).

O PSD como dissidente no plano nacional a partir da década de 1950

Grande do Sul que, como vimos neste capítulo, se consolidou, desde o início da década de 1950, como um dos diretórios mais dissidentes do país.

Considerações Finais

Neste trabalho visualizou-se a trajetória do PSD no Rio Grande Sul e o nível de comprometimento histórico do jornal *Diário de Notícias* nos 20 anos de existência desse partido liberal-conservador. Com a abertura democrática e a fundação do PSD em 1945, esse jornal foi um dos grandes inimigos da principal base política de Getúlio Vargas. No entanto, até a década de 1960, alguns interesses comuns entre Assis Chateaubriand e o PSD justificaram as atitudes, aparentemente, contraditórias do dono dos *Diários Associados*.

Desde o momento em que Assis Chateaubriand tornou-se proprietário do *Diário de Notícias* sua opinião transparecia de forma implícita nesse jornal. Através do editorial, dos artigos de Chatô e, mais tarde, do colunismo político, a cadeia *Associada* organizou grandes campanhas políticas. Desde o fim do Estado Novo os *Diários Associados* engajaram-se na candidatura do Brigadierio Eduardo Gomes (UDN) para a presidência da República opondo-se, portanto, ao PSD. Em consequência aos acontecimentos, no ano de 1945, o PSD surgiu como o principal herdeiro do Estado Novo numa combinação dos interesses da oligarquia rural e dos novos setores urbanos vinculados à burocracia estatal sob o comando de Getúlio Vargas.

Ao fundar o PSD no país Getúlio Vargas utilizou-se dos interventores de todos os estados, nomeados durante o Estado Novo, que por sua vez, mobilizaram os prefeitos para enfim estruturar o partido em nível municipal. No Rio Grande do Sul, esse partido governista também iniciou a sua organização a partir da máquina administrativa estadual e municipal. Com apoio de vários secretários e prefeitos o interventor Ernesto Dorneles estruturou o partido em todos os municípios do estado no ano de 1945.

Uma das primeiras medidas para estruturar o partido governista foi à fundação de vários “Comitês Central Riograndense da União Nacional” em nível municipal. Sob o comando de Francisco Brochado da Rocha esses núcleos fizeram os primeiros contatos com autoridades locais e antigos políticos. Uma segunda medida que possibilitou a instalação dos diretórios municipais foi a utilização da estrutura organizada pelo PRR e ou pelo PRL por todo o estado. A ligação desse partido com as forças governistas locais foi o fator central para a

fundação do PSD em todos os municípios gaúchos para as eleições a presidente da República no ano de 1945.

Por todas as regiões do estado a maior parte dos prefeitos, no ano de 1945, foram também os fundadores dos diretórios municipais pessedistas, ocupando cargos na direção do partido. Muitos deles já exerciam tais funções desde o Estado Novo e, quando não foi possível contar com a sua colaboração a interventoria nomeou novos administradores, causando sérias divergências entre os grupos que apoiaram Getúlio Vargas e os grupos que aderiram a Eurico Gaspar Dutra. Várias autoridades municipais tais como os juizes de direito, delegados de polícia, sub-prefeitos, padres e coletores federais atuaram nas campanhas eleitorais, gerando constantes denúncias, ao interventor gaúcho, de violência, demissões de funcionários públicos e censura.

Alguns prefeitos foram afastados e/ou remanejados antes do último prazo legal, ou seja, em 20 de novembro, para atender ao Decreto-Lei nº 8.188, que determinara a exoneração de administradores ligados a diretórios políticos até o mês de outubro de 1945, mas a maioria permaneceu até essa data limite. Todavia, depois de encerrado o processo eleitoral, muitos desses administradores ou foram reconduzidos ao seu antigo cargo ou foram substituídos por pessedistas locais. Evidenciou-se dessa forma, que o próprio código eleitoral criado em 1945 constitui-se em instrumento fundamental para a continuidade dessa elite estadovinista no poder.

Contudo, nem mesmo todo esse processo de arregimentação das forças locais utilizado pelo PSD suscitou críticas significativas do jornal *Diário de Notícias*, visto que, tal veículo noticiava só a participação dos secretários do governo Dornelles na organização do partido e as disputas entre dutristas e getulistas que ocorreram por todas as regiões. Portanto, enfatizou a fragilidade organizacional desse partido no estado ao descrever intensamente as divergências entre os grupos dutristas e getulistas nos municípios gaúchos. Ao prestar apoio a UDN esse jornal informou detalhadamente a estruturação dos diretórios udenistas em todos os municípios do estado, sempre demonstrando a força desse partido no Rio Grande do Sul.

Ainda no ano de 1945 iniciou no PSD gaúcho uma longa transição que afetaria a capacidade de coligação desse partido no Rio Grande do Sul. A adesão da Ala Trabalhista pessedista ao PTB ainda no mês de setembro desse mesmo ano, desencadeou um processo de

desgetulização no partido. Deste momento em diante, até início da década de 1950, com a formação do PSDA, diversos grupos pró-Vargas se afastaram do partido durante os períodos eleitorais.

Em 1946, com o início das negociações para a indicação de candidatos ao governado do estado e também projetando as eleições para prefeito no ano de 1947, duas personalidades importantes das hostes trabalhistas, mais identificados com o varguismo, José Diogo Brochado da Rocha e José Loureiro da Silva também se desvincularam do partido. A saída desses pessedistas gerou a dissolução de muitos diretórios municipais do PSD pelo estado o que veio a ampliar o confronto entre getulistas e dutristas e, portanto, completando mais uma etapa na desgetulização desse partido.

O Acordo Interpartidário (1946-1949) foi outro fator determinante no processo de desgetulização do PSD gaúcho. Em fins da década de 1950 a divergência entre os pessedistas alcançou grandes proporções pois, neste momento, intensificaram-se os debates em torno do nacionalismo. Com o avanço da intervenção dos EUA nos negócios brasileiros as opiniões em torno da indústria brasileira ocuparam todo o cenário nacional. Desse modo, enquanto os dutristas se opunham as manifestações do movimento “o petróleo é nosso”, os getulistas participavam ativamente apoiando-o. Essa disputa também dividiu os pessedistas quanto ao pleito eleitoral para a escolha do presidente da República em 1950.

No Rio Grande do Sul, a rivalidade entre dutristas e getulistas durante esse período culminou com a elaboração da Fórmula Jobim, onde o grupo de getulistas gaúchos propôs que todos os partidos registrados fossem previamente consultados a respeito da sucessão presidencial e ainda se ouvisse especialmente Getúlio Vargas enquanto líder do PTB, e também o presidente do PSP, Ademar de Barros. A escolha desse candidato deveria ser de consenso, mas extra-oficialmente o escolhido seria Nereu Ramos. Com a rejeição dessa fórmula pelo diretório nacional do PSD, o grupo de getulistas gaúchos decidiu não prestar mais apoio ao partido e assumiu uma postura de independência.

Decorrente disso, fortaleceu-se dentro do partido uma frente oficialmente anti-Dutra que se materializou na fundação do PSD Autonomista (PSDA), concretizando-se mais uma vez a saída de grupos getulistas do partido. Dessa forma, a imposição de um candidato à sucessão presidencial no ano de 1950, gerou um partido independente, o PSDA, encerrando a

desgetulização do PSD no Rio Grande do Sul. No entanto, esse longo processo abriu caminho para um reconhecimento do PSD gaúcho como o diretório mais dissidente em relação ao partido no resto do país.

Com a adesão do PSDA ao governo Getúlio Vargas formou-se no estado um movimento dos pessedistas ortodoxos anti-Vargas. Para tanto, estruturaram-se numa frente, coligaram-se com UDN e PL, sem a participação do PTB. Essa oposição gaúcha ao governo federal sustentada pelo PSD ortodoxo fortaleceu-se com o progressivo enfraquecimento do PSDA, iniciado com a demissão de João Neves da Fontoura do governo Getúlio Vargas. Durante todo esse processo Assis Chateaubriand promoveu violenta campanha através dos *Diários Associados* contra o PSDA e principalmente contra as teses nacionalistas do governo Vargas. Para melhor defender suas propostas, além de utilizar-se dos seus meios de comunicação, o jornalista conseguiu eleger-se senador pelo PSD da Paraíba em outubro de 1952.

O agravamento da crise econômica fez crescer as agitações sociais no ano de 1954 e precipitou o enfraquecimento do governo getulista. Com a pressão desencadeada pela oposição o presidente renunciou, e suicidou-se em 24 de agosto de 1954. Contudo, deu-se continuidade aos debates em torno do pleito eleitoral para a presidência de República, pois João Neves, desde 1954 direcionara as negociações efetivando a formação de uma frente com o apoio do PL e da UDN no cenário nacional, agora contra a herança varguista. No entanto, paralelamente a essas negociações Juscelino conseguiu fortificar uma aliança com entre o PSD e o PTB.

A aliança entre esses dois partidos desapontou Assis Chateaubriand que apoiou a candidatura de Juscelino Kubitschek mas, tinha ressalvas a indicação de João Goulart a vice-presidente. A propaganda dos *Diários Associados* em prol de Juscelino foi resultado de um acordo durante o processo eleitoral. Em troca do apoio prestado ao candidato pessedista Chateaubriand recebeu a embaixada do Brasil na Inglaterra. Houve, uma grande repercussão a cerca dessa nomeação gerando intensos debates na imprensa sobre os métodos políticos utilizados pelo presidente da República.

Na seqüência, candidatura de Jango a vice-presidente da República selou o acordo com o PTB e inviabilizou em definitivo o apoio de algumas seções do PSD à candidatura Juscelino,

encontrando-se entre elas a do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco. No Rio Grande do Sul, já há mais tempo, a maioria dos núcleos pessedistas havia se mostrado contrários á candidatura de Juscelino, visto que, por orientação de João Neves da Fontoura apoiaram Nereu Ramos. Em seguida o grupo aderiu à candidatura de Carlos Luz, depois a de Etelvino Lins e por fim a de Juarez Távora (UDN).

Desse modo, a ala ortodoxa do PSD gaúcho dividiu-se, pois um grupo, liderado por Peracchi Barcellos manteve-se contrário a herança getulista, ou seja, a candidatura de Juscelino e um segundo grupo formado pela bancada federal do partido, com apoio de alguns membros que faziam parte do PSDA, fundaram no estado o movimento chamado de “juscelinismo”. No entanto, em nenhum momento Peracchi Barcellos oficializou a dissidência regional pois, no caso de uma intervenção do diretório nacional não teria nenhum documento formal que comprovasse a desobediência da seção gaúcha.

Diante do impasse entre os dois grupos no diretório pessedista do Rio Grande do Sul, em meados de 1955, um emissário do PSD Nacional sugeriu a sua dissolução e a retirada do líder da dissidência Peracchi Barcellos a fim de que uma liderança do grupo “juscelinista” assumisse a direção do partido. Contudo, o líder da dissidência ainda se manteve como vice-presidente do diretório gaúcho e nem a vitória de Juscelino como presidente da República encerrou o processo de intervenção na seção gaúcho. Somente no ano de 1957 o líder dissidente foi retirado da direção do partido, assumindo em seu lugar o governador Ildo Meneghetti.

No entanto, os dissidentes gaúchos ainda continuaram sustentando uma linha de independência, defendendo uma União Nacional apenas em torno dos problemas básicos e não em torno de uma candidatura única para as eleições em 1958. Desse modo, a dissidência pessedista gaúcha apoiou oficialmente a candidatura de Jânio Quadros para a presidência da República no ano de 1960, representando, mais uma vez, o papel de dissidente em nível nacional.

Com a intervenção militar em 1964 e a posse de João Goulart, o PSD gaúcho continuou mantendo-se na oposição ao Governo federal. Enquanto isso, a cadeia *Associada*, alertou a população sobre a proximidade do presidente com a esquerda. Após a cassação de Juscelino o PSD retirou-se do bloco parlamentar de apoio ao governo, contando com todo o

apoio do *Diário de Notícias*. Todavia, o Congresso aprovou uma emenda que prolongava o mandato de Castelo até 15 de março de 1967 e projetava as eleições presidenciais apenas para novembro de 1966. Ainda em 1965 foi baixado o AI-2 que abriu caminho para a extinção de todos os partidos políticos dando início ao processo de formação de um sistema bipartidário, que levou os pessedistas gaúchos a ingressarem, em sua maioria, na ARENA.

No ano de 1968, como resposta ao movimento sindical e estudantil foi baixado o Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso Nacional e concedeu poderes ilimitados ao presidente da República. Nesse momento, prefeitos, vereadores, deputados estaduais e a maioria dos representantes do MDB tiveram seus mandatos cassados. A censura abateu-se sobre militantes sindicais, militantes estudantis, intelectuais e meios de comunicação. Mais do que nunca, o *Diário de Notícias*, continuou apoiando o regime, no entanto, com a expansão do jornal *Zero Hora* foi perdendo lentamente seu espaço até fechar as portas no ano de 1979.

As mudanças na conjuntura política de 1945 a 1965 alteraram as linhas de reflexão do *Diário de Notícias*, levando-o a desempenhar um papel fundamental na formação de opiniões, visto que, por muitas vezes sedimentou tais idéias dentro da sociedade utilizando os mais diversos meios. Nesse sentido, foi capaz de dar movimento aos governos, posicionando-se contra ou a favor de determinados acontecimentos, direcionando ações e ainda desencadeando conflitos com vistas a atingir seus próprios interesses, ou seja, os interesses de Assis Chateaubriand que em alguns momentos estiveram contra o PSD e em outros a favor.

Nesse trabalho percebeu-se que o PSD gaúcho possuiu uma particularidade em relação ao seu partido nos outros estados do país, visto que, por diversas vezes atuou como uma esfera autônoma, rompendo a tradicional feição do partido de três níveis de poder - local, regional e nacional - altamente articulados. O desalinho com essas esferas do poder repercutiu não só na estabilidade do diretório regional, como também na vida administrativa do estado como se visualizou no governo Ildo Meneghetti. Desse modo, a posição de independência adotada desde a década de 1950 conferiu a esse partido no Rio Grande do Sul o cunho de o diretório pessedista mais dissidente do país.

Fontes Consultadas

Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul de 1950 a 1955.

Telegramas municipais de 1945 a 1946. Documentação dos Governantes. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Coleção Tancredo Fernandes de Mello. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Acervo Flores Soares de 1945 a 1965. Núcleo de Pesquisa e Documentação de Política Rio-grandense. UFRGS.

Acervo Arthur Ferreira Filho. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Acervo João Neves da Fontoura de 1945 a 1959. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Acervo Getúlio Vargas de 1945 a 1960. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas.

Jornal *Diário de Notícias* de 1945 a 1965.

Jornal *Correio do Povo* de 1945 a 1950.

Jornal *Correio da Noite*, julho de 1945.

Jornal *O Debate* de 1945 a 1946

Boletim Informativo do PSD – Dissidência-, março de 1956.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A modernização da imprensa**: descolorindo o Brasil (1970 - 2000). Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ABREU, Ennio Farias de; ABREU, Marisa da Costa. **Bom Jesus**: Histórias de uma cidade. Co-Edição - Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias: Universidade de Caxias do Sul, 1977.

ALBUQUERQUE, Afonso. Propaganda política e construção da imagem política no Brasil. **Civitas**. V. 2, n. 2, 2002.

ALVES, Francisco das Neves (Org.) Rio Grande do Sul. **História, historiografia e Memória**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. **Rio Grande do Sul**: história, historiografia & memória. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999.

_____. “Imprensa e legislação nos primórdios da república”. In: **Comunicação & política**. Nova Série. Rio de Janeiro Vol. 6, n. 2/3, maio/dezembro/ 1999, p. 159-175.

_____. **O primado da notícia como estratégia discursiva**: uma história do diário do Rio Grande. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

_____. “Imprensa e política: algumas considerações acerca da investigação histórica”. In: **História em Revista**. Pelotas. V. 7, dezembro/2001, p.93-115.

_____. **Imprensa e história no Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

_____. “Os Partidos Políticos no RS: Dois Pontos de Vista (I)”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. V. 1, n° 2, 1957.

ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

AZEVEDO, Fay. “Balanço das Eleições no Rio Grande do Sul”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. n° 8, 1960.

AZEVEDO, Tupinambá Pinto de. **Cachoeira do Sul, comarca**: 150 anos. Porto Alegre: Gráfica Jacuí, s/d.

BARBOSA, Fidelis Dalcim. **Vacaria dos Pinhais**. Co-Edição - Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias: Universidade de Caxias do Sul, 1977.

_____. **Antonio Prado e sua história**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

BATTISTELLA, Vitor. **Painéis do Passado**: a história de Frederico Westphalen em sessenta quadros de leitura amena. Frederico Westphalen: Gráfica Marim Ltda, 1969.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____. **O Governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu, reencontro com a história**: em exemplo de reconstituição de memória comunitária. Porto Alegre: IEL, 1983.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOSCATTO, Claudino Antonio. **Memórias de um neto de imigrantes pioneiros de Nova Trento**. Flores da Cunha: O Florense, 1994.

BROSSARD, Paulo. **João Neves da Fontoura**. Imprensa Nacional: Brasília, 1989.

BRUM, J. Argemiro. **Democracia e partidos políticos no Brasil**. Ijuí: UNJUI, 1981.

CAGGIANI, Ivo. **Município de Livramento (História)**. Livramento: s/e, 1952.

CALDAS, Breno. **Meio século de Correio do Povo**: Glória e agonia de um grande jornal. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAPELATO, Maria Helena R. **Arautos do Liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. "Imprensa uma mercadoria política". **História & Perspectiva**. Uberlândia: Curso de História da Universidade de Uberlândia, nº. 4, jan./jun. 1991, p.131-137.

_____. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Claudira. **Partido de Representação Popular**: política de alianças, e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962. Porto Alegre: PUCRS (Dissertação de Mestrado), 1999.

CARNEIRO, Glauco. **Brasil, primeiro**: História dos Diários Associados. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

_____. **Lusardo**: o último caudilho. V.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1988.

_____. **República Liberal – II**: Evolução Política (1945 - 1964). São Paulo: Difel, 1985c.

_____. **República Nova (1930-1937)**. São Paulo: Difel, 1985a.

_____. **República Liberal – I**: instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985b.

CASSOL, Arnaldo Luiz; ABRÃO, Nicolau da Silveira. **História administrativa, legislativa e política de Caçapava do Sul (1831-1988)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.

CAVALCANTI, Alberto R. “Imprensa e estado no Brasil : da subvenção ao condomínio”. In: **Intercom**. São Paulo vol. 18, n. 1 (jan./jun. 1995), p. 67-91.

CHACON, Valmireh. **Estado e Povo no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

_____. **História dos Partidos Brasileiros**. 2. ed. Brasília: UNB, 1981.

CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque**: 1808-1964: a história contada por jornais e jornalistas. V.1. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CHATEAUBRIAND, Assis Francisco. **O pensamento de Assis Chateaubriand**: coleção artigos e discursos de 1924 a 1968. Fundação Assis Chateaubriand e Diários Associados. Brasília, 1992.

CHAUI, Marilena. **Ideologia e mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CIBILS, Luis Alberto. **Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro**. s/e, 1959.

COLUSSI, Eliane. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fumdo: Ediupf, 1996.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Santiago-RS**: da concepção à maturidade em compasso brasileiro. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

CORTÉZ, Carlos F. **Gaúcho politics in Brasil**: the politics of Rio Grande do Sul (1930-1964). Albuquerque, Un. Of New México Press, 1974.

COSTA, Edgard. **A Legislação eleitoral brasileira** (Histórico, comentários e sugestões), Departamento da Imprensa Nacional, 1964.

COSTA, Firmino. **Terra de Vila Rica**: contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal, 1991.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Segundo Governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

DE GRANDI, Celito. **Diário de Notícias**: o romance de um jornal. Porto Alegre: L&PM, 2005.

_____. **Loureiro da Silva**: o charrua. Porto Alegre: Literalis, 2004.

DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (Coleção O Brasil Republicano, Livro 2), 2003.

DIAS, Paulo da Rocha. **O Amigo do Rei**: Carlos Rizzini, Chatô e os Diários Associados. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

DILLENBURG, Sérgio **Roberto**. **Correio do Povo**: história e memórias. Passo Fundo; Edupf, 1997.

_____. **Quatro publicações marcantes no jornalismo rio-grandense**. Petrópolis: Editora Amstad, 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto. **As armadilhas do poder**: bastidores da imprensa. São Paulo: Summus, 1990.

DINES, Alberto. **A imprensa em questão**. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. **O papel do Jornal**. São Paulo: Summus, 1986.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfose**: Estado e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

DUARTE, Clemente. **Rosário do Sul**. Rosário do Sul: Prefeitura Municipal, 1976.

DUARTE, José Bacchieri. **100 anos da política Brasileira**: a influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul no século XX. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1997.

DULCI, Octávio. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1886.

FARINA, Geraldo. **História de Veranópolis**. Veranópolis: SMEC, 1992.

FEE. **Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** – censos do RS: 1803-1950, Porto Alegre, 1984.

_____. **Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** – censos do RS: 1960-1980, Porto Alegre, 1984.

FÉLIX, Loiva Otelo. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

_____. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: **A revolução federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 1995.

FELIZARDO, J. Joaquim. **Partidos políticos e Eleições no Brasil**. Porto Alegre: Vozes, 1982.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40):** dos pioneiros a emissoras comerciais. Canoas. Editora da ULBRA, 2002.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa literária do século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Pedro Roberto. **Imprensa Política e Ideologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1989.

FERRI, Gino. **Encantado: sua história, sua gente**. Encantado: Editora B.G. Ltda, 1985.

FLEISCHER, David V. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981.

_____. **As bases sócio-econômicas do recrutamento partidário**. Brasília: UnB, 1979.

FLORES, Ilda (org.) **Correio do Povo: 100 anos**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1985.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.

FONSECA, Pedro Dutra. **Vargas: O Capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FREITAS, Fernando Castro. **Triunfo** – História, Gente e Legendas. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

FREITAS, José L. **Triunfo na história do Rio Grande do Sul**. V. 1. Porto Alegre: Fotogravura Sul, 1963.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

GALVANI, Walter. **Olha a folha: amor, traição e morte de um jornal**. Porto Alegre: Sulina, 1996.

_____. **Um século de poder: os bastidores da Caldas Junior**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1994.

GARCIA, Nelson Hahar. **Estado Novo**. Ideologia e propaganda política. São Paulo: Loyola, 1981.

GASPERIN, Alice. **Farroupilha: ex-Colônia Particular Sertorina**. Caxias do Sul: Ed. do autor, 1989.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, política e Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Uma nova comunicação é possível: mídia, ética e política**. 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

HESSEL, Lothar Francisco. **O município de Estrela; história e crônica**. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas a reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

JUREMA, Abelardo. **Juscelino & Jango: PSD & PTB**. Artenova, 1979.

KALIL, Gilberto Grassi. **A nova face do verde: o integralismo no pós-guerra**. Porto Alegre: PUCRS (Dissertação de Mestrado), 1998.

KONRAD, Diorge Alceno. **1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUCRS (Dissertação de Mestrado), 1994.

KRIEGER, Daniel. **Desde as missões... saudades lutas esperanças**. Rio de Janeiro: Olympio, 1976.

KRIEGER, Maria da Graça. “Editoriais jornalísticos”. In: **Revista de biblioteconomia & comunicação**. Porto Alegre Vol. 5, (jan./dez. 1990), p. 158-164.

LACERDA, Carlos. **A missão da imprensa**. São Paulo: Edusp, 1990.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **O sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

LOBO, Narciso Julio Freire. “Duzentos anos de imprensa e a busca do tempo perdido”. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo Vol. 25, n. 1 (jan./jun. 2002), p. 123-134.

LUCENA, Plínio A. **São Francisco de Paula**: monografia. São Francisco de Paula, 1971.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MACHADO, José Olavo. **História de Santo Ângelo**: das Missões aos nossos dias. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo Ltda, 1981.

MARCHIORI, José Newton Cardoso. **Esboço histórico de Jaguari**. Santa Maria: Pallotti, 1999.

MARCONDES, Ciro Filho. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.

MARENCO, Cláudio; CAMARGO, Néri. **Itaqui – 120 anos**. Itaqui: Editora Intermédio, 1979.

MARTINS FILHO, Oscar Paulo. **Zero de conduta**: a violência de um jornal de POA. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito. POA, 2000.

MEDINA, Cremilda. **O jornalismo na nova República**. São Paulo: Summus, 1987.

_____. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MELLO, José Marques. **História social da imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **São Leopoldo era assim**: o passado pela imagem. São Leopoldo, 1982.

MONTEIRO, Brandão Oliveira & ALBERTO, Carlos. **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Global, 1989.

MORAES, Demétrio Dias. **Brasil Grande e a história de Lagoa Vermelha**. Lagoa Vermelha: Imprensa Planalto Ltda, 1977.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difusão Européia, 1995.

MOTTA, José do Patrocínio. **São Sepé, de ontem, de hoje e de amanhã**. Santa Maria: Palotti, 1986.

MOTTER, Maria Lourdes. “História e imprensa”. In: **Comunicações e Artes**. São Paulo Vol. 15, n. 24 (set./dez. 1990), p. 55-61.

NASSER, David. **A revolução dos covardes**. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1947.

NOLL, Maria Isabel. **Partidos políticos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 1980.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. “**O preço da liberdade é a eterna vigilância**”: a UDN no Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PUC/RS (Dissertação de Mestrado), 2001.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Partido Social Democrático (PSD)**. Rio de Janeiro: IUPERJ (Dissertação de Mestrado), 1973.

ORTIZ, Renato. **A moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PETERSEN, Áurea. et al. **Ciência política: textos introdutórios**. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

_____. **Política brasileira: regimes, partidos e grupos de pressão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Encruzilhada do Sul**. Prefeitura Municipal, 1949.

_____. **Aspectos gerais de Livramento**. Porto Alegre: Livraria Continente, 1943.

_____. **Aspectos gerais de Pelotas**. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1940.

_____. **Aspectos Gerais de Porto Alegre**. V. 2. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial de Porto Alegre, 1945.

PORTELLA, Victorino de Carvalho. **Alegrete, capital Farroupilha**. 1º Centenário – 1857-1957. Alegrete, s/d.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

PRADO, Caio. **História econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, Antonio Olmiro. **Canela: por muitas razões**. Porto Alegre: EST, 2000.

REIS, Elisa. “O Estado Nacional como ideologia”. **Estudos Históricos**, V. 2. Rio de Janeiro, 1988.

Resumo histórico e estatístico comemorativo ao cinquentenário da emancipação política do município de Nova Prata. Nova Prata: Prefeitura Municipal, s/d.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. In: **Mídia**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Leal Cândido Rodrigues. **São Pedro do Sul, antigos registros históricos**. Santa Maria: INFOGRAPH, s/d.

ROSA, Jorge. **História de Gravataí**. Porto Alegre: EDIGAL, 1987.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: EDIUFGRS, 1993.

SÁ, Mem de. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre. Tabajara, 1973.

_____. **Tempo de Lembrar**. Rio de Janeiro: Olympio, 1981.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SANDRONI, Cicero. **Austragésilo de Athayde: o século de um liberal**. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

SCHUH, Ângela Schumacher. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

SCHUSTER, Marco Antonio Franzmann. “Do raio X à página 10: uma história do colonismo político gaúcho”. **Revista Famecos** (Porto Alegre), n.21, 2003.

SCHUTZ, Liene M. Martins. **Novo Hamburgo: sua história, sua gente**. Santa Maria: Palotti, 1976.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SELAU, José Krás. **Colônia de São Pedro: um pouco de sua história**. Torres: s/e, 1984.

SILVA, Carlos Eduardo Lins. **O Adiantar da hora: influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Hélio. **1937**. Todos os golpes se parecem. O ciclo de Vargas. v, IX, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **1945**: Porque depuseram Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **1954**: um tiro no coração. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SILVA, Jandira M. M; CLEMENTE, Elvo, BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa Sul-Riograndense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SILVA, João Palma. **Pequena história de Canoas**. Cronologia. Canoas: Prefeitura Municipal, 1978.

SILVA, Riograndino da Costa. **São José de Taquari**: a história de minha terra. Edições Flama, 1972.

SILVIA, Mariana Raimunda. **Biografia dos intendentes e prefeitos do município de Osório**: 1892-1992. Osório: Datiligraph Informática, 1995.

SIMCH, Carlos Alfredo. **Monografia do São Jerônimo**. Edição Especial-Comemorativa do Primeiro Centenário da instalação da 1º Câmara Municipal em 30 de setembro de 1861. São Jerônimo: Prefeitura Municipal, 1961.

SIMÕES, Antero A. **Santiago, sua terra, sua gente**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: De Getúlio à Castelo. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOARES, Cláudio Ary Dillon . “A formação dos Partidos Nacionais”. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981.

_____. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia. 1973.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Para uma leitura crítica dos jornais**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

SOARES, Mosart Pereira. **Santo Antonio da Palmeira**: Apontamentos para a história de Palmeira das Missões, comemorativo ao Primeiro Centenário de Sua Emancipação Política. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estados Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

STEFFENS, Marcelo Hornos. **O Correio do Povo e o Diário de Notícias e as estratégias de utilização das imagens de Getúlio Vargas (1950-1954)**. Porto Alegre: PUCRS (Dissertação de Mestrado), 1998.

THOMÉ, Lauro Nelson Formari. **Arroio do Meio**: ano 50 (1934-1984). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 1984.

_____. **Marcelino Ramos**: Histórico. s/e, 1962.

THORSTENBERG, Valdira. **A tessitura da modernidade literária**: Diário de Notícias de Porto Alegre no ano de 1925. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras. Programa de Pós-graduação em letras. Porto Alegre, 2003.

TILL, Rodrigues. **Ernesto Correa (1905-1978)**: Um dos maiores Jornalistas Gaúchos. Porto Alegre: Renascença, 2001.

_____. **Say Marques**: o criador da Feira do Livro em 1955. Porto Alegre: EVANGRAF, 2004.

TOPOLSKI, Jerzy. **Metodologia da História**. Madrid: Cátedra, 1992.

Tribunal de Justiça do Estado. **O poder judiciário no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1974.

TRINDADE, Héglio. “Aspectos políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-grandense (1822-1937)”. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: Economia e política**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

_____. “Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul”. In: CARDOSO, Fernando Henrique e LAMONIER, Bolivar (Orgs.). **Partidos e eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. NOLL, Maria Isabel. **Rio Grande da América do Sul**: partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: EDUFRGS/ Sulina, 1991.

TROIS FILHO, Canabarro. **História de nossos prefeitos** – Aluísio Palmeira de Escobar (período de 03/3/1941 a 15/8/1945). Canoas: Prefeitura Municipal, 1999.

VALADARES, Benedito. **Tempos idos e vividos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VALE, Osvaldo Trigueiro. **O General Dutra e a Redemocratização de 45**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VERDI, Valdemar Cirilo. **Soledade das sesmarias dos monges barbudos, das pedras preciosas**. Não Me Toque: Gesa, 1987.

VERGARA, Luiz. **Fui secretário de Getúlio Vargas**. Porto Alegre: Globo, 1960.

VIANNA, Lourival. **Imprensa Gaúcha (1827-1852)**. Porto Alegre: Museu de Comunicações Social Hipólito José da Costa, 1977.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZICMAN, Renée. “História através da imprensa – algumas considerações metodológicas”. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduação em História e do Departamento de História** – PUCSP, nº: 4. Junho, 1985.